

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Rafael Kruter Flores**

**DOS ANTAGONISMOS NA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA ÁGUA  
À SUA CONCEPÇÃO COMO BEM COMUM**

**Porto Alegre**

**2013**

**Rafael Kruter Flores**

**DOS ANTAGONISMOS NA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA ÁGUA  
À SUA CONCEPÇÃO COMO BEM COMUM**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como etapa obrigatória para a obtenção do título de Doutor em  
Administração, área de concentração Organizações.  
Orientadora: Professora Maria Ceci Misoczky**

**Porto Alegre**

**2013**

### CIP - Catalogação na Publicação

Flores, Rafael Kruter

Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum / Rafael Kruter Flores. -- 2013.  
219 f.

Orientadora: Maria Ceci Misoczky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Água. 2. Capital. 3. Hegemonia. 4. Lutas sociais. 5. Bem comum. I. Misoczky, Maria Ceci, orient. II. Título.

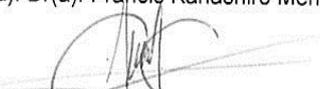
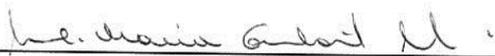


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano 2013, às 14h, na sala 205 da Escola de Administração da UFRGS, reuniu-se em ato público a Banca Examinadora de tese de doutorado do (a) aluno(a) **RAFAEL KRUTER FLORES**, orientado(a) pelo(a) professor(a) Prof(a). Dr(a). Maria Ceci Araujo Misoczky (PPGA/EA/UFRGS) e composta pelos professores examinadores abaixo relacionados, ocasião em que se realizou a arguição da tese intitulada "Dos Antagonismos na Apropriação Capitalista da Água à Sua Concepção Como Bem Comum". Concluídos os trabalhos, foram atribuídos os seguintes conceitos definitivos:

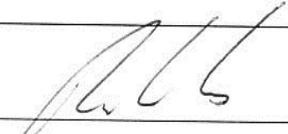
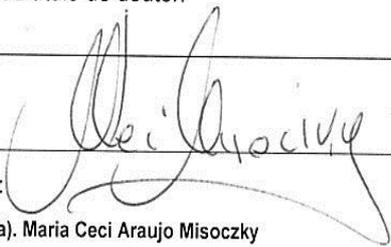
| NOME  | CONCEITO  |
|---|---|
| Prof(a). Dr(a). Antonio Augusto Rossotto Ioris – (UNIVERSITY OF EDIMBURGH)<br> | <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado<br><input type="checkbox"/> Não Aprovado |
| Prof(a). Dr(a). Francis Kanashiro Meneghetti – (UTFP)<br>                      | <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado<br><input type="checkbox"/> Não Aprovado |
| Prof(a). Dr(a). Sueli Maria Goulart Silva – (PPGA/EA/UFRGS)<br>                | <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado<br><input type="checkbox"/> Não Aprovado |

Após a apresentação oral e da avaliação da tese de doutorado, os componentes da banca examinadora consideraram a tese:

- Aprovada  
 Não Aprovada

Em anexo os pareceres individuais dos avaliadores.

**OBSERVAÇÃO:** Após o ato público da defesa da tese este documento deve ser encaminhado para a secretaria acadêmica a fim de ser feita a verificação do cumprimento dos requisitos regimentais pelo aluno e encaminhamento para homologação pela Comissão de Pós-Graduação. Assim sendo, esta ata não pode ser caracterizada como instrumento final do processo de concessão do título de doutor.

|  |   |
|--|---|
| <br>Assinatura:<br>Aluno(a): Rafael Kruter Flores | <br>Assinatura:<br>Prof(a). Dr(a). Maria Ceci Araujo Misoczky<br>Presidente da Banca Examinadora |
|--|---|

Aos que lutam em defesa da água e da vida.

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas e instituições que formam parte da elaboração deste trabalho e que merecem minha sincera gratidão. Quero iniciar mulher que compartilha comigo nada mais do que a minha vida, Marianna, e que enfrentou ao meu lado, a seu modo, com amor e tenacidade, os vários percalços deste longo caminho. Merece minha gratidão e meu respeito também a Professora Maria Ceci, que exerceu com maestria a difícil tarefa da orientação voltada ao amadurecimento e ao crescimento intelectual. Sou muito grato à Professora Sueli Goulart, que desde os meus primeiros e curtos vôos se faz presente com críticas que nunca perdem a ternura; e ao Professor Steffen Böhm, parceiro de andanças intelectuais e mundanas. Agradeço também ao Professor Rogério; aos colegas Guilherme, Adriano e Paulo; e aos bolsistas Rodrigo e Ellen pelos comentários e críticas realizadas nos vários encontros do grupo Organização e Práxis Libertadora, nos quais expus minhas ideias e o andamento do trabalho. Agradeço especialmente ao Raphael, aluno, bolsista e amigo que se entusiasmou ao trabalhar nesta Tese, e assim me entusiasmou também. Reconheço e agradeço a presença da Professora Cristina Carvalho, cujas contribuições no momento da defesa do projeto deste trabalho foram decisivas para seu encaminhamento posterior. Agradeço também ao Professor Antonio Ioris, grato encontro quase casual, que debateu a Tese não apenas no momento de sua defesa, mas em vários momentos anteriores; e ao Professor Francis Meneghetti pelas contribuições realizadas na banca de defesa.

Muitas pessoas contribuíram mais indiretamente para que eu chegasse a este momento. Aqui, reconheço a presença do Airan Milititsky Aguiar, Rafael Rebelo, Vinicius Brei, Percy Soares Neto (Kiko), Tyler Hinson, Sanjay Lanka, Matías Tolosa, Cecília Carrizo, Horacio Aráoz, Gustavo Spedale, Daniel Thévenot e muitos outros que, espero, me perdoarão por não caber neste pequeno espaço ou pelo meu esquecimento momentâneo.

Sou grato ao meu pai, Luiz Carlos, que seguramente se vê no fruto do meu trabalho; e à minha mãe, Dulce. Ambos não hesitaram em me socorrer nos momentos em que precisei. Sou grato também à minha irmã, Débora, sempre interessada e curiosa pelas minhas coisas.

Das instituições que abrigaram a elaboração deste trabalho e que merecem meus agradecimentos está, em primeiro lugar, o Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Agradeço também a *Essex University* que me abriu as portas para um estágio de doutorado sanduíche. Este trabalho também não teria sido possível sem o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me outorgou uma bolsa de

Doutorado Pleno ao longo de quatro anos; e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que financiou meu estágio na Inglaterra.

Finalmente, mas não menos importante, este trabalho e a minha trajetória acadêmica e intelectual até aqui não existiriam sem o espírito de solidariedade que marca meus encontros com pessoas envolvidas em lutas cotidianas para salvar seus modos de vida ameaçados. Estas pessoas, que são muitas e são fortes, são a razão de ser desta Tese. Agradeço a atenção que me deram Urbano Cardozo, Patrícia Figueroa, Miriam Nievas e Yení Luján. A eles meu respeito e minha gratidão.

*Oh Poesía!*

*Eres de mi mano el arretrato inmortal,  
El sueño espigado de la siembra,  
El arco iris titilante de mi tormenta cotidiana,  
Ocaso de mis sueños inútiles y prosaicos  
Arena y espejismos, fantasmas de vientos arcanos.  
Por ti, aspiro a la alegría vibrante de los hombres  
La que no tengo y sólo gozo de a fragmentos.  
Por tus surcos, sangra mi corazón viejas heridas  
Que revivo en la visión de mi exaltada locura.  
Por tus manos mendigo la ternura perfecta  
Que me toca en un vuelo espiralado de gaviota,  
Porque eres mi voz y mi latido  
El cuadro que se pinta para el regocijo de uno.  
Tú como yo vivimos del tiempo  
Gimiendo con la palabra lágrima  
Y muriéndonos con el paso de la tragedia.  
Siempre en el intento de reconstruir el universo.  
Yo amo con tus labios, camino con tus mismos pasos.  
Y tú... naces cuando sufren mis entrañas.  
Sin embargo somos uno. Trueno y rayo.  
Bien sabes cuál es el tamaño de mi tristeza  
O la insignificancia de mi alegría,  
Pero sigues presta a mi llamado.  
Tal vez, algún día, consiga de las manos de mi Hacedor  
La voz del himno para magnificar la alegría  
Y pueda decir:  
¡Oh, poesía, eres mi canto y no mi pena!*

Patricia Yolanda Álvarez Figueroa

## RESUMO

Os conflitos e debates sobre usos, propriedade e gestão da água ganharam evidência nos processos de privatização de serviços de abastecimento nos anos 1990 e, atualmente, aparecem em outros espaços de luta social. Os distintos temas relacionados à água, no entanto, são usualmente trabalhados desarticuladamente, o que contribui para a disseminação de imprecisões teórico-conceituais que refletem as lutas sociais as concepções emergentes: o bem comum é um conceito vivo cujas imprecisões contribuem para sua cooptação pela hegemonia organizada por oligopólios que concentram as tecnologias de apropriação da água. Esse trabalho propõe uma análise dos diferentes temas da água a partir da articulação dos conceitos de metabolismo social, valor e luta de classes, em Marx; e das concepções emergentes nas lutas contra privações no acesso à água. Realiza, pela abstração, uma crítica ontológica da apropriação capitalista da água, que indica suas contradições e as esclarece desde sua gênese. A crítica ontológica é um movimento que mexe com todas as dimensões do conhecimento (epistemológicas, teóricas e metodológicas) e que reproduz o concreto, a sociedade capitalista em suas múltiplas determinações, pela abstração. Recria, dessa forma, essa realidade a partir de seu núcleo fundamental, o valor. As formas de apropriação da água na sociedade capitalista são organizadas pela produção de mais valor em uma dinâmica de luta de classes: a água é natureza incorporada na criação de mais valor. A análise do tema da água, nesse sentido, deve identificar os interesses de classe em disputa e os reflexos dessa disputa nos usos da água e nas formas de vida. Nessa perspectiva, se percebe que as formulações sobre a água como bem econômico, ao desconectar o valor-de-uso da água do valor atribuído pelo dinheiro, engendram uma relação fetichizada, na qual os mecanismos de gestão são separados das práticas de apropriação e integrados aos valores legitimados pelo capital. Ocultam, nesse processo, os aspectos desiguais e destrutivos das práticas de apropriação da água. O consenso ativo conquistado por essa hegemonia se manifesta na estratégia de ONGs, iniciativas políticas e análises acadêmicas enredadas em armadilhas teóricas e políticas, que aparece na confusão conceitual entre a água como bem público e bem comum. Inspirado em lutas sociais que alcançam a necessária crítica ontológica das relações capitalistas, defendo que uma concepção da água como bem comum está na afirmação ético-prática de que os frutos da natureza pertencem à humanidade. Pertencem, portanto, a todos os que deles necessitam para viver. O trabalho propõe, de forma conclusiva, uma compreensão universalizante da organização: a apropriação da natureza e da água é também a organização do metabolismo social que, na sociedade capitalista, se fundamenta na extração de mais valor pela classe capitalista em todos os momentos da vida. As concepções que emergem nas lutas sociais esboçam novas formas de organizar o metabolismo social, nas quais o critério para a apropriação da água e da natureza é o bem comum, um princípio ético e universal: a reprodução da vida humana.

Palavras-chave: Água. Capital. Hegemonia. Lutas sociais. Bem comum.

## ABSTRACT

Conflicts and debates surrounding water uses, properties and management became evident with the privatization processes in the nineties. Nowadays, these issues have appeared in further social struggles. Even though, the various issues related to water are usually approached in a non-articulated way, and that contributes to the dissemination of theoretical and conceptual imprecisions and contradictions, with consequences in social struggles that oppose capitalist appropriation of water and the concepts that emerge on it, like the common good. The common good is a living concept, but its theoretical and conceptual imprecisions contribute to its cooptation by a hegemonic bloc organized by transnational corporations which concentrate the technologies of water appropriation. This dissertation proposes an analysis of different issues related to water through the articulation of the concepts of social metabolism, value and class struggles in Marx; and conceptions that emerge in social struggles. It makes, through abstraction, an ontological critique of capitalist appropriation of water that indicates its contradictions and clarifies its genesis. The ontological critique moves every dimensions of knowledge (epistemological, theoretical and methodological) and reproduces the concrete, capitalist society in its multiple determinations. It recreates this reality through its fundamental nucleus, value. The different forms of water appropriation in a capitalist society are organized for the production of surplus value in a class struggle dynamic: water is nature incorporated in the creation of surplus value. The analysis of water issues, in this sense, must identify the class interests in dispute and also the reflection of this dispute in water uses and ways of life. In this perspective, it becomes evident that the formulations of water as an economic good, by disconnecting use-value from value attributed by money, engender a fetishized relation in which management mechanisms are separated from appropriation practices and integrated to values legitimated by capital. They conceal, in this process, unequal and destructive aspects of water appropriation. The active consensus conquered by this hegemony is manifested in the strategy of NGOs, political initiatives and academic analysis limited by concepts like governance and civil society as opposed to the State, and in the conceptual confusion between water as a public good and as a common good. Inspired in social struggles that reach the necessary ontological critique of capitalist relations, I argue that a conception of water as a common good is the ethical and practical affirmation that the gifts of nature belong to humanity: they belong to all who need it for living. This dissertation proposes, as a conclusion, a universalizing comprehension of organization: the appropriation of nature and water is also the organization of social metabolism which is founded, in capitalist society, in the extraction of surplus value by the capitalist class in every moment of life. Water as a common good is a conception that emerge in social struggles that aim at new ways of organizing social metabolism in which the criteria to appropriate water and nature is an ethical and universal principle: the reproduction of human life.

Key-words: Water. Capital. Hegemony. Social struggles. Common good.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>   | <b>12</b>  |
| <b>PARTE I – A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA ÁGUA .....</b>  | <b>17</b>  |
| <b>1 Metabolismo social, valor e luta de classes: conceitos fundamentais para a crítica ontológica da apropriação capitalista da água .....</b> | <b>18</b>  |
| 1.1 Marx e a crítica ontológica .....   | 18         |
| 1.2 Metabolismo social: ontologia da natureza humana .....  | 24         |
| 1.3 O valor e a organização do metabolismo social na sociedade capitalista .....  | 29         |
| 1.4 A luta de classes e seus reflexos na apropriação da natureza.....   | 35         |
| 1.5 A crítica ontológica da apropriação capitalista da água .....   | 48         |
| <b>2 O debate contemporâneo sobre a apropriação capitalista da natureza e da água.....</b>  | <b>50</b>  |
| 2.1 A crítica da ecologia política no contexto latino-americano .....   | 51         |
| 2.1.1 A racionalidade ambiental.....  | 52         |
| 2.1.2 O ecologismo dos pobres e a dívida ecológica .....  | 57         |
| 2.1.3 O programa de estudos da Modernidade/colonialidade .....  | 62         |
| 2.1.4 Análises sobre a apropriação capitalista da água no contexto latino-americano .....   | 66         |
| 2.2 Ecologia e Marxismo no contexto anglo-saxão: o debate mais avançado .....   | 70         |
| 2.2.1 A segunda contradição do capitalismo.....   | 71         |
| 2.2.2 A falha metabólica .....  | 75         |
| 2.2.3 A ecologia-mundo.....   | 80         |
| 2.2.4 A produção da natureza e o ambiente construído .....  | 85         |
| 2.2.5 Análises sobre a apropriação capitalista da água no contexto anglo-saxão.....   | 91         |
| 2.3 Primeira síntese e conclusão parcial.....   | 97         |
| <b>PARTE II - A CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS QUE LEGITIMAM A ÁGUA COMO MERCADORIA.....</b>   | <b>100</b> |
| <b>3 A formação histórica de um bloco hegemônico: a concepção da água como bem econômico .....</b>  | <b>101</b> |
| 3.1 Reflexões sobre o bem comum .....   | 102        |
| 3.2 Crise de 1929, <i>New Deal</i> e a ‘Era das barragens’: a recuperação do capital estadunidense pela manipulação de rios .....               | 106        |
| 3.3 A legitimação de valores pelo ocultamento de práticas desiguais e destrutivas de apropriação da água: emergência da governança .....        | 116        |
| 3.4 O modelo francês de gestão e a incubação histórica de corporações que concentram a tecnologia de apropriação da água.....                   | 123        |
| 3.5 A água como bem econômico e a ‘economia verde’: novo patamar para a acumulação de capital .....   | 129        |
| 3.6 A água como mercadoria.....   | 135        |
| <b>4 O ‘consenso ativo’ da hegemonia: proposições que aprofundam a concepção da água como mercadoria .....</b>                                  | <b>142</b> |
| 4.1 Proposições que aprofundam a concepção da água como mercadoria.....   | 144        |
| 4.1.1 Propostas elaboradas por ONGs internacionais .....  | 145        |
| 4.1.2 Análises acadêmicas e a hegemonia da governança .....   | 149        |
| 4.2 lutas sociais contra a privatização do abastecimento: armadilhas teóricas e políticas ....  | 156        |
| 4.3 A água como direito humano .....  | 166        |
| 4.4 Segunda síntese e conclusão parcial.....  | 169        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>PARTE III – A EMERGÊNCIA DE CONCEPÇÕES NOVAS E UNIVERSAIS .....</b>            | <b>172</b> |
| <b>5 A água como bem comum: emergência de concepções novas e universais .....</b> | <b>173</b> |
| 5.1 O equilíbrio entre seres humanos e natureza .....                             | 174        |
| 5.2 ‘Nosso rio não tem preço’ .....   | 177        |
| 5.3 ‘ <i>El agua vale más que el oro</i> ’ .....                                  | 180        |
| 5.4 A crítica ontológica da apropriação capitalista da água .....                 | 188        |
| <br>  |            |
| <b>SÍNTESE FINAL E CONCLUSÃO .....</b>  | <b>191</b> |
| <br>  |            |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>197</b> |
| <br>  |            |
| <b>APÊNDICE A .....</b>   | <b>214</b> |

## APRESENTAÇÃO

A água está no centro de conflitos e debates sobre usos, propriedade, gestão e relações sociais. Esses temas ganharam evidência nos processos de privatização de serviços de abastecimento nos anos 1990 e, atualmente, aparecem em outros espaços de luta social como, por exemplo, movimentos contra a construção de barragens e contra a mineração a céu aberto. Nas lutas sociais em defesa da natureza e de modos de vida ameaçados, emerge a concepção da água como bem comum. Trata-se de um conceito vivo e em construção que se alimenta de distintas formulações e se articula com outros conceitos. No entanto, as imprecisões teórico-conceituais que usualmente caracterizam os debates sobre o tema permitem a rápida cooptação por agências internacionais de financiamento e corporações transnacionais. Trava-se, assim, uma batalha no plano teórico-conceitual que não está dissociada das práticas de apropriação da água na sociedade capitalista e das desigualdades que a caracterizam.

Nesse contexto de disputas, **essa Tese visa contribuir para a defesa da concepção da água como bem comum**, entendido aqui como a afirmação ético-prática de que os frutos da natureza pertencem à humanidade. Pertencem, portanto, a todos os que deles necessitam para viver. Nessa perspectiva, a natureza não é mero recurso para a produção de mercadorias, é a vida em si. Essa compreensão emerge em lutas de defesa da natureza e de modos de vida, e encontra fundamentos nas reflexões de Marx e Engels (2009, p. 24). Para eles, “a primeira premissa de toda a história humana é a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea desses indivíduos e a relação por isso existente com o resto da natureza”. É preciso, portanto, considerar os seres humanos em sua ontologia de seres socialmente construídos em relação com a natureza. Assim, o bem comum emerge em práticas e relações com a natureza nas quais o valor desta é definido pelos usos que proporciona para a reprodução da vida humana.

Dez anos de estudos sobre temas relacionados à água resultaram em uma constatação fundamental: não existe ‘o tema da água’, existem ‘os temas da água’ como, por exemplo, a gestão de bacias hidrográficas; o uso intensivo da água na produção agrícola e industrial, na geração de energia hidrelétrica e na mineração; o abastecimento público; o uso da água de rios e aquíferos transfronteiriços etc. São temas distintos usualmente trabalhados de forma isolada. Essa desarticulação contribui para a disseminação de imprecisões e contradições teórico-conceituais, o que se reflete na organização estratégica das lutas sociais de oposição à apropriação capitalista da água e nas concepções que nelas emergem. Favorece, portanto, as estratégias da hegemonia organizada em torno a uma concepção da água como bem econômico e como mercadoria. Dentre essas ressalto, como exemplo, o uso do conceito de

escassez para justificar retoricamente a atribuição de dinheiro à água. A concepção da água como bem econômico organiza uma hegemonia a partir do encobrimento dos aspectos desiguais nos seus usos. Portanto, uma construção contra-hegemônica necessita de uma formulação abrangente do tema da água na qual os nexos estejam articulados. Para construí-la, é preciso uma concepção da água e, para isso, é necessário um fundamento capaz de articular organicamente as diferentes aparências de um mesmo fenômeno, em substituição à justaposição de partes isoladas.

Esta constatação se deu concomitantemente ao meu contato com o Marxismo. Uma das dificuldades enfrentadas nesse processo foi que, no campo do conhecimento em que estou, mas não apenas nele, tanto a obra de Marx quanto a de diversos autores da tradição Marxista são marginalmente trabalhadas, quando não ignoradas. Nesse sentido, boa parte do meu Doutorado foi dedicado ao estudo desses autores, bem como a reflexões individuais e coletivas sobre como construir um tema fundamentado nessa ontologia. O principal aspecto a considerar, desde essa perspectiva, é que a água, antes de ser recurso para a produção de energia ou para o abastecimento, é natureza apropriada para satisfazer necessidades humanas, independentemente das formas sociais pelas quais isso ocorre. No sistema capitalista, essa apropriação é organizada pela necessidade de extração de valor de uma classe pela outra. Esse nexo fundamental, que articula os diferentes temas da água mencionados acima, será desenvolvido ao longo do trabalho. A primeira tarefa será, então, **demonstrar as tendências geradas pelo valor enquanto magnitude que organiza a sociedade capitalista, especificamente no que se refere à apropriação da água.**

Essa tarefa gera uma segunda. As formas específicas de apropriação capitalista da água geram conhecimentos que se expressam e se realimentam na atividade prática. As formulações sobre a água como bem econômico têm, historicamente, organizado formas desiguais de apropriação como, por exemplo, tarifas abusivas, cobrança de taxas de uso e desvio de rios para favorecer a produção capitalista de mercadorias. **As concepções hegemônicas sobre a água criam consensos sociais e ocultam as lutas de classe e as desigualdades produzidas na apropriação capitalista.** Demonstrar essa dinâmica é a segunda tarefa deste trabalho.

A degradação da água, e da natureza em geral, está diretamente relacionada à exploração e, portanto, à luta de classes. É preciso, portanto, trazer esse tema para o centro da reflexão. Muitos movimentos, grupos, organizações, intelectuais etc. têm defendido a água como bem comum, um princípio ético materialmente enraizado nas condições de vida. A defesa do bem comum, além de se contrapor à propriedade privada, é também um critério

para a constituição de relações sociais (HINKELAMMERT; JIMÉNEZ, 2009). No entanto, a concepção de bem comum, como mencionado, carrega em si uma série de contradições e confusões conceituais, decorrentes do que Gramsci (2006) qualifica como uma incapacidade de produzir conhecimento vinculado à própria realidade material, de forma autônoma. Isso ocorre porque o conhecimento e a visão de mundo dos grupos subalternos são fortemente influenciados pelos conhecimentos produzidos pelas classes dominantes. Essas, por sua vez, incorporam discursos produzidos nas lutas sociais, como parte da sua estratégia de hegemonia. As proposições relacionadas à governança, por exemplo, aparentemente orientadas por sentidos igualitários e ecológicos, são instrumentos formulados por agências internacionais de financiamento e oligopólios que concentram as tecnologias de apropriação da água, e que tendem a ocultar seus aspectos destrutivos e desiguais. É preciso, portanto, **identificar, na práxis das lutas sociais que defendem meios de vida ameaçados pela apropriação capitalista da água, concepções que vão além das aparências e, por isso, esboçam uma contraposição à lógica que define a água como mercadoria.**

O desenvolvimento desse trabalho pressupõe uma ética crítica. O filósofo argentino radicado no México, Enrique Dussel (2001; 2002), defende uma ética crítica regida por um princípio ético material universal: “todo o que obra eticamente deve produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade, finalmente com toda a humanidade, ou seja, com pretensão de verdade prática universal” (DUSSEL, 2001, p. 74). A filosofia de Dussel indica um posicionamento, uma atitude com relação às desigualdades no mundo capitalista. O primeiro ato é reconhecer a produção de vítimas pelo sistema de normas, instituições e produção material que define o capitalismo. É uma constatação empírica: há uma vítima. A constatação empírica justifica uma constatação ética: “Devo responsabilmente tomá-la a cargo e julgar o sistema que a causa!” (DUSSEL, 2002, p. 379). Esse movimento é a assunção da responsabilidade pela vida negada do Outro. Assumir a responsabilidade pela vida da vítima ou de uma comunidade de vítimas é, portanto, um ato ético-crítico. Agir ético-críticamente, para o autor, envolve um duplo movimento: tomar para si uma responsabilidade de fazer o bem, reproduzir a vida em todos os seus atributos próprios, “plenitude cultural ou dignidade íntegra”; e criticar um sistema concreto que impede a produção e a reprodução da vida<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Dussel (2002) formulou um sistema de princípios que explicam de forma mais clara esse movimento. O princípio ético material universal, já mencionado: “todo o que obra eticamente deve produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade, finalmente com toda a humanidade, ou seja, com pretensão de verdade prática universal” (DUSSEL, 2001, p. 74). Princípio material universal: “deves reproduzir e desenvolver a vida!” (DUSSEL, 2001, p. 75). Princípio de factibilidade ético: “aquele que obra eticamente deve executar uma

No mesmo sentido, Hinkelammert e Jiménez (2009, p. 322) refletem sobre uma ética do bem comum, enraizada na afirmação da vida humana como critério de verdade: “a imagem que o ser humano faz de si mesmo é verdadeira se a transformação do mundo segundo essa imagem permite responsabilizar e assegurar a vida humana sobre a terra” (HINKELAMMERT; JIMÉNEZ, 2009, p. 322). A afirmação da vida é um princípio material e universal. Para os autores, ética não é apenas a recuperação de valores perdidos. “Tampouco se trata de que a ciência fale da realidade e a ética fale dos valores, mas de recuperar a realidade por meio de uma recuperação da ética” (HINKELAMMERT; JIMÉNEZ, 2009, p. 319).

A ética do bem comum emerge, portanto, da experiência das vítimas e da capacidade de entender a experiência de outros. Não é uma exigência *a priori* que determina o que deve ser realizado, mas uma ética relacionada às contradições percebidas pelas vítimas como experiência, pois “só é possível defender a vida humana afetada pelas distorções produzidas pelo mercado totalizado a partir de exigências relacionadas com essas distorções, exigências que resultam ser o bem comum, que se desenvolve com o tipo de distorções produzidas” (HINKELAMMERT; JIMÉNEZ, 2009, p. 333). O bem comum é um princípio ético materialmente enraizado nas condições de vida das vítimas da sociedade capitalista; é um conteúdo ético construído na experiência das vítimas que orienta a ação da crítica e a formulação da novidade. O Marxismo é o conhecimento que possibilita esse posicionamento ético porque permite a crítica da ontologia do ser social nas relações capitalistas.

A crítica das concepções e práticas de apropriação da água e da natureza, que não é uma crítica ontológica, subordina-se às concepções hegemônicas. Autores, movimentos, organizações e intelectuais que permanecem no horizonte teórico da visão de mundo limitada pela racionalidade capitalista, ainda que com pretensão de crítica, são cooptados e inseridos na dinâmica da apropriação capitalista da água. A ontologia em Marx, em oposição, permite fundamentar uma concepção da água como bem comum pela valorização do conhecimento gerado nas lutas sociais que emergem no terreno das contradições capitalistas.

---

ação que seja ‘possível’ empírica, técnica, econômica, política, historicamente, dentro dos marcos definidos pelos princípios éticos anteriores” (DUSSEL, 2001, p. 76). Princípio material universal crítico: “deve ser criticado todo o sistema institucional (ou ato etc.) que não permite a suas vítimas viver, potenciais membros negados, excluídos do sistema que tem a pretensão de reproduzir a vida” (DUSSEL, 2001, p. 82). Princípio discursivo crítico: “ao organizar as vítimas simetricamente, uma comunidade de vida e de comunicação deve criticar o sistema que as nega (negatividade) e projetar uma alternativa futura que o transforme e substitua (positividade)” (DUSSEL, 2001, p. 83). Princípio crítico de factibilidade: “a comunidade crítica deve desconstruir efetivamente no sistema sua negatividade e transformá-lo (ou produzir outro novo) para que as vítimas possam viver, participando simetricamente das decisões” (DUSSEL, 2001, p. 84).

Diante dessas premissas, o argumento desta Tese é o seguinte: **dos antagonismos inerentes às práticas capitalistas de apropriação da água emergem lutas sociais que realizam uma crítica ontológica e esboçam uma concepção universal da água como bem comum.**

O trabalho está organizado em três partes. No primeiro capítulo da Parte 1, apresento a teoria de Marx e suas contribuições para a compreensão dos fenômenos relacionados à natureza e à água. Nesse capítulo, articulo os conceitos de metabolismo social, valor e luta de classes para compreender a incorporação da natureza nos processos de criação de mais valor. No segundo capítulo, me posiciono no debate contemporâneo sobre o assunto, realizando a crítica dos autores mais influentes no contexto latino-americano; e incorporando argumentos mais avançados no debate do contexto anglo-saxão.

A Parte II apresenta a concepção da água que hegemoniza os debates: a água como bem econômico. Também é dividida em dois capítulos: o terceiro capítulo se concentra nos aspectos históricos e conceituais que dão origem à formação de um bloco hegemônico organizado por corporações transnacionais oligopolistas e agências de financiamento; e o quarto apresenta o consenso produzido por esses atores, consenso que se manifesta em limitações teórico-políticas de ativistas e acadêmicos que aceitam os conceitos e a visão de mundo próprios da racionalidade capitalista, promovendo uma confusão conceitual entre água como bem público e água como bem comum.

A Parte III é composta apenas pelo capítulo 5, no qual apresento depoimentos e relatos acerca das experiências de privação de água e lutas sociais contra o agronegócio, a construção de barragens e a mineração a céu aberto. Os relatos evidenciam sementes de concepções emergentes que rompem com a hegemonia a partir de uma práxis que faz a crítica ontológica das relações capitalistas, produzindo concepções e práticas disruptivas que se contrapõem ao valor social encarnado no dinheiro e à organização capitalista do metabolismo social, o que já é o argumento que conclui o trabalho.

Para evitar incoerências epistemológicas, nesse trabalho não há um capítulo específico sobre método. Os procedimentos adotados na elaboração do argumento e do texto são parte de uma trajetória de estudos que inclui distintos momentos, pesquisas e vivências. Ambos – trajetória e procedimentos – estão sintetizados no Apêndice A.

## **PARTE I – A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA ÁGUA**

# 1 METABOLISMO SOCIAL, VALOR E LUTA DE CLASSES: CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA ONTOLÓGICA DA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA ÁGUA

Uma concepção da água, e da natureza em geral, que seja ética e comprometida com a vida, não pode desconsiderar os condicionantes social e historicamente construídos da apropriação da natureza. Tampouco pode germinar em contextos isolados e esterilizados pelo conhecimento parcial. Pelo contrário, é na práxis de luta social pela sobrevivência, no seio da contradição social, que podem surgir as sementes do novo. É preciso, para fertilizar essas sementes, fazer a crítica do existente, a crítica ontológica. Esse capítulo apresenta a construção teórica necessária para uma análise que esclareça os condicionantes, as tendências e as contradições inerentes à vida e à apropriação da natureza no sistema capitalista. É preciso, para tanto, compreender o Marxismo desde sua ontologia.

Inicialmente, abordarei os fundamentos filosóficos do Marxismo. O giro ontológico pelo qual Marx superou as formas de conhecimento de sua época é a única forma de apreender a sociedade em sua totalidade e os movimentos que constroem o mundo social pela ação humana. A construção teórica apresentada nesse capítulo articula três dimensões da obra de Marx que permitem realizar a crítica do existente desde sua ontologia: o metabolismo social, o valor e a luta de classes. Início, portanto, pelo rompimento filosófico de Marx que lhe possibilitou realizar aquilo que Lukács (1974) chamou de ‘crítica ontológica’.

## 1.1 MARX<sup>2</sup> E A CRÍTICA ONTOLÓGICA

Uma crítica que não alcança as dimensões mais profundas do ser social – sua existência em uma rede de relações sociais e históricas e todos os aspectos que desse fato derivam – não desenvolve a potência necessária para se constituir em uma objetivação consciente. Não pode, por isso, revolucionar as formas de vida existentes para direções conscientemente definidas.

---

<sup>2</sup> A principal referência utilizada nesse capítulo, para o estudo de Marx, é o livro I de *O Capital*. O estudo do livro foi feito, principalmente, a partir da versão traduzida para o inglês por Ben Fowkes e editada pela *Penguin Classics*. A versão em inglês está referenciada neste texto como Marx (1990). As citações literais mais longas, no entanto, foram retiradas da tradução para o português feita por Reginaldo Sant’Anna a partir do original em alemão na edição da Civilização Brasileira, e são referenciadas como Marx (2006) e Marx (2009), já que essa edição divide o livro I em dois volumes. As expressões em inglês que julguei mais fiéis ao conteúdo e à teoria de Marx são preservadas nas citações literais entre colchetes. O estudo do livro I de *O Capital* foi realizado com o apoio do livro *A companion to Marx’s Capital*, de David Harvey (2010), bem como de seu curso online, disponível em [www.davidharvey.org/readingcapital](http://www.davidharvey.org/readingcapital). As análises de Marx nos livros II e III não foram incluídas na elaboração do quadro analítico deste trabalho, apenas alguns conceitos foram usados, por serem fundamentais para o tema aqui abordado. Outras obras do autor foram utilizadas como referência neste e em outros capítulos, tais como sua Tese de Doutorado (MARX, 1967); textos publicados no jornal *Gazeta Renana* (MARX, 2007b); *Grundrisse* (MARX, 2007a); *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2005); *A ideologia alemã* de Karl Marx e Frederich Engels (2009); *Miséria da filosofia* (MARX, 2003); *Contribuição à crítica da economia política* (MARX, 2008); e o livro III de *O Capital* (MARX, 1991).

Na introdução do *Grundrisse*<sup>3</sup>, Marx (2007a, p. 21) apresenta a forma pela qual percebe a produção material na sociedade capitalista, uma forma dinâmica, uma “totalidade rica com múltiplas determinações e relações”. Os quatro momentos dessa totalidade não se reduzem à produção apenas, mas incluem além dessa, a distribuição, a troca e o consumo.

Uma produção determinada determina, portanto, um consumo, uma distribuição, uma troca e relações recíprocas desses diferentes momentos. Na verdade, a produção, em sua forma unilateral, também é determinada por outros momentos. Por exemplo, quando o mercado, a esfera das trocas, se estende, a produção amplia seu âmbito e suas ramificações se aprofundam. Transformações na distribuição alteram a produção como, por exemplo, a concentração de capitais ou a distinta distribuição da população entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades do consumo determinam a produção. Existem interações mútuas entre os diferentes momentos. Isso ocorre sempre em todos os conjuntos orgânicos. (MARX, 2007a, p. 20)

A citação acima, apesar das várias repetições do verbo ‘determinar’, indica justamente o contrário: não há determinações fixas<sup>4</sup>. Ao perceber as dinâmicas da produção capitalista em todas as suas dimensões e relações, Marx (1990) formulou, em *O Capital*, o conceito que deu o nome à obra. Em sua versão mais crua, o conceito de capital é o de uma relação entre pessoas mediada por coisas, relação essa que reflete, como aparência, um movimento no qual o capital se valoriza sozinho. Esse processo envolve distintos momentos e movimentos na sociedade. A produção de mais valor ocorre na articulação dos quatro momentos descritos acima: produção, distribuição, troca e consumo. Se um desses momentos se desarticula, todo o conjunto orgânico desaparece.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2009, p. 58) formularam sua concepção de história. “Essa concepção da história”, para eles,

assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida [...]”.

A partir dessa concepção, torna-se possível explicar “diferentes produtos teóricos e formas de consciência – a religião, a filosofia, a moral etc.” Não obstante, ao apreender o movimento total desses elementos, eles passam a compor uma totalidade, que pode ser assim apresentada, assim como “a ação recíproca dessas diferentes facetas umas sobre as outras”.

A originalidade da obra de Marx, além de articular os momentos da produção social vistos acima é desvendar de onde vem o valor adicional criado nessas articulações: do

<sup>3</sup> *Grundrisse* foi um texto escrito por Marx como plano de estudos para a elaboração de sua principal obra, *O Capital*.

<sup>4</sup> As interpretações deterministas da obra de Marx historicamente ocuparam, e ainda ocupam, um importante espaço no seio do Marxismo. De forma geral, entendem que os aspectos mais diretamente materiais da vida, como a produção de valores-de-uso em suas variações históricas, determinam a consciência do ser social e todas as outras dimensões da vida. Seriam, nesta perspectiva, um momento anterior e, portanto, mais importante do que os momentos subsequentes. Assim, quando Marx e Engels (2009, p. 32) afirmam, por exemplo, que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”, tais interpretações confundem a vida com o modo de produção.

trabalho, única fonte criadora de valor. Essa é a centralidade da esfera da produção, pois é na produção que o trabalho vivo cria valor adicional e permite a reprodução do sistema em novas bases. O conceito de capital ganha, assim, além do dinamismo representado na articulação entre as quatro esferas, uma dimensão social e relacional. O modo capitalista de produção pressupõe uma relação social na qual apenas uma classe pode criar valor: a classe trabalhadora. Por isso, a relação entre classes, que é uma relação de exploração, não pode operar apenas na dimensão material e concreta do processo de trabalho, ela necessita formas ideológicas. Como é a classe trabalhadora que produz o valor social, distribuído de acordo com “leis sociais” (MARX, 2007a, p. 14), o modo capitalista de produção necessita regras que definam relações de desigualdade para perpetuar a lógica que mantém a produção de mais valor. Essas regras são socialmente definidas, e os processos que as definem incluem o acobertamento de desigualdades<sup>5</sup>.

Para chegar a essas formulações, Marx rompeu com as tradições filosóficas, econômicas e políticas de sua época, superando a dicotomia entre idealismo e materialismo; explicitando as leis tendenciais dos movimentos da sociedade condicionados pela luta de classes; e identificando no Estado a cristalização das relações sociais enraizadas na sociedade.

O ser social é um ser construído nas relações sociais, e é somente na teia da vida social (HARVEY, 2006) que seres humanos podem atuar enquanto tal e produzir a própria vida. Portanto, o capitalismo, para Marx, não é uma ordem natural, imemorial e eterna, mas uma construção social que tem suas circunstâncias históricas explicáveis. Sua transitividade é inescapável, ainda que socialmente determinada. A luta de classes, e a desigualdade social, tampouco são leis naturais: necessitam violência, ideologia, mentiras e ganância. Nenhuma dessas características pode ser separada da consciência humana.

Do ponto de vista filosófico, o rompimento de Marx com as tradições que o precederam está na dialética entre sujeito e objeto, única forma de abstrair os movimentos da realidade concreta. Se na tradição idealista – representada na filosofia de Hegel – o objeto pode ser idealmente apreendido; na tradição materialista (também chamada materialista vulgar) representada em Feuerbach, o objeto existe enquanto tal, enquanto concretude isolada na sua existência. Para Marx, sujeito e objeto se fundem na atividade sensível que caracteriza o ser humano, atividade prática na qual apreende o mundo exterior. Sua subjetividade é a

---

<sup>5</sup>Esses são os processos relacionados à concepção de ideologia em Marx, e se referem a distorções no conhecimento vinculadas à alienação: “uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção” (KONDER, 2000, p. 31); e “uma incapacidade de cotejar as ideias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade” (KONDER, 2000, p. 40). Do ponto de vista da produção material, como se verá, se manifestam naquilo que Marx chamou de fetichismo da mercadoria: o ocultamento das relações sociais e materiais socialmente necessários à sua produção.

possibilidade de exteriorizar-se, e a objetividade assim é livre para ser possibilidades diversas, pois está entrelaçada com o sujeito e seus propósitos.

É nesse movimento que Marx assinala o critério de verdade. A prática, atividade humana de produzir a própria realidade, a humanidade, é o único critério de verdade possível. Seres humanos têm a história em suas mãos, mesmo que não saibam. A consciência de realizar-se enquanto tal é o que os torna verdadeiramente humanos. O filósofo húngaro Georg Lukács (1974, p. 34) explica a ontologia em Marx enfatizando a consciência.

A exigência de Marx segundo a qual se deve tomar a sensibilidade, o objeto, a realidade, como atividade humana sensível, implica que o homem tome consciência de si próprio como ser social, como simultaneamente sujeito e objeto do devir histórico e social. (LUKÁCS, 1974, p. 34)

Se a crítica é o desvelar dos aspectos ocultos e encobertos pelas relações sociais, a **crítica ontológica** “tem por meta despertar a consciência científica no sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em-si” (LUKÁCS, 1979, p. 27). Essa consciência expressa

uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e a utiliza como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular (LUKÁCS, 1979, p. 27).

Mais do que reproduzir a realidade no pensamento, a crítica ontológica inaugurada por Marx possibilita e exige uma avaliação dessa realidade e seus significados. Em um movimento duplo, o giro ontológico que Marx realizou possibilita apreender a realidade na abstração e utilizar a própria realidade como parâmetro de avaliação. Porque sujeito e objeto não podem exteriorizar-se, o sujeito cognoscente e seu conhecimento são parte ativa da realidade que quer compreender.

Marx não hesitou em tomar sua posição na luta de classes que se instaurou com a indústria capitalista. Esse posicionamento foi um ato ético-crítico (DUSSEL, 2002) fundamental, necessário para captar e transformar uma realidade que se mostrava, em suas raízes, desigual. Nessa perspectiva, a crítica é sempre uma crítica ontológica.

A relação dialética entre sujeito e objeto de conhecimento não se confina a uma relação entre estudioso (sujeito) e tema de estudo (objeto). Inclui sim essa relação, mas apenas pela razão evidente de ser essa relação um ponto no universo das relações sociais. Com essa percepção dinâmica dos movimentos da sociedade, Marx define a essência do ser social: imerso, constituído e constituinte de relações sociais, por isso mesmo construtor do próprio mundo; e da sociedade-humanidade, totalidade que reflete as múltiplas relações entre seres humanos, e entre esses e a natureza.

Em Marx, portanto, a análise social não é feita por um cientista no laboratório. Diferente desse, a análise da história humana e das formas econômicas não pode ser feita com “microscópios e nem com reagentes químicos”. Na análise da história humana, “a capacidade de abstração substitui esses meios” (MARX, 2006, p. 16). Foi a partir da abstração dos movimentos da história humana até chegar a sua forma capitalista que o autor elaborou a crítica, que o levou ao conceito de valor.

Para entrar no mundo da realidade concreta, a abstração necessita encontrar caminhos concretos. Em *O Capital*, Marx (1990) se refere à tecnologia como uma dimensão que revela as relações entre seres humanos, entre eles e a natureza, e suas concepções mentais; em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2009) mencionam o processo real da produção e a produção material da vida para explicar produtos da consciência. O materialismo histórico, método de investigação inaugurado por esses autores, trata de apreender os seres humanos em suas múltiplas dimensões, em seus movimentos como parte de relações sociais e em interação com a natureza. A consciência é produto dessas relações. Por isso, ao invés de partir da consciência, “parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência” (MARX; ENGELS, 2009, p. 32). “A produção de ideias, das representações, da consciência”, segundo Marx e Engels (2009, p. 31), “está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real”<sup>6</sup>. A produção de ideias não é determinada, mas também não determina.

Essa percepção faz da teoria um passo necessário na revolução para outras formas de vida e relações sociais, pois “toda a mudança essencial e importante para o conhecimento manifesta-se como mudança da relação com o todo e por isso mesmo como mudança da própria forma de objetividade” (LUKÁCS, 1974, p. 28). Tornar-se consciente dos próprios atos e da imersão deles em processos múltiplos é condição para alcançar objetivos. Sem esse passo fundamental, os seres humanos permanecem flutuando nos movimentos da história. Cabe à crítica e, portanto, à teoria, possibilitar a compreensão e o tornar-se consciente da totalidade e dos movimentos da história. Esse é o passo fundamental para colocar-se sobre os

---

<sup>6</sup> Uma metáfora que os autores utilizam para representar o ato de pensar e o intercâmbio espiritual entrelaçados com a atividade material é a do processo de exsudação. Nesse processo, há um momento que antecede outro, porque a exsudação sai do corpo para fora. Assim como o corpo e o suor possuem momentos distintos e independentes, a matéria existe independentemente da consciência e do espírito dos indivíduos. A matéria corpórea de um ser vivo, quando ele morre, não desaparece junto com sua consciência. A primeira existe sem a última. Esse não é, entretanto, o que interessa ao materialismo histórico, o que interessa é a dialética entre matéria e consciência. O processo que interessa, para ficar na metáfora dos autores, é a exsudação em si, as transformações a ela relacionadas tanto na matéria quanto na consciência, porque o processo de suar transforma as várias dimensões do corpo.

próprios pés e caminhar em direções conscientemente definidas. A revolução, o caminhar para outros rumos, depende desse movimento.

Não se trata, evidentemente, de repetir o caminho percorrido por Marx. Já disponho dos conceitos desenvolvidos em sua obra, categorias teóricas que permitem realizar a análise pretendida como crítica ontológica. Precisamente por isso, o que esse trabalho faz é partir dessa crítica, munido dos seus conceitos. O que é necessário, então, é fazer o giro ontológico realizado pioneiramente por Marx, movimento fundamental que mexe com todos os outros: epistemológicos, teóricos e metodológicos. Marx eleva, de acordo com Lukács (1974), as categorias econômicas, antes tratadas como tal, a categorias filosóficas. Assume, desta forma, um ponto de vista a partir do qual o concreto, a sociedade capitalista em suas múltiplas determinações, é reproduzido na abstração que re-cria essa realidade a partir de seu núcleo fundamental, o valor. A crítica ontológica “[...] não indica somente contradições existentes; ela esclarece essas contradições, compreende sua gênese, sua necessidade. Ela as apreende em seu significado específico” (MARX, 2005, p. 108). A forma pela qual o autor chegou a essa análise, ou o método de trabalho que desenvolveu, não pode ser outro que a abstração.

É por isso que “não há uma questão de método no pensamento marxiano”. O que existe é uma questão ontológica, que “definiu a tarefa do sujeito e assinalou o lócus da verdade” (CHASIN, 2009, p. 89). Sendo a atividade prática o lócus (critério) da verdade, a “fundamentação ontoprática” de Marx, nas palavras de Chasin (2009, p. 105), “consolida a questão em sua forma inteligível e no devido lugar científico, facultando sua investigação concreta pela indicação de seus lineamentos estruturais”. É uma liberdade necessária à atividade de abstração, livre dos percursos determinados por métodos que regulam as práticas discursivas. Se a abstração define o ser social, momento no qual o sujeito se afirma no mundo como parte de uma relação sujeito-objeto, apreender esse momento exige desamarrar os procedimentos previamente estabelecidos. Para o autor,

a tomada da realidade concreta como ponto de partida do conhecimento não implica nenhum empirismo, mas ‘caminhos objetivo-ontológicos’ (Lukács), que tornam de maneira translúcida que qualquer roteiro analítico especulativo ou centrilógico é, para ela, totalmente inadmissível, seja pelo seu fundamento, seja porque suas exigências de rigor ultrapassam de longe o que podem oferecer os critérios-lógico formais em sua natureza homogeneizante (CHASIN, 2009, p.137).

Seguindo essas recomendações este trabalho se desenvolveu a partir de uma concepção de conhecimento fundamentada na realidade concreta como ponto de partida; na prática (e na vida) como critério de verdade; na abstração; e, finalmente, em um posicionamento ético-crítico e sua necessária crítica ontológica.

A relação dialética mais fundamental da ontologia em Marx, definida na unidade dialética entre sujeito e objeto, semente da existência humana na terra, é a relação entre o ser humano e a natureza. Se, por um lado, seres humanos sobrevivem na natureza tal qual outros seres vivos; por outro, eles se diferenciam, porque nessa relação há uma síntese dialética: sujeito e objeto, seres humanos e natureza, fundem-se na construção de uma nova natureza e um novo ser humano. É preciso, portanto, considerar os seres humanos em sua ontologia de seres socialmente construídos em relação com a natureza. “A primeira premissa de toda a história humana é” para Marx e Engels (2009, p. 24), “naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea desses indivíduos e a relação por isso existente com o resto da natureza”. Essa relação é a que define o metabolismo social.

## 1.2 METABOLISMO SOCIAL: ONTOLOGIA DA NATUREZA HUMANA

Em Marx (1990), a relação entre seres humanos e o resto da natureza é definida através do conceito de metabolismo social [*Stoffwechsel*, no original em alemão]<sup>7</sup>, uma concepção da natureza humana segundo a qual ela se encontra em constante desenvolvimento pela interação com a natureza exterior através do trabalho. Nessa concepção, os seres humanos apropriam a natureza para satisfazer suas necessidades. A **apropriação** é um processo, especificamente um processo de trabalho, realizado desde o surgimento da espécie humana na terra. Assim, Marx (1990) define o metabolismo social independentemente das características que assume em formações sociais específicas. Nessa compreensão ampla, o **trabalho** é entendido como um processo entre seres humanos e natureza, “processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material [*metabolism*, na versão em inglês] com a natureza” (MARX, 2006, p. 211).

O metabolismo é dialético: ao transformar a natureza, os seres humanos transformam-se a si mesmos, transformando, portanto, sua própria natureza. Se o trabalho é um processo que separa os seres humanos da natureza por ser a mediação entre ambos, é também um processo que os iguala, pois estão sempre juntos co-evoluindo. Ao apropriar a natureza para satisfazer suas necessidades, os seres humanos desenvolvem as “potencialidades nela adormecidas e submetem ao seu domínio o jogo das forças naturais”. Apropriar não é dominar a natureza no sentido de subjugar, mas de despertar suas próprias potencialidades adormecidas. O poder de apropriar a natureza, que Marx (1990) vê no ser humano, é o poder

---

<sup>7</sup> Em algumas passagens Marx (1990) se refere a ‘metabolismo social’, em outras apenas a ‘metabolismo’. A expressão no original em alemão significa ‘metabolismo’. No entanto, para marcar a diferença entre o conceito que se quer trabalhar e o conceito de metabolismo interno de um ser vivo, como o metabolismo humano, por exemplo, utilizarei a expressão ‘metabolismo social’.

de transformar sua existência pela capacidade de transformar a matéria. A soberania é esta capacidade.

Ao mesmo tempo em que são distintos, ser humano e natureza são, também, parte de uma mesma natureza em transformação. O processo do metabolismo, visto mais de perto, é o **processo de trabalho**.

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição [*universal condition*] necessária do intercâmbio material [*metabolic interaction*] entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2006, p. 218)

A imposição da natureza é uma imposição que condiciona a existência humana, pois é na natureza que os seres humanos encontram os meios de sobrevivência. Marx (1990) reafirma o caráter perene do processo de trabalho enquanto apropriação da natureza, independente das formas pelas quais esse processo se desenvolve historicamente. O metabolismo, ou o processo de trabalho, perpassa todas as sociedades em todos os momentos da história humana na terra. Esse ponto é fundamental, pois com este conceito Marx (1990) define o ser humano na sua essência: o trabalho é uma necessidade natural eterna.

Diferente de outros animais, e de outros seres vivos em geral, que também transformam a natureza para adaptá-la às suas necessidades de sobrevivência, os seres humanos apropriam a natureza com **propósitos** específicos, previamente concebidos como ideias. Em outras palavras, o que diferencia a atividade humana da de outras espécies é a idealização do ato na consciência previamente à transformação efetiva, material. É por isso que há um propósito a realizar, uma vontade, um desejo. Esses, criados idealmente, atuam como uma lei à qual o sujeito subordina seus atos. É um projeto idealizado que demanda esforço, ação, trabalho para sua concretização: há uma relação dialética entre transformação material e idealização, uma vez que a natureza provê os meios para que propósitos sejam idealizados para transformar essa mesma natureza.

No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime [*realizes*] ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de operar sua vontade. (MARX, 2006, p. 212)

O ato de transformar a natureza é, então, percebido em dupla perspectiva: a transformação da matéria e a realização do propósito. O propósito não é algo naturalmente imposto, como é, por exemplo, a construção de um ninho para um pássaro. No entanto, o propósito, mesmo sendo previamente definido como ideia mais ou menos consciente, determina a atividade humana e atua com a “rigidez de uma lei”; tal qual um pássaro ao

construir o ninho obedece a leis naturais. Essa dupla percepção da atividade humana é fundamental, pois desvela aspectos da sociedade capitalista que se apresentam como leis naturais, mas que, vistos por esse ângulo, são propósitos conscientes e socialmente construídos.

O propósito da atividade é um dos três elementos do processo de trabalho. Os outros dois são o objeto no qual o trabalho é realizado e os instrumentos do trabalho<sup>8</sup>. Apropriar-se da natureza, nesse sentido, é ativar as propriedades físicas, químicas etc. de seus elementos e colocá-las à disposição das necessidades humanas. É a isto que Marx (1990) se refere quando afirma que o trabalho desperta as potencialidades adormecidas na natureza. A propriedade do fogo, de esquentar, é despertada no momento em que os seres humanos o utilizam para aquecer sua casa e sua comida, e isso só acontece porque em um determinado momento foi alcançado o conhecimento de que o fogo tem essa propriedade, e foram desenvolvidas formas de domesticá-lo. O mesmo ocorre com a água quando a usamos para a higiene. É por isso que o autor se refere ao planeta terra como a “casa de ferramentas” e a “despensa” dos seres humanos (MARX, 1990, p. 285).

Essa concepção ontológica de Marx (1990) é frequentemente interpretada como antropocêntrica, no sentido de que, utilizando sua metáfora, a casa de ferramentas e a despensa seriam utilizadas sem parcimônia pelos seres humanos. Tais interpretações rejeitam sua teoria porque ela não seria capaz de subsidiar concepções ecológicas e levaria a um produtivismo ecologicamente insustentável. Esse debate será feito mais adiante no texto. Mesmo assim, é importante mencioná-lo aqui porque há um ponto fundamental no conceito

---

<sup>8</sup> Essa divisão sofisticada o conceito de natureza, que nunca pode ser entendido fora da interação metabólica. Marx (1990) subdivide os objetos de trabalho em dois elementos: objetos disponibilizados pela natureza e matéria-prima. “Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água; a madeira derrubada na floresta virgem; o minério arrancado aos filões” (MARX, 2006, p. 212). Essa passagem se refere à natureza prístina, ou selvagem, qualificada como a “matéria universal para o trabalho humano”. É a natureza que está disponível. Para o autor, o ato de apropriar-se da natureza simplesmente separando-a de seu meio é um processo de trabalho, apesar de ser mera separação e não demandar esforço. O corte do cordão umbilical com a natureza é o ato de trabalho que a transforma em outra coisa, assim como um recém-nascido adquire vida própria ao ter sua conexão material com a mãe cortada. A natureza, antes prístina, agora é um objeto de trabalho; sua existência se deve apenas ao fato de existir como matéria para o trabalho humano. Diferente é o caso da matéria-prima. Se o objeto de trabalho já passou por um processo de trabalho que o transforma em outra coisa do ponto de vista qualitativo ou quantitativo, que não seja mera separação, ele foi transformado em matéria-prima. “O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2006, p. 212). Em linhas gerais, o que diferencia as duas formas de objeto de trabalho é o fato da segunda – matéria-prima – ter passado por alguma transformação na sua matéria; enquanto a primeira – natureza disponível – é um objeto de trabalho apenas por um ato de separação de seu meio. Já os instrumentos de trabalho são aqueles que estão entre o ser humano e o objeto de trabalho. O instrumento de trabalho é a natureza transformada em apêndice do corpo humano no seu processo de transformação da própria natureza, do seu objeto de trabalho. A natureza fornece ao ser humano o objeto a ser transformado e os instrumentos utilizados para isso.

de metabolismo social. Como já mencionado, essa concepção transcende o modo capitalista de produção, não está circunscrita a ele. É uma concepção ontológica da natureza humana. As singularidades do processo de trabalho no capitalismo, essas sim perdulárias e antropocêntricas, são uma variação histórica do metabolismo entre ser humano e natureza, que sempre existiu.

Em suas análises sobre essas singularidades, Marx (1991, p. 949) discorre sobre o que chamou de “falha irreparável nos processos interdependentes do metabolismo social”. O metabolismo social pressupõe a troca de matéria e energia, interações que possuem condições próprias de funcionamento. A organização capitalista do metabolismo social engendra dinâmicas específicas que perturbam essas trocas, como, por exemplo, a concentração populacional em grandes centros urbanos: não é possível uma interação metabólica equilibrada nas dimensões dos conglomerados urbanos. Como Marx (2006, p. 570) coloca, “a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material [*metabolic interaction*] entre o homem e a terra”. O metabolismo necessita da “volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário”, e a impossibilidade de realizar esse retorno viola “a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo” (MARX, 2006, p. 570). Esse problema não é, entretanto, exclusivo dos grandes centros urbanos. Ao analisar, no livro III de *O Capital*, a renda da terra na produção agrícola, Marx (1991) percebe que “ao invés de um tratamento consciente e racional da terra como propriedade comum, como condição inalienável para a existência e reprodução da cadeia de gerações humanas, o que ocorre é a exploração e o desperdício das forças da terra (MARX, 1991, p. 949).

O conceito de **falha metabólica**, como tem sido referido o argumento acima descrito, tem sido muito debatido nos últimos anos por autores que trabalham com temas relacionados à ecologia. Ele será retomado no Capítulo 2. Por enquanto, é suficiente delimitar que, para Marx, há uma falha na forma como o metabolismo social é organizado na sociedade capitalista.

Em Marx (1990), portanto, **o conceito de natureza é sempre relacionado aos seres humanos e ao processo de trabalho**. É a consciência do ato de apropriar a natureza que diferencia os humanos de outros seres vivos. Se analisado pela ótica do propósito, que faz desse um ato previamente idealizado e consciente dos seres humanos, percebe-se que há uma abertura para diferentes formas de apropriar a natureza. Não há determinismos e nem uma lei natural que defina essa relação, há o propósito e as interações sociais a ela relacionadas. **Na formulação de Marx (1990) sobre o metabolismo entre seres humanos e natureza, pode-**

**se concluir que tudo aquilo que a espécie humana produziu e produz pode ser reduzido a duas categorias fundamentais: natureza e trabalho. A natureza é, para ele, apropriada pelo processo de trabalho.**

Para o tema deste trabalho, o conceito de apropriação e a noção do metabolismo social como o processo pelo qual o ser humano se relaciona com a natureza ampliam o horizonte da análise fragmentada dos diversos temas relacionados à água. Qualquer que seja o uso que se faça da água, será sempre apropriação da natureza por meio do processo de trabalho para satisfazer necessidades humanas. A água apropriada deixa de ser natureza prístina e se transforma em uma nova natureza. O que antes era exterior se torna unidade com aquele que apropria, em uma nova configuração. Sujeito e objeto se entrelaçam na criação de um universo social. Essa percepção impõe considerar, em uma análise sobre os usos da água, todas as formas desse uso na sociedade capitalista, desde as mais necessárias, como a água para a alimentação e a saúde, até as mais supérfluas. Analisar o tema da água a partir da ontologia em Marx é analisar as formas de apropriação da água na sociedade capitalista. Os nexos que articulam a totalidade da vida social – relações entre seres humanos, metabolismo social, formas de consciência etc. – não podem ser ignorados e nem excluídos da análise.

Tampouco pode ser ignorada a constatação prematura de Marx acerca das perturbações da produção capitalista em termos ecológicos. Muito mais visível atualmente, a falha nos processos do metabolismo social, inclusive com relação à apropriação da água, integra o amplo quadro oferecido pela teoria de Marx. “A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2006, p. 571).

Apropriar a água é transformá-la em outra coisa, alterar suas propriedades físicas, químicas, interferir nos seus ciclos etc. Esses são processos que modificam a natureza, não necessariamente de forma destrutiva. A questão que Marx levanta aqui é que, ao invés de realizar essas transformações de forma “consciente e racional”, a sociedade capitalista se fundamenta nos critérios do “mercado internacional”, e como consequência, degrada as condições necessárias para a interação metabólica. O critério social para a transformação da natureza não é a produção de bens que satisfaçam necessidades humanas, mas a produção de valores que permitam o maior enriquecimento privado. Há um antagonismo pelo qual, na sociedade capitalista, o metabolismo social provoca distorções nos fluxos da natureza. Isso está, segundo Marx (1990; 1991), relacionado a um antagonismo fundamental entre a utilidade das coisas – sua materialidade, características físico-químicas que fazem delas coisas

úteis; e ao valor social conferido a elas, uma forma que encobre as relações de exploração pela qual são produzidas.

A apropriação da natureza e a produção de valores-de-uso no sistema capitalista é a produção de mercadorias que aparecem como valores-de-uso e valores-de-troca, mas que são trocadas a partir de uma terceira dimensão ocultada pelas relações capitalistas: o valor. No próximo item, portanto, apresento o conceito de valor como uma magnitude que organiza o metabolismo social na sociedade capitalista.

### 1.3 O VALOR E A ORGANIZAÇÃO DO METABOLISMO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

“A utilidade de uma coisa”, de acordo com Marx (2006, p. 58), “faz dela um valor-de-uso. Mas essa utilidade não é algo etéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através dela”. O **valor de uso** é a síntese das duas categorias fundamentais da ontologia de Marx (1990) sobre a natureza humana: natureza e trabalho. Nele está a matéria – que antes era parte da natureza prístina e foi apropriada – transformada em outra coisa pelo trabalho. Uma maçã apenas tem uso como alimento porque seu conteúdo material pode alimentar, sua forma permite que seja comida e seu sabor é agradável ao paladar. No entanto, o valor-de-uso “só se realiza com a utilização. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (MARX, 2006, p. 58). Ou seja, o valor-de-uso tem relação estreita com seu consumo<sup>9</sup>. É o ato de consumir algo que realiza o valor-de-uso. Se algo não tem utilidade, não tem valor-de-uso. Se tiver utilidade, mas não for consumido, tem um valor-de-uso que não foi realizado. No sistema capitalista, “os valores-de-uso, são ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca” (MARX, 2006, p. 58).

Sendo o valor-de-uso a utilidade de algo, o valor-de-troca “revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2006, p. 58). O conceito de valor-de-troca está diretamente vinculado à troca de mercadorias, prática iniciada

---

<sup>9</sup> Essa concepção ainda não é do consumo capitalista de mercadorias, mas do consumo de bens necessários à reprodução humana, apropriação da natureza por meio do processo de trabalho independente da forma. O consumo é um momento inerente ao metabolismo entre seres humanos e natureza, momento no qual o ser humano apropria as qualidades materiais de outros produtos necessário à satisfação de suas necessidades. No entanto, o consumo na sociedade capitalista ganha nuances específicas, relacionadas ao fetichismo da mercadoria, conceito que será trabalhado mais adiante, e que se torna o centro da subjetividade no consumo; ao passo que a produção exige a objetividade de seres humanos enquanto força-de-trabalho. “Na produção, a pessoa se objetiva, no consumo, a coisa se subjetiva” (MARX, 2007a, p. 9). Nesse momento, a apropriação deixa de ser apropriação da natureza por meio do processo de trabalho e passa a ser apropriação individual, momento no qual “o produto abandona esse movimento social, se converte diretamente em servidor e objeto da necessidade individual” (MARX, 2007a, p. 9).

na Europa no período de transição entre o sistema de feudos e o mercantil. Está, também, vinculado à quantidade, e não à qualidade. Além disso, o valor-de-troca está na relação entre duas coisas, dois valores-de-uso, pois expressa a proporcionalidade na qual podem ser trocados. Tanto o valor-de-uso quanto o valor-de-troca são formas aparentes da mercadoria. Ou seja, são as dimensões que se vê, por motivos óbvios: são suas qualidades, seu aspecto material; são, também, a expressão do valor de uma mercadoria através de outra<sup>10</sup>. No entanto, essas duas formas aparentes não são o substrato da troca, a grandeza que determina parâmetros de quanto uma mercadoria vale. O **valor-de-troca** é a apenas a forma pela qual esse substrato aparece. A mercadoria possui, então, uma terceira forma que não é visível: o valor.

**O valor de determinada mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la.** O tempo de trabalho não é o tempo que cada produtor leva para produzir uma mercadoria, mas o tempo de trabalho idêntico, o tempo de trabalho que a média dos produtores que produzem determinada mercadoria leva para produzi-la. Por isso ele é socialmente necessário. Essa é a distinção entre a teoria do valor de Marx (1990) com relação à que prevalece nos economistas clássicos. Para Marx (1990), o tempo de trabalho que determina a magnitude do valor das mercadorias é o tempo de trabalho médio gasto na produção de determinada mercadoria em determinado contexto, que ele chama de tempo de trabalho socialmente necessário, “requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2006, p. 61).

O fato da medida do valor da mercadoria ser o tempo médio e não o tempo individual de cada produtor elude a possibilidade de que o produtor mais lento produza algo com mais valor. Na realidade isto pode acontecer, mas o valor não será realizado, seu produto não será trocado, uma vez que os demais produtores produzirão a mesma mercadoria com menos valor. Ou seja, em um contexto em que os produtores são independentes do ponto de vista da produção, todos dependem uns dos outros no sentido em que são compelidos a atualizar seu tempo de produção de acordo com a média dos demais. Esse fato está no centro daquilo que Marx (1990) chamou de “lei coerciva da competição”. A produtividade que determina a magnitude do valor é a produtividade média. Essa, apesar de aparecer como individual, no

---

<sup>10</sup> Por exemplo, na troca de vinte maçãs por um lápis, podemos ver o valor-de-troca de vinte maçãs em um lápis. O valor-de-troca da maçã é 1/20 lápis. Portanto, “[...] o valor-de-troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir” (MARX, 2006, p. 59). No exemplo, se um lápis vale vinte maçãs, o valor da maçã é dado em quantidades de lápis, e não nela mesma. A mesma coisa ocorre quando algo é trocado por dinheiro. Neste caso, o dinheiro é a mercadoria que expressa uma relação quantitativa com outra coisa, como se verá adiante.

sentido de que cada produtor possui seu próprio grau de destreza e produtividade, é social, uma vez que as técnicas e as máquinas, cedo ou tarde, mais ou menos, se disseminam entre os produtores.

Toda a força de trabalho da sociedade – que se revela nos valores do mundo das mercadorias – vale, aqui, por força de trabalho única [*homogeneous mass of human labour power*], embora se constitua de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças individuais de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social e atue como essa força média, precisando, portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. (MARX, 2006, p. 61)

**Marx (1990) explica que o mundo das mercadorias é um mundo produzido pelo trabalho de toda a sociedade, o que fica claro na expressão “massa homogênea de força de trabalho humano”. Por mais que a produção seja individual, particular e privada, ela é socialmente determinada.** As técnicas de produção, os graus de produtividade, a disponibilidade das ferramentas, enfim, a produtividade de forma geral é socialmente disseminada. Esse é um lado do argumento. O outro é o fato de que as mercadorias produzidas privadamente circulam socialmente. O valor somente é realizado quando é valor-de-uso para alguém. Assim, os produtos do trabalho que circulam, levando consigo seu valor, são portadores materiais de valor. Ao realizar esse movimento, fazem com que as relações de produção individuais se tornem relações sociais quando da circulação das mercadorias. Nessa perspectiva, toda a apropriação da natureza e toda a produção de valores-de-uso na sociedade capitalista são processos socialmente determinados e necessários. A questão é compreender a natureza dessas determinações, as formas pelas quais as necessidades são socialmente produzidas, e as disputas a elas relacionadas.

Por que o valor não aparece como valor, mas como valor-de-troca? Para Marx (1990), como já mencionado no item anterior, a mercadoria carrega consigo um **antagonismo entre seu valor e seu valor-de-uso**. Essa oposição tem vários aspectos, um deles muito simples: o valor é imaterial e o valor-de-uso é material. O valor é objetivo, mas imaterial (HARVEY, 2010a); não se pode vê-lo, tocá-lo ou cheirá-lo. O valor-de-uso só é útil porque é material, é físico, sensitivo etc. Ao comprar, usar ou mesmo olhar uma mercadoria, não se pode ver o trabalho nela objetivado. Não se pode saber quem a produziu, como, onde, em que condições, com que materiais etc. É claro que em algum grau sim, mas o aspecto que Marx (1990) enfatiza é que todas as relações sociais que fazem parte da produção e da história daquela mercadoria não estão nela, porque não podemos vê-las e nem conhecê-las; mas estão nela objetivadas. Assim, o objeto se separa do trabalho que o criou. O valor-de-uso se separa do valor. Por estarem separadas, essas duas dimensões se tornam independentes uma da outra.

“Esse caráter da mercadoria”, o valor-de-uso, “não depende do trabalho empregado para obter suas qualidades úteis” (MARX, 2006, p. 58). A independência entre o valor-de-uso e o valor expressa a diferença entre analisar o processo de trabalho pela produção de valores-de-uso; e analisar o mesmo processo com suas variações específicas no capitalismo, organizado pela produção de valor. **O processo de produção especificamente capitalista, organizado pela produção de valor, se torna independente do processo de trabalho que apropria a natureza para a produção de valores-de-uso necessários à sobrevivência humana. São duas dimensões da mesma realidade, mas que assumem existências independentes.**

Finalmente, o valor nunca pode ser expresso pelo valor-de-uso. É impossível saber o valor de uma mercadoria pelo seu uso. Ou seja, não se sabe o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na sua produção, não se sabe a magnitude do seu valor. A única forma de saber o valor de uma mercadoria é pela forma aparente do seu valor, ou sua forma-valor. No entanto, esta só aparece na troca de uma mercadoria por outra, como valor-de-troca<sup>11</sup>.

A partir do antagonismo entre valor e valor-de-uso, Marx (1990) divide analiticamente os processos pelos quais os seres humanos apropriam a natureza: o processo de trabalho e o processo de valorização. Visto sob a perspectiva da criação de valores-de-uso, é um processo de trabalho. Visto sob a perspectiva da criação de valores, é um processo de valorização. Ambos, no entanto, são o mesmo, o processo de valorização é a variação do processo de trabalho em suas características específicas no capitalismo. Nele, os valores-de-uso para a satisfação das necessidades de reprodução metabólica assumem a forma de valores e aparecem como valores-de-troca. Este processo tem duas particularidades fundamentais: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem seu trabalho pertence; e o produto é propriedade do capitalista e não do trabalhador, seu produtor.

O processo de valorização consiste na reprodução do valor de seus meios de produção e na criação de valor novo. Sendo a força-de-trabalho a única mercadoria que pode produzir valor, o processo deve: (1) reproduzir o valor da força-de-trabalho e de outras mercadorias consumidas como matéria-prima, instrumentos etc.; e (2) produzir valor adicional, ou mais-valor.

Diante do que foi exposto até aqui, pode-se ver que **a natureza é apropriada para a produção de valores-de-uso em um processo que também produz valor (na forma de**

---

<sup>11</sup> Por exemplo, na troca de uma caneta por dez lápis se sabe que a caneta vale dez lápis. A oposição entre o valor e o valor-de-uso da caneta se moveu para uma oposição entre o valor da caneta e o valor-de-uso de dez lápis: a caneta vale o uso que dez lápis podem proporcionar. Qual é a oposição aqui? Além de opor a imaterialidade do valor da caneta com a materialidade dos dez lápis, há uma oposição confrontando uma coisa com outra totalmente diferente, um trabalho com outro, um produtor com outro. O valor da caneta está ‘congelado’ nela, e só pode aparecer em outra mercadoria (lápis) e de outra forma (material).

**valor-de-troca). Esses dois processos, na concepção de Marx (1990), apesar de serem o mesmo, são antagônicos e se tornam independentes. Isso coloca uma série de questões, sendo que a principal delas é que o propósito de apropriação da natureza deixa de ser a produção de valores-de-uso e passa a ser a produção de valores-de-troca.**

Por mais que o processo de produção de ambas as dimensões seja o mesmo, o valor social, ou o critério social que determina e confere poder universal, é o valor. Os usos sociais das coisas que são produzidas perdem relevância. Degradam-se, assim, diversas dimensões da vida e da natureza pela produção de artigos destrutivos, como é o caso da indústria bélica ou de alimentos transgênicos, por exemplo. Além disso, a natureza enquanto matéria universal para a reprodução humana não conta como produção de valor, apesar dessa depender da primeira. A natureza terá relevância na forma de valores-de-troca realizáveis. O uso da tecnologia para aumentar a produtividade, como será visto mais adiante, aumenta a incorporação da natureza e sua transformação em outras coisas, diminuindo o seu valor.

Esses processos necessitam dois momentos, duas esferas: produção e circulação. É na última esfera que as mercadorias aparecem como entes autônomos. A mercadoria, ao circular, ganha vida própria. A percepção do movimento das mercadorias como entidades autônomas, independentes e naturais é, para Marx (1990), um efeito aparente contrário da criação do valor pelo trabalho. Nesse mundo das aparências, as mercadorias, ao circularem, assumem para si as relações sociais entre seus produtores. Quem se relaciona são as mercadorias: o **fetichismo da mercadoria**.

O caráter misterioso da forma mercadoria consiste simplesmente no fato de que a mercadoria reflete as características sociais do trabalho como características objetivas inerentes aos produtos do trabalho como propriedades sócio-naturais destes produtos (MARX, 1990, p. 164).

A expressão 'reflete' significa que a mercadoria produz um efeito que distorce uma imagem em outra. Marx (1990) está diferenciando as relações sociais de produção das relações entre os produtos. As características sociais do trabalho humano são distorcidas e aparecem como características objetivas dos próprios produtos do trabalho. Assim, a relação entre os produtores, que juntos produzem a soma total do trabalho, a riqueza, aparece refletida como uma relação que está fora deles, uma relação entre coisas, entre mercadorias.

Apesar de viver e descrever um mundo no qual as mercadorias são produzidas privadamente, a análise de Marx (1990), ao buscar a essência do mundo aparente da produção privada e da troca de mercadorias, o transcende. O mundo da produção é o mundo dos produtores que se relacionam socialmente, ou seja, é um mundo de produção comum, mas que toma uma forma de produção privada. Os seres humanos produzem e se reproduzem no

mesmo mundo, com as mesmas técnicas e se utilizando da mesma natureza. A inversão provocada pelo fetichismo da mercadoria oculta as relações entre os produtores e o trabalho, fazendo do valor um hieróglifo social.

O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens. (MARX, 2006, p. 96)

Fica oculta a dimensão social do metabolismo, ou seja, o fato de que todas as coisas provêm da natureza e do trabalho humano e, por isso, a vida é socialmente organizada e produzida a partir do trabalho. Os movimentos do valor das mercadorias “variam sempre, independentemente da vontade, da previsão e dos atos dos participantes da troca”. Esse movimento aparece como se fosse um movimento das coisas. Essas, “longe de estarem sob controle [dos produtores], de fato os controlam” (MARX, 1990, p. 167).

**O valor é uma magnitude que orienta e organiza a produção, a distribuição, as trocas e o consumo das mercadorias. É socialmente determinado, porque é determinado pelo trabalho. No entanto, é uma grandeza oculta que, na aparência, é uma lei natural.** A análise de Marx (1990) mostra que é a essa magnitude que os produtores se referem no momento de relacionar seus produtos com outros no sistema de trocas; e à qual os capitalistas se referem no momento de organizar a produção de suas mercadorias. Mas isto não ocorre de forma consciente e explícita. Em outras palavras, existe uma forma imaterial, objetiva e socialmente determinada que está por trás de toda a produção e circulação das mercadorias, essa forma é peculiar ao sistema capitalista de produção.

Muitos autores que trabalham com temas relacionados à ecologia e à natureza rejeitam a teoria de Marx com o argumento de que ela não considera a natureza na criação de valor. No entanto, uma leitura da obra de Marx que acompanhe os movimentos analíticos de sua teoria revela uma articulação orgânica entre os conceitos de metabolismo social e valor: a organização metabólica do sistema capitalista engendra uma percepção social contraditória da realidade, na qual a natureza não transmite valor às coisas, mas é, ao mesmo tempo, o seu fundamento material. Nessa lógica, a natureza apenas tem valor enquanto valor-de-troca, seja ela natureza prístina separada de seu meio, seja matéria-prima ou, mesmo, bem de consumo. É o caso, por exemplo, dos mecanismos de atribuição de valor monetário à atmosfera, conhecidos como ‘mercados de carbono’, criados para controlar as emissões de carbono e o efeito estufa. A mesma coisa ocorre com a atribuição de valor monetário à água, princípio fundamental na concepção da água como bem econômico que será trabalhado mais adiante. Também é o que acontece nas recentes iniciativas conhecidas como ‘economia verde’, que

dominaram as propostas da última conferência das Nações Unidas, a Rio +20 (MISOCZKY e BÖHM, 2012). Todas essas propostas se fundamentam em atribuir valor-de-troca à natureza, ao invés de enfatizar seu valor-de-uso. São coerentes, portanto, com a impossibilidade de atribuir valor social às coisas pelos seus usos, própria da racionalidade capitalista. Essa percepção, se submetida à crítica, pode ser dissolvida, abrindo a possibilidade de novas formulações. Analisar aspectos da vida como valor-de-uso ou como valor-de-troca (aparência do valor) coloca questões importantes sobre os modos de vida e a relação com a natureza, já que a magnitude do valor organiza o metabolismo humano na sociedade capitalista.

**Assim, a consideração do tempo de trabalho como gerador de valor social e a extração de valor de uma classe pela outra são tendências que fluem nos diferentes elementos do metabolismo social e atuam como condicionantes orgânicos, não engessados, mas com um sentido definido, para a reprodução da vida.** A questão é compreender como se dá esse processo em cada um dos momentos da vida humana, e na interação entre eles. Os momentos e os elos que os unem estão em constante movimento e tensão. Por isso, utilizo a expressão ‘organizar’ para designar uma forma de articular os momentos da vida social ao valor. Ou seja, trata-se de compreender como o valor e suas tendências aparecem na vida real, no dia-a-dia, nas relações sociais, na produção de mercadorias, na apropriação da natureza, nas organizações etc. O valor não está apenas nas mercadorias, mas na forma como a vida é organizada<sup>12</sup>.

Sendo o valor o tempo de trabalho socialmente necessário na produção material, magnitude que organiza a dinâmica da vida na sociedade capitalista, daí a exploração da classe trabalhadora ser, antes de tudo, apropriação de seu tempo, apropriação de sua vida. A definição dos tempos, das formas de vida, dos usos, dos valores, enfim, todas as definições socialmente necessárias para a reprodução da vida, são inescapavelmente circunscritas a essa conflituosa relação: a luta de classes. O próximo item é, portanto, dedicado ao exame dessa dinâmica e seus reflexos nas formas de apropriação da natureza em geral, e da água em particular.

#### 1.4 A LUTA DE CLASSES E SEUS REFLEXOS NA APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

O conceito de luta de classes, em *O Capital*, emerge na discussão sobre a disputa pela duração da jornada trabalho. Marx (1990) analisa extensivamente as lutas pelo tempo do dia de trabalho na Inglaterra no século XIX, quando a classe dos capitalistas buscava aumentar o

---

<sup>12</sup> Trata-se de um conceito em construção que abre duas perspectivas: organizar como verbo que explica a dinâmica social a partir dos imperativos da lei do valor; organização como espaço de reprodução social condicionado por esse imperativo. Essa discussão será retomada no final deste trabalho.

tempo de trabalho, enquanto os trabalhadores buscavam diminuí-lo. Não interessa aqui diretamente este assunto, e sim compreender como a dinâmica da luta de classes tem reflexos nos movimentos da história e, por consequência, nas disputas sobre a natureza. O que estava – e está – no centro da disputa entre as classes é o tempo de trabalho enquanto medida de valor e a necessidade de sua apropriação por parte dos capitalistas – a mais-valia. Tanto a mais-valia absoluta (aumento do tempo de trabalho), quanto a mais-valia relativa (diminuição do valor da classe trabalhadora pela diminuição do tempo necessário para a produção do bem-salário – aumento da produtividade), significam ganhos para o capital, mas não necessariamente precisariam se converter em perdas para os trabalhadores, em termos absolutos<sup>13</sup>. Independentemente de um aumento relativo do nível de vida da classe trabalhadora, o que se percebe é que se trata de um processo no qual a determinação do valor e as temporalidades da vida estão no centro das disputas. A análise da luta de classes em relação à apropriação do tempo implica reconhecer que, por trás dessas disputas, existe a determinação das temporalidades que organizam o metabolismo social de acordo com as necessidades do capital, incluindo as formas de apropriar a natureza.

“Assim que a extração de tempo de trabalho adicional se torna fundamental para a reprodução de relações de classe”, de acordo com Harvey (2010a, p. 140), “a questão de quanto tempo, quem mede e como a temporalidade é entendida se torna fundamental na análise”. A determinação de quem define essas temporalidades, e as formas pelas quais isto ocorre é a principal consequência do conceito de valor, se entendido como uma teoria política, mais do que econômica. Esta determinação não é estrutural e fixa, mas dinâmica, fluida, aberta a novos caminhos, o que faz da luta de classes o motor da história. A dinâmica está aberta porque são as disputas que indicam os caminhos futuros, o que pode significar tanto a conservação das estruturas vigentes quanto a revolução para outras formas de vida.

Tendo a luta de classes como pano de fundo da história, Marx (1990) demonstra a improbabilidade de que os conflitos sociais sejam solucionados pelo direito. Sua análise no livro I de *O Capital* é uma crítica à doutrina liberal da economia política, e por isto o modelo teórico não questiona os pressupostos legais da compra e venda da mercadoria força-de-trabalho. Sua intenção é mostrar que nos marcos legais do capitalismo ocorre a exploração de uma classe pela outra. Se considerado pela perspectiva dos direitos, há uma antinomia de

---

<sup>13</sup> Há momentos em que a classe trabalhadora pode usufruir do aumento de produtividade e a decorrente diminuição do valor das mercadorias se a luta entre as classes nisto redundar. O *New Deal* estadunidense e os estados de bem estar social em meados do século passado são casos muito claros. A atual inundação de produtos chineses em escala global também mostra como a classe trabalhadora pode usufruir – em um sentido de acesso a bens – da redução no valor das mercadorias (HARVEY, 2010). Por outro lado, essa redução significa também a redução do valor da própria força de trabalho.

direitos contra direitos, “ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força” (MARX, 2006, p. 273).

Se o direito não consegue resolver essa antinomia, é porque ela faz parte das regras do próprio direito. Nestes casos, ela é resolvida pela força, não necessariamente a força física (ainda que muitas vezes sim), mas também a força que se expressa em formas menos visíveis, como a política, a ideologia e a hegemonia. Na perspectiva de Marx (1990), o direito é insuficiente, precisamente porque funciona como uma superestrutura legal e política funcional a um sistema que privilegia uma classe em detrimento da outra<sup>14</sup>. Para Marx e Engels (2009, p. 47), “todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc., não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si”<sup>15</sup>.

Para Harvey (2010a, p. 137), há uma recente efervescência no tema dos direitos, e “muita energia política tem sido direcionada para a ideia de que a busca pelos direitos humanos individuais é um caminho (se não o caminho) para moldar um sistema capitalista mais humano”. Para ele, não há como argumentar por justiça entre direitos iguais. “Tudo o que se pode fazer é lutar pelo seu lado do argumento” (HARVEY, 2010a, p. 137). Por trás das regras do Estado e do direito, há interesses de classe cujas relações de força podem condicionar tanto o estabelecimento das regras quanto seu cumprimento. Nesse último caso, as relações de força eludem a necessidade de adequar-se às regras.

Esse argumento é muito visível nas diversas propostas de direitos a acesso a bens e serviços básicos como a água e o saneamento, decretados em regulamentos jurídicos nos mais variados níveis, desde o municipal até os chamados supra-nacionais. Recentemente, as Nações Unidas declararam a água como um direito humano. Há, no entanto, um abismo entre o que diz o direito e a realidade concreta em muitos lugares do mundo, onde as pessoas não têm acesso à água. Esse abismo é usualmente visto como consequência de gestão ineficiente, corrupção ou falta de investimentos, formas aparentes de uma dimensão menos perceptível, mais profunda e objetiva: o conflito de classes. Nesse mesmo sentido, movimentos sociais e organizações que lutam pelo estabelecimento de direitos e acordos nas regras do Estado, sem

---

<sup>14</sup> Este é um dos principais pontos que separam o Marxismo das teorias institucionalistas, para as quais o estabelecimento das instituições eficientes por meio de regras formalmente estabelecidas e controle efetivo podem resolver problemas de antinomias como conflitos sociais, degradação da natureza e alocação de recursos. Este tema será trabalhado mais adiante.

<sup>15</sup> Não significa que o direito e o Estado não possam ser arenas de disputa, com momentos importantes para a superação de condições de exploração. A contribuição de Gramsci (2006) é justamente a de conceber o Estado como hegemonia e analisar os meios de produção desta hegemonia. O ponto que interessa aqui é a dose necessária de ceticismo crítico no tema dos direitos, principalmente nas análises contemporâneas sobre a natureza, o que será trabalhado mais adiante.

considerar os interesses de classe que estão por trás desses acordos, podem cair em armadilhas mais ou menos implícitas e inconscientes. A perspectiva da luta de classes é um caminho teórico importante para analisar o papel das regras do Estado com relação aos direitos sobre o acesso à água que, muitas vezes, pode representar o encobrimento da exploração de classe e da usurpação de bens comuns.

Analisar os temas relacionados à apropriação da natureza pela perspectiva da luta de classes, no entanto, exige que sejam feitas as mediações necessárias. Para Harvey (2010a), a mediação está nas conexões possíveis com as noções de controle do tempo e de tempo de trabalho socialmente necessário como o centro da determinação do valor socialmente construído, como no caso dos direitos. Dito de outra forma, **trata-se de procurar a fluidez das respostas dadas pelo capital aos temas emergentes. Assim se pode compreender como as disputas relacionadas à apropriação da natureza expressam interesses de classe. Esta mediação necessita, portanto, a consideração da natureza enquanto objeto de trabalho a ser incorporado na criação de valor. A análise das disputas relacionadas à natureza deve buscar, por trás das formas superestruturais aparentes, os interesses de classe em disputa.**

Em determinadas situações, a luta de classes pode refletir a luta contra a degradação ambiental, porque ambas estão relacionadas à tendência de expansão e autodestruição do sistema capitalista. Em outros momentos, a luta contra a degradação da natureza pode ter reflexos na luta de classes, arena que define os desfechos dos momentos seguintes. Há, ainda, um terceiro desdobramento, que inclui os dois precedentes: a luta pela defesa da natureza enquanto lócus de reprodução da vida, que necessita da intermediação do conceito de ‘acumulação por espoliação’. Ambos serão analisados mais adiante neste item.

Resumindo, a lei coerciva da competição explica que os capitalistas são coagidos a competir e buscar ganhos de produtividade. Apesar de socialmente construída, a lei aparece para o capitalista como ‘externa e coerciva’, uma força contra a qual não se pode lutar, uma lei natural. A classe capitalista, portanto, também está submetida ao sistema, pois precisa acompanhar suas dinâmicas de expansão sendo, ao mesmo tempo, a classe que coloca em marcha as necessidades de reprodução. A reprodução humana se subordina, assim, às necessidades de reprodução de um sistema em expansão, e sem freios<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Este argumento é desenvolvido também pelo filósofo húngaro István Mészáros nos termos de uma mediação sociometabólica primária e secundária. A mediação primária se refere às mediações necessárias ao metabolismo entre seres humanos e natureza, pois “eles são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie à qual pertencem [...] num intercâmbio não-mediado com a natureza - como fazem os animais”. Já as mediações de segunda ordem ou secundárias são aquelas organizadas por um sistema que

A expansão do sistema só é possível porque o capital não está preso à sua própria magnitude, mas cresce pela incorporação dos dois principais elementos que criam valor: natureza e trabalho.

Resultado geral: ao incorporar as fontes originais de riqueza, a força de trabalho e a terra, adquire o capital uma força de expansão que lhe possibilita ampliar os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente estabelecidos por sua própria magnitude, fixados pelo valor e pela quantidade dos meios de produção já produzidos, através dos quais existe o capital. (MARX, 2009, p. 703)

É a possibilidade de se tornar independente de sua própria magnitude que permite ao capital, a partir do processo de valorização, expandir-se. Isto está diretamente relacionado à natureza, à ciência e à força de trabalho.

Finalmente, é preciso mencionar que o aumento de produtividade leva a que sejam utilizadas sempre mais matéria-prima, instrumentos, máquinas etc. do que trabalhadores. Isso pode ser visto de dupla perspectiva: como consequência e como condição. A consequência é o lógico aumento de insumos necessários por uma produção crescente: uma máquina que multiplica por cem a produtividade de um trabalhador requer cem vezes mais matéria-prima no mesmo período de tempo. A condição são as estruturas físicas necessárias para o sistema funcionar: prédios, meios de transporte, máquinas etc. são requisitos indispensáveis. Seja como consequência ou como condição, os ‘presentes da natureza’ devem ser incorporados em escala crescente. Este aumento relativo da parte física do capital em relação à humana não tem contrapartida quando vistos pela perspectiva do valor, porque “com a produtividade crescente do trabalho não só aumenta o volume dos meios de produção que ele consome, mas cai o valor desses meios de produção em comparação com seu volume” (MARX, 2009, p. 726). Sendo o valor o tempo de trabalho socialmente necessário, o aumento da produtividade aumenta as quantidades de mercadorias produzidas em determinado período de tempo, o que diminui o valor de cada uma. O resultado é uma tendência a incorporar sempre mais capital constante e menos capital variável. **O processo de acumulação capitalista aponta na direção de uma crescente incorporação da natureza ao sistema por meio da sua transformação em mercadorias. Essa incorporação, do ponto de vista do valor, também aumenta, mas em proporções decrescentes. Mais natureza é incorporada e menos valor é criado. Natureza e valor são, portanto, inversamente relacionados no processo de produção capitalista.**

---

“subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 189).

No momento em que se torna independente de sua própria magnitude, e por isso mesmo, o capital gera uma contradição fundamental: se auto atribui uma capacidade de expansão que não tem correspondência material e natural. Ou seja, o capital separa sua magnitude – em termos de maquinário, força de trabalho e mercadorias – daquilo que efetivamente essa magnitude lhe permitiria transformar – em termos de matérias-primas. A relação criada nesse antagonismo é a mesma, na análise de Marx, que a relação que separa o valor e o valor-de-uso da mercadoria, mas em uma forma mais desenvolvida. O capital precisa criar valor, e não valor-de-uso. Ao perder sua conexão com as condições que limitariam sua reprodução a níveis material, natural e humanamente possíveis, o capital se transforma em uma relação alienada do mundo que o criou.

Por isto, é complicada a relação com a questão ambiental e natural. Coagidos pela lei da competição, os capitalistas tendem a explorar ao máximo os trabalhadores, chegando ao ponto de esgotar a possibilidade de sua reprodução. Sendo a natureza e o trabalho as duas únicas fontes da produção de valor<sup>17</sup>, **a luta de classes, enquanto contenção da exploração do trabalho, pela diminuição do seu tempo apropriado pela classe capitalista, reflete uma luta contra a exploração da natureza.** Esse ponto é fundamental, e merece uma digressão que frequentemente passa por alto nas análises sobre natureza que abordam a teoria de Marx, digressão essa que tem como objetivo esclarecer que a categoria natureza está sempre presente na análise de Marx. No seu movimento analítico, na fluidez de seu pensamento, a natureza se transmuta em outras categorias, abstração do processo real pelo qual natureza é transformada em mercadorias.

Em Marx (1990), a natureza é uma categoria de análise central para compreender o processo de trabalho, uma vez que esse não é senão a forma pela qual os seres humanos apropriam a natureza. Essa é a dimensão ontológica do ser humano, a dimensão que define sua essência. A relação entre ser humano, trabalho e natureza, é orgânica. É no trabalho que o ser humano existe como tal, que manifesta sua diferença com outras espécies. É por meio do processo de trabalho que o ser humano cria, inventa, transforma a natureza para satisfazer suas necessidades e desejos. Esse processo envolve propósitos concebidos como ideias antes de sua concretização: projetos, ideias, vontades.

Sendo o trabalho a atividade orgânica pela qual o ser humano realiza o seu ser, é no trabalho que ocorre a socialização. O processo de trabalho é o momento no qual as pessoas se encontram, se relacionam. Esse processo não é apenas a atividade de produção de mercadorias

---

<sup>17</sup> Marx (2006, p. 65) cita William Petty: “[...] o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra”.

de tipo capitalista, é o processo que realiza o metabolismo com a natureza, o processo pelo qual os seres humanos criam as condições de sua existência. Ele pode ocorrer no lar, por exemplo, ao esquentar uma comida ou acender fogo para aquecer o ambiente. Pode ocorrer em um evento de socialização como um simples encontro etc. Todos esses momentos fazem parte daquilo que Marx (1990) chama de metabolismo com a natureza. O metabolismo com a natureza não é apenas a relação com a natureza para produzir mercadorias, é a relação com todos os seres vivos do planeta para produzir e reproduzir a vida, inclusive de outros seres humanos, como visto anteriormente. Não envolve apenas dimensões materiais, mas também está relacionado com culturas, identidades, dimensões simbólicas, religiosas etc. As relações que se estabelecem no processo de trabalho são relações sociais em diversas dimensões que não necessariamente a produção especificamente capitalista de mercadorias. Todas as relações de produção e reprodução compõem a riqueza da vida social.

No modo de produção capitalista, essas relações espelham as relações do processo de trabalho, assim como o próprio modo de produção espelha as necessidades humanas em determinado momento histórico. Quando Marx (1990) analisa o processo de trabalho na sua variação capitalista, como processo de valorização, a categoria analítica natureza desaparece. O processo de apropriação da natureza passa a ser analisado como processo de produção de valores, intermediado pelo dinheiro. O propósito do processo de valorização, a partir da circulação intermediada pelo dinheiro, deixa de ser a produção de valores-de-uso e passa a ser a produção de mais-valor. A necessidade social não é mais a sobrevivência pela apropriação da natureza, mas a conquista de mais valor universal.

Para compreender a análise de Marx (1990), é necessário acompanhar seus movimentos, que acompanham na abstração o antagonismo entre valor-de-uso e valor. Essas duas perspectivas – processo de trabalho e processo de valorização – se referem ao mesmo processo, analisado por dois ângulos independentes e contraditórios. Ou seja, a análise de Marx (1990) percorre um movimento analítico que deixa de ver a apropriação da natureza para ver a criação de valores no mesmo e único processo. Por isto, o processo de produção capitalista é tanto a apropriação da natureza quanto a criação de valor.

Natureza e trabalho estão em movimento constante e dialético. O argumento desenvolvido em *O Capital* focaliza, no entanto, o movimento dialético das categorias trabalho e capital. Há uma mudança de perspectiva no argumento. Ao sair da dimensão ontológica do metabolismo e entrar nas singularidades da sociedade capitalista, Marx (1990) deixa de trabalhar com a relação entre seres humanos e natureza, e passa a trabalhar com a relação entre capital e trabalho. A abstração de Marx (1990) percorre esse movimento

justamente porque a ascensão do capital, uma forma específica de relação entre pessoas mediada por coisas, não é natural. “A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho” (MARX, 2006, p. 199). É necessário, portanto, descobrir de onde vem essa relação, que não pode ser explicada pela categoria natureza, e nem pela história natural.

Este movimento analítico não é linear, mas dialético. O antagonismo entre seres humanos e natureza compõe a mesma totalidade que o antagonismo entre capital e trabalho. Natureza, enquanto categoria que explica o metabolismo social, está sempre presente, na sua essência, assim como todas as coisas do mundo podem ser reduzidas às suas essências: natureza e trabalho. Se do ponto de vista do metabolismo social a natureza é a dimensão que permite a existência material de todos os seres vivos – a “despensa” e a “casa de ferramentas”; do ponto de vista da produção capitalista, os meios de produção são natureza: matérias-primas, ferramentas e força-de-trabalho.

Os meios de produção são matérias-primas e instrumentos para a produção, natureza analisada como matéria a ser transformada e como matéria que transforma a existência humana. A força-de-trabalho é natureza humana colocada a serviço da produção capitalista, mas também a forma pela qual o sistema pode ser superado. Ao mesmo tempo em que entra no processo de trabalho passivamente, como um “apêndice da máquina”, os seres humanos são parte ativa do movimento da luta de classes. A tecnologia, após a revolução industrial, é o resultado da aplicação de conhecimento humano e se transforma em um agente da produção que submete o trabalhador a seus próprios ritmos. Ganha uma existência autônoma, enquanto que o ser humano se torna um autômato. Máquinas, matéria-prima e seres humanos, portanto, são natureza em constante transformação e interação na produção capitalista. Ou seja, a categoria natureza está sempre presente na análise dialética de Marx (1990), única forma possível de compreender os movimentos dialéticos da história humana com a história natural.

Essa digressão fundamenta o argumento que vinha sendo defendido: a luta de classes, enquanto contenção da exploração do trabalho, reflete uma luta contra a exploração da natureza. Essencialmente, essas duas dimensões andam juntas, e juntas são submetidas pela expansão do capital. A questão, no entanto, é que isso não é necessariamente consciente nas estratégias dos trabalhadores em relação às disputas do tempo de trabalho e da apropriação de valor, nas quais a linha divisória é a posse dos meios de produção – no caso da classe capitalista; e a posse da força de trabalho – a classe trabalhadora. Assim, a luta contra a exploração da natureza aparece como mero reflexo.

Há momentos que invertem esse processo. A luta contra a degradação da natureza deve ser analisada de acordo com seu desfecho enquanto luta de classes. A questão ambiental ganhou força nas décadas de 1960 e 1970, momento no qual as questões relacionadas ao trabalho estavam momentaneamente resolvidas nos países centrais pelas políticas keynesianas e pelo Estado de bem estar social. As discussões e as preocupações se deslocaram para a exploração da natureza, justamente porque, do ponto de vista ambientalista e ecologista, o sistema se apresentava como insustentável, degradando e destruindo a natureza. O resultado das discussões foi a necessidade de enquadrar o capital aos limites dados pelas condições ambientais, desviando o foco do crescimento econômico para o desenvolvimento sustentável<sup>18</sup>, que incluísse não apenas os números da acumulação de capital, como também outras dimensões como as culturas e as tradições e, principalmente, aspectos relacionados ao ‘meio ambiente’<sup>19</sup>.

Não há espaço neste trabalho para entrar nas disputas conceituais e políticas e nas dinâmicas específicas daquele momento. O que é mais significativo para compreender os fenômenos do presente é levar em consideração que a questão ambiental, mesmo que tenha surgido com elementos não diretamente relacionados às relações de trabalho entre capitalistas e trabalhadores, ganha desfechos relacionados às disputas de classe. Se as evidências e resistências à degradação da natureza se tornam um obstáculo para a acumulação de capital, faz-se necessário encontrar formas de reproduzir a acumulação contornando esse obstáculo: o discurso e a gestão do desenvolvimento sustentável foram a maquinaria criada pelo capital para enfrentar essa momentânea contestação no novo cenário. Isso pode envolver diferentes mecanismos, tais como inovações tecnológicas, de organização, novas fontes de recursos, deslocamentos geográficos etc. Todos eles operam de acordo com as regras da acumulação. Assim, do ponto de vista do conhecimento, o desenvolvimento sustentável varreu as posições anticapitalistas do cenário da questão ambiental, esvaziando o ambientalismo de conteúdo crítico, justamente porque não considera a dinâmica da luta de classes<sup>20</sup>. Em outros termos, a

---

<sup>18</sup> Na definição da Comissão Brundtland, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987). Esse conceito foi definido no relatório final da Comissão, denominado ‘Nosso futuro comum’, um título que indica claramente a pretensão de seus autores de que suas propostas fossem universal e eternamente válidas.

<sup>19</sup> A definição de meio ambiente, na perspectiva da economia ambiental que fundamenta essa concepção é marcada pela exteriorização da natureza. “O homem”, de acordo com Ely (1988, p. 3), “como um organismo vivo, só pode desenvolver-se integralmente quando convive num ambiente sadio”. Ou seja, “o meio ambiente efetivo é todo o meio exterior ao ser vivo” (ELY, 1988, p. 3).

<sup>20</sup> É preciso ressaltar que existem, desde aquele momento, propostas que buscam unir o ambientalismo ao socialismo, ao anarquismo e ao anticapitalismo em geral. Para a discussão feita aqui essas propostas não são

**questão ambiental, por ser uma questão que toca na necessidade de expansão do capital, deve necessariamente se converter em uma questão de classe.**

Os aspectos relacionados à natureza, como o esgotamento de reservas naturais, a degradação, o uso insustentável, as práticas predatórias etc. devem ser analisados em sua relação com a tendência de expansão do sistema pelo aumento da incorporação da natureza e diminuição do valor das mercadorias. Nesse sentido, práticas de manejo sustentável dos recursos, assim como todas as medidas que fazem parte do receituário do desenvolvimento sustentável, podem, no máximo, oferecer soluções paliativas, temporárias e isoladas, mas não alteram a dinâmica do metabolismo social organizado pela lei do valor. A tendência é reproduzir essa dinâmica, que carrega em sua gênese a contradição fundamental entre sua reprodução e as fontes que alimentam essa reprodução, deslocando essas contradições na superfície, mas não na essência. Isso pode ocorrer, por exemplo, pela incorporação de tecnologias limpas na produção de mercadorias. É o caso do incentivo à construção de barragens para a produção de energia hidrelétrica em função de seu caráter de ‘energia limpa’. Nesse caso, o adjetivo ‘limpo’ leva em consideração a emissão de gás carbônico, obliterando, ao mesmo tempo, outras formas de degradação, tais como o desaparecimento de ambientes ricos em biodiversidade e a emissão de gás carbônico gerada pela decomposição da matéria orgânica inundada. Segundo Fearnside (2007), a emissão gerada pela matéria inundada nos lagos das barragens pode ser ainda maior do que se fossem utilizadas fontes ‘sujas’.

Na perspectiva aqui desenhada, essas iniciativas encontram, inevitavelmente, um limite, dado exatamente pela necessidade da classe capitalista de se apropriar do valor socialmente construído, o que é feito mediante o controle do tempo de trabalho socialmente necessário. Por isso, as iniciativas sustentáveis, se consideradas como um desfecho de relações de classe, para além de ser uma questão puramente ambientalista, não desafiam a produção capitalista de mercadorias. Não solucionam, portanto, o problema do antagonismo entre o valor e o valor-de-uso e, portanto, reproduzem uma organização da sociedade fundamentada em relações fetichistas nas quais a natureza só tem valor social enquanto mercadoria. Nessa perspectiva, as propostas de um crescimento capitalista limitado a níveis sustentáveis, de acordo com as possibilidades naturais e materiais, são impossíveis de serem concretizadas, a não ser como medidas paliativas, temporárias e isoladas. A compreensão da natureza enquanto locus de reprodução da vida fica obscurecida pela noção produtivista do ‘meio ambiente’, e o problema de fundo permanece intocado.

---

importantes, uma vez que não lograram alterar os rumos do debate que redundou no desenvolvimento sustentável.

Há, no entanto, situações nas quais as lutas em defesa da natureza refletem lutas pelas condições de reprodução, lutas pela vida. Nessa perspectiva, a natureza é vista não como mero recurso para a produção de mercadorias, mas como a vida em si. São essas as lutas que podem fundamentar concepções radicalmente opostas à lógica do valor, pela vinculação da natureza com a satisfação das necessidades pelo valor-de-uso. Essas são as lutas que trazem para o debate o tema dos bens comuns.

Se a incorporação da natureza é uma premissa para a produção de mercadorias – a forma de apropriação específica ao capitalismo – é, também, uma necessidade permanente para a reprodução do sistema. Apesar de permanente, há um momento histórico em que foram necessários rompimentos bruscos e violentos para transformar os produtores independentes e os camponeses em trabalhadores assalariados. Diferente da acumulação pelo processo de trabalho, na qual o capitalista se apropria do valor criado pelo trabalhador, a **acumulação primitiva** é “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2009, p. 828). Estes processos estão na raiz do modo de produção capitalista, e podem ser vistos como o despegue que passa de um movimento circular para um “movimento circular sem fim”, o movimento espiral que é a acumulação.

Na definição de Marx (1990), esses processos são históricos, são a “pré-história do capitalismo”, são datados. No entanto, a relevância desse conceito para a discussão aqui proposta é justamente sua atualidade. Se a acumulação pelo processo de trabalho tem uma aparência natural, porque se apresenta como eterna e imemorial; os processos de acumulação primitiva são rompimentos violentos com outros modos de produção, rompimentos com outras formas de organização do metabolismo com a natureza<sup>21</sup>. Dito de outra forma, os processos de acumulação primitiva apropriam tanto a natureza quanto as antigas formas de apropriação da natureza, e as convertem para a relação do capital.

O Estado é o principal operador destes processos. “A burguesia nascente precisava empregar a força do Estado”. Não apenas na organização da classe trabalhadora o Estado assume papel central, “para ‘regular’ o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência” (MARX, 2009, p. 851), mas, também, no cercamento de terras, no estabelecimento de regras etc. Cria-se, assim, além de

---

<sup>21</sup> Marx (1990) concentrou sua análise nos processos que ocorreram na Europa, mais especificamente na Inglaterra a partir do século XV. Lá, estes rompimentos foram o golpe final no modo de produção feudal, principalmente pelo cercamento das terras cultivadas por camponeses que tinham sua porção na propriedade dos produtos do trabalho. O cercamento criou a propriedade privada das terras por decreto, expulsando camponeses e separando-os dos seus meios de produção.

um “exército industrial de reserva”, um “mercado doméstico”. Os trabalhadores são também os consumidores das mercadorias que produzem.

A acumulação primitiva se dá, portanto, em processos que articulam a criação de propriedades privadas pelo cercamento de terras antes comuns; a criação da força-de-trabalho necessária para a produção industrial em escala crescente; e, finalmente, a criação de um mercado necessário para a realização do valor criado. Esses três processos foram o golpe final no modo de produção feudal (na análise histórica de Marx), necessário para o triunfo burguês sobre antigas formas de organização social.

Harvey (2006) é um dos autores que tem, recentemente, defendido a ideia já formulada por Rosa Luxemburgo de que a lógica da acumulação primitiva não é apenas história, ela acompanha o desenvolvimento capitalista porque é necessária<sup>22</sup>. A autora demonstrou que a acumulação pelo processo de trabalho e a acumulação primitiva eram processos orgânicos, complementares. O capital necessita da apropriação tanto da força-de-trabalho quanto de “formas não capitalistas”. Para Rosa Luxemburgo (1951, p. 363), o capitalismo necessita “explorar territórios onde o homem branco não consegue trabalhar. Ele deve ser capaz de mobilizar a força de trabalho mundial sem restrições para utilizar toda a força produtiva do globo”<sup>23</sup>.

Foi no sentido de evitar a noção de que a acumulação primitiva havia parado no tempo que Harvey (2006, p. 311) criou a expressão “acumulação por espoliação”. Do ponto de vista lógico, o argumento é o mesmo de Rosa Luxemburgo, o capital necessita a todo momento explorar e apropriar outros espaços. “Nada disto desapareceu, e em alguns pontos se intensificou [...]”, sendo que em termos de exemplos contemporâneos, “a lista não tem fim”:

a privatização da terra e a expulsão forçada de camponeses (como ocorreu no México e na Índia recentemente); a conversão de várias formas de direitos de propriedade (bens comuns, coletivos, do Estado etc.) em direitos de propriedade privada; a supressão de direitos; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas alternativas de produção e consumo; os processos coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais); a monetização da troca e taxação, principalmente da terra; o comércio de escravos (que permanece principalmente na indústria do sexo); a usura, as dívidas nacionais e, o mais devastador de todos os processos, o uso do sistema de crédito como meio radical de formas de acumulação primitiva (HARVEY, 2006, p. 43).

A recolocação do problema dos cercamentos de bens comuns permite ver, nos atuais processos de incorporação da natureza em escalas sem precedentes, novas formas de acumulação primitiva. A relação entre classes, nesse sentido, ganha uma dimensão mais

<sup>22</sup> Outros autores concordam com Harvey (2004) na defesa deste argumento, tais como De Angelis (2001), Bonfeld (2001) e Löwy (2005).

<sup>23</sup> Este argumento está na raiz da teoria do imperialismo, posteriormente desenvolvida dentro da tradição Marxista.

ampla do que a percepção clássica da classe dos trabalhadores (proletariado). A classe cujo valor é extraído é a classe cuja vida é usurpada pela expropriação de diferentes dimensões de sua existência, seja o trabalho, o tempo, as formas de vida em comunidade, a relação com a natureza, a tradição etc. Todas essas dimensões, que compõem a riqueza das possibilidades de existência humana na terra, são apropriadas e destruídas pela necessidade de expansão capitalista. **Esse movimento é condicionado por interesses de classe que ficam, muitas vezes, ocultos. O caminho do esgotamento dos recursos, nesta perspectiva, não é inevitável, e sim uma opção política que envolve a luta de classes. É consequência de um modo de produção fundamentado na necessidade de exploração de uma classe pela outra.**

Os processos de resistência à privatização de serviços de abastecimento nos anos 1990 e 2000, e as atuais tentativas em curso nos países mais afetados pela crise europeia, como Portugal e Espanha, levantaram o debate acerca do valor conferido à água. Muitos grupos, como se verá adiante, vinculam a água à vida em suas consignas, discursos e definições. Essa necessidade surge como resposta a atos como o aumento de tarifas, a oferta de água contaminada e, até mesmo, a cobrança pela água da chuva. Os conflitos provocados por medidas que levaram a lógica do valor-de-troca para além de limites aceitáveis fomentaram, na experiência e na luta organizada das vítimas, propostas que enfatizam o uso como valor social.

O valor, construído na sociedade capitalista, é uma magnitude que flui nos vários momentos do metabolismo social. Uma configuração nova, capaz de transformar as dinâmicas desse metabolismo, deve estar organicamente articulada em todos os seus momentos. A teoria tem seu papel nessa transição, mas não são apenas as concepções mentais que podem transformar o que está em estruturação. A produção de ideias desarticulada de seu enraizamento material não pode frutificar, pois o fruto nasce do conjunto orgânico.

A dinâmica da luta de classes, considerada em seus aspectos materiais e ideais, é a dinâmica da relação entre seres humanos, e entre esses e a natureza, e é essa a dinâmica que indica os rumos da reprodução humana em sua relação com a natureza. Nessa luta, as classes dominantes dominam de forma material e espiritual, ou ideal. “As ideias dominantes”, segundo Marx e Engels (2009, p. 67), “não são mais do que a expressão ideal [ideell] das relações materiais dominantes”. Na dimensão ideal, a classe dominante necessita “apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade”. Em outras palavras, as concepções dominantes precisam ser afirmadas como universais, ou “as únicas racionais e universalmente válidas” (MARX e ENGELS, 2009, p. 69).

Esse ponto retoma o início deste capítulo, em que argumentei pela necessidade de que a crítica das formas existentes e desiguais de apropriação da natureza e da água necessita alcançar as dimensões ontológicas do ser social, ser imerso em relações sociais que, no sistema capitalista, estão amarradas em relações de classe. A teoria tem papel fundamental, uma vez que é parte ativa nas relações. No entanto, é preciso estar consciente de seu lugar, e do lugar da teoria na história. Esse trabalho argumenta pela necessidade de uma crítica mais profunda nos temas relacionados à água, uma crítica ontológica das formas capitalistas de apropriação, que compreenda seus condicionantes e os potenciais de transformação.

Como afirmei na apresentação desse trabalho, uma de suas premissas é a constatação prévia de que o tema da água tem sido abordado de forma fragmentada, o que contribui para a desarticulação de nexos, fatos e conceitos que, se articulados, podem levar à crítica das formas capitalistas de apropriação da água. Mesmas as abordagens e análises que se propõem críticas acabam, usualmente, reproduzindo propostas hegemônicas pelas formulações funcionais à acumulação capitalista, o que será trabalhado na Parte II deste trabalho. É preciso, portanto, abordar o tema a partir de um referencial teórico que possibilite essa articulação: o Marxismo. O primeiro passo para se alcançar uma abordagem ontologicamente crítica é construir uma concepção da água coerente com essa perspectiva.

### 1.5 A CRÍTICA ONTOLÓGICA DA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA ÁGUA

Para Bourdieu, Passeron e Chamboredon (2004), a vã tentativa de construir fatos isolados de um problema teórico indica uma submissão do estudioso a uma construção que é por ele ignorada. Neste caso, o máximo que ele consegue é “coletar discursos fictícios forjados pelos sujeitos para enfrentarem a situação de pesquisa e responderem a questões artificiais, ou ainda, ao artifício por excelência da ausência de questões” (BOURDIEU; PASSERON; CHAMBOREDON, 2004, p. 52). Para os autores, portanto, a construção do objeto de pesquisa só pode ser definida “em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada” (BOURDIEU et al., 2004, p. 48).

Trata-se, nesse trabalho, de construir o tema da água que resulta de constatações emergentes em um processo iterativo entre aquilo que os autores entendem por ‘discursos fictícios’ e uma ‘problemática teórica’. O tema da água na forma como aqui é trabalhado, portanto, é relacional: interroga distintas formas de apropriação da água em suas possíveis relações. O nexo que permite relacionar distintos usos da água na sociedade capitalista é o valor, que se manifesta de diversas maneiras e com múltiplas configurações.

Em Marx, usar a água é apropriar a natureza. Independentemente dos usos que dela se faça, será apropriação da natureza pelo processo de trabalho para satisfazer necessidades humanas. Essa dinâmica é parte daquilo que o autor denominou metabolismo social, a interação entre seres humanos e natureza. A análise, nessa perspectiva, deve considerar todos os aspectos relacionados aos processos de apropriação a água. No capitalismo esses processos são caracterizados pela necessidade de criação de mais valor, pois esse é o processo que move o capital e, portanto, a sociedade capitalista. Por isso, as diversas formas de apropriação da água tendem a ser organizadas de acordo com a criação de mais valor a ser apropriado pela classe capitalista. Os temas e usos da água ganham assim um núcleo articulador a partir do qual se pode compreender suas dinâmicas específicas: gestão por bacias hidrográficas; uso intensivo de água em mega-projetos; na produção agrícola; regulamentações (ou falta de) do uso de água subterrânea; acordos de rios transfronteiriços; direitos de uso etc. são temas que necessariamente se articulam através das tendências geradas pela criação de mais valor: magnitude que organiza o metabolismo social no capitalismo.

Como procurei demonstrar neste capítulo, a criação de mais valor necessariamente ocorre em um processo desigual, marcado pela luta de classes: a única classe que pode criar valor é a classe trabalhadora, porque apenas o trabalho cria valor. A ampliação desse argumento possibilitada pela noção da acumulação primitiva e por espoliação permite compreender que além do processo de criação de mais valor pelo trabalho, a classe capitalista pode usurpar mais valor pela espoliação de meios de vida: temporalidades do cotidiano, condições de moradia, acesso a bens e serviços básicos, relações sociais etc. são dimensões que estão no campo da luta de classes. Os usos da água, por sua vez, são parte dessas dimensões e, portanto, submetidos a essa dinâmica. A compreensão desses fenômenos articulados entre si leva à compreensão, para usar as palavras de Marx (2007a) acerca da produção material na sociedade capitalista, de “uma totalidade rica com múltiplas determinações e relações”. Essa é a única maneira de se chegar a uma compreensão totalizante do tema da água. É, ao mesmo tempo, a crítica ontológica da apropriação capitalista da água.

**As formas de apropriação da água na sociedade capitalista são organizadas pela produção de mais valor em uma dinâmica de luta de classes: a água é natureza incorporada na criação de mais valor. A análise do tema da água, nesse sentido, deve identificar os interesses de classe em disputa, bem como os reflexos dessas disputas sobre a apropriação da água e as formas de vida.**

## 2 O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA NATUREZA E DA ÁGUA

Esse capítulo tem como objetivo apresentar reflexivamente o debate contemporâneo sobre a apropriação capitalista da natureza, bem como sua influência nas análises sobre a apropriação capitalista da água. Essas reflexões são feitas a partir da construção do capítulo anterior: o metabolismo social na sociedade capitalista e sua organização pelas leis tendenciais do valor.

Apesar da relação orgânica entre seres humanos e natureza presente na obra de Marx (2007a, p. 21), e dos movimentos de sua abstração que captam a realidade concreta como uma “totalidade rica com múltiplas determinações”, a interpretação determinista de sua obra é comum, e nos debates sobre a apropriação da natureza tem reflexos e consequências. Portanto, é preciso revisar criticamente autores importantes nesse campo, encontrar as fragilidades de seus argumentos e explicitar os motivos pelos quais não podem fundamentar a necessária crítica da apropriação capitalista da natureza. Essa crítica será feita ao trabalho dos seguintes autores: o mexicano Enrique Leff; o catalão Joan Martínez-Alier; e o argentino Héctor Alimonda, no contexto latino-americano<sup>24</sup>; e o estadunidense James O’Connor no contexto anglo-saxão. Não se trata de contrapor a seus argumentos uma defesa dogmática da obra de Marx, e sim identificar insuficiências em suas críticas que levam à incapacidade de atualizar-se diante dos desdobramentos históricos mais recentes e/ou a serem incorporados pela lógica a qual tentam se opor. Essas insuficiências estão relacionadas, no plano teórico, com uma incapacidade de entender a articulação entre metabolismo social e os condicionantes do valor, como ocorre em Leff, Martínez-Alier e Alimonda; e com uma leitura estática dessa articulação, como é o caso de O’Connor.

Feitas essas críticas, apresentarei a contribuição de autores que têm avançado na necessária articulação entre sociedade e natureza, tais como o estadunidense John Bellamy Foster, Jason Moore, o escocês Neil Smith e o britânico David Harvey, todos eles no contexto anglo-saxão. Esses autores têm uma atitude distinta com relação à obra de Marx. Ao invés de apontar para as falhas de sua teoria, ou sublinhar aspectos que nela não são suficientemente desenvolvidos, buscam, nas palavras de Smith (2010, p. 52), juntar as discussões que compõem um “entendimento sério da direção e das tentativas de Marx” no que se refere ao tema da apropriação da natureza no capitalismo, no sentido de “expandir e expor a concepção

---

<sup>24</sup> Apesar de Martínez-Alier ser catalão, é uma referência muito importante na América Latina, em função da língua e também porque muito de suas pesquisas e atuação se dão nesse contexto. Por isso foi incluído nesse conjunto de autores.

de natureza” em Marx. O resultado são análises contundentes do atual avanço do capital sobre a natureza, estratégia que marca a ruptura da fase neoliberal com relação a momentos precedentes do capitalismo (MOORE, 2011a). Tais análises não abandonam a ontologia em Marx e podem, portanto, fundamentar a necessária crítica ontológica das formas de apropriação da natureza.

As publicações que se concentram mais especificamente em formas de apropriação da água, no contexto latino-americano, reproduzem as limitações encontradas nos principais autores do campo da ecologia política. Rechaçam, como aqueles autores, as contribuições de Marx ao debate da ecologia e da água, excluindo da análise os temas do valor e da luta de classes. Já no contexto anglo-saxão, também há, em análises mais específicas sobre a água, um reflexo dos principais autores, especialmente David Harvey. As limitações, no entanto, se dão em termos de leituras insuficientes de Harvey, que tendem a deslocar as contribuições de Marx, principalmente o conceito de luta de classes.

Apesar da possível divisão entre os autores trabalhados nesse capítulo de acordo com sua atitude com relação à obra de Marx, os itens do capítulo estão organizados de acordo com diferentes contextos de onde os autores enunciam seus argumentos: o contexto latino-americano e o contexto anglo-saxão. Essa divisão indica a suposição de que haveria, no contexto latino-americano, uma tendência a rechaçar a ontologia em Marx nos debates sobre a ecologia política; ao passo que no contexto anglo-saxão existe um debate, no plano teórico, que a leva em consideração e avança.

## 2.1 A CRÍTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Nos anos recentes, tem emergido um debate acerca da relação histórica entre seres humanos e natureza na América Latina. O debate que se convencionou denominar ‘ecologia política’ se define como político porque reconhece, como ponto de partida, que há conflitos e desigualdades no acesso, uso e distribuição dos bens da natureza. Longe de ser homogêneo, o debate da ecologia política tem incorporado distintas perspectivas disciplinares, teóricas e epistemológicas. Na definição de Alimonda (2006, p. 48), a ecologia política é

uma perspectiva de análise crítica e um espaço de confluência, de interrogações e de retroalimentações entre diferentes campos do conhecimento, que implica uma reflexão sobre o poder e as racionalidades sociais de vinculação com a natureza (uma epistemologia política).

Leff (2003, p. 3), por sua vez, afirma que se trata de “indagar sobre o lugar que corresponde a um conjunto de explorações que não encontram espaço dentro das disciplinas acadêmicas tradicionais”; ao passo que Martínez-Alier (apud Alimonda, 2006, p. 50) entende que a ecologia política “insiste nos interesses materiais ao invés dos valores sociais”, ou seja,

desloca o foco das questões ambientais e econômicas para os fluxos energéticos e materiais relacionados à vida.

Esse item revisa as abordagens dos três autores citados, selecionados por ocuparem posições centrais no debate da ecologia política latino-americana<sup>25</sup>. Se, por um lado, o campo da ecologia política se caracteriza pela multidisciplinariedade, pelo ecletismo e pela busca de novos espaços epistemológicos; por outro, como demonstrarei, manifesta uma arraigada aversão à via do Marxismo e do materialismo histórico, evitando *a priori* a teoria do valor e o caminho que poderia levar à necessária crítica ontológica. A cooptação dos argumentos de Leff e Martínez-Alier pelas estratégias de incorporação da natureza pelo capital na chamada ‘economia verde’ é evidência de sua fragilidade teórica e ontológica. Essa crítica é necessária pelo fato de serem esses os autores que direcionam os debates da ecologia política na América Latina, influenciando e referenciando o ativismo e as lutas populares pela apropriação comum da natureza, pela descolonização e pela libertação. A insuficiência de suas críticas leva ao risco de desmobilizar as lutas, levando-as para o mesmo destino de seus argumentos. Início, então, pelo argumento da racionalidade ambiental.

### **2.1.1 A racionalidade ambiental**

O economista mexicano Enrique Leff (2001; 2006; 2009) formulou o argumento da **racionalidade ambiental**, uma proposta que emerge de seu trabalho enquanto pesquisador e professor no campo da economia e da ecologia política, e enquanto coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e o Caribe, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A racionalidade ambiental é resultado, antes de mais nada, de um esforço de desconstrução das racionalidades modernas dominantes, segundo o autor. Por sua natureza, escapa a definições precisas e, de acordo com o próprio autor (LEFF, 2006, p. 26), “não pretende constituir um paradigma científico, um conhecimento axiomatizado e sistematizado capaz de induzir um processo de racionalização até a constituição de objetivos e meios instrumentalmente traçados da sustentabilidade”. O problema é que, como tentarei demonstrar, a imprecisão e a correspondente ambivalência teórica, aliados à sua influência política e intelectual na América Latina, fazem de sua teoria um pólo irradiador de confusões teóricas que desmobilizam a formulação de estratégias, a luta social e a construção de propostas concretas, abrindo caminhos para a cooptação pela lógica do capital.

---

<sup>25</sup> Esse item é, em grande parte, resultado de minhas conclusões no curso à distância *Ecología política en el capitalismo contemporáneo*, oferecido pelo Programa Latinoamericano de Educación a Distancia do Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, Buenos Aires. A crítica aqui formulada teve início na constatação de que a primeira sessão do curso, intitulada *Ecología política desde una óptica marxista*, trabalhava apenas com autores que rechaçam Marx, tal como os que são aqui trabalhados. A teoria de Marx não foi trabalhada de forma séria e aprofundada no curso.

Leff (2006, p. 16) parte de uma constatação idealista: a crise ambiental é a “crise do efeito do conhecimento sobre o mundo”. Além de entender que a crise ambiental é apenas efeito do conhecimento, o autor entende que o conhecimento tem relação apenas com a crise ambiental. Ou seja, outras dimensões da crise do capitalismo, como a crise econômica, a crise civilizatória e a guerra, são mencionadas apenas *en passant*, sem se constituírem em um problema. Se “o conhecimento tem desestruturado os ecossistemas, degradado o ambiente, desnaturalizado a natureza” (LEFF, 2006, p. 17), apenas o conhecimento pode reestruturá-lo. Nesse sentido, a racionalidade ambiental é a busca por uma racionalidade que habita na diferença e no imaginário de diferentes grupos e suas culturas, práticas e normas, e que não estão incorporadas na lógica da racionalidade econômica. “Da alteração da natureza e da razão que se expressa na crise ambiental”, segundo o autor, “emerge uma nova racionalidade para reconstruir o mundo, que vai além da ontologia e da epistemologia, a partir da outridade e da diferença” (LEFF, 2006, p. 20). A questão está em como incorporar essas racionalidades em um amálgama. Por isso, para o autor, é necessário desconstruir as racionalidades existentes e dominantes.

O argumento da racionalidade ambiental é desenvolvido no livro cujo título é o mesmo do argumento. Das teorias que Leff (2006) busca desconstruir<sup>26</sup>, a primeira é a do valor em Marx, o que ele somente pode fazer negando seu princípio concreto fundamental: as transformações nas estruturas produtivas, de acordo com Leff (2006, p. 47), alteraram a dinâmica de produção capitalista, o que fez sucumbir a “correspondência entre os conceitos atemporais do materialismo histórico [...] e os conceitos temporais que constituem a teoria do valor”. Ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário não mais indicaria a magnitude do valor, pois “como determinante empírico e quantitativo na formação de valor, vai se transformando em princípio abstrato” (LEFF, 2006, p. 38). Para o autor, então, a teoria do valor não tem mais aplicação, porque ficou presa em sua própria historicidade. Não é mais o tempo de trabalho socialmente necessário que funda a economia global, mas a “economia baseada no poder do conhecimento científico como meio de produção e instrumento de apropriação da natureza” (LEFF, 2006, p. 61).

Sem ainda entrar no mérito da validade ou não do argumento de que é o conhecimento, e não mais o tempo de trabalho que funda e organiza a economia capitalista, é preciso demarcar uma confusão por parte de Leff com relação à forma pela qual Marx formulou o conceito de valor. O valor não é um conceito empírico, e sim uma abstração,

---

<sup>26</sup> A desconstrução é o método que o próprio autor afirma realizar, e que apenas reproduzo no texto.

como visto no capítulo anterior. A abstração que levou Marx ao conceito de valor foi construída a partir da realidade concreta, reproduzida no pensamento enquanto conceito. A operacionalidade do conceito de valor, portanto, não está na mensuração quantitativa, e sim na possibilidade da reconstrução da realidade concreta no pensamento, explicação das dinâmicas aparentes das relações sociais de produção objetivas.

Para seguir adiante na refutação da teoria do valor, Leff (2006, p. 44) precisa atribuir a ela modos de pensar que não lhe correspondem, o que reaparece na conclusão de que

se as condições técnicas das forças produtivas são as que conferem ao trabalho o caráter de socialmente necessário, a própria produção dessas forças produtivas – naturais e tecnológicas – aparece como um processo externo à produção de valor, ou como um processo historicamente uniforme, que não afeta, portanto, as relações de valor (LEFF, 2006, p. 44).

Não são as condições técnicas das forças produtivas que conferem ao trabalho o caráter de socialmente necessário, e sim o conjunto total dos elementos históricos emergentes nas origens do capitalismo, no sistema de trocas: as relações de produção, as concepções mentais, a possibilidade das trocas e, também, as condições técnicas das forças produtivas. Esses elementos confluem, nas circunstâncias históricas criadas pelos seres humanos, para que o trabalho seja um trabalho socialmente definido, ou seja, o mundo das mercadorias é o mundo do trabalho social, o trabalho de toda a sociedade. Justamente por isso, a produção das forças produtivas está em relação direta à produção de valor, motivo pelo qual a classe capitalista precisa manter os olhos abertos aos movimentos que ameaçam a constituição de um “exército industrial de reserva”, ou mesmo às possibilidades de acessar a natureza como um “*free gift*”. A questão é que a percepção estática do argumento de Marx faz com que Leff (2006) entenda a produção das forças produtivas como algo “externo à produção de valor”, como se o valor não fosse definido exatamente pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir o trabalhador e os meios de produção – forças produtivas. A percepção estática da obra de Marx resulta em uma percepção determinista, na qual “o desenvolvimento das forças produtivas aparece, assim, como o fator determinante da transformação das relações sociais de produção” (LEFF, 2006, p. 47).

Após refutar aquilo que entende da teoria do valor em Marx, a partir de uma concepção que vê no conhecimento e não na materialidade da vida e da economia as raízes da crise ambiental, Leff (2006) percorre um caminho no qual dialoga com Bookchin, Baudrillard, Morin, Heidegger, Weber e outros. Nessa dinâmica desconstrutivista,

são tecidas novas tramas discursivas pelas quais avança um questionário que abre caminhos para o pensamento em uma exploração infinita, onde é mantido o sentido de procura de uma compreensão do mundo que não esteja fixada por um paradigma e uma estrutura teórica que forcem uma identidade entre o real possível e uma ideia

estabelecida, onde a construção da realidade fique submetida a uma lei [*sic*] (LEFF, 2006, p. 24).

O autor desconstrói tanto as teorias e as racionalidades que quer superar que, no fim das contas, chega a um ponto no qual todos os retalhos teóricos e lógicos estão misturados em um amálgama incoerente, confuso e impreciso, que se manifesta mais claramente na ambivalência que o autor assimila para sua teoria acerca do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Se é verdade que “a noção de desenvolvimento sustentável converteu-se no referente discursivo e no saber de fundo que organiza os sentidos divergentes em torno da construção de sociedades sustentáveis” (LEFF, 2006, p. 137); também é verdade que os argumentos de Leff assumiram o mesmo papel, desde que ao conceito de ‘sustentável’ se atribua o sentido estreito que emana das concepções hegemônicas. O problema é que, em Leff (2006), essa questão não está resolvida. Ou seja, aquilo que o próprio autor qualifica como uma ambivalência em torno ao conceito de sustentabilidade aparece nos seus próprios argumentos. Se, por vezes, o ‘desenvolvimento sustentável’ aparece com um sentido positivo, atrelado à racionalidade ambiental; em outros é atrelado a um sentido negativo, às novas estratégias de apropriação da natureza:

A nova geopolítica da globalização econômica e do desenvolvimento sustentável e as estratégias de apropriação da natureza a ela inerentes não estão mais fundadas em uma teoria do valor, mas numa estratégia simbólica que tem por objetivo recodificar todas as ordens do ser em termos de valores econômicos (LEFF, 2006, p. 65).

Se Leff (2006) percebesse que o valor é uma magnitude objetiva com aparências simbólicas, um “hieróglifo social”, um símbolo imaterial enraizado na realidade concreta que organiza objetivamente a produção da vida na sociedade capitalista, talvez essa ambivalência fosse solucionada. Leff (2006), no entanto, não compreende que no mundo material está o enraizamento dos símbolos, o que contribui para suas confusões teóricas.

Seu discurso, assim, fica recheado de incoerências e termos polissêmicos que denotam um eclecismo confuso, no qual a racionalidade ambiental é

a expressão do conflito entre o uso da lei (do mercado) por uma classe, a busca do bem comum com a intervenção do Estado e a participação da sociedade civil num processo de reapropriação social da natureza, orientando seus valores e potenciais para um desenvolvimento sustentável e democrático (LEFF, 2001, p. 143).

É preciso mencionar que a expressão desenvolvimento sustentável, aqui, aparece com um sentido invertido ao da citação anterior.

Se do ponto de vista teórico os argumentos de Leff (2006) escapam a definições precisas, quando analisados desde um ponto de vista político-estratégico, subitamente se materializa a racionalidade ambiental, a começar por mais uma ambivalência, agora com relação à instrumentalização do conceito. Se no início desse item reproduzi uma citação do

autor na qual afastava qualquer pretensão de instrumentalidade à sua abordagem, de repente “o saber ambiental se apresenta como um pensamento crítico que avança com um propósito estratégico, transformando os conceitos e métodos de uma infinidade de disciplinas e construindo novos instrumentos para a gestão ambiental” (LEFF, 2006, p. 251). Quais seriam, então, os instrumentos para a gestão ambiental?

[...] desenvolver novas formas de articulação de uma economia global sustentável com economias locais, melhorando o potencial ambiental de cada localidade e preservando a base de recursos naturais e a diversidade biológica dos ecossistemas (LEFF, 2006, p. 495).

[...] fundar-se nos princípios e saberes da agroecologia e no manejo florestal comunitário sustentável, de que dependem as condições de vida da maioria da população do Terceiro Mundo (LEFF, 2006, p. 496).

[...] introduzir reformas no Estado, de incorporar normas ao comportamento econômico, de produzir técnicas para controlar os efeitos contaminantes e dissolver as externalidades sociais e ecológicas geradas pela racionalidade do capital (LEFF, 2006, p. 248).

No fim das contas, a proposta de Leff (2006), que é anunciada como fluida, pós-moderna e desconstruída, está bem definida nos marcos do capitalismo neoliberal e sua necessidade de apropriar novos espaços – tais como conhecimentos localmente produzidos, diversidades biológicas e práticas de troca em pequena escala – com a necessária intermediação do Estado. Seus argumentos acabaram por subsidiar as concepções dominantes da produção mais limpa, desenvolvimento sustentável e economia verde. Além de “compatibilizar autogestão, autossuficiência e preservação com produção de excedentes negociáveis para a economia nacional e internacional” (LEFF, 2009, p. 142), sua proposta defende a necessidade de um “balanço entre crescimento econômico e conservação de recursos naturais” (LEFF, 2009, p. 28).

Mesmo com essas incoerências, e talvez em função delas, Enrique Leff é um dos principais autores nos debates sobre ecologia na América Latina, como já afirmei. Sua trajetória demonstra o inevitável, sua cooptação pelo sistema. A crítica fica presa no horizonte teórico da racionalidade capitalista que não tolera propostas de relação com a natureza que escapem ao processo de acumulação. Fica mais claro, agora, o motivo pelo qual Leff (2006) precisa refutar a teoria do valor, o que faz sem convencer. A abordagem da racionalidade ambiental oscila entre a utopia ingênua, nos momentos em que se refere à acumulação; e a dissimulação, quando prega o discurso aparentemente ambivalente do desenvolvimento sustentável. A teoria é confusa e o discurso é solto o suficiente para acomodar conceitos diversos e, por isso, seus argumentos erram em diferentes contextos, influenciando desde análises pretensamente críticas às formas capitalistas de apropriação da natureza, como em

Alimonda (2011) e Soler e Dias (2008), até concepções tecnocráticas hegemônicas, através de sua atuação no PNUMA.

A abordagem de Martínez-Alier, do ponto de vista teórico, é diferente. No entanto, segue por destinos semelhantes à de Leff. O próximo tópico revisa os argumentos do ecologismo dos pobres e da dívida ecológica.

### **2.1.2 O ecologismo dos pobres e a dívida ecológica**

O economista catalão Joan Martínez-Alier (1995; 1997; 2008; 2009; 2011) é editor da revista espanhola *Ecología política* desde 1991, e foi Presidente da Associação Internacional de Economia Ecológica. Diferente de Leff (2001; 2006; 2009), se fundamenta em dados empíricos sobre trocas de matéria e energia, bem como em pesquisas sobre movimentos sociais, para concluir que existe uma desigualdade em termos de energia no comércio de mercadorias, o que se reflete nas condições de vida dos pobres do Sul. **O ecologismo dos pobres** é precisamente a percepção de que os movimentos sociais dos pobres são movimentos ecologistas “enquanto seus objetivos forem definidos em termos das necessidades ecológicas para a vida: energia (incluindo as calorias da comida), água, espaço para se abrigar” (MARTÍNEZ-ALIER, 2009, p. 13). O conceito do ecologismo dos pobres aponta para a existência de muitas lutas pela defesa da natureza enquanto meio de reprodução social em diversas partes do mundo. A diversidade desses movimentos em suas distintas culturas, línguas, tradição, ambiente físico etc. fez o autor perceber que existe uma pluralidade de linguagens e formas de valoração da natureza, “valores que se expressam em distintas escalas”, e que por isso mesmo, “não são comensuráveis” (MARTÍNEZ-ALIER, 2011, p. 18). A contribuição do autor, no entanto, termina aqui. Seu referencial teórico, como será visto, não lhe permite escapar da incorporação das distintas linguagens de valoração pela linguagem uníssona do capital. Isso faz com que a tragédia anunciada se concretize, assim como em Leff: o argumento do ecologismo dos pobres acaba por validar estratégias de incorporação de distintas perspectivas à lógica reprodutiva do capital, fazendo com que as consequências do argumento do ecologismo dos pobres sejam as mesmas de sua causa.

“A necessidade de sobrevivência”, segundo Martínez-Alier (2009, p. 13), “faz com que os pobres sejam conscientes da necessidade de conservar os recursos”. A dificuldade, no entanto, é descobrir essa consciência, porque ela não utiliza a “ecologia científica”, e sim linguagens locais, indígenas e religiosas. Diante dessa dificuldade, o autor aposta no pluralismo “de valores incomensuráveis entre si para evitar que a ciência econômica se converta em um instrumento de poder na tomada de decisões” (MARTÍNEZ-ALIER, 2008, p. 31). A questão, então, se voltaria para o tema de como lidar com instrumentos de poder na

tomada de decisões. O autor, no entanto, não vai para esse lado. O fundamento teórico da economia ecológica não admite que existem relações de poder nas trocas de mercadorias, apenas relações de energia.

A crítica ecológica da economia questiona a capacidade do mercado para valorar com exatidão esses efeitos. A economia ecológica não é necessariamente pessimista com relação ao crescimento econômico, apenas sinaliza que não é possível prognosticar se haverá ou não crescimento a partir de modelos econômicos em que os fluxos de energia e materiais estão ausentes. (MARTÍNEZ-ALIER, 1995, p. 54)

A economia ecológica não vê apenas o fluxo monetário nas trocas, mas também o fluxo de energia e as externalidades sistêmicas em termos de energia e matéria. A noção de ‘externalidade’, da economia neoclássica, ganha outra perspectiva: as externalidades, segundo Martínez-Alier (2011, p. 3), “não são falhas esporádicas de mercado ou de ação de governos, mas adquirem caráter sistêmico, inevitável. A economia humana é um subsistema físico mais amplo [...]. Não existe uma economia circular fechada”. A economia é um sistema aberto, de um lado para permitir a entrada de insumos da natureza, de outro porque gera externalidades. Os preços e as mercadorias, categorias da economia neoclássica, ocultam a matéria que se troca. Se uma mercadoria é feita de matéria-prima e trabalho, a economia ecológica entende que tal mercadoria não é apenas preço, mas também natureza: matéria e energia. A economia ecológica busca, nesse sentido, ver trocas energéticas sob a superfície das trocas. Nesse fluxo, a distribuição desigual dos impactos é o que faz da economia um sistema desigual, uma vez que as trocas poderiam ser justas do ponto de vista econômico, mas gerariam impactos ambientais apenas visíveis do ponto de vista ecológico. A economia é um sistema de transformação de energia com externalidades ecológicas e os que mais sofrem os impactos são os pobres.

Essa perspectiva abre novas formas de compreender o comércio de mercadorias, apontando para o fato de que há, por exemplo, um intenso fluxo de energia de países do Sul na direção do Norte. Uma das conclusões da economia ecológica que Martínez-Alier (2009, p. 14) enfatiza é a dívida ecológica. “Essas exportações baratas do Sul se consegue pagando pouco (já que, em geral, os pobres vendem barato) e prescindindo dos custos ambientais”. A dívida ecológica<sup>27</sup> é o outro lado da moeda da dívida externa. Ou seja, a dívida externa apenas existe porque há uma grande transferência de energia do Sul para o Norte. Se a dívida ecológica fosse considerada, seria um alívio à dívida externa. No entanto, “a ideia de uma

---

<sup>27</sup> A dívida ecológica pode ser definida, mais especificamente, em termos de “custos de reprodução, sustentação ou manejo sustentável dos recursos naturais renováveis exportados”; “custos atualizados da não disponibilidade futura dos recursos não renováveis destruídos”; e “custos de reparação (não pagados) das consequências da importação de resíduos tóxicos sólidos ou líquidos” (MARTÍNEZ-ALIER, 1997, p. 17).

Dívida Ecológica até agora não teve nenhum efeito político” (MARTÍNEZ-ALIER, 1997, p. 2).

Se a abordagem da economia ecológica tenta ver as trocas no nível de análise mais profundo, o da energia, existe um nível de análise ainda mais profundo que o da energia, o do valor, que explica que as trocas de energia são parte de relações socialmente estabelecidas. Por mais que a energia seja parte dos fluxos, esses estão condicionados às regras sociais e à luta de classes. Analisados pela ótica do valor, os fluxos da economia capitalista, seja em termos de mercadorias ou de energia, fazem parte de um sistema de dominação de classes que necessita da existência de um contingente de pobres.

No entanto, Martínez-Alier não percebeu as conexões da percepção de Marx sobre o metabolismo social com a economia capitalista organizada pela lógica da criação de valor. Para ele, o “metabolismo da sociedade que Marx mencionou em *O Capital*” não foi desenvolvido (MARTÍNEZ-ALIER, 2008, p. 29). O autor não entendeu que o desenvolvimento que Marx deu para a questão do metabolismo social na sociedade capitalista é justamente sua explicação para o sistema através do conceito de capital, já que é essa a relação que assume o protagonismo na organização do metabolismo social. Essa incompreensão leva o autor a repreender a economia Marxista porque “não levou em consideração as consequências do esgotamento de recursos e outros efeitos irreversíveis sobre a ‘reprodução’ dos sistemas econômicos, sobre sua dinâmica, crescimento e crise” (MARTÍNEZ-ALIER, 1995, p. 56). Assim como Leff, Martínez-Alier faz uma leitura estática de Marx<sup>28</sup>, deixando de lado sua contribuição para as questões ecológicas e ambientais atuais e se concentrando no tema das forças produtivas. Para ele, “a economia marxista carece (assim como a economia neoclássica) de uma visão entrópica” (MARTÍNEZ-ALIER, 1995, p. 56)<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Outro exemplo dessa leitura estática e insuficiente é a constatação de que “Marx não disse que os preços agrícolas não apenas deveriam pagar os custos da reprodução atual como também assegurar a fertilidade da terra a longo prazo” (MARTÍNEZ-ALIER, 1995, p. 56). Ora, isso é precisamente ao que Marx se refere ao mencionar o processo de produção como um processo de reprodução: não apenas a produção de novos produtos, mas a reposição daqueles que foram consumidos na produção, ou seja, a sociedade apenas pode “reproduzir ou manter sua riqueza no mesmo nível, substituindo durante o ano, por exemplo, os meios de produção consumidos” (MARX, 2009, p. 661).

<sup>29</sup> Por visão entrópica o autor se refere à percepção das trocas e do trabalho humano em termos de energia. “Para que uma economia seja sustentável, a produtividade energética do trabalho humano (isto é, quanta energia é produzida por dia de trabalho humano) deve superar (ou igualar, se todos trabalham) a eficiência da transformação da energia dos alimentos convertida em trabalho humano” (MARTÍNEZ-ALIER, 2009, p. 72). Isso é o que chama de ‘princípio de Podolinsky’, físico ucraniano pioneiro nos estudos sobre a entropia. Especificamente com relação a essa discussão, Foster e Burkett (2004) contestam a afirmação de Martínez-Alier de que o Marxismo não percebe a entropia nos processos sócio-metabólicos, e de que Marx e Engels se recusaram a reconhecer a importância dos fluxos materiais e de energia na teoria do valor, o que será aprofundado mais adiante neste capítulo. A polêmica parte da afirmação de Martínez-Alier, segundo a qual Marx

Por deixar de lado a teoria do valor, e junto com ela a luta de classes em torno à apropriação do mais valor, Martínez-Alier (1997, p. 2) não pode ir além da asserção de que os custos ambientais da produção primária no Sul não estão incorporados nos preços. Em outros termos, não vê mais do que o fato de que, nessas trocas, existem “serviços ambientais proporcionados grátis” (MARTÍNEZ-ALIER, 1997, p. 2). Se esse é o diagnóstico, a conclusão não pode ser outra que um ‘ajuste ecológico’, não em termos de classes ou de novas relações sociais, e sim através de acordos na esfera do mercado internacional.

A única maneira de impor o ‘ajuste ecológico’ ao Norte seria através de preços de exportações de petróleo e outras matérias-primas que fossem mais altos, deixando assim de proporcionar serviços ambientais gratuitos, e com regulamentação internacional controlada por Nações Unidas mais democráticas e ecológicas (MARTÍNEZ-ALIER, 1997, p. 9).

Pagar a dívida ecológica resolveria o problema ecológico? O simples pagamento pela transferência de energia não resolve o problema de fundo da economia mundial em termos ecológicos, caracterizado por aquilo que Marx denominou uma falha metabólica: a desconfiguração de dinâmicas ecológicas pelo deslocamento de matéria orgânica de um lugar a outro. O problema colocado por Martínez-Alier começa a migrar de uma questão ecológica para uma questão econômica, na qual a atribuição de preços que reflitam custos ambientais resolveriam os problemas, justamente aquilo que critica na economia neoclássica.

Assim como o autor confia nos círculos de poder para regular e controlar o ajuste ecológico, confia também na possibilidade de resolver o problema das linguagens de valoração mantendo o *status quo* do poder internacional. “Não se trata de mercantilizar a natureza”, se defende Martínez-Alier (1997, p. 18), mas de “usar a linguagem e as ideias do ‘pensamento único’ economicista que impera nos centros de poder do mundo, para propor o tema da Dívida Ecológica”. Essa foi a proposta da iniciativa *‘The economics of ecosystems & biodiversity (TEEB)’*, encomendada pelo G8+5 e abraçada por instituições como a União Européia e a *United Nations Environmental Programme (UNEP)*. Martínez-Alier figura no conselho consultivo da iniciativa, que teve como objetivo “mostrar como conceitos e

---

teria se recusado a debater a perspectiva energética com Podolinsky. Ao retomar os documentos disponíveis acerca das discussões entre Engels e Podolinsky, Foster e Burkett (2004) comprovam que não houve negligência de Marx e Engels com relação ao trabalho de Podolinsky. Pelo contrário, ambos – principalmente Engels – submeteram a proposta de Podolinsky a um exame minucioso e crítico. A proposta oferecia uma perspectiva teórica na qual se poderia explicar a teoria do valor por meio de cálculos energéticos. O problema, de acordo com Marx e Engels, era que ela exigiria reduzir o trabalho humano a entradas e saídas de energia, além de traduzir os fluxos energéticos resultantes do trabalho em termos de valores de mercadorias. “Na análise de Marx”, argumentam os autores, “o valor abstrato do trabalho deve ser objetivado em valores de uso realizáveis, e nem os valores de uso nem tampouco o trabalho humano e as condições naturais que os produzem podem ser reduzidos a termos puramente energéticos” (FOSTER e BURKETT, 2004, p. 41). Trata-se de uma incomensurabilidade entre duas perspectivas que, apesar de fornecerem explicações para um mesmo fenômeno, estão em espaços de análise diferentes.

ferramentas econômicas podem ajudar a sociedade com os meios para incorporar os valores da natureza na tomada de decisão” (SUKHDEV et al., 2010, p. 3); além de incluir o meio ambiente nos serviços financeiros, encabeçados pela ONU (SUKHDEV et al., 2010)<sup>30</sup>.

No fim das contas, o que o autor defende é que “as decisões econômicas seriam melhores ao dar valor monetário aos recursos”, mas insiste, ingenuamente, em que “não devemos esquecer outras considerações” (MARTÍNEZ-ALIER, 2008, p. 31). Os pobres que lutam pela natureza enquanto meio de reprodução da vida ecoam cada vez mais longe na abordagem de Martínez-Alier, que não pode resistir à hegemonia do pensamento único, precisamente porque não se muniu de uma teoria suficientemente radical que mostraria, por exemplo, que utilizar a linguagem do pensamento único é o mesmo que pensar com o pensamento único. Fica, portanto, preso em um beco sem saída. Na ânsia de ver um mundo mais verde, no qual os pobres não sejam submetidos pelo avanço do capital sobre suas condições de reprodução, fica preso na manutenção da mesma organização econômica capitalista regulada por entidades supranacionais que produz essa submissão.

As intenções são boas: estabelecer um sistema mais justo; encontrar, nos fluxos energéticos e monetários, formas mais justas de distribuir a riqueza e os impactos sistêmicos com base na premissa de que “a reivindicação dos recursos e serviços ambientais de outros grupos, dispondo de diferentes títulos ou diferentes níveis de poder, pode ser sugerida argumentando-se dentro de um único sistema de interesses e percepções culturais distintos” (MARTÍNEZ-ALIER, 2009, p. 353).

Se existem tantas formas distintas de valorar a natureza, tantos sistemas de valoração, por que o valor monetário domina as trocas, criando uma massa de pobres ao redor do mundo e deslocando comunidades? No fim das contas, o argumento pela consideração dos fluxos energéticos e por formas diversas de valorar a natureza é incorporado pelo capital e convertido em novos canais por onde flui o valor monetário. Em outros termos, o capital pode se apropriar da existência de diferentes linguagens de valoração e encontrar ali novos canais por onde flui o dinheiro, carregando consigo o valor e sua lógica. A questão, portanto, não é como atribuir valor à natureza, mas como subsidiar concepções emergentes de valor social capazes de transformar todas as dimensões do metabolismo social.

Apesar de suas diferenças, Leff e Martínez-Alier têm semelhanças. Procurei demonstrar como a crítica que fazem, cada um a seu modo, encontra limites no plano teórico e quanto às consequências políticas: a cooptação e a reprodução do sistema que almejam

---

<sup>30</sup> A esse respeito, ver a crítica à economia verde desde uma perspectiva Marxista feita por Misoczky e Böhm (2012).

criticar. A racionalidade ambiental de Leff se transforma em um saber ambiental funcional à atividade capitalista; as diferentes formas de valorar a natureza de Martínez-Alier são novos canais pelos quais diferentes linguagens podem ser incorporadas ao sistema. Meu argumento é que esses limites se fundam na incapacidade de levar a crítica às dimensões ontológicas do ser social, ou seja, a incapacidade de fazer uma “crítica ontológica”, nos termos de Lukács (1979), o que está associado a seu rechaço à teoria de Marx.

Ambos os autores são referências importantes nos debates sobre a natureza, citados em inúmeras análises e sempre considerados nos debates, principalmente no contexto latino americano, mas não apenas nele. Influenciam, dessa forma, ativistas, acadêmicos, intelectuais e grupos diversos comprometidos com a necessidade de resguardar seus modos de vida. Por tudo o que já foi dito, acabam por desmobilizar a luta social através daquilo que tenho qualificado, com Gramsci (2006), de concepções hegemônicas. Os discursos são imprecisos e estreitos do ponto de vista teórico. Esse defeito, para a hegemonia capitalista e sua necessária cooptação de propostas contra hegemônicas, é uma qualidade: acomoda, referencia e influencia o conhecimento produzido acerca da apropriação da natureza, inclusive de perspectivas orientadas pela necessidade de revolucionar formas de vida existentes, convertendo-as à lógica do capital.

O terceiro autor a ser trabalhado nesse item é o sociólogo argentino Héctor Alimonda, que tem defendido o programa de estudos da Modernidade/colonialidade, bem como da história ambiental. Ambas essas perspectivas incorporam os argumentos revisados acima, e potencializam sua influência pela atuação de Alimonda no campo da ecologia política latino-americana. O próximo item se dedica a essas abordagens.

### **2.1.3 O programa de estudos da Modernidade/colonialidade**

O sociólogo argentino Héctor Alimonda (2006; 2011) coordena o Grupo de Estudos de Ecologia Política do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), e tem organizado publicações e eventos sobre o tema em vários países da região. Sua abordagem incorpora tanto os argumentos de Leff, quanto os de Martínez-Alier. Mais especificamente, propõe o programa de estudos da ‘Modernidade/colonialidade’, bem como sua fertilização com a perspectiva da ‘história ambiental’. Além de fortalecer concepções hegemônicas, o que faz ao reproduzir os argumentos apresentados nos itens anteriores, Alimonda contribui para a

disseminação de teorias e perspectivas insuficientes em relação aos temas que se propõe a analisar, reproduzindo a interpretação determinista que vincula Marx ao produtivismo<sup>31</sup>.

O programa de estudos da Modernidade/colonialidade se fundamenta no sentido atribuído pelo colombiano Arturo Escobar (2003) à ‘modernidade’, um fenômeno essencialmente europeu, que data do século XVII, caracterizado pela existência de instituições tais como o Estado-nação, uma ordem baseada nos construtos da razão e pelo antropocentrismo: “a noção de ‘Homem’ como o fundamento de todo o conhecimento e ordem do mundo, separado do natural e do divino” (ESCOBAR, 2003, p. 56). A crítica à modernidade, desde a perspectiva de Escobar (2003, p. 56), é que

a modernidade não conseguiu construir uma realidade total, mas impulsionou um projeto totalizante orientado para a purificação das ordens – separação entre nós e eles, natureza e cultura – ainda que, inevitavelmente, apenas produziu nesse processo híbridos desses opostos.

A ‘colonialidade’, por sua vez, é o oculto da modernidade, é constitutiva da modernidade e seu oposto. Ao invés de homogênea, é marcada por diferenças. Essas diferenças fazem da colonialidade um espaço epistemológico e político privilegiado. Por serem duas dimensões de uma mesma realidade, compreender a modernidade exige compreender a relação modernidade/colonialidade. Na definição de Mignolo (2003 apud ESCOBAR, 2003, p. 62),

a colonialidade é o lugar de enunciação que revela e denuncia a cegueira da narrativa da modernidade desde a perspectiva da própria modernidade, e é, ao mesmo tempo, a plataforma da pluriversalidade, de projetos diversos provenientes de histórias locais tocadas pela expansão ocidental [...], onde a questão de linguagens e conhecimentos são cruciais.

Alimonda (2011, p. 27) se refere a essa perspectiva como um ‘giro descolonial’, no qual pode aflorar uma diversidade epistêmica na tentativa de descobrir “uma pluralidade de lugares de enunciação, passados e presentes, em relação crítica ou de resistência com respeito à modernidade colonial”. O intuito é abrir caminhos de conhecimento para captar e compreender distintas linguagens, visões de mundo e projetos, diferenças apagadas pelo projeto moderno, e que estão espalhadas no tempo e no espaço. “Isto supõe”, segundo Alimonda (2011, p. 27), “a escritura das narrativas da modernidade desde outro lugar, revalorizando as culturas e os povos dominados e suas histórias de resistência”. As conexões com os argumentos dos autores revisados anteriormente são muito visíveis: a tônica do projeto modernidade/colonialidade está nas culturas e na linguagem das diferenças. Mas não

---

<sup>31</sup> Argumento semelhante é defendido pelo sociólogo brasileiro Elmar Altvater (2011, p. 2), para quem o Marxismo, por ser tributário da filosofia idealista, é ambivalente, pois resgata dessa filosofia e do liberalismo a ideia de que a natureza é um “conjunto de recursos que podem ser utilizados à vontade”.

apenas nisso, a questão é colocada na relação entre sociedade e natureza, ou seja, seria possível narrar novamente a história do continente desde essa relação.

Em termos mais práticos, a abordagem modernidade/colonialidade, segundo o autor, inclui a análise dos seguintes pontos:

- a) a racionalidade das formas estatais e das empresas coloniais ibéricas; b) a acumulação originária de capital que deram origem a essas conquistas; c) a apropriação da biodiversidade natural dos trópicos como fundamento da modernidade; d) a aparição de princípios da missão evangelizadora e da superioridade europeia como articulações centrais do imaginário colonial eurocêntrico (ALIMONDA, 2011, p. 23).

No que se refere à ecologia, segundo Escobar (2003, p. 77), “existe um esforço contínuo para desenvolver um quadro latino-americano de uma única perspectiva geopolítica sobre a questão da natureza”. Para ele, a crise ambiental atual é uma crise da modernidade, que não possibilita mundos sustentáveis; e do pensamento, porque o pensamento logocentrista alimenta as práticas destrutivas da modernidade. Há, no entanto, um “pensamento latino-americano emergente sobre as lutas e conhecimentos indígenas, camponeses, étnicos e outros grupos subalternos para imaginar outras formas de ser”. A formulação ecoa novamente o argumento de Leff (2006): “repensar a produção na direção de uma nova racionalidade ambiental e um diálogo entre outras formas de conhecimento para a construção de novas racionalidades ambientais” (ESCOBAR, 2003, p. 78).

É aqui que o programa de estudos da modernidade/colonialidade encontra a história ambiental. Apesar de buscar uma “visão da história latino-americana a partir das relações entre as sociedades aqui estabelecidas e a natureza” (ALIMONDA, 2011, p. 28), a história ambiental tem origem no contexto estadunidense, mais precisamente com trabalhos de Donald Worster e James O’Connor. Esse último define a história ambiental como “a história do planeta e sua gente, da vida de outras espécies e da matéria orgânica, na medida que essas têm sido modificadas pelas produções materiais e mentais dos seres humanos e, por sua vez, as tem tornado possíveis ou impossíveis” (O’CONNOR apud ALIMONDA, 20, p.29).

O campo da história ambiental está se expandindo na América Latina. Alimonda (2011, p. 32) a define como “o estudo das interações entre sociedades humanas e o meio natural ao longo do tempo, e das consequências que delas derivam para ambos”. Na definição de Herrera (1996), o estudo da história ambiental propõe cinco problemas centrais: o meio biofísico natural em sua relação com as modalidades de artificialização; as formas de organização social e as modalidades de artificialização; a racionalidade histórica desses estilos; as circunstâncias que originam e orientam esses estilos; e os termos no quais esses

fatores condicionam nossas possibilidades de compreensão dos problemas ambientais, bem como as opções de ação.

A história ambiental, segundo Alimonda (2011), se separa das “versões clássicas ou canônicas” do Marxismo, porque não compartilha o otimismo do desenvolvimentismo e do progresso. Para ele, o *mainstream* da tradição Marxista interpreta de forma mecânica o desenvolvimento das forças produtivas, sem ter em conta todas as suas dimensões. “A história ambiental”, no entanto, “ao incorporar dimensões problemáticas que a perspectiva do desenvolvimento deixa de fora de sua análise, chama a atenção sobre os custos ocultos de processos que às vezes são glorificados pela história econômica” (ALIMONDA, 2011, p.32). O autor, ao dialogar com o que entende serem versões canônicas, ou *mainstream* do Marxismo, exclui a possibilidade de encontrar contribuições na obra de Marx. Mas isso não é feito sem ambivalências. Ao mesmo tempo em que se separa do Marxismo, o autor reconhece que a “principal discussão teórica estabelecida com o surgimento da ecologia política e a história ambiental está referida à sua relação com o pensamento de Karl Marx, que evidentemente tomou como ponto de partida de sua obra a relação humanidade – natureza” (ALIMONDA, 2006, p. 49). Ou seja, o autor reconhece que a ecologia política e a história ambiental são tributários da percepção de Marx sobre o metabolismo social. Isto sugere que não apenas Alimonda, mas também Leff e Martínez-Alier, fazem uma leitura seletiva da obra de Marx, na qual a dimensão ontológica da existência humana – o metabolismo social – funda uma perspectiva de análise que, contraditoriamente, nega a dimensão que explicita a organização desse mesmo metabolismo social na sociedade capitalista – o valor. Em outros termos, adotam de Marx sua concepção da relação entre de seres humanos e natureza, mas rechaçam sua explicação dessa relação pela perspectiva do valor, da acumulação e da luta de classes<sup>32</sup>.

Isso também aparece na afirmação de que, na perspectiva da história ambiental, “o processo de reorganização da produção em função de sua orientação a mercados distantes tem mais importância explicativa que a questão das relações de produção” (ALIMONDA, 2011, p. 17). Ou seja, na sua interpretação do Marxismo, as relações de produção estariam isoladas da reorganização da produção em sua conexão com os mercados. Diferente é a abordagem que

---

<sup>32</sup> Outro indicativo dessa ambivalência é afirmação de Alimonda (2011) de que a história ambiental adota a concepção de Rosa Luxemburgo segundo a qual a colonialidade é parte constituinte da acumulação de capital, seu reverso fundante e necessário. Esse argumento foi abordado no capítulo anterior, no tema da acumulação primitiva em Marx (1990), redefinida como uma acumulação por espoliação por Harvey (2010), a partir do argumento de Luxemburgo (1951). Se interpretei o argumento de Rosa Luxemburgo como uma continuidade da teoria de Marx, Alimonda (2011) prefere utilizar a expressão ‘ruptura’, uma forma de se separar de Marx, mas na realidade utilizando sua teoria nesse ponto fundamental.

defende: há uma hierarquia de momentos, na qual a reorganização da produção tem relevância sobre as relações de produção. “Se a chamada Mata Atlântica brasileira foi destruída para plantar açúcar ou café”, segundo Alimonda (2011, p. 38), “desde um ponto de vista ambiental pouco importa que a força de trabalho utilizada tenha sido escrava ou assalariada”.

O autor assim revela uma fragilidade fundamental na sua percepção sobre a história do capitalismo na América Latina: o fato de que as formas destrutivas da apropriação da natureza estão diretamente relacionadas à organização e às relações de produção historicamente estabelecidas pelos impérios; e que isso está conectado, também, e não como momento precedente, com a necessidade de abastecer mercados distantes. Fortalece, assim, minha constatação de que o argumento político econômico de Marx é ignorado nas suas análises. Isso, no entanto, tem seu preço, que é o desenraizamento da análise. A história ambiental é a história das conquistas, das formas de vida deslocadas pela modernidade, inclui tradições, linguagens e racionalidades, momentos fundamentais para compreender a história e alcançar um pensamento autônomo. Insuficientes, no entanto, se não explicados pelos nexos que os ligam à produção de valor e aos condicionantes que dela emanam<sup>33</sup>.

Sem essas conexões, a crise ambiental atual, que em Leff (2006) é uma crise de conhecimento, se torna uma “crise da modernidade”, sendo que essa, na forma como é definida pelos autores, inclui todos os seus aspectos, menos o capitalismo. O giro descolonial afirmado por Alimonda (2011), se não for parte de um giro ontológico, tal como defini no início desse trabalho, corre o risco, como observei nos trabalhos de Leff e Martínez-Alier, de não compreender o problema. O mesmo pode ser dito acerca dos autores que têm analisado formas específicas de apropriação capitalista da água na América Latina, muito em função da influência dos autores acima trabalhados.

#### **2.1.4 Análises sobre a apropriação capitalista da água no contexto latino-americano**

No contexto latinoamericano, nas análises sobre a apropriação capitalista da água, prevalece uma abordagem teórica que aceita a influência dos autores revisados anteriormente. As consequências são análogas: a superficialidade no trato das questões relacionadas à apropriação capitalista da água, muito em função do rechaço à contribuição da teoria de Marx para o tema; e a produção de teorias que não alcançam a crítica ontológica realizada, em potencial, na luta concreta dos movimentos.

---

<sup>33</sup> É preciso mencionar que, apesar de Alimonda (2011) afirmar que a história ambiental tem como pioneiro o economista James O'Connor (que será trabalhado mais adiante), e, ao mesmo tempo, argumentar que essa perspectiva se separa do Marxismo, O'Connor (1998, p. 52) afirma que “o método dos historiadores ambientais se inclina na direção da única ciência social totalizante: o Marxismo”.

No contexto brasileiro, o geógrafo Carlos Porto-Gonçalves (2008a; 2008b) tem analisado o tema da água de forma abrangente e crítica. Para ele, além de uma questão agrária e uma questão urbana, existe uma questão da água.

A análise da água requer, o tempo todo, que se a considere na sua geograficidade, isto é, na inscrição concreta da sociedade na sua geografia, com as suas diferentes escalas local, regional, nacional e mundial imbricadas num processo complexo de articulação ecológico e político. Só assim se explica o porquê da transferência para os países ricos em água de várias atividades altamente consumidoras, como assinalamos para as indústrias de papel e celulose e de alumínio (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 446).

Suas análises, no entanto, não alcançam a raiz dos ‘porquês’ que quer explicar. Esses, para o autor, não estão na lógica do valor e seus condicionantes na apropriação capitalista da natureza, mas na “crise da racionalidade instrumental hegemônica na ciência da sociedade moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 417). Assim como observei na abordagem de Leff (2009), esse autor prioriza as racionalidades envolvidas nas crises da água e ambiental, e o importante fato de que “diferentes culturas e, com elas, diferentes modos de se relacionar com a natureza também vão sendo extintos” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 417). A ênfase nas racionalidades e nas linguagens, no entanto, prejudica a consideração dos aspectos estruturais mais profundos da economia capitalista que traz, de forma inevitável, a crise em suas várias manifestações.

A Argentina tem uma posição de destaque na produção intelectual latinoamericana no campo das ciências sociais. Muitas publicações nesse País se referem à apropriação capitalista da água em atividades diversas. Refletem, desta forma, as lutas sociais contra atividades como o agronegócio e, principalmente, a mineração a céu aberto.

É o caso de Maristella Svampa (2011), que analisa a apropriação da natureza e as resistências camponesas, indígenas e urbanas tendo como referências principais o ‘ecologismo dos pobres’ de Martínez-Alier (2009) e a categoria de ‘território’, concebida duplamente “como hábitat e comunidade de vida” (SVAMPA, 2011, p. 190). Para ela, as atuais lutas sociais relacionadas à natureza em geral e os conceitos emergentes tais como os bens comuns, o *buen vivir* e a soberania alimentar são expressões de um ‘giro eco-territorial’, o cruzamento de uma matriz indígena e comunitária com a linguagem ambientalista. “O resultado é a potencialização de uma linguagem de valoração acerca da territorialidade, que se opõe radicalmente ao discurso eco-eficientista e à visão desenvolvimentista” (SVAMPA, 2011, p. 190). Nesse sentido, as atividades de mineração a céu aberto são casos nos quais “uma visão da territorialidade se apresenta como excludente das existentes (ou potencialmente existentes), gerando uma ‘tensão de territorialidades (Porto-Gonçalves)’” (SVAMPA, 2011, p. 191).

O problema é que a ênfase nas linguagens de valoração, e o seu corolário prejuízo no entendimento da valoração concreta dada por um sistema estruturado em torno à divisão de classes e transferências de valor em escala global, deixa a análise flutuando nas aparências de um fenômeno muito mais profundo. Não por acaso, Svampa (2011) saúda a iniciativa Yasuní-ITT, pela qual o governo equatoriano se compromete a deixar intocadas as reservas de petróleo que jazem no Parque Nacional Yasuní, na Amazônia daquele País. Como compensação, exige da ‘comunidade internacional’ o equivalente à metade dos *royalties* que seriam cobrados em caso de exploração daquele recurso: 3,6 bilhões de dólares. A iniciativa, proposta em 2007, foi bem aceita entre os círculos do poder internacional e já conta com simpatizantes e investidores de vários países do mundo interessados na novidade (YASUNI ITT, 2013). Para ela, o fato de que o petróleo vai ficar embaixo da terra é o exemplo de um giro eco-territorial. O que esse ‘giro’ oculta, por outro lado, é que o Parque Yasuní entrou em outro circuito do capital, tendo financiadores definidos pelas dinâmicas da bolsa de valores. Tem, portanto, uma nova forma de propriedade privada. Isso, no entanto, escapa à análise da autora, porque o ‘território’, em sua definição, é uma categoria que exclui as dinâmicas do valor nas diferentes escalas.

Já o também argentino Horácio Aráoz (2010a), ao articular a atividade da mineração a céu aberto com o discurso da escassez<sup>34</sup>, chega a uma compreensão mais ampla: a mineração contribui materialmente para a produção do discurso global da escassez.

Produzindo localmente a escassez, os recursos hídricos se tornam mais críticos, ‘forçando’ assim o despego de práticas de mercantilização; isto é, impulsionando a apropriação privada de um bem público, a atribuição de um valor-de-troca, e finalmente, a distribuição mediada pelo dinheiro. O paradoxal de tudo isso é que o próprio ‘discurso institucional da escassez’ oculta e promove, por sua vez, as mesmas práticas hidrocidas que estão na raiz da ‘falta de água’ como expressão da desordem ecológica global. (ARÁOZ, 2010a, p. 85)

As consignas do movimento que resiste às atividades de mineração na Argentina, tais como ‘*El agua no se vende, el agua se defiende*’ e ‘*El agua vale mas que el oro*’, indicam, para o autor, uma ‘contradição semiótico-política’: “uma visão da água completamente antagonica à outra; formas e regras de uso, valoração e distribuição também incompatíveis” (ARÁOZ, 2010a, p. 85). Tais visões são as que ele chama de ‘água científica’, a água racionalmente usada para possibilitar o maior rendimento possível, e de ‘água sagrada’, que

---

<sup>34</sup> O tema da escassez é central nas discussões atuais acerca da água e será trabalhado no próximo capítulo. Para compreender minha crítica a Aráoz (2010a) é suficiente ter em conta que existe um discurso que afirma a escassez universal da água, e que funciona mais como justificativa retórica para a inclusão da água na circulação do capital do que como uma proposição política e consciente de que as formas capitalistas de apropriação da água estão levando a seu esgotamento.

desafia e provoca a racionalidade ocidental. Apesar de também se referenciar em conceitos que priorizam as racionalidades, as identidades e as formas diversas de valoração, Aráoz (2010a) indica outros caminhos para avançar em uma compreensão mais ampla do tema da água, ao propor uma articulação de suas diferentes dimensões.

Este autor incorpora a compreensão de Marx acerca da relação sócio metabólica, entre sociedade e natureza, organizada pelo valor na sociedade capitalista. “A organização colonial do mundo”, afirma Aráoz (2010b, p. 40), é “a configuração do capitalismo como novo regime eco-bio-político de produção do mundo”. O capital “institui as formas modernas de representação, apropriação e disposição tanto da natureza interna (corpo, trabalho) como da natureza externa (materiais, energia, territórios) para a realização da acumulação de valor” (ARÁOZ, 2010b, p. 40). Essa compreensão, no entanto, não chega a suplantiar a percepção acerca da apropriação capitalista da natureza fundamentada na concepção de territórios, culturas e linguagens. Em outros termos, o avanço capitalista seria mais uma questão de deslocamentos identitários e de formas de conhecimento do que de apropriação de natureza e de valor entre classes em escala global. Isso, assim como em Svampa (2011), é uma clara influência dos autores trabalhados anteriormente.

A tentativa de Aráoz (2010b) de articular, no plano teórico, o tema da mineração ao tema da escassez vai no mesmo sentido do argumento de Beltrán (2010, p. 1): é necessário articular o aquecimento global com as crises da água porque “o derretimento dos glaciares afeta os equilíbrios hidrológicos produzindo secas e mudanças nos ecossistemas que os rodeiam”. De certa forma, é o que propõem, também, Carrizo e Berger (2010, p. 21), ao defender “mecanismos de alerta nas estruturas acadêmicas e estatais para não reproduzir formas de expertocracia”, bem como “não aprofundar antagonismos conceituais, cujo efeito performativo pode contribuir para fragmentar ainda mais as lutas”. Essas declarações foram dadas pelos autores no encontro organizado pela rede Waterlat, uma “rede de pesquisas voltada para o tema da Governabilidade e da Cidadania na Gestão da Água e da Saúde Ambiental na América Latina e no Caribe” (WATERLAT, 2013, p. 1). No contexto latino-americano, a rede Waterlat é um espaço que busca articular pesquisadores envolvidos no tema da água. Manifesta, também, a influência dos argumentos aqui revisados, assim como suas insuficiências.

A rede é formada por pesquisadores de vários países, principalmente da América Latina. Dentre seus objetivos está a contribuição para “o debate teórico e metodológico relacionado com a pesquisa de temas sobre a água” (WATERLAT, 2013, p. 1). Apesar da linha de pesquisa relacionada ao “caráter capitalista do governo e a gestão da água”, a análise

das principais publicações, programações e anais dos eventos, mostra que são poucos os avanços em termos de alcançar uma compreensão de como a “dinâmica central que estrutura majoritariamente as ações de governo e gestão da água no âmbito mundial ocorre de acordo com o processo de acumulação do capital” (WATERLAT, 2013, p. 1). Minha suposição, tal como tenho observado em outras publicações, é que isto está relacionado aos referenciais teóricos priorizados pelos pesquisadores que compõem a rede: a sociologia ambiental, a geografia urbana, as políticas públicas, a economia ecológica e a economia dos serviços públicos (WATERLAT, 2013). A rede Waterlat, assim como os principais autores que trabalham com o tema da apropriação capitalista da água no contexto latino-americano, reproduzem as insuficiências teóricas herdadas das principais influências nesses debates. Isso está relacionado ao entendimento estreito da teoria de Marx por parte desses autores, o que também é influência de Leff (2009) e Martínez-Alier (2009). Svampa (2011, p. 187), por exemplo, aceita que as críticas do movimento ecologista da Europa e dos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970 puseram em questão “alguns dos pilares do pensamento de Marx, claro herdeiro da modernidade”. Aceita, portanto, a interpretação produtivista de Marx, largamente discutida na primeira parte deste trabalho.

É preciso, portanto, fazer uma crítica da ecologia política em debate na América Latina. Meu argumento é que o único conhecimento capaz de fortalecer as lutas da vida real é aquele que emerge nas práticas, o que esses autores não conseguem fazer. Seus trabalhos se dedicam a dar visibilidade à diferença que marca a colonialidade, às distintas identidades e linguagens existentes e resistentes na riqueza da vida latino-americana. No entanto, os fundamentos teóricos de seus argumentos desenraizam essas dimensões tornando-se vagos e pouco práticos. É necessário, portanto, fertilizar as práticas sociais existentes de apropriação comum da natureza com a crítica da ontologia do ser social que predomina nas relações capitalistas, e para isso a contribuição de Marx é imprescindível.

O debate teórico acerca das contribuições da teoria de Marx está mais avançado no contexto anglo-saxão, como se verá a seguir.

## 2.2 ECOLOGIA E MARXISMO NO CONTEXTO ANGLO-SAXÃO: O DEBATE MAIS AVANÇADO

O debate no contexto anglo-saxão se volta menos para a diferença, a diversidade e a cultura, e recorre às contribuições da teoria de Marx para compreender o tema da ecologia que, nessa perspectiva, busca articular as várias dimensões da vida. Talvez por este motivo tenham surgido, lá, perspectivas mais comprometidas com uma crítica da ontologia do ser social. Se isso é uma virtude, também é verdade que faltam, nessas perspectivas, os

necessários conceitos que emergem das práticas: a discussão é muito mais no sentido de atualizar as categorias de Marx, apresentando o quadro do sistema capitalista enquanto totalidade global. O intuito desse item é revisar os principais argumentos desenvolvidos naquele contexto, na esteira de Marx<sup>35</sup>.

Os autores foram selecionados, diferentemente do item anterior, pela sua contribuição ao debate e para este trabalho em particular. À exceção do argumento de O'Connor (1998), que contem resquícios de uma interpretação determinista da teoria de Marx, os demais autores avançam na compreensão dialética da apropriação capitalista da natureza. Oferecem, assim, um panorama atual das crises e permitem enraizar as possibilidades de ruptura e superação existentes e espalhados em diversos grupos e comunidades do mundo. Início este item por um dos argumentos pioneiros na discussão, o argumento da segunda contradição do capitalismo.

### **2.2.1 A segunda contradição do capitalismo**

O economista estadunidense James O'Connor (1998) desenvolveu o argumento da “segunda contradição do capitalismo”. Se os autores trabalhados no primeiro item refutam a teoria do valor de Marx e o Marxismo em geral, para O'Connor (1998), Marx estava “meio certo”, pois não percebeu as contradições do capitalismo em todas as suas dimensões. Mais especificamente: “Marx nunca juntou dois com dois para argumentar que ‘barreiras naturais’ pudessem ser barreiras produzidas pelo capital” (O'CONNOR, 1998, p. 160). Marx teria insinuado, mas não desenvolvido a ideia de que as contradições do capitalismo levariam a uma teoria ecológica da crise e das transformações sociais. O argumento da segunda contradição do capitalismo consiste na constatação de que, além da primeira contradição, entre o capital e o trabalho (desenvolvida por Marx), há uma contradição entre o capital e suas condições de reprodução (que, segundo o autor, Marx não desenvolveu). Nesta perspectiva, o capitalismo, ao degradar a natureza, solapa suas próprias condições de reprodução.

O'Connor (1998) divide as correntes do Marxismo em duas, a tradicional e a ecológica. A primeira se ocuparia da contradição entre as forças de produção e as relações de produção, da qual derivam contradições entre a produção e a realização do valor, e entre a produção e a circulação de capital. Na perspectiva tradicional, o capitalismo é orientado por e dependente de crises geradas por estas contradições. As crises, segundo o autor, forçam o capital a enfrentar suas contradições e buscar “formas de forças produtivas e relações de

---

<sup>35</sup> Boa parte da elaboração desse item foi feita a partir de leituras e discussões realizadas durante minha estada na Universidade de Essex, em Colchester (Reino Unido), como parte do Programa de Doutorado Sanduíche financiado pela Comissão Nacional de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes). Além do estudo e dos debates com o Professor Steffen Böhm e seus alunos, participei de duas sessões de um grupo de estudos sobre ecologia e Marxismo, por ele coordenado, e de uma sessão apresentada pelo Professor Antonio Ioris da *University of Edinburgh*.

produção mais sociais”, o que cria “precondições técnicas e sociais para a transição ao socialismo” (O’CONNOR, 1998, p. 163). Trata-se, de acordo com o autor, do argumento de Marx em *O Capital* e das correntes predominantes do Marxismo.

A corrente do Marxismo ecológico não exclui este argumento, mas inclui outro: a contradição fundamental do capitalismo é entre as relações de produção (e as forças produtivas) e as condições de produção<sup>36</sup>. Assim como a corrente tradicional, a ecológica entende que o capitalismo se move em crises periódicas. A diferença é que a crise é a manifestação de formas pelas quais o capitalismo tende à autodestruição, ou seja, “se autodestrói e assim prejudica ou destrói, ao invés de reproduzir, suas próprias condições” (O’CONNOR, 1998, p. 165). Essa é a segunda contradição do capitalismo. Como na perspectiva tradicional, a crise é entendida como um ponto de ruptura que abre a possibilidade do socialismo.

O argumento da segunda contradição do capitalismo é, reconhecidamente, um dos pilares do pensamento ecológico em uma perspectiva crítica. O’Connor (1998) teve o mérito de re-introduzir o Marxismo nos debates sobre ecologia e nas proposições ambientalistas surgidas nas décadas de 1970 e 1980. Do ponto de vista político, seu argumento buscou fundamentar a atuação dos chamados ‘novos movimentos sociais’<sup>37</sup>. Para O’Connor (1998, p. 158), assim como “o Marxismo tradicional ilumina as práticas dos movimentos tradicionais de trabalhadores, pode ser que o ‘Marxismo ecológico’ ilumine as práticas dos novos movimentos sociais”. O contexto era o da emergência de concepções pós-modernas e burguesas sobre o tema da ecologia, tais como “o naturalismo burguês, o neo-malthusianismo, a tecnocracia do Clube de Roma, o romantismo da perspectiva do *deep ecology*, e a ‘*United nations one worldism*’” (1998, p. 159). Esse contexto, no plano teórico, era hegemonizado pelas concepções tecnocráticas capitalistas e pelo que o autor chama de ‘Pós-Marxismo’, perspectivas que se afirmavam críticas. O Pós-Marxismo “considera que as lutas pelas

---

<sup>36</sup> Segundo O’Connor (1998, p. 160), Marx dividiu as condições de produção em três tipos: as condições físicas externas (elementos naturais que entram na produção como capital constante e variável); a força de trabalho; e as “condições gerais, comuns, de produção social”. A última se refere a infraestruturas, telecomunicações etc. Para ele, as condições de produção são tudo aquilo que se refere a materialidades e socializações capitalizadas, ou mercantilizadas. De outro lado, são os aspectos que não fazem parte da produção, distribuição e troca de mercadorias.

<sup>37</sup> Novos movimentos sociais é a denominação usualmente aplicada a movimentos feministas, estudantis, pacifistas, ecológicos, cidadãos, de consumidores, direitos humanos etc., ou seja, movimentos não exatamente vinculados ao movimento operário. A emergência desses movimentos se deu no contexto do pós-guerra em países centrais (Europa e Estados Unidos), nos debates sobre a denominada ‘sociedade pós-industrial’, na qual o trabalho teria perdido a centralidade na definição dos valores sociais. Os principais autores que se dedicaram a analisar tais movimentos, no contexto europeu, são Alain Touraine (1985) e Alberto Melucci (1989). Para o último, trata-se de uma forma de ação coletiva que envolve a solidariedade, um conflito e o rompimento com os limites que o sistema pode tolerar sem alterar sua estrutura. A abordagem dos novos movimentos sociais desloca a ênfase do trabalho para a identidade, a cultura, as crenças e os valores.

condições de produção são diferentes das tradicionais lutas por salários e horas e condições de trabalho porque as condições de produção são ‘*commons*’, sendo o ar um exemplo óbvio” (O’CONNOR, 1996, p. 215). Estas perspectivas despolitizaram o terreno das lutas ecológicas, ao conceber as lutas em defesa dos *commons* desde um ponto de vista individualista. O objetivo do autor era trazer o Marxismo de volta para o debate, pois para ele os assuntos relacionados às condições de produção são temas de classe.

Ao trazer o tema das classes e das condições de produção, o autor trouxe também o conceito de metabolismo para o debate ecológico, argumentando que o sistema capitalista ameaça a viabilidade do ambiente social e natural enquanto meios de vida, não apenas para outras espécies como também para a própria humanidade. Sua percepção era que as lutas populares ecológicas deveriam unir-se à luta dos trabalhadores, e a forma de conquistar a vitória nesta dupla batalha era pela via da democracia formal. “Não há meios”, segundo O’Connor (1998, p. 12), “para as diversas lutas sociais que defendem a integridade de sítios particulares universalizarem-se, ou seja, vencer politicamente e, ao mesmo tempo, reter sua diversidade, senão através de lutas por um Estado democrático [...]”. Muitas das proposições do autor se mostraram equivocadas no desenrolar da história. Passados mais de vinte anos da publicação de seu artigo seminal, o tema da ecologia, o movimento ecológico e novos movimentos sociais têm sido frequentemente incorporados às estruturas do Estado e do capital, perdendo assim sua potência de transformação. Por mais que O’Connor (1998) tenha adicionado um ponto fundamental no debate, é preciso reconhecer suas limitações no plano teórico. Meu argumento é que a distinção dualista entre duas perspectivas para o Marxismo revela uma interpretação estática das categorias de Marx, o que o levou a compreender a categoria natureza apenas como provedora de meios de produção a serem incorporados na produção de mercadorias. Minha crítica se fundamenta nos três pontos levantados por O’Connor (1998) sobre a percepção equivocada de Marx para o tema das condições de produção.

O primeiro é que Marx escreveu pouco sobre as formas pelas quais o capital se limita a si mesmo. Esse ponto ignora a análise da tendência ilimitada de expansão do capital, que leva a um aumento progressivo da incorporação das duas mercadorias que entram no processo de produção, meios de produção e força-de-trabalho, natureza e trabalho. Se há uma tendência de aumento da massa da natureza incorporada, em termos de valor a tendência é declinante. Mais natureza é incorporada e menos valor é criado. Dito de outra forma, as mercadorias perdem valor, pois o aumento da produção não faz com que seu valor aumente, relativamente. Assim, o sistema tende a incorporar toda a natureza disponível para a produção de

mercadorias na busca por expandir o valor, que insiste em cair. A natureza tem cada vez menos valor social. A análise de Marx leva à conclusão lógica de que o sistema solapa as condições de sua própria reprodução, argumento da segunda contradição do capitalismo.

O segundo ponto que O'Connor (1998, p. 159) levanta é que Marx escreveu “pouco ou nada sobre os efeitos das lutas sociais organizadas em torno da provisão de condições de produção”. Ora, toda a argumentação que Marx (1990) faz sobre as condições dos trabalhadores na Inglaterra no século XIX no contexto das lutas pela diminuição do dia de trabalho, da proletarização forçada pela acumulação primitiva e pelos meios de subsistência, incluindo a moradia e as condições de higiene nas fábricas, está diretamente relacionada às condições de produção, nos termos que o autor define: condições físicas externas, força de trabalho e condições gerais de produção social. O'Connor (1998) parece não considerar a força-de-trabalho como natureza incorporada na produção de mercadorias. Tampouco considera que a produção, em Marx, está relacionada à produção social, à produção da vida. Natureza, para ele, é apenas meios de produção. E produção é apenas produção de mercadorias.

Finalmente, a afirmação de que “Marx não teorizou sobre a relação entre as dimensões materiais e sociais das condições de produção” (O'CONNOR, 1998, p. 199) dá a entender que Marx mesmo não era materialista e nem dialético. Isso fica mais evidente quando o autor afirma que “as forças produtivas são vistas como determinantes (‘em última instância’) das relações de produção” (O'CONNOR, 1998, p. 35), uma interpretação determinista da obra de Marx, na qual as forças produtivas determinariam as relações de produção. Esse é, segundo O'Connor (1998, p. 36), um aspecto da teoria de Marx a ser corrigido, pois “tanto a cultura quanto a natureza não estão incluídas nesta concepção das forças e relações de produção (ou não têm a devida atenção)”. Ou seja, a concepção materialista da história deveria ser fundamentada também nesses dois aspectos, e não apenas na tecnologia, divisão do trabalho, propriedade e relações de poder. Em resumo, para o autor, “o trabalho social definido como uma força e uma relação de produção media e é mediado ‘de volta’ pela cultura e pela natureza [...]” (O'CONNOR, 1998, p. 38).

Essas críticas revelam uma interpretação determinista e economicista por parte de O'Connor (1998), o que trunca sua percepção sobre o desenvolvimento capitalista sob a perspectiva ecológica. Isso ocorre porque o autor não vê o movimento das categorias em Marx, especialmente das categorias natureza e trabalho. Por isso, concebe dois momentos segregados que engendram duas estratégias políticas distintas. Sua esperança era que a vertente ecológica do Marxismo pudesse fundamentar, no plano teórico, os novos

movimentos sociais em emergência nas décadas de 1970 e 1980 no rumo de uma transição ao socialismo. O que a história e a luta de classes mostraram, no entanto, é que o tema da ecologia e o movimento ecológico têm sido crescentemente incorporados pela lógica capitalista, juntamente com outros temas emergentes na atuação dos novos movimentos sociais. As diversas reuniões das Nações Unidas que atraíram a expectativa e a esperança de ativistas ecologistas do mundo inteiro por um mundo mais verde e menos degradado se tornaram fracassos anunciados, como foi a última Rio+20.

Atitude semelhante à de O'Connor (1998) com relação ao tratamento de Marx para os temas ecológicos tem o biólogo britânico Ted Benton (1996), que entende que a concepção de Marx diminui os “aspectos relacionados às condições e limites naturalmente dados” (BENTON, 1996, p. 166). É preciso, então, ‘esverdear o Marxismo’, ou seja, corrigir as falhas de Marx abrindo espaço para a autonomia da natureza. “Não há lugar”, de acordo com Benton (1996, p. 169), na teoria de Marx, “para a simbiose, coexistência pacífica, indiferença mútua, ou outras metáforas imagináveis para esta relação”. Para ele, é preciso reconhecer a autonomia da natureza em seus próprios processos para atingir um grau de coexistência pacífica entre seres humanos e natureza.

Se O'Connor (1998) e Benton (1996) entendem que Marx estava “meio certo” e que sua teoria necessita ser corrigida, mais recentemente, o sociólogo estadunidense John Bellamy Foster (2005, p. 9), a partir de uma exegese da obra de Marx, reconstituiu uma interpretação perdida nas discussões sobre ecologia, fundamentando-se principalmente nas categorias do metabolismo social e da falha metabólica nos processos capitalistas de apropriação da natureza. O autor defende que “a visão de mundo de Marx é profundamente – e na verdade sistematicamente – ecológica”. Resgatou, de forma contundente, contribuições fundamentais para compreender a crise atual em termos, também, ecológicos. É a esse argumento que me volto no próximo tópico.

### **2.2.2 A falha metabólica**

Foster (2005) retoma os debates acerca dos temas da ecologia desde a Grécia Antiga, passando principalmente pelo final do século XIX, quando Marx e Charles Darwin publicaram suas principais obras, *O Capital* e *Sobre a origem das espécies*, respectivamente. Naquele momento foram definitivamente superadas as concepções idealistas (incluindo suas vertentes teleológicas das concepções religiosas) e o materialismo mecanicista, tanto nas ciências naturais quanto nas sociais.

No que se refere à interpretação determinista do Marxismo, que atribui a Marx a crença no desenvolvimento das forças produtivas e no progresso – crítica que apareceu de

distintas formas nos argumentos revisados até aqui – Foster (2005) recorda que Marx já havia feito a crítica do produtivismo em seus debates com Pierre Joseph Proudhon, para quem a socialização do trabalho poderia ocorrer nos marcos da sociedade capitalista existente. “A meta da sociedade”, para Proudhon, de acordo com Foster (2005, p. 183), era

criar variedade e valor econômico máximos para a sociedade e realizar isso proporcionalmente para cada indivíduo segundo a distribuição justa das recompensas econômicas de acordo com os tempos de trabalho.

Ao criticar a ênfase de Proudhon na distribuição, ênfase que não considerava os fundamentos antagônicos da produção capitalista, Marx se afastou de qualquer esperança no produtivismo para estabelecer uma sociedade mais harmoniosa. Pelo contrário, para ele, a determinação do valor pelo tempo de trabalho defendida por Proudhon era apenas a “expressão científica das relações econômicas da sociedade atual” (MARX, 2003, p. 62). Mesmo assim, a crítica de Marx acerca das concepções “prometeicas” de Proudhon é muitas vezes considerada, ela mesma, prometeica. Para Foster (2005, p. 191), trata-se de uma “crítica circular”, na qual

a crítica de Marx das bases mítico-religiosas da análise da maquinaria e da modernidade de Proudhon foi de alguma maneira, transposta (por aqueles que perderam de vista a história real dessa crítica) para uma crítica do próprio Marx – como se tais visões fossem características dele, mais do que do próprio Proudhon.

O mesmo ocorre, segundo o autor, à acusação de “moderna” feita à perspectiva Marxista. O fato de que Marx tenha se concentrado em explicar a sociedade moderna não significa que ele próprio fosse ontológica e epistemologicamente moderno. “A acusação de prometeísmo”, para Foster (2005, p. 191), “é assim uma forma circular de rotular a obra de Marx e o Marxismo como um todo como uma versão extrema do modernismo, mais fácil de condenar do que o próprio liberalismo”. Nesse sentido, Foster (2005) recupera importantes fundamentos da teoria de Marx que caíram no esquecimento em grande parte dos debates, a partir de críticas infundadas que acabaram se tornando senso comum: atribuir a Marx perspectivas contra as quais ele lutou em toda a sua obra.

Apesar da dissonância dessas críticas usualmente feitas à obra de Marx, é preciso concordar, com Foster (2005), que atualmente há uma crise da socioecologia, uma crise de conhecimento que impede uma compreensão da totalidade das crises concretas. Essa crise se deve a uma dicotomia. “O sociólogo ambiental típico”, argumenta Foster (2005, p. 34), “existe tal como um centauro, com a cabeça de uma criatura e o corpo de outra”. Ao mesmo tempo em que adere aos clássicos (Marx, Durkheim e Weber), rechaça essa tradição como se nela “a natureza não interessasse”. O resultado dessa dicotomia é que se perpetuam as concepções que entendem que há uma luta entre a humanidade e a natureza.

Nesse sentido, importa resgatar o substrato da teoria de Marx obscurecido no pensamento ecológico, ambientalista e, mesmo, Marxista. Para Foster (2005), esses aspectos estão na influência de dois personagens cruciais: Epicuro e Darwin. Epicuro é um dos principais filósofos da Grécia Antiga. Contrário à tradição idealista de Sócrates e Platão, fundamentou-se em uma concepção materialista e evolucionista, entendendo o livre arbítrio dos seres humanos como um produto da evolução. Sua análise apontava para “a evolução cultural humana representando um tipo de liberdade de organizar racionalmente a vida histórica tirando partido de limitações primariamente estabelecidas pelo mundo material” (FOSTER, 2005, p. 81). Para Marx, o êxito de Epicuro foi perceber o mundo empírico como uma aparência objetiva do mundo do átomo<sup>38</sup>. Epicuro foi “o primeiro a captar a aparência como aparência, ou seja, como alienação da essência” (FOSTER, 2005, p. 83).

Darwin é o teórico do evolucionismo que elaborou o golpe final nas concepções essencialistas e teleológicas da natureza. Em seu sistema da seleção natural por variação inata não há espaço para determinismos e processos teleológicos. A origem das espécies – incluindo os seres humanos – é contingente. Não há classificação entre seres superiores e seres inferiores, mas processos contingentes de variação e adaptação ao ambiente, nos quais o acaso tem papel central<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> A Tese de Doutorado de Marx foi uma comparação entre as filosofias de Epicuro e Demócrito, outro filósofo grego. “Um é cético [Demócrito], o outro dogmatista [Epicuro]; um considera o mundo sensível uma ilusão subjetiva, o outro considera aparência objetiva” (MARX, 1967, p. 75). O tema do trabalho de Marx sobre esses filósofos foram os movimentos do átomo. No entanto, o pano de fundo da discussão é o conceito da liberdade humana. Há uma relação implícita entre os movimentos do átomo e a abstração da liberdade. Inspirado em Epicuro, Marx inicia em sua Tese os fundamentos de seu método de trabalho, a abstração da realidade concreta. Epicuro, para Marx (1967, p. 75), “considera o mundo fenomênico real, despreza o empirismo; encarna a calma do pensamento que se satisfaz em si mesmo e leva dessa auto-suficiência o conhecimento *ex principio interno*”. A abstração do pensamento é a forma de captar a alienação entre a essência e a aparência do átomo, categorias que Marx iria aplicar em sua análise socioeconômica posteriormente. “Através de suas qualidades, o átomo adquire uma existência que contradiz seu conceito, presente em uma forma de alienação que se diferencia de sua essência” (MARX, 1967, p. 85). Ver um átomo pela percepção sensível é uma experiência sensitiva, pela qual o átomo se mostra na sua aparência. No entanto, mesmo que visível, sensitivamente, com equipamentos apropriados, o átomo somente pode ter suas qualidades atribuídas pela razão, pela abstração. “Através de suas qualidades, o átomo se aliena de seu conceito, mas ao mesmo tempo é aperfeiçoado em sua construção. No movimento de repulsão e conglomeração das qualidades do átomo, surge o mundo das aparências (MARX, 1967, p. 94).

<sup>39</sup> No capítulo anterior utilizei a palavra variação para me referir ao movimento de Marx na análise do metabolismo social como processo ontológico à existência de seres humanos para a análise da produção na sociedade capitalista, uma variação do metabolismo social. O uso da expressão ‘variação’ foi inspirado na variação das espécies da teoria de Darwin, não por aceitar as premissas do darwinismo social, que vê na concorrência capitalista uma forma de evolução fatalista na qual os melhores sobrevivem e os piores perecem. A inspiração em Darwin é no mesmo sentido de Marx (1990), que dialogou com a teoria da evolução das espécies. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2009, p. 21) afirmam que sua concepção de história considera duas perspectivas: a história da natureza e a história dos homens. Para eles, “esses dois aspectos não podem se separar; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens condicionam-se mutuamente. Se Darwin se concentrou na história da “tecnologia natural”, a formação dos órgãos de plantas e animais como instrumentos de produção para a sobrevivência, “não merece igual atenção a história da formação dos órgãos produtivos do homem social, que constituem a base material de toda organização social?” (MARX, 2006, p. 428).

O que fundamenta tanto Epicuro como Darwin – cada um com sua perspectiva – é uma perspectiva não determinista na qual a natureza está sempre em movimento, uma perspectiva dialética. As mudanças são contingentes. No entanto, se a natureza não permite processos teleológicos de mudança, os seres humanos – produtos dos movimentos da natureza – chegaram a um estado de complexidade cerebral que lhes permite projetar propósitos prévios à ação. Isso, para Marx, é o distintivo. Essa é a concepção que marca o giro ontológico pelo qual pode conceber a relação entre seres humanos e natureza fora de uma relação dicotômica de superioridade, uma relação dialética de objetivação, como comentei no capítulo anterior. Se o ser humano, por um lado, é natural; por outro, se distingue dos demais seres naturais pelo processo de trabalho. A distinção existe em termos da dimensão teleológica do trabalho humano, mas não em termos da dimensão natureza. A partir desses fundamentos, Marx elaborou o conceito de falha metabólica. Mesmo que esse conceito já tenha sido apresentado no capítulo anterior, o aprofundarei aqui, uma vez que tem sido exaustivamente defendido por Foster e seus colegas nos debates atuais sobre o tema da ecologia.

O conceito da falha metabólica tem inspiração nos trabalhos do químico alemão Justus Von Liebig, que explicou a degradação do solo pela atividade agrícola capitalista, especialmente pelo uso de fertilizantes. A incapacidade de devolver ao solo seus nutrientes, que resulta da produção em grande escala para consumos distantes – mercado internacional – e a aplicação de um único nutriente, como o fosfato, foram consideradas por Liebig como causas da degradação do solo e de uma crise de produtividade agrícola na Europa e nos Estados Unidos em meados do século XIX. Na mesma lógica, a emissão cloacal na água foi considerada por ele uma irracionalidade do sistema urbano-agrícola, uma vez que desperdiçava seus nutrientes.

Se fosse possível coletar, sem a mínima perda, todos os excrementos sólidos e líquidos dos habitantes das cidades e devolver a cada agricultor a parcela referente aos produtos fornecidos por eles à cidade, a produtividade de sua terra poderia ser mantida quase incólume por muito tempo, e o estoque de elementos minerais existente em todo campo fértil seria suficiente para as necessidades das populações crescentes (LIEBIG, 1865 apud FOSTER, 2005, p. 218).

Para Foster (2005), quando Marx escreveu *O Capital* na década de 1860, já estava convencido da insustentabilidade da agricultura capitalista, por influência também dos trabalhos de Liebig. Nesse sentido, sua análise do sistema capitalista é profundamente ecológica, o que se expressa no conceito da falha metabólica, presente em seus escritos, mas pouco desenvolvido. De acordo com o autor, é justamente a partir dessas constatações que Marx defendeu “a necessidade de planejamento nessa área, iniciando com medidas

direcionadas à eliminação da divisão antagônica do trabalho entre cidade e campo” (FOSTER, 2005, p. 237). Isso incluía medidas diversas, tais como uma melhor dispersão da população, a integração da produção industrial com a agrícola e a restauração do solo, que exigira a reciclagem de seus nutrientes. “Tudo isso, obviamente, exigia uma transformação revolucionária na relação do homem com a terra” (FOSTER, 2005, p. 237).

Medidas similares a essas têm sido frequentemente defendidas em propostas de desenvolvimento sustentável. Diversas empresas especializadas em reciclagem, coleta seletiva, gerenciamento de aterros e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de resíduos e nutrientes, foram criadas nos últimos anos<sup>40</sup>. É preciso, nesse sentido, enfatizar que a questão levantada por Marx no conceito de falha metabólica, no entanto, vai além da atividade técnica da reciclagem e do aproveitamento de resíduos. **O problema da falha metabólica não é um problema técnico, mas político. Nessa concepção, as medidas organizadoras e políticas necessárias para o estabelecimento de uma sociedade em harmonia com a natureza exigem transformações radicais nas estruturas que organizam essa apropriação. Tais medidas exigem suprimir o valor como magnitude organizadora da sociedade e a acumulação pela acumulação como mote da produção, substituindo-o pela racionalidade possibilitada pelo conhecimento, pela ciência, pela tecnologia e, principalmente, pela necessidade social. Esse é o ponto que separa a perspectiva de Marx para os problemas ecológicos das perspectivas expressas nas propostas neoliberais de desenvolvimento sustentável, que têm acumulado, em termos ecológicos, um fracasso atrás do outro.**

É nesse contexto que a relevância do resgate do conceito da falha metabólica feito por Foster (2005) e outros autores no contexto anglo-saxão fica evidente. Trata-se de uma abstração formulada na análise de Marx sobre o sistema capitalista em geral. Além da acusação de produtivista perder sentido, também, a acusação de que o Marxismo reproduz a ideia de que os recursos são ilimitados é desautorizada. Como visto anteriormente, há uma acusação de que Marx perdeu de vista a diminuição da produtividade relacionada aos processos entrópicos do metabolismo social (MARTÍNEZ-ALIER, 2009). Essa discussão, na realidade, está incorporada na teoria de Marx: é uma manifestação de uma falha metabólica em outros termos, sem cair no reducionismo de transpor conceitos das ciências naturais (neste caso das leis da termodinâmica).

---

<sup>40</sup>Dentre essas estão corporações transnacionais que atuam na área de saneamento e abastecimento envolvidas nos conflitos sociais relacionados à privatização desses serviços, que serão comentados mais adiante.

Foster (2005), bem como seus colegas (FOSTER e BURKETT, 2004; FOSTER, CLARK e YORK, 2010), deram uma resposta robusta às interpretações de que Marx não pode lidar com temas ecológicos. Isto é de fundamental importância no debate atual, uma vez que responde às afirmações de que Marx abandonou a ecologia. Para esse trabalho, isso é de singular importância porque explicita de forma mais clara e sistemática uma compreensão construída na minha leitura da obra de Marx feita no capítulo anterior. O conceito da falha metabólica é o trunfo que Foster (2005) tem o mérito de trazer para o debate. É um conceito poderoso para explicar tanto a apropriação da natureza em termos de degradação ambiental, produção agrícola, industrial e das cidades, organizadas pela lógica da apropriação de valor.

No entanto, apesar do esforço de Foster (2005) e seus colegas para superar a dicotomia do ‘centauro’, na qual sociedade e natureza são separadas como dois campos de conhecimento distintos, suas análises da falha metabólica reproduzem, de certa forma, essa dicotomia. Em outros termos, o argumento dos autores, de que “um abismo profundo se abriu na relação metabólica entre seres humanos e natureza – um metabolismo que é a base da vida” (FOSTER, CLARK e YORK, 2010, p. 7), não logra superar a lógica linear de causa e efeito, na qual o sistema capitalista, de um lado, impacta a natureza, de outro. Essas noções são, segundo Moore (2011b), manifestações de uma forma cartesiana de ver o mundo que leva a repartir os problemas, crítica que faz tanto às correntes ecologistas dominantes, quanto a diversos autores que buscam unir o pensamento socialista com o ambientalista, inclusive Foster (2005). Mesmo reconhecendo ser a abordagem da falha metabólica “a perspectiva mais dinâmica nos estudos críticos sobre o ambiente atualmente”, Moore (2011b, p. 2) entende que o argumento ainda é cartesiano, pois “coloca as crises biofísicas em uma caixa e as crises de acumulação em outra”. É preciso, então, encontrar “uma nova linguagem que unifique a relação entre humanos e o resto da natureza” (MOORE, 2011c, p. 41), o que busca fazer fundamentando-se na premissa de que “o capitalismo não tem um regime ecológico, ele é um regime ecológico” (MOORE, 2011b, p. 2). O próximo item apresenta, então, o argumento da ‘ecologia-mundo’.

### **2.2.3 A ecologia-mundo**

Diferente de Alimonda (2011) e de sua proposição de uma história ambiental na qual pouco importam as relações de produção que provocaram o desaparecimento da Mata Atlântica, Moore (2011a, p. 127), analisando a mudança da produção de cana-de-açúcar do Brasil para o Caribe, no período colonial, entende que as relações de produção não são apenas importantes para a análise, mas decisivas. “Não foi o desmatamento ou a destruição do solo, enquanto fatos históricos”, segundo ele, que causaram a mudança dessa produção; “a relação

decisiva foi a produtividade do trabalho, mediada pela produção da natureza e pela acumulação de capital”.

O autor se recusa a interpretar crises em suas faces isoladas – crises financeiras, crises ambientais (e eu adicionaria crises de conhecimento). Defende, também, que se abandone “a ideia de que alguns movimentos sociais são ‘ambientais’ e outros não” (MOORE, 2011c, p. 51). Essa constatação emerge de sua concepção histórica do capitalismo como uma ‘ecologia-mundo’, uma concepção que interpreta o desenvolvimento capitalista a partir de sua história, incluindo as relações de produção e tendo como eixo central a teoria do valor e a produção da natureza. Ecologia, para o autor, é uma forma de ver os desdobramentos da crise tal como se apresentam. Evita, assim, as concepções que atribuem à expressão ‘ecologia’ dimensões extra-humanas (ambiente, natureza), movendo-se na direção de uma compreensão da cultura, economia e sociedade em articulação com essas dimensões. “Isso inclui as formas pelas quais nossos corpos se articulam com outros humanos e com o resto da natureza” (MOORE, 2011c, p. 40). Para aprofundar essa concepção, utiliza a expressão em grego *oikeios*, que significa relação entre uma planta e seu ambiente, “uma relação criativa que dá origem a criaturas vivas específicas e ambientes específicos, que, obviamente, incluem várias outras criaturas vivas (MOORE, 2011c, p. 41).

O capitalismo é ecológico no sentido do *oikeios*: é uma forma de aproveitar a relação criativa para a acumulação infinita de capital. A perspectiva da ecologia-mundo entende que os grandes movimentos da história moderna do mundo – imperialismo, mudanças nas relações de família e de gênero, mercadorização, expansões financeiras, e muito mais – são feixes desordenados de relações humanas e extra-humanas. (MOORE, 2011c, p. 42)

A concepção da ecologia-mundo é, antes de tudo, histórica. Nesse sentido, Moore projeta articular as formas específicas pelas quais o metabolismo social tem sido organizado ao longo do capitalismo enquanto história. A dimensão histórica de sua abordagem é justamente a busca pelas singularidades dessas formas de organização que se desenrolam a partir dos movimentos do capital, suas tendências e crises. Reafirma, assim, minha própria interpretação sobre a teoria de Marx feita no capítulo anterior, na qual o metabolismo social é organizado a partir dos condicionantes que emanam do valor enquanto magnitude oculta a ser apropriada na dominação de classes. “A teoria do capitalismo como ecologia-mundo parte de uma proposição simples: assim como uma fazenda é uma forma de organizar a natureza, também o é um mercado, um centro financeiro, uma fábrica ou um império” (MOORE, 2011a, p. 42).

Além das duas proposições já mencionadas – considerar ecologia como *oikeios*; e ver os movimentos históricos como feixes de relações – Moore (2011a) propõe que são criados,

no desenrolar da história, diferentes padrões de relação com a natureza. Posto de outra forma, propõe analisar de que forma a produção da natureza é transformada nas relações de produção. “A natureza produzida no início do capitalismo e sua revolução científica não era a mesma natureza produzida através do capitalismo monopolista estadunidense e a revolução da administração científica” (MOORE, 2011a, p. 136). Disponibilidade e apropriação da natureza e tecnologias de gestão se aproximam a ponto de fundir-se em um único fenômeno. Assim, essa perspectiva possibilita novas formas de compreender tanto as propostas e os mecanismos de gestão emergentes em determinados contextos e momentos históricos, quanto as investidas do capital em busca de novos espaços de acumulação pela apropriação de mais natureza. Em outros termos, os aspectos qualitativos – perceptíveis nas tecnologias e nas formas de gestão – se articulam aos aspectos quantitativos – a busca por fontes de matérias-primas e as formas de mensuração. É preciso articular essas duas dimensões para compreender os distintos momentos históricos do capitalismo.

Assim, o autor chega a uma compreensão da fase neoliberal do capitalismo que considera, por um lado, que existem limites naturais, mas que, por outro, evita a noção malthusiana da escassez que predomina nas análises sobre o tema. Como o próprio autor coloca, “a perspectiva das relações globais de valor abre uma nova forma de compreender aquilo que é, indiscutivelmente, a contradição decisiva do capitalismo no século XXI – o ‘fim’ da comida barata, energia, água, metais e (ao que parece) tudo mais” (MOORE, 2011a, p. 138).

Como compreender os limites naturais sem recorrer à simplificação de que são resultado única e exclusivamente do crescimento populacional e sua conseqüente pressão por recursos? A impossibilidade de organizar a própria vida em sociedade, imposta pelo necessário caráter caótico do sistema capitalista, nos trouxe a uma situação na qual, efetivamente, segundo Moore (2011a), os limites são visíveis. A diferença dessa interpretação para o argumento dos ‘limites ao crescimento’<sup>41</sup> é que não há, na anterior, uma naturalização

---

<sup>41</sup> O livro *Limites ao crescimento* foi publicado em 1972 e resultou de um estudo realizado por pesquisadores do *Michigan Institute of Technology*, sob encomenda do *Clube de Roma*, um grupo formado por “líderes independentes na política, nos negócios e na ciência” (CLUB OF ROME, 2013). O livro afirmava que se os padrões de crescimento – em termos de população, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos – permanecessem, os limites ao crescimento seriam alcançados em algum momento nos cem anos seguintes à publicação. Ou seja, o uso de recursos e as emissões continuariam crescendo como resultado do aumento populacional e das atividades humanas. Trinta anos após a publicação do livro, os mesmos autores publicaram uma atualização na qual reafirmam suas conclusões e identificam que os padrões permaneceram os mesmos, motivo pelo qual “o mundo ultrapassou os limites”, provavelmente nos anos 1980 (CLUB OF ROME, 2013). O argumento dos limites ao crescimento ecoa as formulações do britânico Thomas Malthus. Seu argumento, muito conhecido e influente, é que a população tende a crescer em proporções geométricas, ao passo que a produção de alimentos apenas pode crescer em proporções aritméticas. Mesmo que

do sistema e uma percepção de fatalidade. Pelo contrário, perceber o ‘fim da comida barata’ e o ‘fim da água’ como um momento que integra o capitalismo enquanto ecologia-mundo, como propõe o autor, implica em reconhecer seus nexos com a dinâmica do metabolismo social, desenvolvida no capítulo anterior. Essa dinâmica indica que a pressão por recursos é resultado de formas específicas, histórica e socialmente desenvolvidas, de apropriar a natureza. Essas formas incluem diversos mecanismos e tendências, que não são teleologicamente nem racionalmente organizados, mas estão imersos em relações de classe nas quais a necessidade de acumular capital pela apropriação de valor conduz a humanidade. Evita, assim, a noção de que há um consumo exacerbado e homogêneo dos recursos da terra no qual a ‘população’, abstração vazia que ignora diferenças de classe e desigualdades sociais, é o grande vilão, pois insiste em crescer e consumir. A acumulação atingiu um ponto que nem o mais perdulário dos consumos e o mais excêntrico dos desejos teriam imaginado em outros tempos, produzindo aberrações capitalistas como, por exemplo, praias e ilhas artificiais proporcionadas por petrodólares no oriente médio que exigem, em contrapartida, a destruição de santuários ecológicos, além da mão-de-obra barata.

O ‘fim’ dos recursos naturais está diretamente relacionado ao que Moore (2011a) qualifica como um momento de “exaustão tecnológica”, não porque falta criatividade, mas porque, diferente de padrões históricos anteriores nos quais o capitalismo se movia também por aumentos de produtividade, o neoliberalismo se fundamenta na busca por novas fronteiras – a ‘acumulação por espoliação’ – para baratear os meios de produção.

Desde o século XVI, a tendência da subprodução<sup>42</sup> tem sido deslocada por conquistas territoriais – o argumento do imperialismo. A questão é: “existe, atualmente, um campo de

---

esse argumento nunca tivesse sido provado matematicamente e economicamente por Malthus (FOSTER, 2005), o que importa é perceber as motivações políticas da proposição. Tendo essa tendência como premissa, Malthus podia defender que o vício e a miséria humana eram necessários, uma vez que, ao diminuir a população, aliviavam a pressão por alimentos. Sua abordagem naturalizava a desigualdade social. O principal argumento de seu ensaio, tal como o próprio autor concebeu, foi o de “provar a necessidade de uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores” (MALTHUS, 1989 apud FOSTER, 2005, p. 134).

<sup>42</sup> Segundo Moore (2011a), a lei tendencial da subprodução, elaborada por Marx, explica que o capital se move em duas dinâmicas dialéticas distintas: a superprodução e a subprodução. A subprodução é a situação na qual o capital fixo (maquinaria) avança em relação ao capital variável (matérias-primas, energia e força-de-trabalho). Nessa situação, o capital precisa encontrar meios de produção em quantidades suficientes para possibilitar sua própria reprodução, mas não consegue. Ocorre então uma produção menor do que a necessária para a reprodução do capital. Como uma lei tendencial, essa lei inclui em si mesma sua contra tendência, o que indica que essa situação pode ser solucionada e levada a seu outro lado, a superprodução. Nessa, contrariamente, o capital precisa lidar com um excesso de insumos e de produção, para o qual não tem demanda suficiente. Segundo Moore (2011a, p. 129), duas conclusões podem ser tiradas do argumento de Marx. “Primeiro, o capital busca rebaixar a composição do valor das matérias primas em relação ao maquinário, mesmo que expanda geometricamente a produção de mercadorias. Segundo, o dinamismo interno do capital mina as condições de reprodução que o permite entregar inputs baratos. É por isso que novas fronteiras de apropriação têm sido centrais para conquistar, e sustentar, longas ondas de acumulação.”

apropriação grande o suficiente para reviver a acumulação mundial? (MOORE, 2011a, p. 134). Se há, na fase neoliberal, um “retorno à cena do crime”, um retorno do capital aos cantos do mundo farejando novas fontes de natureza grátis, esse retorno não é acompanhado, como nos momentos precedentes, por aumentos de produtividade. “Historicamente”, segundo Moore (2011a, p. 138), “inovações sócio-técnicas na produção, e inovações na apropriação dos *free gifts* da natureza, têm originado revoluções na produtividade do trabalho”. No entanto, a ‘ruptura’ que a era neoliberal faz com os momentos precedentes do capitalismo é precisamente o abandono do dinamismo em prol da busca desesperada por energia, água, alimentos e outros insumos produtivos. Ou seja, o que move a fase atual de acumulação é muito mais a espoliação do que o dinamismo produtivo, marca registrada do capitalismo.

Nessa dinâmica, a financeirização ocupa posição central. Se o capitalismo é uma “dialética pilhagem-produtividade”, que visa “apropriar os *free gifts* da natureza fora do sistema de mercadorias para aumentar a produtividade dentro dele” (MOORE, 2011c, p. 43), a financeirização, aliada ao poder militar imperial, acelera esse processo. O motor da dinâmica, antes dirigido pelo capital produtivo, foi assumido pelo capital financeiro, novo condutor da busca de matérias-primas baratas: “*Wall street* é uma forma de organizar a natureza, diferentemente, mas não menos diretamente do que uma fazenda, um reflorestamento ou uma fábrica” (MOORE, 2011c, p. 43). É nesse sentido que o autor se refere a uma exaustão tecnológica: “uma nova revolução na produtividade do trabalho não parece estar vindo para salvar o dia” (MOORE, 2011, p. 47).

O autor fornece, assim, subsídios importantes para compreender a apropriação capitalista da natureza, e da água, em perspectiva histórica, a partir de concepções produzidas nessas práticas e, principalmente, de mecanismos de gestão que delas emergem. Isso será feito no próximo capítulo. Aqui é importante demarcar que o argumento de Moore, desenvolvido como parte de sua percepção histórica do capitalismo, indica que o momento atual é marcado mais pela necessidade de apropriar recursos em grande escala do que pelo desenvolvimento de tecnologias – incluindo os mecanismos de gestão. Talvez mais importante seja a noção de que ambas as práticas não podem ser consideradas em separado, já que interpretar o capitalismo a partir da sua história exige articular duas dimensões do metabolismo social: a apropriação da natureza e suas correspondentes tecnologias e mecanismos de gestão.

Um dos fundamentos nos quais Moore se baseia, como foi visto, é o conceito de ‘acumulação por espoliação’, trabalhado brevemente no capítulo anterior junto à noção da acumulação primitiva. A acumulação por espoliação foi um conceito proposto por Harvey (2006) para enfatizar que a acumulação primitiva é necessidade permanente do capital. É

parte integrante e coerente com sua perspectiva sobre o capitalismo que se concentra em enfatizar os aspectos temporais e espaciais sob a premissa de que a parte histórica do materialismo já havia sido bem desenvolvida pelos que o precederam. Os argumentos de Harvey são coerentes com a percepção da ecologia-mundo, pois têm como fundamento a ideia de que o capitalismo produz a própria natureza. Nesse sentido, para Harvey, o capitalismo produz espaços, constrói ambientes. O próximo tópico retoma, portanto, a noções da produção da natureza e do ambiente construído, deslocando o foco da discussão para a categoria ‘espaço’.

#### **2.2.4 A produção da natureza e o ambiente construído**

“A produção da natureza em escala global”, de acordo com o geógrafo escocês Neil Smith (2010, p. 87), “não é apenas a crescente ‘dominação’ da natureza, é o objetivo do capital”. Essa é para o autor a conclusão lógica decorrente da concepção de Marx sobre a relação entre seres humanos e natureza no capitalismo, regulada e organizada pela lei do valor. O que caracteriza esse processo é a apropriação da natureza e a consequente produção de outra natureza. “Da produção em geral à produção para trocas até a produção capitalista, os braços históricos e lógicos do argumento levam à mesma conclusão concreta e observável: a produção da natureza” (SMITH, 2010, p. 53). O capital circula na natureza – produção agrícola, por exemplo, e a natureza circula no capital – como no caso da biotecnologia e da financeirização. São as relações sociais e de produção no capitalismo que produzem a natureza em geral, como uma totalidade. “Nenhuma parte da superfície terrestre, a atmosfera, os oceanos, o substrato geológico, ou o superstrato biológico estão imunes à transformação pelo capital” (SMITH, 2010, p. 80). A única natureza que permanece prístina é a inacessível.

Sendo inerente ao processo de produção capitalista, a produção da natureza só pode ser a concretização de suas contradições internas, do antagonismo entre o valor e o valor-de-uso e da luta de classes. “Assim como a poluição é produto do processo de produção sem ser seu objetivo, muito da produção da natureza não é o objetivo deliberado da produção” (SMITH, 2010, p. 88). Crises de escassez não são crises naturais em termos de impossibilidades impostas pela natureza: são crises de escassez produzida. Na medida em que o sistema se dinamiza a ponto de suplantar, em muitos casos, a necessidade de apropriar a natureza externa, os riscos oferecidos pelas crises provocadas pela segunda contradição do capitalismo (O’CONNOR, 1998) são contornados. Em outros termos, o capital necessita cada vez menos da natureza, pois produz a própria natureza. Com cada vez menos trabalho, o capital se reproduz em níveis crescentes, pois “desperta as potencialidades adormecidas na natureza” para se reproduzir com menos trabalho e, portanto, menos valor. Assim, o

argumento coloca questões político-estratégicas importantes. Para o autor, a questão a ser feita não é sobre a possibilidade de, ou até que ponto a natureza é controlada; é sobre quem controla a produção da natureza e como. “O verdadeiro controle social e humano sobre a produção da natureza”, argumenta Smith (2010, p. 91), “é a realização do sonho do socialismo”.

O também geógrafo britânico David Harvey (2004a; 2004b; 2005; 2006; 2010a; 2010b; 2012) incorpora esse argumento da produção da natureza, mas parte de outra premissa: as metanarrativas, tal como é a teoria de Marx, geralmente se concentram nos processos de transformações temporais, de momentos históricos em desenvolvimento, “deixando a espacialidade constante” (HARVEY, 2010b, p. 9). Por mais contestável que seja essa premissa – Marx se ocupou de temas espaciais como as implicações do deslocamento de pessoas pelo cercamento de terras para as cidades, por exemplo – sua conclusão não pode ser desprezada, principalmente após o tema da globalização ganhar o mundo: é necessário “incorporar um entendimento da espaço-temporalidade (e temas socioecológicos) nesse quadro referencial” (HARVEY, 2010b, p. 9). O argumento de Harvey (2010b, p. 6) é que “diferenças espaciais e ecológicas não são apenas ‘constituídas por’, mas ‘constitutivas de’ [...] processos socioecológicos e políticoeconômicos”. Seu método de trabalho, que denominou materialismo histórico geográfico, visa, como o nome indica, incluir o ‘espaço’ como uma palavra-chave na análise iniciada por Marx.

Como comentei no capítulo anterior, Harvey atualiza formulações de Marx e Rosa Luxemburgo para compreender a ‘acumulação primitiva’ como um processo contínuo através do qual o capital se apropria de novos recursos, o que chama de ‘acumulação por espoliação’. Seu argumento, portanto, é sobre a necessidade de compreender a dinâmica dos movimentos do capital articulando a perspectiva histórica – que analisa o capitalismo em sua gênese, desdobramentos históricos e deslocamentos futuros, com a geográfica – que analisa a apropriação de recursos novos através da apropriação de espaços, significando tanto a produção de espaços quanto sua destruição. O pano de fundo do argumento, em linhas gerais, é a compreensão a partir da teoria de Marx de que o capital produz mercadorias e valor excedentes, ou seja, a produção não encontra um equilíbrio com relação à distribuição, troca e consumo. Esses desequilíbrios carregam, como tendência, as sementes das crises. Nesse sentido, a dinâmica do capitalismo é justamente o deslocamento das crises no tempo e no espaço<sup>43</sup>, o que Harvey chama de ‘ordenações espaço-temporais’ (*spacio-temporal fix*).

---

<sup>43</sup> As análises de Marx sobre as crises do capitalismo são extensas e não serão analisadas neste trabalho em toda sua profundidade e complexidade. Importa, para seguir o argumento de Harvey, compreender a análise de Marx

Os deslocamentos no tempo são os meios pelos quais o sistema cria formas para investir o valor excedente em projetos com expectativas de ganhos futuros, sendo realizado basicamente de duas formas. A primeira são os investimentos de longo prazo em ‘infraestrutura física e social’: redes de transporte e comunicação, sistemas de educação e pesquisa, sistemas legal e financeiro, administração pública etc. Tais investimentos “retiram valores da circulação rápida de mercadorias para colocá-los em uma esfera mais lenta de circulação, e por isto levam muitos anos para recolocar em circulação os valores investidos” (HARVEY, 2004b, p. 33). Assim, o valor excedente produzido no presente encontra seu lugar no futuro, uma vez que apenas será realizado no futuro. A segunda forma de deslocamento temporal é a criação de créditos e capital fictício (debêntures, hipotecas, ações, dívidas públicas etc.) que “convertem um processo de circulação muito longo em uma taxa anualizada ao facilitar a compra e venda de direitos e demandas em relação à participação no produto do trabalho futuro” (HARVEY, 2005, p. 138). O capital fictício absorve os problemas de produção excedente no presente por meio de contratações futuras. Assim, o valor excedente se transforma em um valor que deverá ser realizado. Cria, na realidade, uma expectativa que, se não se concretizar, gera uma crise. É o caso de desvalorizações e implosões de bolhas financeiras, como a especulação imobiliária nos Estados Unidos em 2008.

Já os deslocamentos no espaço são a conquista, organização e criação de espaços, recuperando o argumento das teorias sobre o imperialismo, às quais Harvey (2010b) adiciona a concepção de espaço relacional. O espaço relacional se diferencia conceitualmente de outras duas noções: o espaço absoluto e o espaço relativo. Para compreender o espaço relacional e os

---

sobre a queda tendencial da taxa de lucros. Marx (1990) percebeu que o aumento da produtividade do trabalho que marcou a revolução industrial é causa e consequência da diminuição da participação relativa da força de trabalho no total do capital investido. Ou seja, mediante o aumento de produtividade o valor do trabalho humano se torna proporcionalmente menor do que o das máquinas, matérias primas, insumos etc. Como o capital se expande apenas em função do trabalho humano, único produtor de valor, o aumento de produtividade tende a aumentar a massa de capital em relação à força-de-trabalho, ou seja, aumenta a parte que não produz valor em relação ao trabalho vivo, produtor de valor. A tendência, nessa dinâmica, é que a taxa de lucros diminua. Como não pode deixar de buscar ganhos em produtividade, em função das leis coercivas da competição, o capitalista encontrou soluções para esse problema, na época, século XIX, no comércio exterior. Tornando mais baratas as mercadorias que o trabalhador necessita para sobreviver e também as matérias-primas da produção industrial, o comércio exterior permitiu um aumento da taxa de lucros ao aumentar a taxa de mais-valia – pelo barateamento dos níveis de salário – e diminuir o valor do capital constante – pelo barateamento da matéria-prima e também dos níveis de salário (MARX, 1990). Esse é o argumento de fundo que permitiu o avanço de Rosa Luxemburgo (1951, p. 363): “o capital necessita de outras raças para explorar territórios onde o homem branco não consegue trabalhar. Ele deve ser capaz de mobilizar a força de trabalho mundial sem restrições para utilizar toda a força produtiva do globo”. Na época, início do século XX, o capital ainda estava em expansão territorial, conquistando espaços e povos ainda inexplorados. O século XX foi marcado pela expansão do sistema capitalista a todos os cantos do planeta, expansão esta que se deu em processos contraditórios e conflituosos, em que foram travadas guerras e assinadas partilhas por territórios. Neste início do século XXI, o sistema capitalista funciona em quase todo o globo terrestre, com a permanente necessidade de absorção de capitais excedentes.

deslocamentos espaciais é necessário compreender sua distinção com relação a essas duas concepções.

As três concepções de espaço – absoluto, relativo e relacional – estão historicamente relacionadas. O primeiro se refere aos aspectos físicos, imóveis, nos quais se percebem fronteiras e propriedades; é o espaço da individuação diretamente visível, palpável (mercadorias, infraestrutura, máquinas, fronteiras do Estado etc.). O espaço relativo tem como premissa a noção de que, desde Einstein, todas as formas de medida dependem das referências do observador. Localizações, por exemplo, podem ser dadas de várias maneiras: em termos do tempo de deslocamento, das distâncias, dos custos, de acordo com os transportes utilizados etc. É o espaço das trocas, do comércio e dos fluxos de informações. Nesta concepção, é impossível entender o espaço independentemente do tempo, e, por isso, o espaço se torna espaço-tempo. O espaço relacional, finalmente, significa que espaço e tempo são definidos por processos sociais. As ações do espaço absoluto somente fazem sentido no espaço relacional, porque é nele que se definem os sentidos, os conceitos do espaço absoluto. Uma fábrica apenas tem sentido em sua relação com os trabalhadores, matérias-primas, fluxo de mercadorias e outras dimensões a ela relacionadas. Ou seja, processos sociais não apenas ocorrem *no* espaço, eles também *definem e são definidos* pelos seus próprios espaços. Portanto, o conceito de espaço relacional articula processos internos com as dinâmicas externas de determinado espaço. Um lugar, como uma cidade, por exemplo, se considerado como um espaço relacional, não é apenas população, infraestrutura e recursos naturais; é um ponto espacial imerso em fluxos, significados e definições que cruzam aquele espaço, carregando consigo outros espaços. Todos eles produzidos e construídos pelas atividades humanas.

A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos específicos ou coisas através do tempo [...]. Um evento ou algo em um ponto no espaço não pode ser compreendido considerando-se apenas o que existe naquele ponto. Depende de tudo o mais que ocorre ao redor. (HARVEY, 2006, p. 124)

Com essa concepção, Harvey pode interpretar os espaços de distintos lugares e regiões em relação às dinâmicas das crises do capitalismo. Se o espaço aparece como um fator inconveniente para a expansão capitalista (em virtude dos custos de transporte para a circulação de mercadorias, por exemplo), a única forma de dirimir este inconveniente é buscar soluções que diminuam o tempo de circulação, criando sistemas de transporte e comunicação que reduzam as distâncias do espaço: a solução é a produção de espaço funcional às necessidades momentâneas da acumulação.

Os processos de ordenação espaço-temporal e sua conseqüente produção de espaços, no entanto, não podem solucionar o problema da crise, intrínseco às dinâmicas capitalistas, arraigado no antagonismo entre a produção de valores-de-uso e a criação de mais valor pela exploração dos trabalhadores e da natureza. O que ocorre são alterações nas formas pelas quais a crise é enfrentada, ou seja, funcionam como soluções paliativas. Nesse sentido, a produção da natureza e do espaço é o cruzamento de relações que congelam uma crise em potencial em um determinado ponto; é o cruzamento, portanto, das relações capitalistas em determinado ponto no tempo e no espaço.

A produção do espaço, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e trabalho. (HARVEY, 2004a, p. 99)

Essa relação não é determinística, mas necessária para compreender um mundo no qual os espaços são definidos em sua relação com os condicionantes que emanam da acumulação de capital.

O espaço, portanto, está nas relações que produzem o capital, sendo penetrado por ele em diferentes níveis, momentos e de acordo com diferentes necessidades. É o cruzamento de processos socioecológicos e políticoeconômicos, nos quais se manifesta a necessidade da acumulação e a luta de classes, perceptíveis, segundo o autor, pelas dinâmicas de ordenações espaço-temporais. Essas dinâmicas constroem ambientes [*built environment*]. Ou seja, o ambiente, para Harvey, é um ambiente construído pelos seres humanos na confluência dos processos comentados. Harvey fornece, assim, instrumentos analíticos para interpretar diferentes dinâmicas em espaços distintos, dinâmicas essas que confluem na configuração de ambientes construídos diferentes e desiguais.

Se, por exemplo, percebêssemos, e eu acho que deveríamos fazê-lo, os ecossistemas incorporando o ambiente construído das cidades, o capital e os fluxos de mercadorias que os sustentam, e se esses ecossistemas são instâncias de relações sociais capitalistas, então que transformações sociais e ecológicas factíveis (ao invés de catastróficas e destrutivas) estão disponíveis? (HARVEY, 2010a, p. 200)

A explicação das dinâmicas capitalistas em termos de tempo e espaço permite constatar que ambos, assim como a natureza, são socialmente construídos. Esse é um dos fundamentos da teoria de Marx que procurei ressaltar no capítulo anterior. Seres humanos e natureza se fundem na conformação de novos ambientes, novas naturezas, novos espaços. A dinâmica é aberta aos propósitos, definidos em relações sociais que, no capitalismo, são relações de classes. Assim, conecta-se a essa dinâmica a definição das temporalidades da vida

e do trabalho, uma vez que são essas temporalidades que demarcam a posição da classe capitalista em relação à classe trabalhadora.

Nesse sentido, Harvey retoma do francês Henri Lefebvre (1991) a noção de ‘espaços de representação’, que se refere às representações que as pessoas fazem do espaço nas suas vidas. Essa concepção se contrapõe a outras duas: o espaço material e as representações do espaço. Enquanto o espaço material se refere ao físico, às interações com a matéria, à experiência e às sensações; as representações do espaço são as abstrações e reflexões que concebem e representam os espaços (como, por exemplo, um mapa ou um quadro). Os espaços de representação são os espaços vividos de sensações, imaginação, emoções e significados incorporados na vida cotidiana em diferentes lugares. Referem-se às fantasias e aos sonhos. Os espaços de representação são parte do modo como vivemos no mundo. Com a intermediação desse conceito, Harvey dialetiza os processos de ordenação espaço-temporal. Se, por um lado, o espaço é criado pelas dinâmicas da acumulação; por outro, o espaço é livre para ser a representação que as pessoas dele fizerem em suas vidas cotidianas. “A experiência física e material da ordenação espaço-temporal é mediatizada em algum grau pelas formas nas quais o espaço e o tempo são representados” (HARVEY, 2006, p. 131).

Pensar em diferentes formas pelas quais o espaço e o espaço-tempo podem ser concebidos e representados pelas pessoas que nele vivem, e relacionar essas representações com processos estruturantes de produção de mercadorias permite identificar conflitos e possibilidades políticas: “ela nos convida a considerar as formas pelas quais nós moldamos nosso ambiente construído e as formas pelas quais nós representamos e vivemos nele” (HARVEY, 2006, p. 139).

O argumento é análogo ao de Smith (2010) acerca da produção e do controle da natureza. Não se trata de questionar a produção e o controle da natureza e do ambiente, mas de questionar as formas pelas quais isso é feito, quem o faz e as desigualdades relacionadas a esses processos. O argumento, portanto, enraíza a imaginação no terreno da vida real, e assim materializa as possibilidades de construir novos espaços, novos ambientes e novas formas de vida. Evita, portanto, propostas que não considerem as amarras do valor enquanto magnitude central na organização do metabolismo social e na produção dos espaços<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Para Harvey (2012), a urbanização concentra os processos de absorção e de criação de valores e por isso é uma imagem fiel do capitalismo. As cidades têm sido transformadas pela lógica excludente da acumulação de capital, pela privatização de tudo: saúde, qualidade de vida, espaços de convivência. O planejamento de Paris é um caso emblemático, no qual comunidades inteiras foram desalojadas para construir grandes avenidas (*boulevards*), e assim possibilitar maior controle da cidade pela classe capitalista. Esse modelo, posteriormente copiado em Nova Iorque, no Rio de Janeiro e em diversas capitais tem analogias com desalojamentos contemporâneos de favelas no Brasil, como preparação para a Copa do mundo e os Jogos olímpicos. Da mesma forma, a necessidade

Assim como as análises sobre práticas de apropriação capitalista da água no contexto latino-americano reproduzem as insuficiências dos principais autores, as análises que se concentram no tema mais específico da água realizadas no contexto anglo-saxão têm incorporado as proposições de David Harvey, principalmente. Reproduzem, de certa forma, aquilo que observei nos autores que têm referenciado o debate naquele contexto: um maior comprometimento e rigor com a teoria de Marx, uma compreensão mais profunda do capitalismo global e uma distância em relação aos movimentos e ao chão das contradições concretas.

### **2.2.5 Análises sobre a apropriação capitalista da água no contexto anglo-saxão**

As análises dos principais autores que trabalham com o tema da apropriação capitalista da água no contexto anglo-saxão são marcadas pela influência de David Harvey, ainda que em leituras insuficientes e até mesmo erradas. Há, também, uma distância dos autores com relação aos fenômenos que pretendem compreender. A distância geográfica se transforma em distância teórica, dificuldade que atrapalha o avanço no sentido de compreender a apropriação capitalista da água enquanto ‘acumulação por espoliação’, o que exigiria trazer o tema da luta de classes para o centro do debate. Os autores trabalhados neste tópico foram selecionados por sua representatividade e relevância nos debates<sup>45</sup>.

A análise do canadense Jamie Linton (2010), por exemplo, pretensamente inspirada em David Harvey e no materialismo dialético, prioriza a história dos conceitos e oculta relações de classe e a acumulação de capital na formação de uma concepção da ‘água moderna’ (*modern water*).

Linton (2010) propõe o conceito da ‘água moderna’, caracterizada pela facilidade no manuseio, universalidade e naturalidade. O problema é que “a água moderna entrou em uma fase crítica na qual cada uma dessas características é reconhecida como insustentável, forçando a pensar sobre envolver-se com a água de modos com os quais não estamos

---

de absorver quantidades imensas de valor excedente sendo produzido na China tem levado aquele País a remodelar suas paisagens, construindo ambientes: barragens gigantescas, desvios de água inimagináveis, autopistas e cidades. Uma variedade enorme de construções de infraestrutura está em curso, trazendo consigo problemas ambientais, desalojando milhares de pessoas e proporcionando a apropriação capitalista de novos espaços. O conceito de ‘acumulação por espoliação’ explica, então, processos pelos quais pessoas, comunidades e grupos são privados de suas formas de vida, incluindo a relação com a natureza, relações sociais e formas de organização social. A construção de barragens na Amazônia, tais como Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, e a impressionante represa de Belo Monte no rio Xingu, podem ser interpretadas a partir dessas proposições, como ambientes construídos pela necessidade de fixar temporal e espacialmente valores excedentes produzidos pela economia brasileira em ascensão, valores esses concentrados nos setores do agronegócio, mineração e construção. A espoliação de comunidades ribeirinhas e indígenas e a destruição de áreas ricas em biodiversidade são a contrapartida da apropriação capitalista da natureza.

<sup>45</sup> Karen Bakker é uma autora importante naquele contexto, se concentrando mais especificamente no tema da privatização dos serviços de abastecimento. Sua abordagem será trabalhada na Parte II.

acostumados” (LINTON, 2010, p. 19). Para o autor, a crise da água é, na realidade, a crise do conceito da água moderna. Trata-se, então, de um problema do conhecimento e não das práticas de apropriação da água que caracterizam a sociedade capitalista. Essa constatação parcial da crise da água está diretamente relacionada à leitura também parcial que faz da dialética relacional David Harvey. “Meu argumento”, afirma, “é que a dialética relacional provê os meios para teorizar processos históricos que não são necessariamente guiados, ou determinados, por nenhum momento particular ou força determinante” (LINTON, 2010, p. 31). O autor confunde, assim, a inexistência de um momento determinante nos processos históricos com a inexistência de uma magnitude que organiza a vida na sociedade capitalista, em todos os seus momentos, o valor. Na tentativa por escapar do determinismo que caracteriza as leituras mecânicas de Marx e da tradição marxista, Linton (2010) envereda para um entendimento da relação entre sociedade e natureza na qual não há fundamentos. Assim,

ao invés de situar o processo pelo qual natureza e história são produzidos em um fundo materialista, argumento que não há um fundamento específico particular. Tomo o próprio processo como fundacional e evito a necessidade de olhar para trás ou para baixo para encontrar uma força determinante. Isto permite uma forma útil para analisar tanto a história da água quanto a forma pela qual a ideia de água se articula com suas formas materiais e representativas para produzir sua história. (LINTON, 2010, p. 41)

O resultado é que a história da água deixa de ser a história dos usos que os seres humanos fazem dela, e passa a ser a história de abstrações, sentidos, ideias, representações e poder. O máximo que o autor pode fazer é perceber que essa história é, também, condicionada pelos fatores ambientais, tais como “o clima, a estação, a pressão do ar, a geomorfologia, e inúmeras outras espécies que se envolvem com a água para fazer dela o que ela é” (LINTON, 2010, p. 34). Ora, se a história da água é a história dos conceitos da água, é lógico concluir que a crise da água é uma crise conceitual. Sem negar esta premissa, argumento que a história da água é a história de como as pessoas produzem a vida com a água. A produção da vida envolve, sim, a produção de sentidos e representações. Neste sentido, a crise da água é uma crise de como as pessoas a apropriam para a produção de suas vidas em sociedade, assim como a crise ambiental é uma manifestação da crise capitalista, com suas formas específicas de apropriar a natureza para a reprodução do capital. Isso, no entanto, Linton (2010) não pode perceber esse processo porque retirou do materialismo histórico justamente sua maior riqueza: a possibilidade de analisar os processos históricos articulando as ideias com o concreto, e encontrando, pela abstração, os fundamentos da organização da sociedade, incluindo os usos e as concepções da água.

Outra perspectiva importante no campo é a do geógrafo belga Erik Swyngedouw (1997; 1999; 2005) que, sob a influência de autores como Smith (2010) e Harvey (2006), tem realizado importantes análises de processos de urbanização e de configuração do que denomina paisagens de água (*water landscapes*), ou '*waterscapes*'. Sua análise da urbanização e fornecimento de água potável em Guayaquil, no Equador, e da modernização da *waterscape* na Espanha (SWYNGEDOUW, 1999) revelam uma concepção na qual a apropriação da água está intrincada com diferentes processos em diferentes escalas. É o que transparece em sua conclusão sobre os processos em Guayaquil:

A cidade de Guayaquil cresceu a partir de sucessivas conquistas ecológicas e a apropriação da renda da produção agrícola ou da extração de petróleo que reciclavam o dinheiro e urbanizaram a natureza. Em paralelo a isso, a urbanização e o aproveitamento da água inseriram a circulação da água na circulação do dinheiro e nas relações de poder e de classe a ele associadas. A produção de novas paisagens urbanas de poder e a captura da renda da terra foi realizada, inicialmente, pela extração da renda do cacau, depois banana e, finalmente, petróleo. Em cada momento, relações de poder social foram estruturadas pelas mudanças combinadas na política e na ecologia. Os fluxos de água, combinados com e correndo através do espaço urbano, físico e social, representa apenas um nodo em uma totalidade todo articulado de processos que operam em escalas regionais, nacionais e, é certo, globais: fluxos de natureza transformada, mercadorias e dinheiro, transferências de capital, compra e venda de força de trabalho etc. (SWYNGEDOUW, 1997, p. 328)

Swyngedouw (2005), ainda adotando o referencial de David Harvey, compreende a onda de privatizações e serviços de abastecimento de água dos anos 1990 e 2000<sup>46</sup> em termos da 'acumulação por espoliação', com contribuições acerca das dinâmicas do capital entrelaçadas com as dinâmicas históricas e geográficas daquilo que Harvey trata como processos socioecológicos e políticoeconômicos. Nesse sentido, sua interpretação para a retirada das corporações do setor do fornecimento de água potável focaliza as contradições inerentes ao setor. Sendo a água um bem essencial à vida, muito mais do que qualquer outro, a operação do abastecimento por corporações privadas é caracterizada por contradições em termos de necessidades de investimento, redução da força de trabalho e aumento de tarifas.

Com uma dada demanda e investimento crescente, o lucro – e portanto a sustentabilidade das companhias privadas de água – somente pode se manter pelo aumento da produtividade e/ou pelo aumento dos preços. Mas ambos são problemáticos. Os aumentos de produtividade geralmente são intensivos em capital e tecnologia e invariavelmente levam a um aumento da composição orgânica do capital e à redução da força de trabalho. E enquanto os aumentos das tarifas são possíveis, eles permanecem politicamente sensíveis e podem levar a efeitos perversos (SWYNGEDOUW, 2005, p. 7).

Essas dificuldades são, segundo o autor, parcialmente solucionadas pelo fato de que os lucros podem ser mantidos também pelo aumento crescente da demanda. Isto leva a novas

<sup>46</sup> Como será melhor trabalhado na segunda parte, durante as décadas de 1990 e 2000 várias operações de fornecimento de água potável e saneamento foram concedidas a grandes corporações privadas, gerando graves consequências sociais e uma infinidade de lutas sociais pela re-estatização dos serviços. O período mais recente, até a crise de 2008, foi marcado por um refluxo do interesse dessas corporações no setor de água e saneamento.

contradições: a manutenção de uma lógica ‘produtivista’ por parte das empresas fornecedoras, a despeito do discurso da escassez que prega a restrição no uso da água; o desincentivo para investir em atividades de retorno no longo prazo em contraste com investimentos em produtividade para aumentar os retornos no curto prazo; e a tendência à internacionalização das empresas, em virtude da limitação geográfica de oferta e demanda de determinada concessão (SWYNGEDOUW, 2005). Essas dificuldades, impostas pela natureza do setor da água potável e a natureza própria do mercado capitalista, tornam incertas as operações das empresas privadas. Isso explica, também, a retirada de muitas corporações deste mercado nos anos recentes. “A incerteza e a fluidez são exatamente o que as dinâmicas do mercado devem produzir”; não há surpresas, então, na retirada das corporações. O problema, para o autor, está relacionado a “questões particulares com relação à sustentabilidade de longo prazo de sistemas de água urbanos orientados pelo mercado” (SWYNGEDOUW, 2005, p. 96). Ou seja, os sistemas de água privatizados são sensíveis às dinâmicas de um mercado incerto e inseguro.

Transformar a água em mercadoria também tem “implicações profundas nos significados sociais e políticos e na valoração cultural da água” (SWYNGEDOUW, 2005, p. 93). Alocar a água apenas pelo mecanismo de preço tem se mostrado insuficiente. Em outra publicação, Swyngedouw, Kaïka e Castro (2003, p. 125) defendem que o programa da ecologia política é “melhorar o conteúdo democrático de construções socioambientais pela identificação de estratégias através das quais uma distribuição mais igual de poder social e uma forma de produção ambiental mais inclusiva podem ser alcançadas”. Afirmam o conceito de sustentabilidade urbana: “capacidades que indivíduos e grupos sociais têm na produção de condições socioambientais das quais são parte sem violar os direitos de outros de também o fazer” (SWYNGEDOUW, KAÏKA e CASTRO, 2003, p. 125).

Influenciados por Swyngedouw, os autores Budds e Hinojosa (2012, p. 125), analisando o uso da água na mineração no contexto peruano, buscam compreender como água e mineração produzem uma à outra reciprocamente na configuração de ‘*waterscapes*’, entendidas como uma “configuração socioespacial constituída por processos sociais e ecológicos que se manifestam em fluxos, artefatos, instituições e imaginários que caracterizam um contexto particular”. A água, para os autores, é entendida em sua natureza híbrida, na qual a materialidade da água e as relações sociais se expressam uma na outra. No mesmo sentido, o conceito de *waterscape* permite compreender a água não apenas em sua materialidade, mas na relação entre água e sociedade. A insuficiência nessa análise se manifesta no fato de que os ‘processos sociais e ecológicos’ são limitados às dinâmicas locais,

desconectados das dinâmicas estruturantes da acumulação de capital em escala global, das quais a mineração faz parte.

Essa limitação está muito relacionada, também, à distância que existe entre o contexto de prática desses autores e o chão dos processos que estudam. Não por acaso, usualmente, pesquisadores do contexto anglo-saxão interessados nesses temas fazem suas pesquisas na América Latina, ou em outras regiões periféricas. Isso explicaria, em parte, o entendimento de Swyngedouw (2005) de que as lutas sociais relacionadas às espoliações da água não assumem um caráter de luta de classes. Para ele, se as lutas internas à dinâmica da acumulação de capital assumem um caráter de classe, as lutas relacionadas à espoliação assumem uma configuração distinta, relacionada à propriedade, controle, participação e interesses das comunidades, ou seja, assumem ‘formas localizadas’. “Isto complica”, segundo Swyngedouw (2005, p. 97), “as tentativas de coalizões translocalizadas, porque as arenas de conflitos podem ser muito diferentes de lugar para lugar. Assim, a mobilização contra as estratégias de acumulação por espoliação no setor da água é difusa”. Sem negar esse argumento, é preciso retomar a insistência de Harvey (2012) que, com a ideia de acumulação por espoliação, faz justamente o contrário: posiciona a espoliação no campo da luta de classes. “O mundo da cidadania e dos direitos, se considerados dentro de um espectro político maior [*body-politic of a higher order*], não está em oposição ao da luta de classes” (HARVEY, 2012, p. 153). A distância física e geográfica se manifesta, assim, em uma distância teórica e conceitual, pois impede a percepção de que lutas difusas expressam, também, relações de classe, porque se fundamentam na necessidade de extração de valor.

Também se aproxima de Swyngedouw (2005) a abordagem do geógrafo brasileiro Antonio Ioris (2007; 2008a; 2008b; 2011; 2012a; 2012b). O autor, trabalhando no contexto anglo-saxão, compartilha das influências de David Harvey e do próprio Swyngedouw (2005). Neste sentido, suas análises buscam compreender o desenvolvimento de *waterscapes*, políticas e práticas de apropriação da água em diferentes contextos. Ao articular, em análise histórica, a produção de energia, o abastecimento de água e o saneamento, e o uso de água na produção agrícola, Ioris (2007) fornece um panorama da mercadorização da água no Brasil. Para o autor “as contradições sociais e ambientais do desenvolvimento da água corresponderam ao modelo de crescimento econômico adotado no Brasil e estão integradas ao processo de mercadorização da natureza necessário à acumulação de capital” (IORIS, 2007, p. 38). Não surpreende, portanto, que “a alocação e o uso da água beneficiam, majoritariamente, uma pequena elite às custas da maioria da população” (IORIS, 2007, p. 38).

Além do contexto brasileiro, o autor analisa processos na Escócia (IORIS, 2008a), Portugal (IORIS, 2008b) e Peru (IORIS, 2012a; 2012b). Com relação aos processos peruanos, o autor se concentra naquilo que qualifica como a ‘neoliberalização da água’ impulsionada pelo programa governamental *Agua para todos*. A neoliberalização da água é “o resultado contingente de melhoramentos técnicos e ambientais, a monetarização de serviços de água e a busca pela legitimidade política” (IORIS, 2012b, p. 277). Fica implícita, nas análises do autor, uma relação de classes, como por exemplo na constatação de que “as reformas do Estado nos anos 1990 se traduziram, principalmente, em benefícios materiais para a pequena elite urbana” (IORIS, 2012a, p. 617). Ainda, as miseráveis condições de vida nas *barriadas* nos arredores da capital peruana, intrinsecamente relacionadas à emergência de grupos armados de oposição ao governo, é analisada pelo autor a partir do acesso à água: havia uma disparidade no fornecimento de água entre as *barriadas* e os centros urbanos. Assim,

apesar das grandes somas de capital que agora circulam na cidade em função das políticas neoliberais das duas últimas décadas, a expansão da cidade e o crescimento econômico, na realidade, aceleraram a pressuposição social da escassez, o que ficou evidente pelo alastramento do desemprego e do trabalho informal, a criação de novos bairros distantes do centro da cidade e a falta de respostas às demandas sociais por água e serviços públicos (IORIS, 2012b, p. 620).

A situação apresentada pelo autor é de uma acumulação por espoliação na qual novas políticas relacionadas ao fornecimento de água, agora impulsionadas pelo governo e não por corporações privadas, reproduzem uma lógica na qual as pessoas têm diferentes dimensões de sua vida espoliadas pela extração de valor. As obras para a implementação do novo programa público são realizadas por empresas privadas e financiadas pelo aumento de tarifas. Quem paga é a população.

É preciso, portanto, avançar nas análises acerca da apropriação capitalista da água no contexto atual, e o conceito da luta de classes, mediado pela noção da acumulação por espoliação, é uma ferramenta importante para identificar os aspectos mais profundos e usualmente ocultos: quais são os grupos envolvidos? Quais as estratégias? Quem se beneficia dos programas e das políticas? De onde vem e para onde vai o dinheiro? Essas questões permitiram visualizar a linha que demarca a relação de classes nas políticas recentes relacionadas ao uso da água<sup>47</sup>. O conceito de acumulação por espoliação em articulação com o de produção do espaço (HARVEY, 2005), aponta para a compreensão de cruzamentos existentes nas atividades de produção capitalista do espaço, feixes de relações nas quais as pessoas e as comunidades produzem suas vidas criando formas de sociabilidade, relações

---

<sup>47</sup> Esse foi meu argumento em Seminário realizado na Universidade de Essex em novembro de 2012, no qual fui convidado a comentar as pesquisas de Ioris (2012a, 2012b).

sociais e com a natureza, e lutando contra diferentes formas de espoliação possibilitadas pelas dinâmicas de classe.

### 2.3 PRIMEIRA SÍNTESE E CONCLUSÃO PARCIAL

A revisão crítica realizada neste capítulo indica que, a julgar pelos autores mais relevantes no contexto anglo-saxão, o debate lá está mais avançado. Tenho argumentado que isso se deve também à atitude daqueles autores com relação à teoria de Marx. Ao invés de apontar para aquilo que não teria sido desenvolvido plenamente, autores como Foster, Moore, Smith e Harvey se empenham em realizar tarefas inconclusas na direção apontada pelo pensamento de Marx, atualizando sua teoria para compreender as crises ecológicas como parte de crises do capitalismo. Isso tem seus reflexos nas análises mais específicas sobre a apropriação da água, como aparece nos trabalhos de Swyngedouw, Budds e Ioris. Mediante a intermediação das proposições de Harvey sobre a produção de espaços atravessada por processos socioecológicos e políticoeconômicos fundamentados na produção de mais valor, esses autores, apesar de suas diferenças, chegam a importantes resultados acerca da apropriação capitalista da água em distintos contextos periféricos.

A criação de estruturas de fornecimento de água potável em contextos periféricos, por exemplo, está historicamente relacionada às dinâmicas de circulação do capital em escala global. Resultam e são funcionais à circulação de valor excedente que deverá retornar à propriedade capitalista em magnitude maior. Os conceitos de *'waterscape'* e *'neoliberalização da natureza'* enriquecem as possibilidades de compreender a apropriação capitalista da água. No entanto, é necessário articulá-los com a necessidade de extração de valor entre classes, ou seja, compreender como se organizam as distintas formas de apropriar a água nos diferentes contextos a partir de uma dinâmica colocada pela luta de classes. É preciso, portanto, retornar à teoria de Marx.

No primeiro capítulo desse trabalho apresentei partes da teoria de Marx. Minha interpretação é que há uma articulação entre os conceitos do metabolismo social, valor e luta de classes, articulação essa que permite realizar uma crítica ontológica, única forma de compreender as raízes das relações desiguais e destrutivas entre seres humanos e natureza.

Em Marx (1990), a relação entre seres humanos e natureza é orgânica e eterna, assim como o processo que medeia essa relação, o trabalho. O capital é a forma específica que assumiu, em um momento histórico específico, o protagonismo nessa relação. É, portanto, uma relação no universo das possibilidades existentes em constelações de relações sociais e com a natureza. A relação capitalista é uma relação entre pessoas mediada por coisas, na qual seres humanos e natureza se transformam em mercadorias. Para evitar que isso aconteça, é

preciso evitar essa relação. Os processos que a definem incluem lutas pela apropriação do valor social criado pelo trabalho, a luta de classes. Dentre as estratégias da classe capitalista para avançar seu domínio, está a apropriação não apenas do tempo de trabalho na indústria, como as leituras superficiais de Marx podem sugerir, mas também de outras dimensões da vida. Assim, práticas de socialização, relações ancestrais com a natureza, concepções de mundo, conceitos, teorias e cultura, são dimensões da vida socialmente produzidas que pertencem à humanidade; mas são constantemente ameaçadas pela lógica capitalista que necessita delas se apropriar.

Nas relações capitalistas, atribuir às coisas do mundo dimensões de mercadorias é essencial, pois o conhecimento e as concepções mentais funcionais à expansão do capital estão intrinsicamente relacionados às suas dimensões mais visíveis, como o dinheiro, a natureza e as máquinas, por exemplo. Em outras palavras, disseminar concepções que aplicam o conceito e a lógica de existência da mercadoria à natureza é um passo importante na apropriação capitalista da própria natureza. Da mesma forma, resistir ao avanço do capital e à necessária transformação da natureza em mercadorias exige, também, resistir a essas concepções. Mais especificamente, a análise dos processos de apropriação da água e dos conflitos a eles relacionados deve levar em consideração os fundamentos ontológicos do metabolismo social na sociedade capitalista, sob pena de permanecer na superfície das concepções parciais. Nessa perspectiva, os ‘temas da água’ deixam de ser temas isolados e se articulam em um único tema enraizado nos nexos mais profundos da apropriação da natureza que, na sociedade capitalista, está mediada por relações de classe.

Como foi visto neste capítulo, a crítica estreita e insuficiente está fadada a ser incorporada pela lógica do capital. Nesse sentido, argumentei por uma crítica das proposições da ecologia política que vêm se desenvolvendo no contexto latino-americano. Os autores que referenciam esse campo se recusam a fazer a crítica ontológica que a teoria de Marx permite e, também por isso, não encontram os nexos que fazem da América Latina um espaço de saqueios históricos e proliferação de lutas sociais de classe. Desmobilizam, portanto, as práticas de luta que referenciam, informando de forma insuficiente e fragmentada, bem como esterilizando o conhecimento original imanente à defesa dos bens comuns.

Em outro contexto, o contrário se manifesta: distantes da práxis, autores do contexto anglo-saxão têm se voltado com mais engajamento à teoria de Marx e às possibilidades que ela oferece para compreender a encruzilhada para a qual a locomotiva do capital está levando a humanidade. Esses autores atualizam os conceitos de Marx no que se refere à natureza e aos processos socio metabólicos organizados pelas tendências da apropriação de valor. Em Foster

(2005), o tema das falhas no metabolismo social irracionalmente organizado pela necessidade de expansão do capital, desenvolvido por Marx (1991), é trazido para o centro do debate, rechaçando assim as interpretações prometeicas que atribuem a Marx a crença no progresso das forças produtivas. Moore (2011a) avança os argumentos de Foster, propondo um entendimento histórico do capitalismo enquanto uma ecologia-mundo, uma espiral totalizante da história humana na terra, na qual a teoria do valor é incorporada para explicar a organização do intercâmbio metabólico entre seres humanos e natureza. Ecologia, para ele, não é apenas ambiente físico, inclui também os seres humanos e suas relações, dentre elas o capital. Por isso, o capitalismo é um regime ecológico. Essa é, também, de certa forma, a compreensão de Smith (2010) e Harvey (2005), para quem o capital produz sua própria natureza e, também, espaços sociais. A produção do espaço e a construção de ambientes são resultado e também interferem nas relações capitalistas. O espaço relacional é um espaço de permanentes disputas, justamente porque envolve distintas relações sociais e com a natureza que emergem na criatividade da existência humana.

Esses autores avançam na construção iniciada no primeiro capítulo. Sendo parte da natureza, a apropriação da água não foge às dinâmicas apontadas pelos autores em suas análises sobre a fase atual do capitalismo. **As diversas formas de apropriar a água para satisfazer necessidades humanas estão condicionadas pela produção de mais valor e pela luta de classes: são caracterizadas por desconfigurações e degradação ecológicas, ‘falhas’ no metabolismo social (FOSTER, 2005); estão imersas em relações múltiplas e criativas em diferentes escalas, relações que tendem a ser apropriadas para a acumulação infinita de capital (MOORE, 2011b); configuram distintos espaços (HARVEY, 2005); e, principalmente, têm sido alvo de distintas estratégias de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004a). A contribuição desses autores enriquece o arsenal analítico e fortalece a possibilidade de articular os diferentes temas usualmente trabalhados de forma isolada em uma compreensão universalizante: a apropriação capitalista da água é funcional à produção de mais valor em uma sociedade definida por relações e lutas de classes.**

**PARTE II - A CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS QUE LEGITIMAM A ÁGUA COMO  
MERCADORIA**

### **3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE UM BLOCO HEGEMÔNICO: A CONCEPÇÃO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO**

Tendo os argumentos da Parte I como referência, esse capítulo faz um resgate histórico e conceitual da concepção atualmente hegemônica nos debates, políticas e práticas de apropriação da água. O principal objetivo é esclarecer os fundamentos conceituais desta concepção, o que exige compreender como ela foi historicamente construída em distintos momentos históricos do capitalismo, entendido aqui nos termos de Moore (2011c, p. 42) como um regime ecológico que aproveita “a relação criativa para a acumulação infinita de capital”. Em outros termos, trata-se de identificar, em distintos momentos, a articulação entre o conhecimento, as práticas concretas de apropriação da água e os mecanismos de gestão a eles relacionados. É nessa articulação que se pode perceber que a construção histórica da concepção hegemônica da água se dá por um duplo movimento: ocultamento e legitimação.

O primeiro é um movimento pelo qual as concepções sobre a água e os mecanismos de gestão aqui analisados ocultam dimensões destrutivas nos termos de potenciais falhas metabólicas relacionadas à manipulação e ao barramento de rios e ao esgotamento de reservas subterrâneas. Encobrem, também, os aspectos socialmente desiguais da cobrança de taxas de uso e da atribuição de dinheiro aos mecanismos de gestão da água, ignorando os aspectos mais fundamentais do dinheiro, como o fato de que encarna o poder social que, na sociedade capitalista, é desigual. O segundo movimento é o de legitimação, pelo qual a construção da concepção hegemônica da água se apoia em ideias socialmente legitimadas como a escassez, a governança e a água como bem econômico.

Nesse duplo movimento se percebe, também, que a teoria institucional é um referencial que tem historicamente orientado as formulações hegemônicas por parte tanto de acadêmicos e intelectuais importantes no campo, quanto de agências internacionais de financiamento e corporações transnacionais que concentram as tecnologias de apropriação e gestão da água. Isso evidencia os limites dessa perspectiva para uma compreensão crítica e ecológica dos fenômenos sociais. Se, por um lado, a teoria pode informar que as estratégias de apropriação capitalista da água se dão pela legitimação de normas e valores institucionalizados, por outro lado não aborda as dimensões materiais da manipulação da natureza e nem as dimensões sociais da desigualdade. Isso ocorre porque, nessa perspectiva, o ambiente institucional (físico e social, técnico e valorativo) não é questionado, ele é a própria fonte de sentidos, conhecimentos e práticas. Não pode compreender, como em Harvey (2005), que o ambiente é construído em processos socioecológicos e políticoeconômicos que envolvem, fundamentalmente, a luta de classes pela apropriação do valor social. Assim, a

teoria institucional contribui para a reprodução de relações fetichistas, nas quais os aspectos concretos da apropriação da água ficam encobertos. É preciso ter claro, contudo, que essa teoria, diferente do Marxismo, não propõe a crítica das relações sociais, e sim a análise de processos de institucionalização pela incorporação de valores e normas legítimos no ambiente institucional.

O capítulo está organizado em seis itens, de acordo com concepções que confluem, histórica e geograficamente, na concepção da água como bem econômico. No entanto, antes de avançar nesse entendimento, é preciso introduzir preliminarmente, e em contraposição, o tema do bem comum. Assim, o primeiro item abre espaço para essa breve digressão, necessária para a produção de sentido das abordagens que virão na sequência. O segundo item aborda a água como recurso, concepção que tem origem nos Estados Unidos antes da crise de 1929, mas que ganha mais aplicação nas políticas do *New Deal*. Já no Pós-Guerra, naquele mesmo País, o conceito de água como recurso comum agregado (*common pool resource*) dissimula a expressão ‘comum’ para legitimar o avanço das relações capitalistas sobre os recursos naturais e a comunidades, em bases aparentemente igualitárias (terceiro item). No quarto item, os fundamentos das concepções da água como recurso e como recurso comum agregado aparecerão na França, por uma confluência de fatores, nas experiências hoje conhecidas como ‘modelo francês’ de gestão por bacias hidrográficas. O anúncio feito pelas Nações Unidas de que a água é um bem econômico marca uma nova etapa da apropriação capitalista da água, na qual todas as formas de uso e de gestão devem se fundamentar na atribuição de dinheiro à água, mecanismo que segue orientando as prescrições de iniciativas da chamada ‘economia verde’ neste início de século (quinto item). Finalmente, apresento minhas conclusões sobre o resgate histórico das concepções sobre a água apresentadas no capítulo. Início, portanto, por um breve desvio para apresentar a abordagem do bem comum, inspirado nas reflexões de Marx (2007b) e de Harvey (2012).

### 3.1 REFLEXÕES SOBRE O BEM COMUM

Ainda enquanto articulista do jornal *Gazeta Renana*, na Prússia dos anos 1840, Marx refletiu acerca dos debates travados na Sexta Assembleia da Província da Renânia, nos quais foram definidas as penalidades para a coleta de lenha em propriedades privadas. O costume tradicional de recolher lenha seca e solta no chão, que remete a tempos pré-capitalistas quando a propriedade assumia formas distintas, passou a ser considerado, pela Assembleia, um delito a ser pago com multa. Marx (2007b, p. 29), no entanto, entendia que “a coleta de lenha solta e o roubo de lenha são coisas essencialmente diferentes”. Para chegar a essa conclusão, definiu três categorias de lenha: a lenha verde, a lenha cortada e a lenha solta.

“Para apropriar-se de lenha verde, há que separá-la com violência de seu conjunto orgânico. É um atentado aberto contra a árvore e, portanto, um atentado aberto ao proprietário da árvore”. Aceitava, portanto, o qualificativo de roubo para esse ato. Da mesma forma, a lenha cortada é “madeira elaborada”. “Ao invés da relação natural com a propriedade, aparece a relação artificial. Portanto, quem subtrai lenha cortada, subtrai propriedade” (MARX, 2007b, p. 29). Diferente é o caso da lenha solta. Nesse caso,

nada se separa da propriedade. O que já está separado da propriedade se separa da propriedade. O ladrão de lenha solta dita um juízo arbitrário contra a propriedade. O coletor de lenha solta apenas leva a cabo um juízo que a própria natureza da propriedade ditara, pois possui apenas a árvore, e a árvore já não mais possui aqueles galhos (MARX, 2007b, p. 29).

Essa reflexão contém um profundo senso de igualdade no acesso à natureza, que transcende o caso específico em análise. Se a árvore disponibiliza lenha solta, lenha que se separa naturalmente da árvore, essa matéria é um bem que a todos pertence, e o coletor que dela necessita tem o direito de coletá-la. Mesmo que a árvore tenha um proprietário, a lenha que dela se separa, se separa, portanto, de seu proprietário. Isso coloca uma contradição na forma de propriedade privada, se analisada como forma de apropriação da natureza, pois a propriedade privada, nesse caso, gera uma propriedade comum. A árvore dá frutos, e esses já não são mais árvore. A quem pertencem os frutos da árvore? A reflexão de Marx provoca uma interrogação fundamental: a quem pertencem os frutos da natureza? Existem, portanto, “objetos da propriedade que, por sua natureza, não podem alcançar nunca o caráter de propriedade privada” (MARX, 2007b, p. 38), a não ser por um ato de violência, como o praticado pela Assembleia, que contraria a força amistosa da natureza, “mais humanitária que a humana” na busca de converter suas leis para a propriedade privada. Nesse sentido, Marx (2007b, p. 38) se refere a um “sentido jurídico instintivo” da classe pobre, que “não apenas sente o impulso de satisfazer uma necessidade natural, mas também a necessidade de satisfazer um impulso de justiça”.

O pano de fundo da reflexão de Marx é a concepção de bem comum da humanidade (BENSAÏD, 2007). A natureza, e suas leis, são impossíveis de serem convertidas em propriedade privada, a não ser por atos artificiais que contrariam a lógica da natureza, socialmente construídos com violência. Como afirmei anteriormente, o giro ontológico de Marx vê nos seres humanos seres históricos, sociais e em permanente interação com a natureza. Seres humanos, enquanto seres da natureza, são natureza também. Uma vez dela privados, perdem sua essência. A privação é, portanto, um ato de violência, um ato de morte que, no capitalismo, tem suas dinâmicas explicadas em torno ao conceito de valor. As lutas

que historicamente se travam pela necessidade e pela defesa da natureza enquanto bem comum são lutas pela sobrevivência e pela vida, lutas pela humanidade.

As reflexões sobre o roubo de lenha, um dos primeiros escritos de Marx, ainda como articulista na Alemanha, já contem as sementes da concepção ontológica e a recusa a exteriorizar a natureza como um recurso que sofre impactos com a reprodução humana. O pressuposto de que os seres humanos produzem a natureza ao transformá-la politiza o debate, pois exige reconhecer que os destinos da humanidade pertencem à própria humanidade. A relação com a natureza não apenas faz parte desse destino como é também esse destino, porque reflete nada mais que a relação de seres humanos entre si e as formas pelas quais reproduzem suas vidas.

Em seus últimos escritos, meses antes de morrer, segundo Robert (2010), Marx afirmou que “minha teoria da economia política abarca toda a história e também todo o metabolismo do homem com a natureza. No entanto, duas coisas escapam a ela: o ar puro e a água limpa” (MARX apud ROBERT, 2010, p. 1). Atualmente, quase 150 anos após sua morte, a investida capitalista para apropriar a natureza se exacerbou, alcançando rincões antes impensados, como o ar e a água. Se em seu tempo o ar e a água ainda não haviam entrado na lógica da economia política burguesa, atualmente a apropriação capitalista do ar enquanto receptor de toneladas de carbono e da água enquanto local para dejetos diversos mostra que a afirmação de Marx não mais se sustenta: o capital avançou, e, portanto, a crítica deve avançar.

A reflexão de Marx sobre a coleta de lenha penalizada como roubo provoca questionamentos sobre processos atuais de espoliação, nos quais os meios de reprodução, incluindo a natureza, culturas, identidades, práticas diversas de vida etc. são constantemente apropriados pelo capital em sua necessidade de expansão.

Essa dinâmica fez surgir, nos debates recentes e na atuação de intelectuais e ativistas espalhados pelo mundo, discussões em torno do conceito de bem comum (*commons*) (FEDERICI, 2012; DE ANGELIS, 2012). Mesmo com algumas diferenças, o bem comum tem sido usado para referir-se a aspectos diversos da vida produzidos, criados e praticados fora da lógica capitalista. Os conceitos de acumulação primitiva e de acumulação por espoliação são importantes para entender a noção do bem comum, pois apontam para os momentos nos quais esses aspectos são convertidos em insumos para a reprodução não mais da vida, mas do capital. Nesse mesmo sentido, a própria elaboração teórica dos bens comuns, considerada ela mesma um bem comum, pode ser apropriada e reconvertida para proporcionar a reprodução da lógica capitalista nos caminhos do conhecimento, como ocorre com a abordagem de Ostrom (1999), que será analisada em mais detalhes no item 4.4.

Importa, para os propósitos desse item, refletir acerca de uma concepção de bens comuns que emerge da compreensão construída nesse trabalho acerca da apropriação e da produção da natureza. Nesse sentido, Harvey (2012) entende que os bens comuns não são uma coisa, como a expressão em português sugere, ou um ativo, ou mesmo um processo social. Sua perspectiva para os bens comuns, assim como para o espaço, é relacional: “uma relação social instável e maleável entre um grupo social auto-definido e aspectos de sua existência real e do seu ambiente social e/ou físico existente ou por ser construído” (HARVEY, 2012, p. 73). O bem comum é a relação que se trava entre um grupo e as dimensões da vida em comunidade construída por esse grupo, sejam elas mais relacionadas aos aspectos físicos, como a natureza, a água, por exemplo; ou relacionadas a aspectos sociais, como a cultura de um lugar, as formas de convivência, a comida etc. Assim, o autor está se referindo a práticas sociais que denomina práticas sociais de comunização<sup>48</sup> [*social practices of commoning*], práticas coletivas de reprodução da vida construídas fora dos limites da lógica das trocas no mercado ou da valoração pelo mercado. As práticas de comunização, portanto, estão constantemente desafiando a lógica de organização da vida ditada pela sociedade capitalista.

Para Harvey (2012), as cidades, suas dinâmicas, culturas, vida social, organizações, política, enfim, toda a dinâmica da vida nas práticas sociais cria bens comuns próprios daquele ambiente. A questão é que essas práticas são constantemente cercadas [*enclosed*] e apropriadas pela lógica capitalista em processos de acumulação por espoliação. Por exemplo, a gentrificação em grandes cidades entra nessa categoria: processos nos quais espaços criados na convivência social de comunidades são apropriados pela classe capitalista justamente porque se tornam espaços atrativos, com valor social.

As formas capitalistas de apropriação da água, vistas por essa perspectiva, são muitas vezes produzidas pelo usurpamento de práticas históricas e coletivamente produzidas para a reprodução da vida coletivamente. Essas práticas incluem tecnologias, conhecimento, relação com a natureza, relações sociais, trabalho, consumo etc. É possível ver, nesses processos, os antagonismos das formas de apropriar a água orientadas pelo valor-de-uso para determinado grupo, como a produção de alimentos, higiene, lazer, em relação à cultura, religião etc.; e as formas de apropriação da água orientadas pelo seu valor-de-troca: as formas pelas quais a água pode ser incorporada na produção de mercadorias, tais como a água engarrafada, a produção agrícola para o mercado, a produção industrial, o abastecimento público organizado

---

<sup>48</sup> Na falta de um termo mais adequado para a expressão *commoning*, utilizada por Harvey (2012), uso o neologismo ‘comunização’.

segundo a lógica do valor etc. Os próximos itens apresenta abordagens teórico-conceituais que legitimam a apropriação da água segundo essa orientação, ocultando, ao mesmo tempo, seus aspectos destrutivos e desiguais.

### 3.2 CRISE DE 1929, *NEW DEAL* E A ‘ERA DAS BARRAGENS’: A RECUPERAÇÃO DO CAPITAL ESTADUNIDENSE PELA MANIPULAÇÃO DE RIOS

Esse item analisa uma concepção sobre a água que emerge em um momento e um lugar muito significativos para a história do capitalismo: os Estados Unidos na primeira metade do século XX. O crescimento econômico das três primeiras décadas naquele País, a Grande depressão que se seguiu à crise de 1929 e a recuperação do capital pelas políticas estatais do *New Deal*, revelam que a apropriação da água foi organizada considerando-a como recurso para a produção de mercadorias. Como se verá, a situação específica daquele contexto, no que se refere à apropriação da água, é marcada por uma tensão entre a necessidade de regular a apropriação capitalista da água, a partir do conhecimento sobre os recursos, e a necessidade de colocar em marcha a produção, seja num contexto de pujança, seja durante a Grande depressão. As iniciativas de retomada da atividade econômica após a crise, no que se refere à apropriação da água, se fundamentaram na manipulação da água pela construção de barragens e desvio de rios. Apesar da doutrina pretensamente ecológica do movimento conservacionista, que orientou muitas dessas iniciativas, o que se percebe é o aprofundamento de relações nas quais se fazem presentes, em potencial, ‘falhas metabólicas’, perturbações das dinâmicas da natureza levando à destruição de ambientes físicos e sociais. O resultado, nos termos de Harvey (2006), é a criação de espaços (e naturezas) novos, funcionais à acumulação do capital, tida como antídoto para a crise que criou.

Em 1909, nos anais da *American Academy of Political and Social Science*, McGee (1909) publicou um artigo intitulado ‘Água como recurso’. O artigo comemorava os avanços da ciência e o crescimento dos Estados Unidos, tanto em termos econômicos quanto em termos de conhecimento, mais especificamente no que se refere ao conhecimento sobre a água. Conclamava a nação a avançar em tempos de conquista da natureza:

Nenhum avanço na nossa história foi mais significativo do que o dos últimos dois anos em que nossas águas passaram a ser consideradas um recurso definitivamente limitado em quantidade, ainda que suscetível a conservação e benefícios crescentes, se utilizado com sabedoria. A conquista da natureza, que iniciou com o controle progressivo do solo e seus produtos e passou para os minerais, agora está se expandindo para as águas na, acima e abaixo da superfície. A conquista não estará completa antes que estas águas sejam totalmente controladas (MCGEE, 1909, p. 39).

O discurso de McGee (1909) revela vários aspectos de uma busca pela conquista prometeica da natureza, ou seja, uma relação de dominação no sentido de superioridade do ser

humano que, por meio do conhecimento, pode submeter a natureza a seu domínio. Seu argumento era que para uma nação crescer era necessário conhecer seus recursos e, para isso, era necessário ter a capacidade científica para mensurá-los e quantificá-los. As perspectivas, para o autor, eram animadoras. “Em apenas um ponto nosso crescimento é mais rápido do que no uso da energia: o conhecimento e a capacidade mental necessários para guiar e desenvolver o progresso material” (MCGEE, 1909, p. 521).

As bases do conhecimento científico para explicar a disponibilidade da água em termos quantitativos foram de fundamental importância para a emergência de uma concepção segundo a qual a água é um recurso. No entanto, para gerir o recurso água, era necessário avançar. “Há uma necessidade urgente de uma unidade aplicável às quantidades usadas no abastecimento de água, na irrigação e em outros fins” (MCGEE, 1909, p. 523). O autor discorre, então, sobre instrumentos e técnicas quantitativas da engenharia e da hidrologia que permitiriam mensurar a quantidade de água disponível nos EUA e no mundo, bem como a quantidade utilizada, as perdas etc. A conclusão de McGee (1909) contém as sementes de uma concepção que, atualmente, domina os debates e as iniciativas de uso da água: escassez, limitação e eficiência.

Nosso estoque de água é como o de qualquer outro recurso uma vez que sua quantidade é fixa. Ele difere de recursos minerais como o carvão e o ferro – uma vez usados acabam – pois seu suprimento é perpétuo; e difere de recursos como os solos e as florestas – capazes de se renovar ou aumentar – pois sua quantidade não pode ser aumentada. Difere também no fato de sua quantidade relativa ser muito pequena para possibilitar o desenvolvimento completo de outros recursos, da população e da indústria que dele dependem. Como os outros recursos, ele pode ser mais bem utilizado. Deve ser mais bem utilizado para prover benefícios totais a partir da terra, florestas e minérios. (MCGEE, 1909, p. 532)

Fica evidente, no texto de McGee (1909), a necessidade de um conhecimento funcional às necessidades do capitalismo no início do século XX nos Estados Unidos<sup>49</sup>. A água é um recurso para a produção industrial, agrícola e para o abastecimento humano; é um

---

<sup>49</sup> De 1870 para 1929 o produto interno bruto agregado nos EUA cresceu de 7,7 para 104 bilhões de dólares (US GOVERNMENT SPENDING, 2012). Estes números representam uma intensa atividade agrícola e industrial e o aumento vertiginoso do consumo de bens duráveis possibilitado pelas novas técnicas de administração tayloristas e fordistas que marcaram o início do século naquele País. Para o historiador Eric Hobsbawm, o período é marcado pela “conquista audaciosa do planeta pela economia capitalista, conquista essa realizada por sua classe característica, a ‘burguesia’ e sob a bandeira de sua expressão intelectual característica, a ideologia do liberalismo” (HOBSBAWM, 2006, p. 23). No final do século XIX os EUA ainda não haviam se tornado a potência que se tornariam durante o século XX. No entanto, segundo Hobsbawm (2006), já o eram em potencial, pois já tinham um enorme potencial de consumidores e um mercado de massas de bens padronizados. A depressão dos preços principalmente dos produtos agrícolas, que abateu o sistema capitalista na década de 1870 teve graves consequências para todos os agricultores envolvidos com o mercado mundial. Segundo Hobsbawm (2006), a reação política à crise nos EUA foram o protecionismo e a formação de cooperativas. No entanto, as consequências, que podem ser entendidas como uma reação econômica à crise, foram a concentração econômica e a emergência da administração científica. A crise de 1870 foi uma crise de queda nos preços, que teve como consequência queda nos lucros. Uma das formas pelas quais a atividade capitalista encontrou para recuperar os lucros foi a busca por mais recursos, fossem eles mão-de-obra ou recursos naturais como a água.

insumo que impulsiona o crescimento da economia. Assim como qualquer outro recurso da produção, deve ser mensurado, quantificado e cientificamente organizado de forma eficiente.

Duas décadas depois, também nos Estados Unidos, Robert Horton avançou essa concepção, definindo a hidrologia como uma ciência, a partir dos parâmetros positivistas do conhecimento. Para ele havia, naquele momento, “na literatura científica de engenharia, uma massa dispersa de resultados quantitativos capazes de formar o mais adequado e respeitado corpo científico, necessitando apenas de coordenação” (HORTON, 1931 apud LINTON, 2010, p. 131). Além de definir a ciência específica que trabalha com o tema da água, Horton desenhou o ciclo da água de forma gráfica que, assim, ganhou mais visibilidade e legitimidade.

Com relação a isso, Linton (2010) faz uma interrogação provocativa, explicando que as dinâmicas do ciclo da água já eram conhecidas desde o século XVII pelos trabalhos do francês Pierre Perrault sobre as fontes de Paris. A publicação do artigo de Horton, nos Estados Unidos em 1931, recuperou o conceito do ciclo hidrológico e lhe atribui uma importância muito maior do que nos três séculos anteriores, causando, como afirma Linton (2010, p. 147), “um aumento extraordinário na reputação de Perrault”. Por que esse lapso de quase três séculos? É muito significativo que o trabalho de Horton tenha sido publicado durante a ‘Grande depressão’ e que seus argumentos tenham contribuído para a construção de um novo campo disciplinar. A crise de 1929 foi uma crise de superprodução, em que não havia meios para realizar a produção industrial e agrícola estadunidense por um descompasso entre a produção em ascensão e uma demanda que não a acompanhava, nem no mercado interno e nem no comércio internacional, por uma série de motivos que não cabem aqui. Importa considerar que a enunciação da água como recurso e o estabelecimento da ciência hidrológica são momentos importantes no movimento de recuperação do capitalismo após a crise. Naquele país, as políticas de recuperação do capital após a crise foram formalizadas no *New Deal*, movimento inspirado na nascente doutrina keynesiana e que incluiu, dentre outras medidas, a construção de obras públicas a partir de contratos com empreiteiras privadas, medidas macroeconômicas de intervenção e regulação das relações de trabalho com maior poder aos sindicatos. O principal objetivo era retomar a atividade econômica pelo aumento dos níveis de emprego. O keynesianismo do *New Deal* se manifestou justamente no protagonismo assumido pelo Estado na busca desse objetivo. Como já havia sido anunciado por McGee em 1909, era necessário avançar o conhecimento que permitiria manipular a água enquanto recurso para a produção capitalista – mercadoria – de forma mais eficiente, e o trabalho de Horton cumpria essa missão.

A concepção da água como recurso é o fundamento daquilo que, como visto no capítulo anterior, Linton (2010) chama de ‘água moderna’ (*modern water*). O que caracteriza essa concepção, iniciada nos trabalhos de Perrault e dominante até hoje, é a abstração, a quantificação e a dominação por parte dos seres humanos. A abstração da água moderna é sua homogeneização; a água moderna é qualquer água, independente de suas diferenças físico-químicas, dos aspectos culturais, religiosos e simbólicos a ela atribuídos e dos usos que dela são feitos. Nessa concepção, água é água; é universal e neutra.

Uma virtude da água moderna é a de não ser complicada por fatores ecológicos, culturais ou sociais. Isto a tornou relativamente fácil de manusear. Outra virtude de água moderna é sua universalidade – todas as águas, em quaisquer circunstâncias que possam ocorrer, são reduzíveis a esta abstração. Uma terceira virtude é sua naturalidade – não apenas todas as águas podem ser reduzidas a H<sub>2</sub>O, mas o produto desta redução é entendido como constituinte da essência da água, sua natureza. (LINTON, 2010, p. 8)

H<sub>2</sub>O é a expressão que melhor define a concepção da água moderna, é um símbolo universal para a água e apenas se refere à forma redutiva que abrange todas as águas: a fusão de duas moléculas de hidrogênio com uma de oxigênio. Linton (2010) também chama a atenção para o fato de que o ciclo da água recuperado por Horton, tal como é usualmente trabalhado, ignora que parte desse ciclo é o uso da água pelos seres humanos<sup>50</sup>. Isso, no entanto, é apenas o reflexo de um problema maior: a concepção da água moderna e da água como recurso não considera as relações sociais nas quais a água é apropriada, porque é parte de um conhecimento que exterioriza a natureza. Ou seja, a água moderna é uma conquista intelectual que exige a separação cartesiana entre natureza e sociedade, entre água e seres humanos.

O avanço desse entendimento reducionista da água no contexto aqui trabalhado não se deu apenas no plano teórico. Pelo contrário, a emergência do conhecimento hidrológico está em estreita articulação com práticas de manipulação da água que caracterizaram aquele momento histórico e que Reisner (1986) chamou de ‘Era das barragens’. A reportagem investigativa desse autor comenta a atuação das duas principais organizações criadas para construir centenas de barragens no chamado meio-oeste dos Estados Unidos (que de resto é todo o País com exceção da costa leste, mais industrializada e povoada). A *Corps of Engineers* se ocupou da porção noroeste, onde a água era abundante. Lá, as barragens eram construídas principalmente para o controle de cheias, navegação e geração de energia. Já no restante do oeste norte americano, o *Bureau of Reclamation* era o principal protagonista. De

---

<sup>50</sup> Uma evidência desse argumento são as figuras do ciclo da água como aparecem em livros escolares e nas imagens disponíveis na internet que, usualmente, desconsideram a influência da apropriação da água pelos seres humanos como se essa apropriação não interferisse no ciclo.

1902 até 1932, o *Bureau* construiu cerca de 35 barragens. Nos trinta anos seguintes, foram mais 230 barragens. Nesse período, segundo Reisner (1986, p. 172), “se forjou a mais fatídica transformação de paisagem já vista em qualquer lugar”. Nos termos de Harvey, Reisner (1986) estava se referindo à construção de um ambiente fruto das relações capitalistas naquele lugar, com suas configurações físicas específicas. A construção de um novo ambiente, pela produção de uma nova natureza, se deu a partir dos processos capitalistas naqueles espaços. A produção de um novo espaço social, no entanto, não envolve apenas a materialidade da manipulação da água. Como visto, envolve também as formas de conhecimento disponíveis e criadas em articulação com essas práticas. Envolve, também, a organização desse metabolismo com a natureza.

O barramento de rios para o uso da água como política nacional de incentivo à produção capitalista foi acompanhado, a partir de 1933, pela criação de agências de águas. Naquele ano foi criada a *Tennessee Valley Authority* (TVA), experiência pioneira na gestão da água fundada por Ato do então Presidente Franklin Roosevelt, com poder sobre toda a bacia do Rio *Tennessee*. A novidade da TVA era ser uma “corporação investida do poder de governo, mas com a flexibilidade e iniciativa de uma empresa privada” (TVA, 2011). Possuía ingerência sobre todos os usos da água: produção de energia, navegação, controle de cheias, prevenção de malária, reflorestamento e controle da erosão, os quais deveriam ser abordados em seu contexto mais amplo, ou seja, no contexto da bacia hidrográfica. O relato histórico disponível no sítio da TVA mostra o tipo de trabalho realizado pela agência, e os resultados buscados naquele momento:

A TVA construiu barragens para aproveitar os rios da região. As barragens controlaram as enchentes, melhoraram a navegação e geraram eletricidade. A TVA desenvolveu fertilizantes, ensinou os agricultores a melhorar suas colheitas e ajudou-os a replantar as florestas, controlar os incêndios florestais e melhorar o habitat na vida selvagem e dos peixes (TVA, 2011, p. 1).

Navegação, eletricidade, fertilizantes e replantio são as conquistas do barramento dos rios. Dentre essas, a eletricidade é apontada como a mudança ‘mais dramática’ possibilitada pelas barragens da TVA, pois além das ‘facilidades da vida moderna’, “a eletricidade também ajudou a trazer indústrias para a região, provendo os empregos tão necessitados” (TVA, 2011, p. 1).

Além do protagonismo do Estado e a evidente concepção de que a água é um recurso para a produção de mercadorias – seja pela atividade industrial ou agrícola, dois outros aspectos merecem atenção no que se refere ao significado da criação da TVA naquele momento histórico. Um deles é o que aparece como uma ‘corporação investida do poder de governo, mas com a flexibilidade e iniciativa de uma empresa privada’; o outro é o que

aparece no relato da própria organização como a melhora ‘no habitat da vida selvagem e dos peixes’. Ou seja, a TVA significou a criação de um mecanismo de gestão diferente, e a aplicação de novas concepções ecológicas. Analisarei, primeiramente, o aspecto de gestão.

A política da TVA foi batizada de *Grass Roots Administration*, um mecanismo de gestão pelo qual a administração da agência incorporava as comunidades, permitindo sua participação nas decisões. Esse mecanismo foi extensivamente analisado por um dos precursores da teoria institucional, Philip Selznick. Em sua Tese de Doutorado, o autor chama a atenção para o fato de que a TVA foi criada com ênfase no planejamento, uma forma de incorporar os efeitos das atividades da TVA nas comunidades da bacia. “Essa assunção de responsabilidades outorga à administração uma função importante de planejamento, ainda que seja indireta e seja modificada à medida que as circunstâncias assim o exijam” (SELZNICK, 1984, p. 9).

As análises do autor evidenciaram que a organização e sua estrutura foram modificadas pelas pressões e valores do ambiente institucional, o que veio a se tornar um dos principais argumentos da teoria institucional. Para o autor, essas mudanças na organização eram, também, processos de cooptação das lideranças comunitárias. Ou seja, a organização era flexível o suficiente para mudar sua estrutura de acordo com o ambiente, mas ao mesmo tempo cooptava as lideranças para sua própria estrutura. O que a própria TVA entendia como ‘flexibilidade de uma empresa privada’ era, por outro ângulo, uma forma de adaptar-se ao contexto pela capacidade de incorporar em sua estrutura as comunidades envolvidas e afetadas por suas práticas. Contraditoriamente, a criação da TVA evidencia também a intervenção estatal na atividade produtiva, tônica do *New Deal*. A TVA era, portanto, parte da estrutura centralizada do Estado, o que lhe permitia impulsionar as obras necessárias para a recuperação do capital; e seu planejamento e estrutura descentralizados adaptavam-na a aspectos ecológicos, sociais e políticos.

O segundo aspecto que merece atenção, não apenas na criação da TVA, mas naquele contexto em geral, é outro fundamento teórico que orientou as políticas de recuperação da economia estadunidense: o movimento conservacionista, caracterizado pelo historiador Samuel Hays como ‘o evangelho da ecoeficiência’: “uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção de sagrado” (MARTÍNEZ-ALIER, 2009, p. 27).

O movimento conservacionista tem origem em Gifford Pinchot, ambientalista estadunidense que aprendeu técnicas de manejo florestal na Europa. Sua concepção de conservação se fundamentava na “gestão científica dos recursos naturais para conseguir sua utilização permanente” (MARTÍNEZ-ALIER, 2009, p. 29). Diferente da ideia que a

expressão ‘conservação’ passa, essa concepção entende justamente o contrário: os recursos naturais podem e devem ser utilizados, e a eficiência, a tecnologia e o conhecimento podem garantir usos mais rentáveis. Assim, a conservação, nesse sentido, diferencia a utilização racional possibilitada pelo conhecimento científico e a exploração dos recursos naturais.

A concepção da água como recurso é parte do movimento conservacionista estadunidense. Juntamente com McGee, Pinchot publicou, em 1908, um relatório com um diagnóstico das águas no qual identificava que o País estava perdendo um bilhão de toneladas de solo por ano devido à erosão. As medidas sugeridas foram considerar que

‘cada sistema fluvial é uma unidade da sua nascente até a sua boca’ e que os planos ‘para a melhoria da navegação nas águas interiores [...] devem ter em conta a purificação das águas, o desenvolvimento da energia, o controle das enchentes, a recuperação de terras por irrigação e drenagem, e todos os outros usos das águas’ (TVA, 2012, p. 1).

O relatório inspirou a criação da *National Waterways Comission* pelo então Presidente Theodore Roosevelt, um dos principais nomes do movimento conservacionista (LINTON, 2010). Coube a seu primo, Franklin Roosevelt, assinar em 1933 o Ato de criação da TVA, que colocou em prática os princípios do movimento, justamente em um momento no qual o País atravessava a mais grave crise de sua história. Não se trata de deixar a natureza intocada, e sim de encontrar as técnicas científicas capazes de impulsionar a produção de mercadorias pela apropriação de mais natureza<sup>51</sup>.

As diferentes dimensões daquele contexto revelam fundamentos teórico-práticos da apropriação capitalista da água do capitalismo presentes ainda nos dias de hoje. Ao articular essas diferentes dimensões – conhecimento, formas de gestão da água, barramento de rios e crise econômica – fica claro que a apropriação da água é organizada a partir da necessidade de avanço da produção de mercadorias. Isso, no entanto, não é específico daquele momento. Pelo contrário, como será visto, essas proposições não foram abandonadas e podem, inclusive, explicar muitas iniciativas de manipulação de impressionantes volumes de água nos dias de hoje. As confluências daquilo que Harvey (2010) chama de ‘processos socioecológicos e políticoeconômicos’ específicos daquele período e lugar produziram formas específicas de apropriação da água que se tornaram mundialmente disseminadas. A análise daquele período específico revela esses aspectos com clareza e permite, dessa forma, fundamentar bases sobre a concepção atualmente hegemônica nos debates sobre o tema.

---

<sup>51</sup> Outros nomes importantes do movimento conservacionista são os de Aldo Leopold e seu filho Luna Leopold. Esse último, em 1957, afirmava que independente do recurso em consideração, “a administração deve acompanhar o desenvolvimento” (LEOPOLD, 1957). Luna Leopold era um estudioso do tema da administração dos recursos hídricos. Engenheiro hidrológico, afirmava a necessidade de mais conhecimento técnico para dar suporte à gestão, bem como do envolvimento do público.

As técnicas quantitativas de mensuração são fundamentais, pois permitem avaliar as quantidades e as disponibilidades. As raízes conceituais e as práticas da TVA evidenciam a organização de um novo aparato administrativo e político para viabilizar a apropriação da água como um recurso para a produção de mercadorias, como energia, navegação, produtos agrícolas e industriais. A política do *New Deal*, inspirada no movimento conservacionista, revela a racionalização em bases científicas do uso da água para garantir a sua conservação produtiva para o capital. Essa iniciativa, apesar de romper com o liberalismo pré-crise pela intervenção do governo no planejamento dos usos, mantém o fundamento da concepção da água como recurso. A dimensão que o movimento conservacionista trouxe para essa concepção da água é a dos sistemas: os rios devem ser entendidos enquanto sistemas vivos, e o planejamento de seus diferentes usos não pode ignorá-lo, além de criar mecanismos de incorporação dos valores do ambiente em sua estrutura.

Na Califórnia, as tensões decorrentes do encontro entre aspectos físicos, como o clima árido, e aspectos sociais da produção agrícola capitalista e dos processos de urbanização, em um momento de crise, se fizeram ainda mais visíveis. Na região do *Central Valley*, a principal fonte de água para irrigação agrícola era as reservas subterrâneas. Apesar dos esforços do capital em gerir e regular a produção e os recursos, como a água, de forma eficiente e racional, o que também se percebe na narrativa de Reisner (1986, p. 10) é um uso irracional, descontrolado e perdulário, impulsionado pela acumulação pela acumulação:

Os fazendeiros do *Central Valley* puxaram tanta água que por volta dos anos 1930 a principal indústria do estado estava ameaçada. Os fazendeiros tinham laços tão fortes com os legisladores que os convenceram, mesmo durante a Depressão, a autorizar um projeto de água gigante – de longe o maior do mundo – para salvá-los de seu próprio calvário. [...] Mas os projetos produziram muito mais terras cultiváveis do que aquelas que as águas podiam irrigar, então os fazendeiros tiveram que complementar sua água superficial disponível com dezenas de milhares de poços. Como resultado, a exploração de água subterrânea, ao invés de ser aliviada, piorou.

A impossibilidade de regular a produção agrícola na região levou a um uso descontrolado da água de lençóis freáticos, prática que ocorria também em outros estados. Uma das consequências foi o fenômeno que ficou conhecido como *Dust bowl*, significativo de uma apropriação irracional e descontrolada da água, a despeito da doutrina conservacionista. Os fazendeiros, ao extenuarem as reservas subterrâneas, secaram o solo, provocando erosão e tempestades de areia que varreram várias partes do País durante dez anos, na década de 1930. Desconfiguraram as dinâmicas da natureza próprias daquele ambiente físico, criando um novo ambiente estéril e destrutivo e obrigando famílias e populações inteiras a migrarem para as cidades ou outros lugares. Fenômenos como esses podem ser interpretados por aquilo que

Marx chamou de falhas no metabolismo entre sociedade e natureza, ou uma “falha irreparável nos processos interdependentes do metabolismo social” (MARX, 1991, p. 949). O conhecimento sobre as dinâmicas da natureza para permitir uma produção mais eficiente entrava em tensão com a necessidade de acumular.

O sul daquele mesmo estado, onde está a cidade de Los Angeles, é uma região árida cuja única fonte natural de abastecimento são aquíferos. Uma das soluções encontradas para abastecer Los Angeles e outras cidades, bem como para possibilitar a produção agrícola na região, foi o desvio de rios que estavam a quilômetros de distância. O primeiro aqueduto começou a desviar água do rio *Owens* em 1913. O projeto foi controverso e encontrou resistências por parte dos fazendeiros e moradores do *Owen Valley*. Esse tipo de conflito, que Harvey (2006) interpretaria como um conflito de classe pela espoliação dos meios de vida daqueles fazendeiros e moradores privados de seu acesso à água, não era um problema para o governo, e não entrava na pauta do movimento conservacionista<sup>52</sup>. Outro aqueduto desviou água do rio Colorado e percorreu uma distância de quase 400 quilômetros para abastecer a região da cidade de San Diego. Sua construção iniciou em 1933<sup>53</sup>.

Já em outro momento, após a 2ª Guerra Mundial, em 1945, com a economia capitalista novamente em marcha, a apropriação da água permanecia um problema no árido estado da Califórnia. Naquele ano, segundo Ostrom (1965, p. 30), foi criada a *West Basin Water Association*, um fórum no qual os produtores de água puderam “discutir seus problemas comuns, expandir seus níveis de conhecimento sobre alternativas de suprimento, e investigar uma variedade de métodos para solucionar seus problemas através de empreendimentos cooperativos”. Por não estarem dispostos a reduzir o volume de água retirada do subsolo sem a garantia de uma fonte alternativa, os membros da Associação concordaram que o mais viável era comprar a água desviada do Rio Colorado. O acesso à água daquele rio foi

---

<sup>52</sup> Consultado pelo então Presidente Franklin Roosevelt sobre o caso com os fazendeiros e moradores de *Owen Valley*, Gifford Pinchot comentou: “Até onde eu sei, não há objeção em permitir que Los Angeles use esta água para irrigação” (REISNER, 1986, p. 85).

<sup>53</sup> No Brasil, atualmente, está em curso transposição do Rio São Francisco com o objetivo de irrigar terras antes não cultiváveis e dar-lhes um uso econômico para a produção agrícola por parte de grandes produtores no nordeste brasileiro, um ambiente onde a sede é um problema histórico. O bispo Dom Luiz Flávio Cappio tem se empenhado em resistir à megaobra. Segundo ele o rio São Francisco, no nordeste, “é a mãe e o pai de todo o povo, de onde tiram o peixe para comer, a água para beber e molhar suas plantações (CAPPIO, 2006, p. 274). Em 2005, Dom Cappio enviou uma carta ao então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual afirmou: “O Brasil possui uma das mais injustas concentrações no acesso à água. A transposição do Rio São Francisco é um projeto de segurança hídrica dos grandes reservatórios, o que reafirma atual lógica de exclusão no acesso à água. Ele não contempla a democratização ao acesso à água e a ampliação da rede de distribuição. Não é verdade que a transposição levará água a quem tem sede e isto, por si só, já é um impedimento ético mais do que suficiente para justificar a oposição a este projeto” (CAPPIO, 2006, p. 284). Existem, segundo ele, inúmeras iniciativas que demonstram as potencialidades de convivência com o semiárido. No entanto, apesar das tentativas de diálogo e da oposição das comunidades ribeirinhas, a obra segue em curso com previsão de conclusão em 2015.

importante para solucionar os problemas da diminuição dos reservatórios e da salinização<sup>54</sup>. Isto possibilitou, ainda segundo a autora, um novo empreendimento: a construção de uma barreira d'água para impedir a água do mar de contaminar o aquífero. O *Central and West Basin Water Replenishment District* foi criado para financiar os programas de reabastecimento e a barreira contra a salinização. Estes programas eram financiados com taxas cobradas pela retirada de água. Com o dinheiro das taxas, o *Replenishment District* comprava água de fontes alternativas (como a água do rio Colorado) para reabastecer o aquífero e barrar a água do mar. “Assim, o custo da água para isolar o aquífero do mar, aumentar o suprimento anual de água subterrânea e repor retiradas anteriores foi assumido pelos produtores de água e, eventualmente, pelos usuários daquela água” (OSTROM, 1965, p. 44).

A cobrança de taxas adiciona um novo elemento aos aspectos que já destaquei sobre a organização da apropriação da água naquele momento peculiar da história do capitalismo e dos Estados Unidos. A dinâmica ecológica, entendida no sentido que Moore (2011c, p. 42) atribui à ecologia-mundo como “feixes desordenados de relações humanas e extra-humanas”, naquele momento, era a seguinte: o dinheiro arrecadado com a cobrança pelo uso da água desviada do Rio Colorado para Los Angeles financiou a construção de uma barreira aquática que impedia a entrada de água do mar nos aquíferos da região. Era uma dinâmica produzida pela atividade capitalista e os processos de urbanização que deslocaram as dinâmicas originais da água, do solo e do mar.

Esse foi contexto no qual a cientista política Elinor Ostrom (1964; 1999; 2009) identificou a criação de uma nova institucionalidade na administração das águas subterrâneas na Califórnia, a partir de articulações com vistas a estabelecer regras de uso dos reservatórios de modo a controlar a sobre-exploração e evitar os problemas que ameaçavam o abastecimento e a produção de mercadorias. O ambiente construído pelos processos socioecológicos e politicoeconômicos do contexto relatado são alienados na análise de Ostrom. Ou seja, os aspectos materiais da manipulação da água e as ‘falhas metabólicas’ que podem estar relacionadas a isso, e os aspectos desiguais como a privação das comunidades de seu acesso à água e a cobrança de taxas, com todas as consequências que podem ter, não fazem parte de seu quadro analítico, fundamentado nos princípios da economia institucional. Por isso, sua teoria confunde bens comuns com interesses comuns em apropriar os recursos

---

<sup>54</sup> O uso descontrolado da água por parte dos produtores na Califórnia provocou problemas de salinização, uma vez que o esvaziamento dos reservatórios subterrâneos permitira a entrada de água do mar nas áreas costeiras da cidade de Los Angeles (OSTROM, 1999).

naturais para a produção de mercadorias, promovendo assim a cooptação de concepções de ‘bens comuns’ por parte dos círculos dominantes do conhecimento e da formulação de políticas. Ostrom (2009) recebeu os méritos de explicar a emergência de mecanismos de gestão inovadores, eficientes e descentralizados para os recursos naturais, necessários para a etapa neoliberal do capitalismo. Isso não foi feito sem o encobrimento de aspectos ecológicos potencialmente destrutivos, e de aspectos geradores de desigualdades sociais, como será visto no próximo item.

### 3.3 A LEGITIMAÇÃO DE VALORES PELO OCULTAMENTO DE PRÁTICAS DESIGUAIS E DESTRUTIVAS DE APROPRIAÇÃO DA ÁGUA: EMERGÊNCIA DA GOVERNANÇA

Diante do problema do uso descontrolado das águas subterrâneas na Califórnia, mencionado no item anterior, Ostrom (1965) analisou em sua Tese de Doutorado os processos de organização de um sistema de empresas públicas para administrar as reservas subterrâneas no sul daquele estado, mais especificamente as bacias *West* e *Central*<sup>55</sup>. A autora trabalhou com o conceito de ‘empreendedorismo público’ que, segundo ela, permitia melhor entendimento sobre o tema, em comparação às abordagens tradicionais que tendiam a focar no empreendedorismo do setor privado – no campo da economia, e nas agências governamentais – no campo da ciência política. Sua principal conclusão, à época, foi que por desenvolver “uma fonte de abastecimento de água mais econômica do que as fontes alternativas desenvolvidas pelas agências do Estado, este programa contribuirá no longo prazo para um uso mais eficiente de água no sul da Califórnia” (OSTROM, 1965, p. xviii).

O conceito de empreendedorismo público é herdeiro direto do conceito de empreendedorismo das ciências econômicas, desenvolvido principalmente a partir trabalhos de Schumpeter (1942) e Coase (1937)<sup>56</sup>. No entanto, segundo a autora, o empreendedorismo

<sup>55</sup> Os aquíferos de Los Angeles são divididos por bacias, sendo que duas das principais bacias, que estão abaixo das áreas centrais da cidade, são a *West basin* e a *Central basin* (METROPOLITAN WATER DISTRICT OF SOUTHERN CALIFORNIA, 2012).

<sup>56</sup> Schumpeter (1942) não se concentrou especificamente no tema do empreendedorismo, mas lançou formulações fundamentais ao afirmar que é pela inovação que o capitalismo se transforma e o sistema econômico evolui. O autor formulou uma síntese entre as tradições clássica e neoclássica da economia. Enquanto a primeira percebia a produção de valor nos processos de trabalho, a segunda afirmou que a questão não é encontrar o valor e sim ver que são os preços resultantes da oferta e da demanda. Ou seja, é a própria circulação das mercadorias que estabelece a regulação da economia. Schumpeter (1942), sem desconsiderar o equilíbrio neoclássico (que chamou de fluxos circulares), volta para a indústria e afirma que é a inovação que pode criar valor e deslocar o fluxo circular a um patamar superior por meio da socialização do progresso técnico. Assim, o autor retém dos neoclássicos o pressuposto de equilíbrio (ainda que transitório), mas retoma dos clássicos a ideia de valorização no interior da empresa, o que acontece em detrimento da “concorrência de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização” (SCHUMPETER, 1942, p. 20). Para o autor, a constante transformação das empresas por meio da inovação de seus produtos, processos, organização etc. resulta e é resultado de uma constante transformação no sistema, que evolui. Já Coase (1937), ao buscar

público enfatiza as estratégias que as pessoas adotam para resolver problemas comuns através de iniciativas públicas que não poderiam ser resolvidas por ações privadas individuais. O processo é análogo, o que muda é que no empreendedorismo público os atores são coletivos, mas continuam se organizando para alcançar interesses privados. Portanto, a expressão ‘público’ representa uma distinção com o ‘empresarial’ e o ‘estatal’. Assim como no empreendedorismo privado, o resultado das ações de empreendedorismo público é a inovação: naquele caso uma nova instituição forjada pela criatividade para a solução dos problemas. Para a autora, “os empreendedores públicos são muito mais intimamente envolvidos no processo político em geral”, e seus objetivos são os de “autorizar e validar novos programas de ação e novos arranjos institucionais” (OSTROM, 1965, p. 7)<sup>57</sup>.

Além da criação da *West Basin Water Association*, já comentada, outras articulações e momentos foram importantes para formação de um programa de administração das bacias subterrâneas e na evolução do sistema descentralizado de decisão:

(1) a organização de uma associação privada para prover um fórum para a discussão de problemas comuns; (2) a formação de um distrito municipal de água para fornecer uma fonte alternativa de água superficial; (3) o início de uma forma de racionamento de água subterrânea; (4) a determinação da possibilidade física de uma barreira de água para prevenir a salinização e (5) a criação de arranjos institucionais temporários para operar a barreira contra o mar (OSTROM, 1965, p. 524).

Essa experiência demonstrou, segundo a autora, que não era necessária uma agência com jurisdição sobre um sistema físico inteiro para o controle efetivo do uso da água, como a experiência da TVA, três décadas antes. O desempenho do novo sistema era mais econômico e eficiente. Sua ênfase foi na descentralização e na defesa de que os produtores e apropriadores individuais poderiam estabelecer acordos e regras para o uso dos recursos de forma mais eficiente que o Estado ou uma empresa privada.

A Tese de Ostrom (1965) já continha indícios de uma concepção que reformulava a concepção da água como recurso em novas bases, funcionais à acumulação em um novo momento histórico. Se no momento anterior havia a necessidade de recuperar o capital da crise através da centralização estatal, do conhecimento funcionalista e da dominação da

---

explicações sobre a natureza da firma, ou sobre sua existência, percebeu que se os preços no mercado são uma forma de coordenar a produção e as trocas, existe outra forma de fazê-lo que ocorre no interior das firmas. A coordenação no interior das firmas é função do *entrepreneur*, ou do empreendedor-coordenador. “A firma, portanto, consiste em um sistema de relações que existe quando a organização dos recursos depende de um *entrepreneur*”. A existência de uma firma depende, portanto, dessa função. “O empreendedor-coordenador deve desempenhar essa função ao menor custo possível, levando em consideração o fato de que ele pode acessar os fatores de produção a um preço mais baixo do que transacionando no mercado que ele substitui, porque sempre é possível recorrer ao mercado se ele falhar (COASE, 1937, p. 5).

<sup>57</sup> Como será visto mais adiante, a abordagem de Ostrom (1965), assim como seus fundamentos teóricos, já contém as sementes da governança, em termos de práticas de arranjos institucionais já vigentes naquele momento, e de conceito.

natureza; a abordagem de Ostrom (1965), desenvolvida no pós-guerra, argumentava que as comunidades de apropriadores criariam instituições de forma descentralizada a partir de conhecimentos não necessariamente científicos. Permanecia intocada, mas oculta, a percepção de que a água é um recurso para a produção de mercadorias e, portanto, ela própria uma mercadoria. Diferente do discurso da água como recurso que explicitava de forma ufanista a compreensão da água como um recurso a ser controlado para a produção industrial, a abordagem de Ostrom oculta essa definição.

No livro *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*, publicado em 1990, a autora desenvolve o conceito de recursos comuns agregados (*common pool resources*) (CPR). Nessa abordagem não apenas mananciais de água como lagos, bacias hidrográficas e reservas subterrâneas, como também florestas, peixes e outros recursos são classificados como *common pool resources* (CPR). Trata-se de um “sistema de recursos natural ou produzido pelo homem suficientemente grande para tornar custoso (mas não impossível) excluir potenciais beneficiários de obter benefícios de seu uso” (OSTROM, 1999, p. 30). O que caracteriza um recurso como um CPR é o custo envolvido na exclusão de potenciais beneficiários como, por exemplo, impedir que alguém se aproprie da água de um manancial; e o alto nível de subtração de uso, ou seja, se alguém usa determinada água, outro não pode usá-la.

Segundo a autora, seu intuito era superar as dicotomias das três abordagens usuais para o tema dos recursos comuns (a tragédia dos comuns<sup>58</sup>, o dilema do prisioneiro<sup>59</sup> e a lógica da

---

<sup>58</sup> A ‘tragédia dos comuns’ é uma expressão utilizada por Garrett Hardin em um artigo publicado em 1968 para se referir à inevitabilidade da propriedade privada dos recursos naturais. A situação que o autor utiliza para fundamentar seu argumento é a de vários produtores de gado utilizando o mesmo pasto. Segundo ele, os produtores optam por aumentar a produção enquanto houver pasto disponível, já que as perdas relacionadas à degradação do pasto são distribuídas entre todos e os ganhos permanecem individuais. Diante dessa ‘armadilha’, ou tragédia, no sentido de que tem seu fim melancólico anunciado pela própria situação, a única solução é estabelecer algum tipo de controle, que será sempre paliativo frente à natureza humana de maximizar a propriedade privada. Como a discussão de fundo é o aumento da população, que ameaça a disponibilidade de recursos naturais (argumento de Thomas Malthus), Hardin (1968, p. 1248) defende “abandonar os bens comuns em termos de reprodução. Nenhuma solução técnica irá livrar-nos da miséria da superpopulação. A liberdade em reproduzir-se irá trazer a ruína a todos”. Para Harvey (2012), o ponto central do problema apresentado por Hardin (1968) não foi abordado: a propriedade individual do gado. “Se a propriedade do gado fosse comum, a metáfora não funcionaria” (HARVEY, 2012, p. 68).

<sup>59</sup> O ‘dilema do prisioneiro’ é uma situação comumente utilizada em exercícios de aprendizagem da teoria dos jogos. A formulação que popularizou o exercício é do matemático estadunidense Albert Tucker, que em 1950 reformulou uma situação concebida por Merrill Flood e Melvin Dresher, do Instituto de Pesquisas Rand, na Califórnia. Tucker adaptou o exercício para ensinar a uma turma de graduação em psicologia. O exercício é o seguinte: “dois homens acusados de violar a lei são mantidos separados pela polícia. A cada um é dito que: (1) se um deles confessar e o outro não, ao primeiro será dada uma recompensa e o segundo receberá uma pena maior; (2) se ambos confessarem, cada um receberá uma pena pequena, e (3) se nenhum confessar, ambos serão soltos” (O’CONNOR e ROBERTSON, 2010, p. 1). A lógica perversa da armadilha que a polícia tramou para os prisioneiros é, segundo os autores, que independente do que o outro faça, a melhor alternativa é confessar.

ação coletiva<sup>60</sup>), que compartilham os fundamentos da racionalidade absoluta na tomada de decisão, do oportunismo e da maximização dos resultados (axiomas da economia neoclássica). Essas abordagens se concretizam, segundo Ostrom (1999), em duas prescrições de políticas públicas: o controle pelo Estado e a privatização. A partir da análise de vários casos, a autora argumenta que existem instituições que não fazem parte da estrutura do Estado e não se orientam por regras de mercado, que não seriam públicas e nem privadas e, no entanto, resultariam em um modelo mais eficiente para administrar os recursos.

Apesar da tentativa de superar as abordagens clássicas, a teoria de Ostrom (1965; 1999) permanece sob a racionalidade capitalista manifesta na teoria econômica através dos axiomas do oportunismo e da incerteza na tomada de decisões. Em suas próprias palavras, as instituições que analisa e propõe são “estratégias coordenadas para a obtenção de benefícios mútuos, quando todos são tentados a agir oportunisticamente e a trapacear” (OSTROM, 1999, p. 29). Ou seja, sua abordagem não abandona a concepção ontológica segundo a qual os seres humanos são movidos por comportamentos egoístas, oportunistas e trapaceiros. Por mais que a autora tenha identificado novas regras e normas que disciplinavam a apropriação da água subterrânea e de outros recursos naturais na Califórnia, a racionalidade dos produtores, as regras do mercado capitalista e a estrutura produtiva continua a mesma. Nessas regras e normas os contratos são fundamentais, pois representam a imposição de um acordo que deve distribuir, além dos rendimentos, os custos da imposição do acordo. Afastariam, portanto, a possibilidade de trapaça. Além de não romper com as regras do jogo, tais instituições acomodam os conflitos e adaptam os recursos para dar seguimento aos processos de acumulação.

É por isso que sua abordagem trata os ‘bens comuns’ e os interesses comuns na apropriação capitalista da natureza como sinônimos. Em outros termos, na abordagem de Ostrom (1999) a única dimensão comum é o interesse na apropriação privada do recurso de acordo com o *modus operandi* do capitalista movido pela busca pelos resultados e diminuição de incertezas, axiologia do pensamento econômico dominante. Se o que define um CPR é o fato de ser “custoso (mas não impossível) excluir potenciais beneficiários de obter benefícios

---

Assim, ambos os prisioneiros confessam. No entanto, se eles pudessem cooperar poderiam entrar em um acordo e ambos seriam soltos.

<sup>60</sup> A ‘lógica da ação coletiva’, nas ciências sociais, foi inicialmente desenvolvida pelo economista e cientista social estadunidense Mancur Olson, que publicou, em 1965, o livro *A lógica da ação coletiva: bens públicos e a teoria de grupos*. Em linhas gerais, seu argumento é que a ação coletiva ocorre quando indivíduos reúnem seus interesses particulares e privados. “As organizações”, segundo essa lógica, “podem desempenhar uma função quando existem interesses comuns ou de grupos, e porque as organizações frequentemente servem a interesses puramente pessoais e individuais, suas característica e função primordial é alcançar os interesses comuns de grupos de indivíduos” (OLSON, 2002, p. 7).

de seu uso”, se infere que somente é comum o recurso de cujo acesso não pode ser excluído o outro porque o processo de exclusão é muito custoso (em termos econômicos ou não). Pode-se concluir, então, que se um apropriador adquire recursos suficientes para excluir potenciais beneficiários, ele o fará, e o recurso deixará de ser comum.

Por mais que o argumento já existisse em uma versão crua desde 1964, ano em que defendeu sua Tese, e em uma forma mais acabada desde 1990, quando da publicação do livro que analisa outros casos; recentemente, em 2009, Elinor Ostrom foi condecorada com o prêmio Nobel de economia juntamente com o economista Oliver Williamson. Não por acaso, a abordagem de Ostrom compartilha os mesmos pressupostos da de Williamson (1998)<sup>61</sup> e suas conclusões são análogas. De acordo com a Fundação Nobel, o prêmio foi dividido “entre Elinor Ostrom, por sua análise da governança econômica, especialmente os bens comuns, e Oliver E. Williamson, por sua análise da governança econômica, especialmente os limites da firma” (NOBEL PRIZE, 2009, p. 1). Mais do que o argumento teórico de Ostrom, o que importa aqui é compreender como e porque esse argumento se tornou referência nos círculos hegemônicos do conhecimento. É preciso entender o argumento do CPR enquanto prática concreta de apropriação da natureza que se dissemina no momento histórico mais recente do capitalismo como argumento que esteriliza o conhecimento produzido nas lutas concretas em defesa dos bens comuns. Para tanto, é útil entender as analogias que guarda com a abordagem dos custos de transação de Williamson.

Mesmo que os objetos de análise dos dois autores sejam distintos, eles chegam a conclusões análogas: as estruturas de governança são formas de coordenação e organização mais eficientes do que as formas dicotômicas. Enquanto para Williamson (1998) a dicotomia é representada por mercado/hierarquia; na abordagem de Ostrom (1999) os polos são público/privado. Em Williamson, o tema da propriedade varia sem sair do diapasão da

---

<sup>61</sup> A abordagem de Williamson (1998) ficou conhecida como Economia dos Custos de Transação (ECT). Nela, “a transação é a unidade básica de análise e a governança é o meio pelo qual a ordem é alcançada em uma relação na qual o conflito potencial ameaça desfazer ou perturbar as oportunidades para realizar ganhos mútuos” (WILLIAMSON, 1998, p. 76). O autor se propôs a entender como as instituições (mercados, firmas e contratos) lidam com os problemas vinculados à transação, uma vez que a utilização do mecanismo de mercado implica custos (COASE, 1937). Ou seja, o autor vê a firma como uma estrutura de governança das transações que podem se posicionar em um contínuo que varia de relações puras de mercado, formas mistas de contratos ou integração vertical (hierarquia). No polo dos mercados, todas as transações se dão no âmbito de firmas independentes segundo a dinâmica da oferta e da procura. No polo oposto, da hierarquia, a organização é estruturada de forma a controlar seus processos internos. O que o autor percebeu é que existem formas de coordenação e de controle mais eficientes que o mercado e a hierarquia, de acordo com os ativos transacionados. Estas são as formas mistas, ou híbridas: estruturas intermediárias entre os mercados e as hierarquias, combinando elementos desses dois extremos. Nessa estrutura, a integração vertical pura não é eficiente, tampouco a estrutura de mercado pode governar as transações. Esta é a forma mais comum de organização das empresas modernas. Os contratos, nesse caso, incluem formas mais flexíveis e informais e possuem elementos adaptativos coordenados para contornar distúrbios não antecipados.

propriedade privada: o que muda são as estruturas de governança, formas distintas de propriedade privada dos ativos. Em Ostrom, isso também acontece, mas de uma forma dissimulada: a ênfase não é na propriedade e os contratos se referem às regras de apropriação dos recursos naturais (chamados recursos comuns agregados – CPR), ou seja, a propriedade do recurso não determina a organização (a propriedade pode ser pública, privada, comunitária ou simplesmente não existir).

O que ambas as abordagens propõem é a incorporação de estruturas independentes e de pequena escala em estruturas maiores de governança. O que em Williamson são custos de transação que podem ser contornados por estruturas de governança, em Ostrom são custos de exclusão de potenciais beneficiários que também podem ser contornados por estruturas de governança. Para melhor compreender esse argumento é preciso aprofundá-lo trazendo para a discussão outros fundamentos dessa abordagem, como o conceito de ‘policêntrico’ (*polycentric*) e a ‘hipótese de Tiebout’. Esses conceitos fazem parte da teoria de Ostrom desde sua Tese que explicou, em suas palavras, “a indústria policêntrica da água na Califórnia” (OSTROM, 2009, p. 408).

O conceito de policêntrico foi desenvolvido por Vincent Ostrom, Tiebout e Warren, “para entender se as atividades de um arranjo de agências públicas e privadas na provisão de serviços públicos em áreas metropolitanas eram caóticas ou potencialmente produtivas” (OSTROM, 2009, p. 411). “Policêntrico”, para os autores, “conota muitos centros de decisão formalmente independentes uns dos outros”.

Na medida em que eles entram em relações competitivas, assumem compromissos contratuais e cooperativos ou recorrem a mecanismos centrais para resolver os conflitos, as diversas jurisdições políticas em uma área metropolitana podem funcionar de forma coerente com os padrões previsíveis de interação e de comportamento. Assim, podemos dizer que eles funcionam como um ‘sistema’. (OSTROM, TIEBOUT e WARREN, 1961, p. 831)

Os autores propunham que um determinado arranjo de unidades independentes poderia ser mais eficiente na provisão de serviços públicos do que uma agência estatal centralizada ou que a sua privatização. O conceito de policêntrico antecipou a disseminação da governança no período neoliberal a partir dos estudos desses autores nos Estados Unidos no início da década de 1960. A prática é a mesma: arranjos entre o setor empresarial e estatal na provisão de serviços públicos. Isso indica que Ostrom concebe os bens comuns como interesses capitalistas comuns e como serviços públicos prestados por agências privadas ou pelo Estado. Ou seja, a privatização de serviços públicos não é um problema, mas uma solução, uma vez que permite um funcionamento mais eficiente desses serviços a partir da ‘livre escolha’ dos cidadãos que podem optar por diferentes arranjos de serviços, atrelados a suas preferências.

Para Ostrom, Tiebout e Warren (1961), os “cidadãos descontentes com a provisão de serviços poderiam simplesmente abandonar aquela jurisdição e se mudar para jurisdições que se aproximem mais das suas preferências em termos de serviços e custos” (OSTROM, 2009, p. 411). Essa já é a ‘hipótese de Tiebout’.

De acordo com Harvey (2012, p. 82), o conceito de policêntrico se fundamenta no que ficou conhecido como ‘hipótese de Tiebout’: “uma metrópole fragmentada na qual várias jurisdições ofereceriam um pacote de serviços atrelados a taxas locais aos residentes que poderiam, assim, escolher onde morar de acordo com os pacotes e suas taxas”. Ou seja, segundo essa hipótese, os cidadãos são clientes e os serviços públicos são mercadorias. Assim, os clientes-cidadãos teriam a livre oportunidade de escolher os produtos mais atrativos de acordo com suas preferências. Não por acaso, esse movimento ficou conhecido em inglês pela expressão ‘*vote with their feet*’, pois os cidadãos descontentes poderiam caminhar para outros lugares onde os serviços fossem mais adequados à sua capacidade de pagar.

A forma pela qual as estruturas de governança podem contornar os custos de exclusão de potenciais beneficiários é criando novas estruturas hierarquizadas que dissimulam a exclusão e nivelam as dimensões socioeconômicas da sociedade em que vivem, como se todos os cidadãos-clientes tivessem a mesma possibilidade de livre escolha e acesso aos bens. Assim, esses conceitos revelam não apenas a fragilidade da abordagem desses autores no que se refere à construção de conhecimento sobre bens comuns e práticas de apropriação comum da natureza, mas as perversidades sob a superfície de seus argumentos. Ficam mais claros, agora, os motivos pelos quais, para Ostrom (1965), não são problemas a cobrança de taxas para o uso da água subterrânea e o fato de que a fonte complementar era água comprada do desvio de um rio que passa a 400 quilômetros da região. Esses processos seriam necessários à urbanização e à produção industrial e agrícola de mercadorias que, em sua abordagem, são parte da solução encontrada pela criatividade do empreendedorismo público.

A tentativa de superar a estrutura hierárquica do Estado sem superar a racionalidade capitalista esbarrou na estrutura hierárquica da governança, na qual a propriedade dos meios de produção da vida em comunidade são centralizados em uma nova hierarquia. Nessa nova hierarquia, o centro de comando não é o Estado ou o governo, mas a necessidade socialmente disseminada da acumulação que se expande da empresa capitalista para outras dimensões da vida, como os serviços públicos e as relações sociais, incluindo a relação com a natureza. A necessidade da acumulação capitalista, na teoria institucional, é representada através de valores e normas legitimadas no ambiente que, naturalizadas, fluem para as instituições. A governança é uma perspectiva teórico-conceitual que emerge da prática. Ela resultou da

articulação entre o conhecimento, as práticas concretas de apropriação da natureza e os mecanismos de gestão necessários à expansão do capital pela espoliação dos meios de vida socialmente produzidos. Talvez essa seja uma forma mais lúcida, e também irônica, de entender que, ao formular uma abordagem que legitima a privatização de bens comuns, a autora tenha sido reconhecida por sua contribuição na “análise da governança econômica, especialmente os bens comuns”.

As práticas de apropriação da água criadas no contexto estadunidense confluíram com outras práticas, produzidas na França durante o século passado. O modelo de gestão que ficou conhecido como ‘modelo francês’ incorpora, como será visto, os fundamentos até aqui apresentados: a água como recurso a ser gerido de forma eficiente por uma estrutura de governança que nivela público e privado na base comum do processo de acumulação. Nessa estrutura assumem o protagonismo empresas privadas de abastecimento de água e a tecnocracia do Estado francês, criando possibilidades para a enunciação da água como mercadoria em novas bases. No próximo item, a análise desloca o foco dos Estados Unidos para a França.

### 3.4 O MODELO FRANCÊS DE GESTÃO E A INCUBAÇÃO HISTÓRICA DE CORPORAÇÕES QUE CONCENTRAM A TECNOLOGIA DE APROPRIAÇÃO DA ÁGUA

O modelo francês de gestão da água emergiu em um contexto marcado pela dispersão dos municípios, centralização historicamente exercida pelo Estado e industrialização tardia em relação aos demais países da Europa. Nesses, os serviços de abastecimento foram estruturados pelo Estado, na França o abastecimento de água foi historicamente realizado por empresas privadas<sup>62</sup>. Isso não é, segundo Barraqué (1995, p. 140), um problema, pois “uma boa clarificação da noção de serviço público permitiu historicamente organizar a delegação destes a agentes privados ou semi-públicos, sob o controle do Estado”.

O modelo francês foi formalizado em 1964, pela aprovação de uma Lei que criou as agências de água: operadores de políticas deliberadas de forma participativa e financiadas por taxas cobradas no nível das bacias hidrográficas. Em linhas gerais, o mecanismo dividiu o País em seis bacias controladas por diferentes agências. Para cada bacia hidrográfica foram criados comitês de bacia, espaços descentralizados de participação dos usuários, deliberação e planejamento de usos da água. O mecanismo é autofinanciado, ou seja, o financiamento tanto

---

<sup>62</sup>A *Compagnie des Eaux de Paris*, empresa privada que fornecia água à capital francesa, foi criada em 1778 (BREI, 2007).

da estrutura quanto dos investimentos necessários nas bacias vem da cobrança de taxas pagas pelos usuários da água.

Para Barraqué (1995), o modelo francês logrou superar a contradição entre apropriação pública e privada criando uma nova forma de gestão baseada no princípio do uso. Para o autor, o modelo traz uma ‘mudança de paradigma’, pois atenua a importância da distinção público/privado e questiona os papéis tradicionais da economia de mercado pela cooperação entre oferta e demanda. Ou seja, neste modelo de gestão não haveria apropriação privada, e sim repartição. Por isso mesmo, também é chamado de *comprehensive water management*, em uma alusão ao fato de existirem outros usuários interessados naquele recurso, para diferentes usos.

A sua originalidade deve-se, em primeiro lugar, ao fato de, em todos os países, as águas correntes não serem apropriáveis. Só o seu uso pode ser repartido. Em regime democrático, é difícil impor uma planificação centralizada que não tenha em conta a procura de um compromisso entre os interesses em presença. É a aposta da gestão integrada, *comprehensive water management*, em inglês. (BARRAQUÉ, 1995, p. 336)

Esta suposta superação da distinção entre público e privado, realizada pelo modelo francês, teria sido possibilitada pelo que o autor chama de ‘paradigma ambiental’, pelo qual “se reconhece que equidade, aprendizagem coletiva e redução de custos de transação através das comunidades e suas instituições são o caminho mais prático para alcançar a gestão da água integrada e sustentável” (BARRAQUÉ, 2003, p. 204). Assim como na abordagem de Ostrom, Barraqué (1995) ressalta a diminuição de potenciais custos de transação possibilitada pela nova instituição criada: uma estrutura de governança.

Qualquer semelhança do modelo francês com as formas de apropriação da água no contexto estadunidense, ressaltados no capítulo anterior, não é mera coincidência. Na época em que o modelo estava sendo desenvolvido, de acordo com Barraqué (1995, p. 346), muitos técnicos franceses realizaram estágios de economia e administração nos Estados Unidos, de onde importaram a ideia de um “consumo acrescido dos serviços de água (pagamento por volume captado e equilíbrio das receitas e despesas)”, bem como a ideia das agências financeiras de bacia. Os técnicos franceses importaram técnicas de gerenciamento econômico que podem ser explicadas pela substituição da expressão *aménagement*, até então consolidada na administração francesa de águas, pela expressão *gestion* (MARTINS, 1998). Para esse autor, isso significou a substituição de uma prévia “concepção de esforço político de aprimoramento da partilha social dos recursos hídricos pela noção de gerência técnica, pretensamente distante das disputas políticas e resultante do planejamento racional” (MARTINS, 1998, p. 92).

Esse fato revela uma peculiaridade que usualmente passa distante das análises sobre o modelo francês<sup>63</sup> que, como se verá, inspirou um modelo globalmente disseminado de gestão da água. Na realidade, o ‘modelo’ é, também e talvez mais do que ‘francês’, ‘estadunidense’. Os fundamentos do mecanismo já estavam em prática nos Estados Unidos desde as políticas do *New Deal*, quando foram criadas agências com jurisdição sobre bacias hidrográficas em cujo escopo se encontravam os múltiplos usos da água e um planejamento que considerava as comunidades envolvidas, inclusive em processos de cooptação, como foi o caso da TVA. Além disso, mais do que a cobrança de taxas, a necessidade do equilíbrio entre receitas e despesas pela criação de uma estrutura autofinanciada, na qual atores públicos e privados convergem em interesses comuns, é o que define uma estrutura de governança. Nesse sentido, a afirmação de Martins (1998) indica a influência do gerencialismo<sup>64</sup> na formulação do modelo francês, uma vez que a busca por uma solução vinculada às particularidades de contextos descentralizados cedeu lugar a uma tecnocracia cujas ações se orientam por resultados financeiros e afirmando mais uma vez a concepção da água como um recurso para a produção de mercadorias.

Esse argumento fica ainda mais claro quando analisado o foco do modelo francês no princípio usuário pagador e sua diferença com o princípio do poluidor pagador.

O princípio do poluidor pagador (PPP) tem origem nos países anglo-saxões. Na linguagem econômica significa penalizar o agente poluidor fazendo com que internalize os custos da poluição por ele gerada, ou seja, internalize as externalidades da atividade produtiva (BARRAQUÉ, 1995). No entanto, a adoção da cobrança de taxas de captação na França não obedece a esse princípio, e sim ao princípio do usuário pagador pelo qual, como já foi visto,

---

<sup>63</sup> Outra influência na criação do modelo francês foi a experiência alemã de cooperação para administração das águas superficiais na região industrial na Renânia do Norte (Alemanha). Lá, na década de 1880, se iniciaram debates para uma gestão integrada dos rios Ruhr, Emscher e Lippe, já altamente poluídos. Em 1904 foi criado o ‘sindicato cooperativo’ do Emscher, que serviu de modelo para que se criassem cooperações para os demais rios. Em 1913, já se havia estabelecido a cobrança com valores definidos com base nos investimentos planejados (MARTINS, 1998). A partir de 1926, se chegou ao consenso de que era necessária uma abordagem de especialização dos três rios de forma integrada: o Emscher passou a receber os dejetos domésticos e industriais, se transformando em um esgoto a céu aberto; o Ruhr foi limpo e servia para abastecer a região com água potável; e o Lippe foi destinado a abastecer a agricultura e a indústria (BARRAQUÉ, 1995).

<sup>64</sup> O gerencialismo é a lógica de busca por resultados financeiros e objetivos estratégicos que transcendeu o mundo corporativo por sua disseminação como uma forma de organização superior nas últimas três décadas, sendo aplicada em outros tipos de organizações, como as da administração pública e do terceiro setor. Fundamenta-se em técnicas desenvolvidas em empresas privadas nos Estados Unidos para superar a ameaça da concorrência e prevalecer nas dinâmicas aparentemente competitivas do mercado. Mais do que técnicas de gestão, o gerencialismo, para Murphy (2008, p. 154), visa “despolitizar os processos de decisão coletiva pela desconstrução de temas da vida social e organizações em uma série de problemas que podem ser resolvidos pela aplicação da expertise técnica”. A disseminação da gestão técnica e apolítica como panaceia chegou a um ponto no qual, de acordo com Parker (2002, p. 9), “como pessoa, prática e disciplina”, a gestão “está atualmente em quase todos os lugares”.

as taxas se referem ao uso do recurso. A taxa de captação depende apenas da quantidade captada e por isto não pode ser evitada, enquanto que a taxa de poluição depende do nível de poluição que pode ser atenuado por seu agente. No primeiro caso “a instituição está lá para ficar, pois gere as instalações que executam os planejamentos realizados nos comitês, as agências de bacia”; no segundo caso “ela está condenada a desaparecer logo que o aumento do índice da taxa leva cada poluidor a suprimir a sua poluição pelos meios que quiser” (BARRAQUÉ, 1995, p. 346).

Apesar da evidente diferença entre esses princípios, o engenheiro francês Bernard Barraqué (1995), um dos principais estudiosos do tema e com atuação na elaboração do modelo, afirma que existe uma importante influência do princípio ‘poluidor pagador’ no modelo francês. No entanto, essa influência deve ser entendida como um ‘slogan moral’ e não efetivamente como princípio orientador da política, já que está claro que o princípio que orienta o modelo francês é o do usuário pagador. Qual é, então, a relação entre esses princípios na elaboração do modelo? Por estar comprometido com a política, Barraqué (1995) não resolve o mistério. Diferente dele, a análise de Martins (1998), que realizou sua Tese de Doutorado sobre o tema adotando uma matriz sociológica weberiana, explica a situação.

De acordo com Martins (1998), a parte das taxas (*redevances*) cobradas pelo uso da água que cabe à implementação de programas de despoluição é partilhada entre todos os usuários da bacia. Ou seja, não há correspondência entre poluição privada e internalização dos custos da poluição. A despoluição é dividida entre os usuários da bacia.

Se o planejamento orçamentário foi o componente mais relevante para a decisão em favor das *redevances* por parte dos formuladores do novo sistema de gestão de águas, a retórica de legitimação da cobrança no curso do tempo foi progressivamente associada ao ajustamento dos comportamentos individuais dos usuários de águas – aproximando-se, assim, dos pressupostos neoclássicos da alocação eficiente dos recursos. (MARTINS, 1998, p. 98)

Isso significa que o princípio do usuário pagador foi legitimado pelo argumento socialmente disseminado do disciplinamento do comportamento dos usuários. A relação entre ambos os princípios está nas associações feitas entre eles no plano cognitivo dos usuários que, para Martins (1998), foi decisivo. Em outros termos, o modelo francês se utilizou da legitimidade social conquistada pelo PPP por sua eficiência na alocação de recursos escassos e ajustamento de comportamentos individuais. Ainda segundo Martins (1998, p. 98), “as orientações de estímulo ao uso racional dos recursos naturais presentes na formulação do PPP contribuíram para sua associação às *redevances* e, ainda mais, para a associação dessas últimas aos instrumentos neoclássicos de gestão ambiental”.

Outro elemento pode ser adicionado à análise de Martins (1998) acerca das associações entre dois diferentes princípios no modelo francês. Pagar para despoluir é um argumento socialmente mais aceitável porque quem paga despolui a água para que todos usem, despolui um bem comum. Ao contrário, no pagamento pelo uso, a água assume um caráter de propriedade privada: quem paga apropria a água para si. Assim, ao promover a associação entre dois princípios distintos o modelo logrou dissimular o aspecto de propriedade privada subjacente aos mecanismos de cobrança. Ao tentar solucionar a ambivalência do uso privado de um recurso comum pela atribuição de dinheiro à água, o modelo reproduz a ambivalência que o gerou, de forma ainda mais exacerbada. Na aparência a concepção é a da água como bem comum, pois o planejamento e as deliberações são participativos e os mananciais não têm donos formalmente constituídos; na essência, o modelo define a água como um recurso que apenas pode ser apropriado mediante o pagamento de taxas. Assim como Ostrom (1999) não questiona o dinheiro enquanto instrumento de gestão, a cobrança de taxas na França não considera que o dinheiro é a materialização de relações desiguais.

Vinculadas à emergência do modelo francês, as empresas privadas que, como foi visto, são protagonistas históricos do fornecimento de água potável na França, realizaram um movimento de concentração de capital ao longo do século XX. Nesse movimento as inúmeras pequenas empresas e cooperativas que abasteciam os municípios descentralizados na França alimentaram a existência de três corporações que, atualmente, transcendem aquele País e operam serviços de água, meio ambiente e outros setores no mundo inteiro: os grupos *GDF Suez*, *Veolia Environment* e *Saur*<sup>65</sup>.

Do pós-guerra em diante, essas empresas assumiram um protagonismo crescente não apenas no fornecimento de água potável na França mas na constituição do marco regulatório do modelo e de uma estrutura de governança na qual agentes públicos e empresas privadas se encontram. Por mais que Barraqué (1995) afirme que, na França, uma boa clarificação de

---

<sup>65</sup> De acordo com Brei (2007), dentre os motivos que levaram à concentração das empresas na França estão as relações de rede e influência formadas em torno a coletividades territoriais; vantagens nas negociações com as coletividades locais, normalmente menos providas de conhecimentos e instrumentos jurídicos; vantagens sobre as coletividades locais e nos contratos financeiros que permitiam às empresas receitas regulares; elevado conhecimento técnico no que diz respeito à rede de canais, bombeamento, estocagem e saneamento, que são, normalmente, processos caros de gerir e atualizar; pagamentos para-públicos, pelos quais o governo paga pela gestão ambiental realizada pelas empresas. Em uma análise a partir da teoria dos campos de poder em Bourdieu, o autor concluiu que a estratégia historicamente adotada pelas três corporações foi a de “transformação de seu capital econômico em capital de gestão (técnico, jurídico, financeiro e de relacionamento com os clientes), e em capital simbólico (por meio da ‘diplomacia da água’), imprescindíveis para a obtenção do capital político, aquele que acaba determinando, em última instância, o sucesso ou o fracasso na obtenção do direito de exploração de água numa dada comunidade” (BREI, 2007, p. 165).

serviço público contribuiu para o sucesso do modelo que prevê o fornecimento de água potável por empresas privadas<sup>66</sup>, é preciso ressaltar que o que esse autor entende por ‘superação do paradigma público/privado’ é, na realidade, uma confusão entre a distinção entre público/privado, confusão essa na qual o ‘público’ adota o *modus operandi* do ‘privado’. Essa confusão tem duas consequências importantes, uma no plano teórico-conceitual e outra que se expressa nos fatos históricos.

No plano teórico-conceitual, a confusão entre público/privado promovida pelo modelo francês, e pelas estruturas de governança em geral, acomodam distintas perspectivas, discursos e práticas em uma estrutura controlada hierarquicamente pelo capital, seja na forma de empresas privadas, seja na forma de aparelhos de Estado. A racionalidade não entra mais em debate porque é sempre a mesma: a racionalidade capitalista e os resultados financeiros. Bens comuns são confundidos, como na abordagem de Ostrom (1999), com serviços públicos, e esses com mercadorias. Tendo por base a mesma racionalidade, os mesmos objetivos e as mesmas ações, agentes públicos e privados podem se encontrar nas arenas de decisão de forma a transacionar interesses com mais eficiência. Os comitês de bacia do modelo francês exercem exatamente este papel. Para Cleaver (2007, p. 39),

a instituição ajuda a formalizar expectativas mútuas de comportamento cooperativo, permite o exercício de sanções para a não cooperação e assim reduz o custo das transações individuais. Instituições sociais são vistas como soluções mais inteligentes para os problemas da confiança e da prevaricação na vida econômica, pois podem tornar a trapaça e o parasitismo atividades muito custosas.

O modelo francês reproduz, assim, os axiomas da economia capitalista. Tornou-se mais eficiente e legítimo reunir os diferentes atores em uma mesma arena, como indica também Barraqué (2003) ao afirmar que o ‘paradigma ambiental’ opera pela ‘redução dos custos de transação através de comunidades’. Isso, no entanto, encobre a essência do modelo, baseada na abordagem neoclássica de alocação de recursos e atribuição de dinheiro à natureza. Se no plano teórico-conceitual essas distinções são complicadas de desamarrar, a emergência do gerencialismo e da governança como instrumentos de gestão vinculados às políticas neoliberais deixam o argumento mais evidente, e ajudam a compreender como estas dimensões se tornaram hegemônicas a partir da década de 1990, com a ação de novos atores que levaram as políticas de água a um novo patamar de apropriação e acumulação. A governança e a privatização de serviços de abastecimento, ao ganhar mundo pela imposição das agências internacionais de financiamento e pela presença de corporações incubadas no

---

<sup>66</sup> Sobre esse tema, é de se notar que, em 2009, o município de Paris rompeu o contrato com a *Suez* e a *Veolia*, fornecedores históricos de água potável naquela cidade. O evento foi um marco no debate sobre a privatização dos serviços de abastecimento, já que Paris e a França eram considerados bastiões de defesa dos argumentos pela privatização desses serviços.

modelo francês, explodiram em contradições, conflitos e violência. O próximo item se concentra na forma pela qual os fundamentos iniciados com McGee (1909) chegaram à ONU, que anunciou a água como um recurso escasso que deve ser gerenciado por instrumentos de precificação.

### 3.5 A ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO E A ‘ECONOMIA VERDE’: NOVO PATAMAR PARA A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A gestão descentralizada e participativa, a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, a necessidade de investimentos substanciais para a implementação de programas para a água, bem como de pessoal qualificado e treinado, e a delegação dos serviços de abastecimento a agentes privados – princípios dos modelos francês e estadunidense – foram defendidas na Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Dublin, em 1992, e anunciadas em um documento que ficou conhecido como ‘Os Princípios de Dublin’:

1. A água é um recurso finito e vulnerável, essencial à vida, ao desenvolvimento e ao meio-ambiente.
2. O desenvolvimento e a gestão da água devem ter uma abordagem participativa que envolva usuários, planejadores e formuladores de políticas em todos os níveis.
3. As mulheres têm um papel central na provisão, gestão e proteção da água.
4. A água tem valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico (UNITED NATIONS, 1992, p. 1).

O primeiro princípio afirma a água como recurso, sua finitude e a relação com o desenvolvimento. Os Princípios de Dublin disseminaram ainda mais a ideia de que a água não é um recurso abundante, e sim escasso.

O quarto princípio afirma que a água tem valor econômico. Na realidade, afirma que a água deve ser gerida por mecanismos de precificação. Na forma como foi enunciado, o princípio expressa uma manobra retórica que dissimula as intenções de seus enunciadores. A expressão ‘valor econômico’, considerando os sentidos amplos de ambas as palavras que a compõem, é um pleonasmo. ‘Valor’ indica que a água vale, importa, tem importância; e ‘econômico’, no sentido amplo da expressão que vem do grego *oikos*, que significa casa, indica que a água faz parte da casa, da vida. Nesse sentido, tudo o que é econômico tem valor. O que estava sendo dito, no entanto, não era isso.

A tônica das práticas de apropriação da água revisadas até aqui é atribuir à água taxas de uso, a serem pagas em dinheiro; e, portanto, organizar a apropriação da água na forma de mercadoria. Essa é a mensagem, também, das Nações Unidas que, para atenuar os efeitos ilegítimos de comparar a água com o dinheiro, se utilizou dessa manobra retórica. Se na economia capitalista o valor aparece como valor-de-troca, como preço, o que estava sendo

afirmado pode ser lido como ‘água tem preço em todos os seus usos e deve ser reconhecida como uma mercadoria’. Nesse sentido, o documento reproduz os pressupostos da economia neoclássica pelos quais a conservação e a eficiência dependem dos mecanismos de precificação. Esse argumento fica ainda mais claro quando analisada a criação, já prevista no documento da ONU, de um fórum ou um conselho mundial da água para envolver e monitorar os atores privados, regionais e não governamentais envolvidos na gestão da água (UNITED NATIONS, 1992). Novamente, o documento dissimula intenções concretas uma vez que, como será visto, a criação dessas organizações teve o protagonismo das principais agências internacionais de financiamento para envolver e monitorar, também, os governos de países mais pobres.

Quatro anos após a declaração dos Princípios de Dublin, foi criado o Conselho Mundial da Água e, nos anos subsequentes, o Fórum Mundial da Água e a Associação Mundial da Água. O Conselho Mundial da Água foi criado com o objetivo declarado de “promover a conscientização, o compromisso político e a ação em questões críticas da água em todos os níveis, incluindo ao mais alto nível decisório, para facilitar a conservação, proteção, desenvolvimento, planejamento, gestão e utilização da água em todas as suas dimensões [...]” (WORLD WATER COUNCIL, 201-, p. 1). Dentre seus membros se encontram o Banco Mundial e os grupos *GDF Suez* e *Veolia Environment*. Tanto as principais agências internacionais de financiamento quanto as grandes corporações da água têm, sistematicamente, compartilhado seus diretores com o Conselho (SANTOS e VALDOMIR, 2006), que funciona como um gabinete de formulação de estratégias de expansão do capital por instrumentos, tecnologias e práticas de apropriação da água.

Desde 1997, o Conselho Mundial da Água organiza, periodicamente e de forma itinerante, encontros denominados Fórum Mundial da Água. De acordo com o Conselho, o FMA é uma oportunidade ímpar na qual a comunidade da água e os tomadores de decisão e formuladores de políticas de todas as partes do mundo podem se encontrar, debater e buscar soluções para a segurança hídrica (WORLD WATER COUNCIL, 201-). De acordo com Santos e Valdomir (2006), o FMA tem sido dominado pelo forte *lobby* das corporações da água na promoção de políticas de desregulamentação dos serviços. Mais do que isso, se tornaram eventos de disseminação das orientações hierarquicamente estabelecidas e não espaços de discussão, como o nome dissimula<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> Por esse motivo, desde 2003, organizações, grupos e ativistas que desafiam a lógica imposta pelo Conselho Mundial da Água organiza o Fórum Alternativo da Água, que será analisado no próximo capítulo.

O terceiro ator relevante na estrutura criada para disseminar os Princípios de Dublin é a Parceria Mundial da Água, uma rede internacional formada por mais de 2.300 organizações com atuação em todo o planeta, à exceção da Europa ocidental e América do Norte. De acordo com Santos e Valdomir (2006, p. 33), trata-se de um ator que “cumprir o objetivo de preparar o terreno aos processos de privatização da água”. Isso porque a Parceria Mundial da Água focaliza estratégias de cooptação de organizações locais para a promoção das políticas estabelecidas pelo Conselho Mundial da Água. A partir de diagnósticos de ‘problemas de gestão’, elaborados no nível local, são concebidos projetos para novos marcos legais e projetos para obtenção de financiamento com foco em países periféricos, usualmente os clientes das grandes agências internacionais de financiamento.

As diretrizes do documento passaram a fazer parte de condicionalidades das principais agências internacionais de financiamento como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) recebendo, usualmente, a denominação de *Integrated Water Resources Management* (IWRM), prescrição que, na opinião de Black (2005), se transformou no ‘mantra’ da gestão da água. Além das condicionalidades que vinculam a adoção dessas práticas de gestão da água a empréstimos, os princípios são disseminados por uma estrutura de governança organizada especificamente com esse objetivo: disseminar o IWRM, com reflexos na privatização dos serviços relacionados à apropriação da água.

Nesse contexto, desde meados da década de 1990 uma onda de privatização de serviços de abastecimento varreu diversos países, revolvendo um terreno conflituoso e fazendo proliferar articulações de resistência. Na articulação entre movimentos sociais e ambientalistas, sindicatos, intelectuais, comunidades ribeirinhas, indígenas e diversos atores políticos, o tema da água ganhou outra dimensão a partir dos conflitos que acompanharam a privatização do abastecimento, elevando-se de discussões técnicas e de mobilização de capital<sup>68</sup> para um patamar ético e político. O que se seguiu foi uma retirada estratégica por parte das grandes corporações do setor que pode ser atribuída, em grande parte, ao rechaço social das práticas de gestão desses serviços. Esse foi o caso da rotunda derrota do capital em Cochabamba, na Bolívia, no evento símbolo dessas articulações, que ficou conhecido como a Guerra da Água. Naquela situação, já em 2000, os representantes do capital estrangeiro (o sócio majoritário da concessionária era o grupo estadunidense *Bechtel*), aquartelados no

---

<sup>68</sup> Petrella (2002) identifica, na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as águas em Mar del Plata (Argentina), realizada em 1977, um marco a partir do qual a água se tornou um tema relevante na agenda política internacional. Naquele momento, no entanto, as abordagens e discussões sobre a água se concentravam em aspectos técnicos e econômicos – no sentido estreito da percepção neoclássica de economia. A ênfase das discussões era em formas de mobilizar recursos para alcançar uma cobertura de água e saneamento, o que redundou naquilo que foi visto no capítulo anterior: a transformação da água em mercadoria.

Palácio do Governo cercado por milhares de pessoas acabaram se retirando do País e abandonando a concessão.

Independentemente dos fatos e dos conflitos envolvendo a imposição das práticas capitalistas de apropriação da água, o importante nesse momento é considerar a enunciação autoritária de uma forma específica de apropriar a água organizada como hegemonia, nos termos de Gramsci (2006). Por um lado, envolve a coerção econômica das condicionalidades de agências internacionais de financiamento e a coerção física dos governos que reprimem pela força manifestações e propostas distintas; por outro, essas práticas se disseminam também pela criação de consensos e pela cooptação. As estruturas de governança criadas pelas oligarquias que concentram a tecnologia e o capital necessários para apropriar a água têm como objetivo justamente disseminar e naturalizar suas práticas. Se, na realidade concreta, essas práticas têm encontrado contradições, conflitos e um terreno pedregoso, no plano teórico-conceitual a concepção da água como bem econômico avançou até as recentes prescrições da chamada ‘economia verde’.

A ‘economia verde’ se fundamenta, de acordo com os autores da iniciativa *The economics and ecosystem biodiversity* (TEEB), na ideia de que “demonstrar o valor econômico, mesmo quando não resulta em mensurações específicas que capturam o valor, pode contribuir para se alcançar um uso mais eficiente dos recursos naturais” (SUKHDEV et al., 2010, p. 7). Nessa perspectiva, incorporar o valor dos ecossistemas na tomada de decisão envolve o estabelecimento de incentivos e a atribuição de preços. A iniciativa TEEB e seus argumentos foram trabalhados na primeira parte deste trabalho, na crítica feita a um de seus formuladores, o economista Martínez-Alier. Com relação à água, a lógica é a mesma: os ecossistemas, incluindo a água, apenas existem enquanto recursos que devem ser valorados de acordo com os serviços que prestam aos seres humanos, que para isto devem pagar. Os ecossistemas, nas palavras do diretor executivo da *United Nations Environmental Programme* (UNEP), Achim Steiner, são uma “infraestrutura ecológica que provê a água” (UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME, 2010, p. vii) e, se prestam serviços, devem ser pagos por isto.

É por isto que, de acordo com Yaron (2001, apud SUKHDEV et al., 2010), por exemplo, as florestas tropicais nos Camarões, pelo serviço de proteção contra enchentes valem US\$ 24 hectare/ano. Já para Van Beukering et al. (2003, apud SUKHDEV et al., 2010), o abastecimento de água do ecossistema do parque Leuser, na Indonésia, vale US\$ 2,42 bilhões. Ou seja, o instrumento proposto é o de pagamento pelos serviços ecossistêmicos que, assim, “podem criar demanda, uma força necessária do mercado para corrigir um

desbalanceamento que ameaça a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável” (TEEB, 2008, p. 48). O mesmo ocorre com a iniciativa Yasuní-ITT, no Equador, comentada no capítulo anterior, pela qual o governo daquele País estipulou um valor em dinheiro a ser pago pela ‘comunidade internacional’ em troca da não exploração do petróleo do Parque Nacional Yasuní.

Os conceitos e as prescrições da economia verde giram em torno do conceito de valor: atribuir valor à natureza para desta forma gerir os recursos de forma mais eficiente. A lógica não difere da doutrina dos Princípios de Dublin, vista anteriormente. O que é distintivo na nova proposta é que, se nas concepções vistas anteriormente havia uma ênfase nas dimensões da participação e da governança como instrumentos de gestão, agora a ênfase é na valoração. No documento dos Princípios de Dublin o valor é afirmado mas não discutido, ou seja, à água é atribuído um valor econômico, um conceito vago e que, por isto mesmo, oculta sua precificação. Já nas formulações mais recentes, a estratégia para avançar na incorporação da natureza à lógica da acumulação é definir melhor o conceito de valor. Nesse sentido, as principais conclusões da iniciativa TEEB se referem ao fato de que, mesmo existindo uma pluralidade de valores, a valoração econômica é uma forma de possibilitar uma linguagem comum:

A valoração que visa resolver sistemas sócio-ecológicos complexos exige atenção aos desafios de entendimento de problemas de credibilidade, saliência e legitimidade na intersecção de diferentes sistemas de conhecimento e acesso à informação, em diferentes níveis e por diferentes grupos (BRONDÍZIO e GATZWEILER, 2010, p. 28).

Ou seja, os mecanismos de valoração são instrumentos que facilitariam o entendimento de sistemas complexos, além de possibilitar a mediação de informação e conhecimento. Fica evidente que, assim como a economia aqui é entendida no sentido estrito da economia na sua aparência monetária, o valor é entendido estritamente como o valor que o sistema pode conferir à natureza, o preço. Especificamente no que se refere à valoração da água, ainda antes de aparecerem as propostas da economia verde, o conceito de ‘água virtual’ fora concebido pelo geógrafo britânico John Anthony Allan como uma forma de considerar o uso da água na produção de mercadorias.

Allan identificou como alguns países superavam o problema da escassez de água pelo comércio, uma vez que, ao importar alimentos e outras mercadorias cuja produção consome muita água, estes países estariam virtualmente importando água. Essa formulação busca mensurar a quantidade de água envolvida na produção e no comércio de alimentos e outros produtos, e rendeu ao seu autor um prêmio da *Stockholm International Water Institute*, em

2008. O conceito rapidamente ganhou proeminência em várias instancias, inclusive nas Nações Unidas que define água virtual da seguinte forma:

se um país exporta um produto intensivo em água para outro, ele exporta água virtual. Assim, alguns países apóiam outros em suas necessidades hídricas. O comércio de água real entre regiões ricas em água e regiões pobres é geralmente impossível devido à distância e os custos, mas o comércio de produtos intensivos em água (comércio de água virtual) é realista. Para os países com escassez hídrica seria então atrativo alcançar um nível de segurança hídrica pela importação de produtos intensivos em água ao invés de produzir domesticamente todos os produtos que demandam água. Contrariamente, os países ricos em água poderiam lucrar com sua abundancia produzindo estes produtos para exportação. (HOEKSTRA, 2003, p. 13)

Segundo Hoekstra (2003) esse conceito e as metodologias para sua operacionalização podem aliviar a pressão de recursos hídricos escassos. A água virtual deve ser encorajada por “promover economia de água para países em regiões áridas e, no nível global, por possibilitar segurança alimentar através de acordos e aumento de reciprocidade no comércio de produtos agrícolas” (HOEKSTRA, 2003, p. 21). A lógica do conceito é claramente fundamentada na economia ecológica, trabalhada na Parte I através da abordagem de Martínez-Alier (2009). Apesar de não se referir à troca de energia, o conceito de água virtual visa encontrar um nível de análise nas trocas de mercadorias que não aparece nas trocas monetárias: as trocas em termos de água utilizada. Visa, nesse sentido, incluir o uso da água nas trocas monetárias.

O conceito de água virtual se fundamenta, também, no conceito das vantagens comparativas, desenvolvido pelo economista clássico David Ricardo (1982). De acordo com este conceito, as nações que entram no mercado internacional oferecendo produtos que são eficientemente produzidos em seus países, de acordo com suas características geográficas e naturais, possuem vantagens comparativas. Dito de outra forma, as nações exportam aqueles produtos para os quais elas têm vantagens comparativas em relação a outras nações, e importam aqueles para os quais não tem as condições de produzir, ou produzem a um custo mais alto comparativamente. Aqui, esta lógica é aplicada aos produtos que utilizam água. Por exemplo, se um país possui água em abundância, ele pode oferecer produtos intensivos em água no mercado mundial e vai ganhar com isto, já que alguns países são escassos em água e precisam comprar tais produtos.

Faz sentido produzir produtos intensivos em água com demanda mundial nos lugares onde a água é mais abundante. Nestes lugares a água é mais barata, são poucas as externalidades para o uso da água, e usualmente menos água é necessária por unidade de produto. O comércio de água virtual de uma nação onde a produtividade é alta para uma em que a produtividade é relativamente baixa implica, globalmente, em economias reais de água (HOEKSTRA, 2003, p. 14).

Outra vantagem do conceito, segundo o autor, é que ele aborda o impacto ambiental de consumir determinado produto. Daí o conceito de pegada hídrica, que deriva do de água virtual. A pegada hídrica é “a água virtual cumulativa de todos os bens e serviços consumidos

por um indivíduo ou pelos indivíduos de um país. [...] uma ferramenta importante para mostrar às pessoas seu impacto nos recursos naturais” (HOEKSTRA, 2003, p. 14).

O conceito de água virtual não difere das abordagens da economia verde que buscam valorar a natureza através de mecanismos de preço. A conclusão prática da aplicação desse conceito é o pagamento pelo uso da água, ou ‘serviços’ da água, na produção de mercadorias. Poderia, no máximo, proporcionar maiores retornos financeiros para o capital investido, pela incorporação de natureza grátis no processo. Trata-se de uma manobra importante na batalha cultural que se trava nos debates sobre ecologia e recursos naturais. A tentativa é criar novos consensos acerca da valoração da água e da natureza com base nos fundamentos da economia capitalista de monetarização. Cumprem com esse papel inúmeras organizações em diversos setores (governos, empresas, organizações não governamentais, universidades, grupos ambientalistas etc.) criadas pela estrutura de governança do capital em nível global ou a ela incorporadas por diversos meios. Funcionam, assim, como uma intelectualidade orgânica que dissemina práticas, mecanismos de gestão e conhecimentos necessários ao avanço do capital sobre a natureza.

### 3.6 A ÁGUA COMO MERCADORIA

Este capítulo não tem como objetivo esgotar a discussão sobre as origens históricas da concepção que atualmente organiza a apropriação capitalista da água. Essa seria uma tarefa que não caberia neste trabalho. Importa, aqui, demonstrar que na história recente do capitalismo, em diferentes momentos e lugares, foi forjada uma concepção e, junto com ela, uma hegemonia. Essa concepção possui fundamentos conceituais e teóricos que podem ser identificados e que emergem de práticas concretas de usos da água, mecanismos de gestão e formulações teóricas a eles relacionados.

Vincular a água com a forma mercadoria está na raiz da concepção da água como bem econômico: o conceito da água como recurso. No início do século passado o discurso ufanista de McGee (1909) apresentava de forma crua a definição da água como recurso para a produção de mercadorias. Como visto na Parte I, Marx (1990) analisa a mercadoria em seu aspecto mais essencial e contraditório: o antagonismo entre seu valor-de-uso e seu valor, que aparece como valor-de-troca. O que caracteriza a mercadoria na sociedade capitalista, para ele, é o descolamento entre o uso de algo, que se manifesta em seus aspectos qualitativos, físicos e materiais; e o valor social atribuído em função do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Nesse descolamento, a magnitude do valor assume preponderância em relação ao valor-de-uso e, por isso, as formas aparentes do valor, como o dinheiro, se sobrepõem à própria mercadoria. O resultado é uma alienação na qual apenas tem valor social

aquilo que pode render mais valor à classe capitalista. Ou seja, a natureza, as dinâmicas da vida e o trabalho apenas podem ser socialmente valorizados enquanto mercadorias. Com essa interpretação, Marx (1990) oferece uma explicação para as concepções aqui revisadas, para a ação de retirar da água seus aspectos essenciais de uso e promover uma progressiva ideia que a define como mercadoria que, portanto, é representada pelo dinheiro. Se nas primeiras formulações esse argumento estava implícito na afirmação de que a água é um recurso para a produção, nas formulações mais recentes o argumento é explícito: o uso da água deve ser pago em dinheiro e as reservas de água têm seu preço.

O antagonismo entre valor-de-uso e valor, em Marx (1990), se revela em uma abstração que capta a realidade concreta sob dois ângulos também antagônicos: o processo de trabalho é a apropriação da natureza para a produção de valores-de-uso por meio do trabalho; e o processo de valorização é a criação de mais valor social para a classe capitalista. O antagonismo no qual a sociedade capitalista se sustenta engendra relações fetichizadas nas quais o movimento de mercadorias oculta as dinâmicas sociometabólicas (que incluem as relações sociais e com a natureza) que as criaram. O dinheiro, enquanto mediador dessas relações, potencializa o fetichismo das relações sociais justamente porque é “o representante universal de toda a riqueza material” (MARX, 1990, p. 231). A maneira pela qual é atribuído valor a algo, na racionalidade capitalista, é transformando esse algo em dinheiro porque o dinheiro encarna o poder social. No entanto, e justamente por isso, o dinheiro não é neutro e também não é igualmente distribuído. Sendo o representante da riqueza material, é distribuído assim como essa riqueza, em uma relação caracterizada pela apropriação do valor socialmente criado por parte da classe capitalista. Ao circular, o dinheiro funciona como um veículo que expande a relação capitalista e, portanto, a relação de classes para todas as dimensões da vida humana na terra. “A circulação”, argumenta Marx (2006, p. 140), “rompe com as limitações de tempo, de lugar e individuais, impostas pela troca de produtos [...]”. Mais do que isso, a expansão do capital precisa criar novas dimensões para circular, espaços antes improváveis como, por exemplo, a natureza prístina, que passa a ser considerada ‘infraestrutura ecológica’. Ao atribuir dinheiro à água, e à natureza em geral, essas práticas expandem a lógica do valor e as relações capitalistas para novas fronteiras criando, assim, novos espaços, processos já esclarecidos nos argumentos de Harvey (2006).

Na revisão feita neste capítulo, essa lógica aparece no encobrimento de aspectos materiais e sociais que concebem a água como bem econômico. Em outros termos, **as formulações sobre a água como bem econômico, ao desconectar o valor-de-uso da água do valor atribuído pelo dinheiro, justificam e ampliam uma relação fetichizada que**

**encobre os aspectos concretos das práticas de apropriação da água e dos mecanismos de gestão a elas associados.** Para aprofundar esse argumento, me deterei com mais cuidado em dois aspectos que fundamentam essa relação fetichista: o conceito de escassez e a teoria institucional.

O conceito de escassez é um conceito muito caro às concepções teóricas que legitimam as relações capitalistas em termos de apropriação da natureza. O argumento da escassez remonta, principalmente, ao economista clássico britânico Thomas Malthus que, conforme visto no capítulo anterior, legitimava a desigualdade social e a miséria como formas corretivas necessárias ao crescimento populacional em proporções maiores que as possibilidades oferecidas pela natureza. A relevância da noção da escassez se fundamenta na vertente neoclássica da economia. Nela, o conceito de escassez<sup>69</sup> está associado a um movimento que retirou o foco da criação do valor por meio do processo de trabalho – ponto pacífico entre os principais economistas clássicos, ainda que com diferenças. O novo foco referendava o valor das mercadorias conferido pela determinação de preços no cruzamento entre oferta e demanda. Ou seja, apenas as trocas possibilitadas pelas relações capitalistas de produção e circulação de mercadorias, mediadas pelo dinheiro, poderiam criar valor social. Justificava-se, assim, no mundo aparente das trocas, a existência do capitalismo na criação dos valores.

O economista austríaco Carl Menger (1988) é um dos precursores desses argumentos, tendo formulado uma concepção segundo a qual ‘bens econômicos’ são aqueles cuja demanda é maior que a oferta e, portanto, apresentam escassez; ao passo que ‘bens não econômicos’ são os bens abundantes. Isso ocorreria porque quando há escassez os seres humanos buscam, seguindo seu “instinto egoístico”, satisfazer ao máximo suas necessidades, “excluindo os outros”. Essa é a origem e o fundamento da propriedade privada: “Consequentemente”, para Menger (1988, p. 61), “a economia humana e a propriedade têm origem econômica comum, pois ambas encontram seu fundamento último no fato de haver bens cuja oferta é menor do que a respectiva demanda”. A conclusão é que a propriedade é “a única solução prática possível que a própria natureza (isto é, a defasagem entre a demanda e a oferta de bens) nos impõe”.

Se a propriedade privada é uma consequência natural da atividade humana é lógico concluir, como faz Menger (1988, p. 68), que ‘riqueza’ é “a totalidade dos bens disponíveis a

---

<sup>69</sup> O discurso da escassez da água é facilmente perceptível em situações do cotidiano, como notícias e matérias de jornais e revistas, conversas, campanhas de conscientização e de racionalização. Muitas vezes, nessas situações, a escassez da água é tratada como um fenômeno universal e natural. Muitas vezes, também, ela é utilizada como uma justificativa legitimada para a diminuição de custos com visível interesse privado.

um indivíduo que desenvolve as atividades econômicas”, ou seja, é um “critério para medir o grau de plenitude no qual uma pessoa consegue satisfazer suas necessidades” (MENGER, 1988, p. 69). Ou seja, apenas os bens econômicos podem constituir riqueza, e a riqueza apenas existe enquanto propriedade privada, já que os bens não econômicos (aqueles que existem em abundância) não levam a que se realizem atividades econômicas e não constituem riqueza. Daí concluir que a escassez é desejável é um passo que o autor dá, ao defender uma

diminuição contínua de bens disponíveis em abundância (não econômicos) [(por exemplo, o ar, a água, as paisagens naturais) uma vez que isto] fará com que eles finalmente se tornem escassos em algum grau – e assim componentes da riqueza, que será aumentada (MENGER, 2007 apud FOSTER e CLARK, 2009, p. 4).

Em síntese, o argumento é o seguinte: se a riqueza é o resultado da atividade humana para produzir bens econômicos e satisfazer necessidades, quando não há necessidade de produzir, no caso de abundância, não há riqueza. Assim, para a produção de riqueza, é necessário haver escassez.

David Ricardo (1982, p. 191) concordava que “se a água se tornasse escassa, e fosse propriedade exclusiva de um indivíduo, a sua riqueza aumentaria, pois a água teria valor; e se a riqueza fosse a soma das riquezas individuais, a riqueza global aumentaria por causa disso”. No entanto, divergia da concepção neoclássica no que se refere às formas de riqueza na sociedade. Assim como o escocês Earl de Lauderdale (1891), Ricardo (1982) entendia que era preciso distinguir conceitualmente riqueza de valor. A riqueza, para eles, não é a soma das riquezas individuais. Para Lauderdale (1819) havia uma correlação inversa entre a riqueza pública e a riqueza privada, de forma que um aumento da última significaria uma diminuição da primeira. Se a água fosse escassa, “a riqueza de um país e dos indivíduos seria então efetivamente reduzida na medida em que seria perdido um de seus meios de satisfação” (RICARDO, 1982, p. 191).

O argumento de Menger (1988), assim como o das teorias neoclássicas em geral, concebe o valor criado na produção capitalista de mercadorias, que aparece nas trocas, como a única forma possível de criação de valor social.

Os argumentos da escassez, no entanto, apresentam uma armadilha<sup>70</sup>: engessam as possibilidades de conceber a abundância como valor ou riqueza porque associam a criação de valor à necessidade, como se o capitalismo fosse resultado natural da necessidade social<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> A ‘armadilha da escassez’ foi uma expressão utilizada pelo Professor Nildo Ouriques em um debate sobre este trabalho durante o II Encontro da Rede Brasileira de Estudos Latinoamericanos (Rebela), realizado em Porto Alegre em 2011.

<sup>71</sup> É no sentido de superar essa armadilha que Foster e Clark (2009) defendem a retomada da distinção conceitual entre valor (criado pelo trabalho social) e riqueza (intrínseca aos bens naturais), avançada, como visto, por Lauderdale e Ricardo. Nessa perspectiva, a riqueza e o valor-de-uso estão associados à riqueza da comunidade e

Essa é a lógica que orientou o anúncio, feito pela ONU, da água como um ‘bem econômico’: a única forma de atribuir riqueza e valor à água é considerando-a escassa e atribuindo-lhe o equivalente em dinheiro. Nesse sentido, a suposta ‘mudança de paradigma’ defendida pelos entusiastas da governança, do modelo francês e dos Princípios de Dublin, é, na realidade, um retorno ao paradigma neoclássico: retomam os fundamentos da escassez como conceito organizador da apropriação da natureza e a concepção de ‘bem econômico’ como única forma de produzir valor e riqueza social<sup>72</sup>.

A ilusão da ‘superação de paradigmas’ é, também, possibilitada pela perspectiva institucional, outra vertente teórica que justifica a relação fetichizada das práticas de apropriação da água e dos mecanismos de gestão.

As abordagens no contexto estadunidense evidenciaram uma ênfase no barramento de rios para aproveitamento da água em atividades distintas, além da transposição e do deslocamento de água para abastecer cidades. É muito significativo, no entanto, que a abordagem de Ostrom (1965) analise a institucionalidade criada no estabelecimento de regras de uso da água naquele contexto ignorando por completo a origem material e natural da água, bem como o fato de ser necessária a construção de barreiras para evitar a salinização. Essas são evidências de falhas no metabolismo entre sociedade e natureza, nos termos de Marx (1991) e de Foster (2005), que ocorrem quando a água é deslocada de seus fluxos naturais e são geradas perturbações (novas dinâmicas naturais) potencialmente destrutivas, como foi o fenômeno do *Dust Bowl* naquele contexto.

O que importa, no entanto, não é aquele contexto específico e a análise de Ostrom (1965) em particular, apesar de sua relevância para o argumento deste capítulo. Importa

---

ao bem estar público (que seria mais bem definido como o bem estar comum), enquanto que o valor e o valor-de-troca se referem à propriedade privada. Os autores argumentam por formas de qualificar e conceituar aquilo que se refere ao bem comum, produzido social e historicamente e enfatizando os aspectos materiais de uso. Isso é necessário uma vez que a racionalidade capitalista apenas pode atribuir valor ou riqueza à mercadoria produzida em relações capitalistas que carregam consigo um antagonismo entre o valor-de-uso e o valor-de-troca, única forma aparente do valor social. Nesse antagonismo, o valor-de-uso cede espaço ao valor-de-troca. As dimensões físicas, materiais e qualitativas cedem espaço às dimensões sociais, atravessadas por relações de classe.

<sup>72</sup> A questão que paira no ar nessa discussão é sobre a existência ou não da escassez de água, à parte dos usos que podem ser feitos desse conceito. Nesse sentido, é importante considerar alguns argumentos sobre o assunto. Para Moore (2011a), por exemplo, o capital está chegando a um ponto de esgotamento das reservas naturais, inclusive de água. Como foi visto no capítulo anterior, para esse autor a contradição mais fundamental da fase neoliberal do capitalismo é “o ‘fim’ da comida barata, energia, água, metais e (ao que parece) tudo mais” (MOORE, 2011a, p. 138). Já o geógrafo brasileiro Porto-Gonçalves (2008) afirma que a água disponível na terra hoje é a mesma desde entre 12 mil e 18 mil anos atrás. Não haveria, portanto, escassez real, e sim um discurso da escassez que prepara a privatização da água. Para Black (2005), as crises de escassez se manifestam como crises localizadas em contextos naturais e sociais específicos, e por isso é impossível considerar a escassez um fenômeno universal. Não é objetivo desse trabalho emitir um juízo sobre a existência ou não de escassez da água. É preciso ressaltar, no entanto, que qualquer aspecto da relação entre seres humanos e natureza é um aspecto humano, e por isso político. Os casos de escassez de água ou de qualquer outro recurso natural não podem ser considerados fenômenos exclusivamente naturais.

compreender, por um lado, que a manipulação faz parte das práticas capitalistas de apropriação da água; e, por outro, que os aspectos potencialmente destrutivos desses empreendimentos não aparecem nas abordagens sobre gestão e nas concepções hegemônicas sobre a água, sendo tratados como se fossem fenômenos isolados. A fragmentação temática resultante possibilita o uso instrumental de concepções sobre a água que atendem aos fins específicos exigidos pela expansão do capital sobre a natureza. O Banco Mundial, por exemplo, possui duas políticas de investimento que, aparentemente, são contraditórias. A divisão de água (*World Bank Water*) enfatiza a sua escassez e os problemas de acesso: “a água é um recurso escasso que tem uma multiplicidade de usos interdependentes [...]. Mais de um sexto da população mundial não tem acesso à água potável” (WORLD BANK WATER, 2010, p. 4). Já em outra divisão (*World Bank Oil, Gas, and Mining Unit*) o objetivo é “facilitar as indústrias extrativas para a diminuição da pobreza e o crescimento econômico pela promoção da boa governança e o desenvolvimento sustentável (WORLD BANK OIL, GAS, AND MINING UNIT, 201-, p. 1). O problema é que as indústrias extrativas, como a mineração a céu aberto, por exemplo, são atividades que utilizam água em abundância, inclusive em ambientes áridos e semidesérticos<sup>73</sup>. Porém, a ênfase na gestão oculta os aspectos materiais da manipulação e da degradação com os suportes teóricos que orientam estas formulações. Na perspectiva institucional, como foi visto, os valores institucionais do ambiente institucional são tomados como verdadeiros, legítimos e inquestionáveis e, de forma sistêmica, condicionam a organização: “toda organização é o subsistema de um ‘sistema social maior que é a fonte de sentidos, legitimação, ou suporte maior que torna a implementação dos objetivos organizacionais possível” (SCOTT, 1995, p. 21).

O trabalho de Selznick (1984), um dos precursores desta perspectiva, está diretamente relacionado à apropriação da água, e a experiência pioneira da TVA foi um marco relativo à gestão da água. Para Selznick (1984), a organização atinge o status de instituição quando é infundida de valores de seu ambiente sem problematizar os processos de gênese desses valores. Assim, o ambiente institucional e seus valores são dados. Essa suposição se encontra na abordagem de Ostrom (1965), fortemente posicionada no institucionalismo, e nos argumentos de Barraqué (1995). As formulações de instituições como a ONU e as estruturas de governança criadas para gerir a água como bem econômico, como o Conselho Mundial da Água, constroem a legitimidade de suas ações, utilizando-se de recursos discursivos

---

<sup>73</sup> A mina La Alumbreira, por exemplo, está localizada em uma região semi-desértica na Argentina, e utiliza 80 milhões de litros de água por dia. Esse caso será retomado na Parte III.

socialmente legítimos, como é o caso dos conceitos de escassez, de desenvolvimento e bem econômico.

Se o ambiente organizacional não é apenas fonte de recursos e alvo de produtos, mas deve ser considerado também como uma “fonte de sentidos para os indivíduos das organizações” (SILVERMAN, 1971, apud Scott, 1995, p. 30), como se origina essa fonte de sentidos? Essa resposta segue inexplorada na perspectiva institucional. Nas palavras de Vieira e Carvalho (2003), o contexto organizacional aparece como um *wallpaper*, um pano de fundo cuja construção histórica não entra em discussão. Em Marx, no entanto, esse mito é revelado: a fonte de sentidos da sociedade capitalista, a organização dos processos que levam ao estabelecimento de *wallpapers*, mesmo que transitórios, é o capital, uma relação social eivada de antagonismos, contradições e conflitos. Para compreender as instituições, organizações e a vida em sociedade, é necessário considerá-los imersos nas relações capitalistas. Por exemplo, um determinado mecanismo de gestão institucionalizado nas relações capitalistas no período neoliberal, como os Princípios de Dublin, está atravessado pela lógica que o dinheiro carrega consigo e pelos potenciais distúrbios provocados nas dinâmicas da natureza pela manipulação da água.

Além de ocultar dimensões importantes da organização do metabolismo social pelas dinâmicas do valor criado nas relações capitalistas na apropriação da água, a concepção da água como bem econômico se fundamenta em conceitos legitimados na sociedade capitalista, como a escassez e o bem econômico. Reproduz, portanto, relações fetichizadas nas quais o aspecto mais fundamental da produção da vida é ocultado: o fato de que todas as coisas provêm do trabalho e da natureza.

#### **4 O ‘CONSENSO ATIVO’ DA HEGEMONIA: PROPOSIÇÕES QUE APROFUNDAM A CONCEPÇÃO DA ÁGUA COMO MERCADORIA**

No capítulo anterior apresentei a emergência de um bloco, encabeçado por corporações transnacionais e agências internacionais de financiamento, que organiza uma hegemonia fundamentada em concepções (conceitos e teorias) funcionais à apropriação capitalista da água. A articulação de três dimensões – práticas de apropriação, mecanismos de gestão e concepções teóricas – expressa os fundamentos da teoria institucional que orienta a ação estratégica deste bloco. Como demonstrei, há uma aparente desarticulação entre essas dimensões, movimento necessário à legitimação de práticas potencialmente destrutivas e desiguais de apropriação da água. Essa desarticulação é possibilitada pela definição de ‘ambiente institucional’, que oculta os processos históricos de sua construção e condiciona práticas de gestão a valores nele legitimados.

Os mecanismos hegemônicos de gestão da água, nesse sentido, são aparentemente separados das práticas de apropriação e integrados aos valores legitimados pelo capital. Criase, nesse processo, um ambiente institucional funcional à etapa neoliberal do capitalismo, no qual os conceitos da escassez, valor econômico e governança adquirem status de norma, se concretizam e obscurecem as práticas concretas de apropriação da água, que são de fato fundamentadas na abundância, na espoliação e na ausência de regras.

Esse processo é cheio de contradições e, por isso, precisa de estratégias de construção de hegemonia para se viabilizar. Para isso, a produção de consensos é fundamental. Ao mesmo tempo em que, no chão, o capital avança deslocando pessoas, comunidades e formas de vida, nos debates teórico-conceituais produz consensos pela disseminação de concepções funcionais às suas necessidades. A luta é, portanto, também, uma luta de ideias. Para Marx e Engels (2009, p. 69), nas dinâmicas da luta de classes, a classe dominante necessita “apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade”. Ideias dominantes, nessa perspectiva, não são ideias soltas e desconectadas, são precisamente “a expressão ideal das relações materiais dominantes”.

O filósofo italiano Antonio Gramsci (1991; 2006), ao formular o conceito de ‘hegemonia’, tratou da dialética entre as relações materiais e a produção de ideias, teorias e conhecimento na luta de classes. Para ele, a hegemonia é um processo que vem de baixo, que ocorre mediante o consenso ativo dos governados. A conquista da hegemonia por parte das classes dominantes é a conquista de uma subordinação pela qual determinado grupo “toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é sua”. As razões que levam a essa subordinação são inúmeras,

relacionadas tanto a aspectos coercitivos quanto à construção de consensos que engendram uma conduta que “não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada” (GRAMSCI, 2006, p. 97).

A teoria de Gramsci contribuiu para compreender a dominação de classes enfatizando aspectos da visão de mundo vinculada à vida de diferentes grupos e classes. Ela também avançou na compreensão estratégica de que, para superar a hegemonia, é necessária a construção de um projeto político contra-hegemônico que exige livrar-se das concepções dominantes. Nessa percepção, os intelectuais orgânicos produzem conhecimentos vinculados à própria realidade material a partir de sua posição na luta de classes. A conquista de autonomia, portanto, passa pela construção de conhecimentos, conceitos, teorias e de uma visão de mundo que expresse os interesses do grupo social no qual esse conhecimento emerge. O conhecimento é uma arma fundamental na ‘batalha de ideias’ que se trava na luta de classes. Os intelectuais orgânicos têm papel fundamental nessa batalha, pois são produtores de conhecimento, armas com as quais lutam os distintos grupos.

Neste sentido, o pensamento de Gramsci (2006) se aproxima da concepção de Lukács (1979, p. 27) de uma crítica ontológica que visa “despertar a consciência científica no sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em-si”. Enquanto a consciência adormece ouvindo palavras estranhas ao próprio mundo, torna-se impossível avaliar os significados da totalidade social atravessada por relações de classe expressas em concepções, regras e valores que naturalizam e dissimulam essas relações. Assim, tanto Gramsci (2006) quanto Lukács (1979) apontam para a necessidade de um dar-se conta, uma tomada de consciência dos atos imersos em relações múltiplas que ocorrem em lugares e momentos específicos, atravessadas por distinções de classe.

Se é verdade que a teoria de Gramsci foi desenvolvida em um contexto muito específico, as relações de poder na Itália do início do século XX, também é verdade que sua teoria tem aspirações universais. Pode, portanto, iluminar aspectos distantes de seu contexto e tempo de origem. O conceito de hegemonia, e a teoria de Gramsci em geral, ao enfatizarem o papel do conhecimento nas relações de classe oferecem caminhos importantes para explicar as relações estabelecidas nas últimas décadas pelas estratégias neoliberais impulsionadas pelo ‘Consenso de Washington’<sup>74</sup>, fortemente fundamentadas em teorias, doutrinas e

---

<sup>74</sup> As reformas políticas propostas pelo que ficou conhecido como o ‘Consenso de Washington’ visavam enxugar as economias de países imersos em crises decorrentes de serviços de dívida externa acumulada. Dentre as medidas da reforma estavam a disciplina fiscal, o reordenamento de prioridades do gasto público, reformas tributárias, desregulamentação financeira e comercial, privatização, desregulamentação de mercados e ampliação dos direitos de propriedade (WILLIAMSON, 2002). As agências de financiamento, lideradas pelo FMI e o

conhecimentos funcionais ao avanço do capital<sup>75</sup>. Ajuda a compreender, também, que as estratégias de hegemonia dos oligopólios que concentram as tecnologias de apropriação da água, apresentadas no capítulo anterior, necessitam articular práticas de apropriação e de gestão e concepções teórico-conceituais sobre a água.

Se os aspectos históricos e conceituais permitem compreender a emergência de um mecanismo de gestão hegemônico, esse capítulo é dedicado a outra dimensão da hegemonia: **evidências de uma subordinação teórico-conceitual nas formulações de ONGs e acadêmicos pretendem fazer oposição a formas de apropriação capitalista da água. Meu argumento, inspirado em Gramsci (2006), é que a limitação teórico-política que se manifesta na suposição de que o Estado existe fora e acima da luta de classes contribui para o necessário consenso ativo que diminui as condições para uma luta autônoma e possibilita a incorporação de propostas emergentes às dinâmicas do capital.**

O capítulo é composto por quatro itens: o primeiro apresenta proposições, propostas políticas e análises acadêmicas que, apesar da pretensa postura crítica, não conseguem se livrar da governança capitalista; o segundo apresenta, de forma breve, os processos recentes de luta contra a privatização do abastecimento, destacando as armadilhas políticas colocadas por uma concepção que exterioriza um Estado supostamente neutro com relação às dinâmicas de classe; o terceiro item comenta o anúncio feito pela ONU da água como direito humano, um marco normativo que não exclui o protagonismo do capital, mas lhe atribui uma nova responsabilidade, pretensamente ética. Finalmente, apresento no quarto item a segunda síntese desse trabalho e as conclusões parciais.

#### 4.1 PROPOSIÇÕES QUE APROFUNDAM A CONCEPÇÃO DA ÁGUA COMO MERCADORIA

As proposições que aprofundam a concepção da água como mercadoria são analisadas aqui em dois tópicos. O primeiro se refere a propostas políticas elaboradas por ativistas de ONGs internacionais; o segundo trata da forma pela qual o consenso ativo é produzido nas Universidades em análises acadêmicas que adotam a governança como conceito e, por isso, não podem ir além de reproduzir o receituário hegemônico.

---

Banco Mundial atuaram como mediadores e operadores desta doutrina, condicionando empréstimo à adoção da mesma.

<sup>75</sup> Analisando os discursos do desenvolvimento ao longo do século XX, Faé (2009) mostra que o Banco Mundial passou a ser um produtor ativo de conhecimentos, ao formular suas próprias concepções sobre o desenvolvimento, necessárias para a construção de consensos a respeito de seus próprios projetos.

#### 4.1.1 Propostas elaboradas por ONGs internacionais

Este item analisa duas propostas políticas que se tornaram referências e são defendidas por ativistas, movimentos, organizações e acadêmicos relacionados aos temas da água como bem comum e como bem público: as ‘parcerias público-público’ e o ‘Contrato mundial da água’.

David Hall e Emanuelle Lobina são autores diretamente vinculados à ONG Internacional de Serviços Públicos (ISP) e ao seu programa de estudos e pesquisas. Os autores têm publicado diversos trabalhos com dados e análises sobre processos de privatização, remunicipalização e modelos de serviço público. Em termos de propostas políticas concretas, a resistência à privatização dos serviços públicos de água tem sido feita pela defesa das iniciativas de ‘parcerias público-público’, defendidas também por ONGs como a *Transnational Institute* (TNI).

Na definição dos autores, a ‘parceria público-público’ é, “simplesmente, a colaboração entre duas ou mais autoridades públicas ou organizações fundamentadas na solidariedade para promover as capacidades e a efetividade de um dos parceiros no provimento de água ou saneamento” (HALL et al., 2009, p. 2). A iniciativa pioneira foi realizada na cidade de Yokohama, no Japão, no início da década de 1980. Naquele momento, a *Yokohama Waterworks Bureau*, operador público de água, firmou parcerias para treinar pessoal em outros países asiáticos. Atualmente, segundo Hall et al. (2009), existem mais de 130 parcerias em 70 países. Apesar de espontânea e sem regras previamente estabelecidas, a proposta tem sido sistematizada, acompanhada e promovida pela ISP e pela TNI. A defesa das iniciativas ‘público-público’ tem como principal premissa o fato de que muitos operadores de água não têm a “força institucional, os recursos humanos, a expertise técnica e os equipamentos necessários” e que, portanto, “necessitam ajuda para desenvolver essas capacidades” (HALL et al., 2009, p. 2). Por não ser regida pela lógica comercial, a parceria público-público evitaria os riscos observados nas experiências de privatização, como custos de transação, falhas de contrato, renegociação, oportunismo, problemas de legitimidade etc.

Na América Latina, algumas iniciativas de parcerias público-público tiveram importantes resultados na resistência às ameaças de privatização. É o caso, por exemplo, da parceria entre a estatal uruguaia *Obras Sanitarias del Estado* (OSE) e a empresa paraguaia *Empresa de Servicios Sanitarios do Paraguay* (ESSAP); e da parceria entre a argentina *Agua Bonaerense S.A.* (ABSA, criada após o término da concessão à empresa privada *Azurix*) e a *Empresa de Servicios de Agua Potable y Alcantarillado de Huancayo* (Sedam), do Peru. Enquanto a ABSA é uma organização pública criada no processo de reestatização dos

serviços na Argentina, a Sedam vinha sendo alvo de pressões para privatização por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (HALL et al., 2009).

Hall et al. (2009) defendem que essas iniciativas se fundamentam na solidariedade e não no lucro ou na lógica comercial. Em termos de financiamento, defendem a participação de investidores ‘do Norte’, governos e agências internacionais de financiamento e da ‘comunidade internacional’: “a comunidade internacional pode ajudar os governos, instituições públicas, cidadãos e trabalhadores dos países em desenvolvimento a estender e melhorar os serviços públicos de abastecimento” (HALL e LOBINA, 2007, p. 1). Ou seja, a proposta da ‘parceria público-público’, tal como é defendida pela ISP e pela TNI, rejeita a participação do capital privado na operação dos serviços, mas aceita no financiamento. Para isto é preciso, como os autores reconhecem, “evitar a imposição de condicionalidades políticas externas”. A proposta, mais do que complicada, é contraditória. Se a lógica do lucro não é bem vinda na operação dos serviços, porque seria no financiamento? Ou, qual seria o interesse de financiadores privados do Norte em apoiar serviços públicos em países mais pobres?<sup>76</sup>

A lógica da solidariedade e o surgimento espontâneo de parcerias em diferentes partes do mundo, ligadas exclusivamente às necessidades de aprimoramento dos serviços públicos, têm sido incorporadas à circulação do capital. Em 2009, as Nações Unidas criaram um programa denominado *Global Water Operator’s Partnership Alliance* (GWOPA), que tem como objetivo promover Parcerias de Operadores de Água [*Water Operator Partnerships*], (WOPs): “arranjos de ajuda mútua entre dois ou mais operadores de água e saneamento, guiados por uma lógica não lucrativa, no objetivo de fortalecer suas capacidades”. Assim como nos argumentos dos autores vinculados à ISP, no programa das Nações Unidas, a lógica do lucro fica oculta nos esquemas de financiamento. Na realidade, um dos principais objetivos do organismo criado na ONU é articular e assegurar o suporte financeiro às iniciativas. “Ao demonstrar onde as WOPs têm promovido importantes retornos de investimento, GWOPA está ajudando a ganhar a confiança dos investidores e bancos de desenvolvimento para uma intensificação sistemática das WOPs” (GLOBAL WATER OPERATOR’S PARTNERSHIP ALLIANCE, 2013a, p. 1). As parcerias público-público, portanto, têm se convertido em novos espaços para o avanço do capital, financiado não mais pela operação de serviços por empresas privadas, que de resto já se mostrou muito problemática, mas pelo aparente

---

<sup>76</sup> Esta foi a pergunta feita pelo Professor da *Facultad de Medicina da Universidad de Buenos Aires*, Andres Carrasco, a um dos autores, Emanuelle Lobina, durante apresentação desses argumentos, na Conferência Waterlat, realizada em São Paulo, em outubro de 2010. A resposta, como era de esperar, não alcançou o óbvio: o lucro.

protagonismo do setor público: “a emergência de uma nova onda de operadores públicos eficientes que lograram estender os serviços trouxe um foco renovado no setor público como o protagonista das mudanças” (GLOBAL WATER OPERATOR’S PARTNERSHIP ALLIANCE, 2013b, p. 1).

No segundo capítulo da Parte I, apresentei o conceito de ‘ordenações espaço-temporais’, para explicar que a dinâmica de funcionamento do sistema capitalista se dá pelo deslocamento das crises no tempo e no espaço (HARVEY, 2004b). Dentre as formas pelas quais isto ocorre estão os investimentos de longo prazo em ‘infraestrutura física e social’, obras que incluem, também, a construção de redes e sistemas de tratamento para a produção de água potável e tratamento de efluentes domésticos. Nessa perspectiva, os investimentos de longo prazo “retiram valores da circulação rápida de mercadorias para colocá-los em uma esfera mais lenta de circulação, e por isto levam muitos anos para recolocar em circulação os valores investidos” (HARVEY, 2004b, p. 33). É uma das formas pelas quais o valor excedente encontra seu lugar no futuro e, assim, desloca a possibilidade das crises de superprodução.

Essa concepção ajuda a compreender mecanismos pelos quais iniciativas como as parcerias público-público podem se converter em oportunidades para o capital encontrar novos canais de investimento e aliviar a produção do excedente, como parece ser a proposta das Nações Unidas com as WOPs. A crescente urbanização e os dados relativos ao número de pessoas que não têm acesso à água potável são processos que justificam a construção de novos ambientes (*built environment*) funcionais ao avanço do capital pelo investimento em infraestruturas. O capital, neste sentido, coopta processos que emergem da solidariedade e da necessidade social e os converte em novos meios de acumulação. É nesse entrelaçamento de lógicas distintas que o capital encontra a possibilidade de sua própria reprodução. Para isso, é necessário, também, dissimular os mecanismos de sua expansão que, na aparência, são contornados por medidas como a proibição de operadores movidos pelo lucro nas WOPs; quando, de fato, está deslocando a lógica do lucro para dinâmicas mais lentas e menos visíveis.

O mesmo processo aparece na proposta de um ‘Contrato mundial da água’. O italiano Riccardo Petrella é o principal proponente da proposta, lançada no livro ‘O manifesto da água’, publicado no início da década de 1990. O livro e a ideia do ‘Contrato’ se tornaram uma das mais importantes referências nos debates e no ativismo contra a privatização dos serviços de abastecimento nas décadas de 1990 e 2000. Segundo o próprio autor, uma das principais contribuições da ideia do ‘Contrato’ foi “ter tirado a problemática da água do domínio da

política ambiental para inscrevê-la principalmente no domínio da política da vida, do modelo de sociedade” (PETRELLA, 2010, p. 1). O princípio básico do ‘Contrato’ é a água como um ‘bem global comum’. “As condições e meios de acesso à água e sua conservação não são uma questão individual e sim uma tarefa e uma responsabilidade de todos os seres humanos juntos” (PETRELLA, 2002, p. 128).

Apesar de sua afirmação de que o ‘Contrato’ “é uma série de ações realizadas por inúmeros grupos, movimentos e organismos internacionais” (PETRELLA, 2002, p. 122), essas ações não são consideradas nos princípios que o compõem. Pelo contrário, uma análise mais atenta revela que o ‘Contrato’ é, na realidade, uma proposta idealista e contratualista que não se fundamenta em práticas de movimentos ou grupos, mas em um voluntarismo ingênuo desconectado de qualquer possibilidade objetiva. O ‘Manifesto da água’ é recheado de propostas como a ‘revolução da água’, que seria a criação de novas formas de regulamentação da propriedade, apropriação, distribuição, gerenciamento, proteção etc. Isso se daria a partir de mudanças na maneira como os seres humanos concebem a água, como o Estado dela se apropria, como são organizadas a agricultura e as cidades no planeta. O livro defende, também, uma legislação mundial da água, ações efetivas pela ‘paz através da água’ e o gerenciamento democrático por comunidades.

Petrella (2002) parece ignorar que revoluções não se fazem por decreto, e que alcançar o que chama de ‘revolução da água’, na direção de práticas fundamentadas em uma concepção da água como bem global comum, envolveria revoluções em todas as dimensões da vida em sociedade. Assim, para alcançar os objetivos do ‘Contrato mundial da água’, os signatários da proposta apostam na boa vontade de governantes e na solidariedade de empresários, que contribuiriam financeiramente para criar um ‘Fundo mundial da água’ a partir de doações. O ‘Contrato’ “leva a sério os diretores das grandes empresas industriais e financeiras, quando declaram sua abertura a uma nova ética e uma política responsável de desenvolvimento corporativo frente à totalidade de ‘depositários’” (PETRELLA, 2002, p. 144). A proposta, nesse sentido, se aproxima das parcerias público-público: aceita a participação de investidores. O próprio autor reconhece que sua proposta “não difere em espírito da ideia do Conselho Mundial da Água de estabelecer um Fundo Mundial da Água”. Difere, no entanto, nos ‘princípios de organização’: “nas formas e condições de sua implementação, em seus atores principais e em seus resultados de curto e longo prazo” (PETRELLA, 2002, p. 144).

A tentativa é, portanto, de disciplinar o capital, já que as experiências de privatização foram marcadas por relações perversas de ganância, mentiras, corrupção e mortes, como será

visto no próximo item. A mesma tentativa é feita na proposta da canadense Maude Barlow (2002; 2009), Diretora da ONG *Council of Canadians*. Barlow (2009) rejeita a lógica mercantil aplicada à água e afirma a necessidade de outra lógica para a nossa sobrevivência: “os atuais imperativos de concorrência, crescimento ilimitado e propriedade privada, quando se trata da água, devem ser substituídos por novos imperativos – de cooperação, sustentabilidade e preocupação pública” (BARLOW, 2009, p. 179). Assim como Petrella, Barlow (2002; 2009) confia nos circuitos que envolvem governos e grandes corporações para se organizarem em uma nova governança, mais igual e justa.

Curiosamente, as propostas desses autores aparecem nas mais recentes respostas dadas pelo capital aos temas dos serviços de fornecimento de água potável e saneamento, como é o caso das WOPs, no âmbito da ONU. Se não há mais legitimidade social para a atuação de empresas privadas no setor, ou se as dificuldades impostas pelo setor às empresas privadas são muito severas; a alternativa é o financiamento de arranjos distintos de governança, legitimados pelas pressões sociais e institucionais do ambiente tal como se apresenta em um novo momento: o retorno ao protagonismo do serviço público. As propostas dos autores de substituir uma governança mundial, dominada por corporações transnacionais, por outra governança, sem problematizar a governança em si, legitimam novos mecanismos de expansão do capital em novos espaços.

Em outros termos, o que a análise das propostas desses ativistas mostra é uma tendência à incorporação das pressões sociais e dos valores legitimados às dinâmicas do capital em escala global. Se antes afirmei que o ‘Contrato mundial da água’ carecia de possibilidades objetivas para sua concretização, é preciso reconhecer que muito do que aparece em suas propostas está sendo concretizado, só que em uma forma inversa. Ao invés de se estabelecer uma nova governança fundamentada na solidariedade e em uma concepção da água como bem comum, os novos esquemas aprofundam a concepção segundo a qual a água é uma oportunidade de negócios, um valor-de-troca que permite expandir as relações capitalistas.

Essas propostas não questionam o vínculo orgânico entre mecanismos de governança e acumulação de capital. Isso ocorre, também, em análises acadêmicas, em função de um horizonte teórico limitado pelo uso da governança como conceito.

#### **4.1.2 Análises acadêmicas e a hegemonia da governança**

Esse tópico apresenta análises acadêmicas que ficam presas no uso da governança como conceito, tal como tem sido disseminado pelas Universidades. As análises sobre a água no meio acadêmico são vastíssimas. Interessam, aqui, análises relacionadas ao tema da gestão

porque evidenciam as limitações aqui indicada. O tópico não encerra o debate sobre o tema, o que exigiria um trabalho inteiro. O intuito é apenas ilustrar essa limitação com argumentos representativos do debate.

O que aparece nas análises acadêmicas é o uso da governança como conceito, o que resulta em uma armadilha<sup>77</sup>. A governança, como visto no capítulo anterior, é uma prática de gestão e não uma abstração destinada a compreender a prática concreta. Assim, tomar a governança como critério de avaliação das práticas concretas não pode ter outro resultado que a legitimação e reprodução da própria governança.

No Brasil, a adoção do modelo de gestão por bacias hidrográficas era discutida desde os anos 1980, momento histórico em que se discutia, também, a abertura democrática e a nova Constituição, promulgada em 1988, com ênfase em mecanismos de participação social. Alguns comitês de bacias foram formados ainda nos anos 80, como é o caso do Comitê do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul (CÁNEPA ET AL., 2000). Em 1991 o estado de São Paulo aprovou uma lei para regulamentar a gestão da água inspirado nos princípios do modelo francês. O segundo estado a adequar sua legislação às tendências hegemônicas foi o Rio Grande do Sul, em 1994. A lei gaúcha serviu de modelo à lei federal, aprovada três anos depois. Já no seu primeiro artigo, a Lei Federal 9.433/97, a chamada ‘Lei das Águas’, expressa sua inspiração nos Princípios de Dublin, ao enfatizar que “a água é um bem de domínio público” e que “a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (BRASIL, 1997, p. 1)<sup>78</sup>.

Atualmente, passados mais de quinze anos da aprovação da Lei Federal, e quase vinte anos da aprovação da Lei no Rio Grande do Sul, a implementação dos instrumentos previstos como a outorga e a cobrança pelo uso, tem desanimado muitos entusiastas do modelo. Esse, no entanto, não é o fato que interessa à discussão proposta neste trabalho, ainda que secundariamente sim. Importa, neste momento, entender que a adoção deste modelo hegemônico de gestão trouxe consigo o necessário consenso que caracteriza a prática da hegemonia. No meio acadêmico isso se manifesta claramente. No ano seguinte à aprovação da Lei Federal, Barros (1998, p. 3) argumentava, corretamente, que o novo marco de gestão

---

<sup>77</sup> A expressão ‘armadilha dos conceitos’ foi utilizada pela Professora Cristina Amélia Carvalho em debate sobre um artigo relacionado a este trabalho realizado durante o VII Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, em Curitiba, em 2012.

<sup>78</sup> Os demais incisos da Lei também expressam sua inspiração no modelo hegemônico: “III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades” (BRASIL, 1997, p. 1).

havia trazido a necessidade da “introdução de um elemento de intermediação entre as instâncias políticas e sociais em conflito”. Cabia, segundo ele, a um grupo de professores e pesquisadores que se encontrava na Universidade pública brasileira realizar essa intermediação, “como verdadeiros intelectuais orgânicos sensíveis à causa” (BARROS, 1998, p. 3).

De fato, a adoção do modelo criou novos espaços de pesquisa. A tendência, entre os acadêmicos envolvidos com temas da ecologia, participação e correlatos, no que se refere à água, é fazer análises tendo como critério de avaliação a conquista da governança ou sua melhoria.

É o caso, por exemplo, das análises que compõem a publicação de Abers (2010, p. 24). Para ela, os comitês de bacia, “seus membros e suas dinâmicas internas – não são os responsáveis pelo lento progresso na implementação de um novo sistema de gestão participativo e descentralizado”. Os organismos de bacia enfrentariam um obstáculo que não tem a ver com suas próprias relações internas: a “falta crônica de apoio institucional”, ou, em outros termos, a falta de uma “estrutura organizacional capaz de alimentar os colegiados de informações técnicas e outros recursos e de transformar suas decisões em políticas públicas” (ABERS, 2010, p. 24). Ou seja, o problema da governança das águas no Brasil seria a falta de comprometimento do Estado com os mecanismos participativos de decisões<sup>79</sup>. A governança aparece como um objetivo a ser alcançado sem que sejam questionados, por exemplo, os motivos que levam o Estado, muitas vezes, a não se comprometer com os processos decisórios participativos<sup>80</sup>. O princípio da boa governança é inquestionável, o que se encontra

---

<sup>79</sup> A conclusão da análise de Abers (2010) se aproxima das minhas conclusões em um estudo de caso realizado no Comitê do Lago Guaíba, em 2003: havia uma relação equilibrada entre os usuários da água e os representantes da sociedade nas dinâmicas do Comitê, enquanto que o Estado se ausentava. A principal suposição era de que isso era reflexo de uma falta de autonomia dos Comitês, pois as principais decisões relativas aos instrumentos de cobrança precisariam retornar ao Poder Executivo (FLORES e MISOCZKY, 2008).

<sup>80</sup> Além do uso da governança como conceito, outro aspecto que aparece na produção acadêmica sobre a água no Brasil e em outros contextos é aquilo que tenho chamado de uma fragmentação do tema da água. É o caso, por exemplo, de Caubet (2010), que se concentra no tema das águas subterrâneas, para as quais, explica: “não há normas jurídicas de Direito Internacional Público. Os poucos esforços de negociação realizados, em 2004 e 2005, entre os quatro Estados interessados no Aquífero Guarani não surtiram efeito”. O que sim surtiu efeito, no entanto, foi o projeto do Banco Mundial para “fornecer suporte aos quatro países para em conjunto elaborar e implementar uma matriz institucional e técnica comum para o gerenciamento e a preservação do sistema aquífero Guarani” (WORLD BANK, 2002, p. 3). Basicamente, o projeto ouviu técnicos e gestores dos quatro países e compilou informações sobre o aquífero. As informações nunca foram disponibilizadas no sítio criado para este fim (MORELLI, 2003), e a matriz institucional, até agora, nunca foi assinada. O Banco Mundial, no entanto, ao que parece, possui um banco de informações, que nenhum dos quatro países possui. Marchioni (2010, p. 13) analisa as relações da política, do direito e do meio ambiente na execução dos projetos de barramento do rio Madeira, a partir de um padrão de dominação que qualifica como ‘mundialização do capital’: “um discurso teórico de natureza políticoeconômica que mobiliza práticas contínuas e desmedidas de exploração dos recursos naturais”. Em termos de geopolítica, os trabalhos da mexicana Ana Esther Ceceña e da argentina

também em outros autores importantes nesse campo, tais como Ribeiro (2009), Jacobi (2009) e Fracalanza (2009).

A governança, no entanto, como tenho afirmado, encobre as práticas concretas de apropriação da água. Não explica, assim como as análises não questionam, fatos como, por exemplo, a inexistência de um comitê na bacia do rio Xingu, onde está sendo construída a usina de Belo Monte. Lá os mecanismos de governança não foram adotados, apesar de ser um contexto de disputas e conflitos acerca da obra que vai estancar o rio e espoliar a natureza e as comunidades, e de evidências de corrupção, assassinatos, ameaças e espionagem<sup>81</sup>.

O mesmo ocorre com a adoção do conceito da água como recursos comuns agregados (CPRs), como faz Karen Bakker (2007; 2008), que coordena um programa de pesquisas sobre sustentabilidade no uso da água, denominado *Program on Water Governance*, vinculado à *University of British Columbia*, no Canadá. A autora se tornou uma das principais referências no tema da privatização de serviços de abastecimento, principalmente por sua análise dos processos de privatização no Reino Unido. Por incorporar a perspectiva institucional da governança na definição de bens comuns, bem como o conceito de *common pool resources* (OSTROM, 2009), suas análises sobre os movimentos que qualifica como ‘*alter-globalization movements*’ se concentram em aspectos operacionais da gestão. Suas conclusões tendem a reproduzir a lógica da governança, mas em uma versão supostamente alternativa.

Em uma de suas discussões a autora aborda a dicotomia que se manifesta nas concepções da água como direito humano *versus* a água como bem comum argumentando, com razão, que a defesa da água como direito humano incorre em três erros estratégicos: confunde direitos humanos com direitos de propriedade; não distingue diferentes tipos de direitos de propriedade e modelos de serviços de abastecimento; e não impede o envolvimento do setor privado (BAKKER, 2007). Segundo ela, é mais apropriada, para o ativismo contra a

---

Elza Bruzzone analisam a militarização e a ocupação estrangeira em zonas ricas em água, como o aquífero Guarani e a fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai. Trazem, para o debate sobre a água, o tema da soberania (CECEÑA e MOTO, 2005; BRUZZONE, 2009). Apesar das suas contribuições pontuais, as análises que isolam diferentes temas não se constituem em um corpo unificado, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, capaz de possibilitar a crítica das formas capitalistas de apropriação em seus aspectos mais profundos.

<sup>81</sup> Em 2007, o Ministério Público do Pará recomendou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a criação imediata do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, com a participação de representantes das 21 comunidades indígenas impactadas na construção da usina de Belo Monte. Até hoje o Comitê não foi criado. Fora das arenas decisórias, a dinâmica é outra. Recentemente, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre protocolou, junto ao Ministério Público Federal, a descoberta de um agente do Consórcio responsável pela construção da barragem que se infiltrava nas reuniões do movimento. “Ele disse que estava desempregado, nunca tinha visto tanto dinheiro e por isso aceitou a proposta” (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2013, p. 1). Mais que isso, o espião também tinha a incumbência de agir junto aos trabalhadores da obra, impedindo sua organização por melhores condições. Sua atribuição, nesse sentido, era “descobrir e apontar possíveis lideranças que buscassem melhorias para os trabalhadores. Ficou nos alojamentos dos operários, fez o mapeamento das lideranças, informou ao Consórcio, que demitiu cerca de 80 trabalhadores graças a essas informações” (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2013, p. 1).

privatização, a defesa da água como bem comum: “a gestão coletiva pelas comunidades não é apenas preferível, mas necessária”, uma vez que “a conservação é incentivada por uma ética ambiental e coletivista de solidariedade que desencoraja os usuários a desperdiçarem” (BAKKER, 2007, p. 441). Ecoa, em seu argumento, a definição de Ostrom (2009) para os bens comuns como CPRs: as comunidades podem oferecer formas mais eficientes de gestão que o Estado ou as empresas privadas por não incentivar comportamentos egoístas. De fato, a autora pensa que “os sistemas de gestão dos recursos comuns agregados (CPR) são tipicamente não capitalistas (ainda que eles possam ser orientados pelo mercado, e possam ser articulados com processos capitalistas de trocas econômicas)” (BAKKER, 2008, p. 241). Nesse sentido, analisa os movimentos e, principalmente, as organizações não governamentais que se articulam para resistir à privatização do abastecimento, a partir dos conceitos de CPR e da governança. Para ela, as estratégias mais progressistas são aquelas que adotam uma tática de “reformular, ao invés de abolir, a governança do Estado, e promover e repartir modelos locais alternativos de gestão dos recursos” (BAKKER, 2007, p. 446).

Se, por um lado, a autora defende sua concepção de bens comuns como gestão por comunidades; por outro, chama atenção para as ‘ambiguidades da comunidade’: “ao celebrar o desempenho das comunidades, corremos o risco de fazer apologia tanto à inatividade dos governos quanto aos maus comportamentos das corporações” (BAKKER, 2008, p. 239). A inspiração para esse alerta vem de Cochabamba, na Bolívia. O caso de Cochabamba será melhor trabalhado na próxima parte deste trabalho. Por enquanto, é suficiente ter em conta que a privatização dos serviços de abastecimento naquela cidade gerou um movimento de resistência organizado em torno à *Coordinadora Departamental em Defesa del Agua y de la Vida*, movimento social que expulsou a corporação estrangeira responsável e assumiu a condução dos serviços públicos. No momento seguinte à retomada das operações do fornecimento, a *Coordinadora* passou a enfrentar várias dificuldades devidas, na opinião da autora, à ambiguidade da concepção de comunidade paralela às estruturas do Estado:

a criação de redes paralelas fragmenta ainda mais o abastecimento de água, criando dois níveis de serviços com níveis desiguais de amparo pelo Estado. As áreas ricas de Cochabamba recebem serviços de alta qualidade subsidiados pelos governos, enquanto os moradores das áreas mais pobres da cidade precisam se articular com investidores e mobilizar trabalho voluntário (BAKKER, 2008, p. 239).

Para ela, o Estado ainda é o melhor veículo para que os interesses dos consumidores (expressão por ela utilizada) sejam equalizados: “a necessidade de balancear igualdade e sustentabilidade sugere a necessidade do papel ativo e contínuo do Estado em consolidar e aplicar critérios de gestão da água em iniciativas de comunidades” (BAKKER, 2008, p. 246). As ponderações conceituais da autora são válidas. A operação e o protagonismo no acesso à

água por comunidades ou pelo Estado são questões muito relevantes, especialmente em países como a Bolívia, que passa por transformações na direção de um Estado plurinacional, na tentativa de incorporar às estruturas do Estado diferentes etnias, grupos e comunidades que o compõem. O problema, no entanto, é a distância da qual a autora argumenta sobre o tema.

Não se pode analisar a desigualdade das estruturas de fornecimento de água potável em uma cidade como Cochabamba a partir de uma *tabula rasa*. Se, por um lado, as dificuldades não foram prontamente solucionadas pela *Coordinadora*; por outro, é preciso considerar que tais dificuldades são anteriores, enraizadas nas estruturas de uma economia caracterizada por séculos de relações de dependência e subordinação que caracterizam o capitalismo dependente (MARINI, 1991). A abordagem de Bakker (2008), no entanto, não pode incluir esses aspectos na análise porque os conceitos já vêm prontos, sejam as ‘comunidades’ ou a operacionalização pela ‘governança’. O importante, assim como observei em autores no contexto brasileiro, é alcançar a governança: formas ‘alternativas’ que superam a dualidade público/privado, seja onde for:

formas alternativas de instituições de gestão da água, estruturas organizacionais, e modelos de governança subvertem e transcendem dualidades convencionais, por exemplo, ao envolver atores usualmente construídos como ‘públicos’ e ‘privados’, ou priorizando políticas que melhoram, simultaneamente, equidade social e eficiência (BAKKER, 2008, p. 248).

Esse seria o caso, na opinião da autora, do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), de Porto Alegre. A percepção de que o DMAE é um modelo de serviço público, por seu “suporte social de subsídio cruzado e as tarifas mais altas necessárias para aumentar a extensão das redes aos bairros mais pobres” (BAKKER, 2008, p. 246) não é exclusiva desta autora, mas compartilhada por outros como Maltz (2007) e Viero (2004). Isso é reflexo de uma percepção superficial e não histórica dos fenômenos. A criação do DMAE (empresa pública municipal) se deu por sua separação da Companhia Rio-Grandense do Abastecimento (Corsan), empresa pública estatal responsável pela cobertura de quase todo o estado. Essa separação e a criação de uma autarquia (o DMAE) foi uma condição imposta pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento para financiar a ampliação dos serviços<sup>82</sup>. Do ponto de

---

<sup>82</sup> A estruturação dos serviços de abastecimento em Porto Alegre foi historicamente dependente de investimentos de capital privado estrangeiro. Além da criação do DMAE, empréstimos foram contraídos em outros dois momentos históricos importantes na ampliação do fornecimento de água potável e saneamento na cidade. Os três empréstimos vieram acompanhados de condicionantes que resguardavam a capacidade de pagamento por parte do Município, tais como a instalação de hidrômetros e o aumento de tarifas, a autarquização da empresa pública, o DMAE, como comentado, e a adoção de práticas gerencialistas de gestão por parte desta, com foco na eficiência técnica e financeira.

vista da lógica do subsídio cruzado<sup>83</sup>, que de resto é um dos principais argumentos na defesa do serviço público, isso significa que por atender a área mais densa do estado (a capital), o DMAE tem uma rentabilidade alta. O prejuízo, assim, ficou com a Corsan, responsável por fornecer água a vastas áreas despovoadas, um serviço não rentável. Também por isso, as dificuldades enfrentadas pela Corsan têm originado discussões e propostas para sua privatização. Não sendo o foco da discussão aqui proposta, esse caso, assim como o teor da análise de Bakker (2008) sobre as dificuldades em Cochabamba, ilustra a distância existente entre sua argumentação e as contradições existentes no mundo real, resultado de processos que Harvey (2010b) chama de socioecológicos e políticoeconômicos, que condensam, em um determinado ponto no tempo e no espaço, configurações específicas, além de tomar o Estado como dado, sem refletir sobre sua existência concreta no âmbito de relações sociais de classe. Retornarei a esse tema mais adiante.

No capítulo anterior apresentei as formulações de autores que analisaram práticas de apropriação da água, bem como mecanismos de gestão emergentes no pós-guerra estadunidense, tais como Ostrom (1964) e Ostrom, Tibeaut e Warren (1961). Tais práticas, como a apropriação capitalista coletiva da água e arranjos policêntrico na provisão de serviços públicos envolviam arranjos entre o setor empresarial e o setor estatal na provisão de serviços públicos. Em linhas gerais, o argumento era que arranjos inovadores, participativos e descentralizados poderiam oferecer serviços e formas de propriedade mais eficientes do que o Estado centralizado ou a privatização. Da prática que se iniciava naquele momento histórico, originou-se o conceito, posteriormente celebrado no Prêmio Nobel concedido à Elinor Ostrom em 2009. A governança, que nasce como uma prática de gestão, passou a ser, também, um conceito para analisar distintas práticas. Essa forma de analisar a realidade concreta, no entanto, encontra limites dados pela própria realidade. Em outras palavras, tomar como critério de avaliação uma prescrição somente pode ter como resultado a disseminação dessa prescrição. O conceito, nesse sentido, não pode superar a mera constatação da prática: eles são a mesma coisa, sem a mediação da capacidade humana de abstrair. A forma de constatar as contradições do concreto, para Marx (1990), é pela abstração. Formular conceitos é, portanto, abstrair. Assim, a realidade já não é a mesma que se apresenta nas aparências, mas as aparências já explicadas em sua essência, considerando suas contradições.

---

<sup>83</sup> A lógica do subsídio cruzado indica que as receitas obtidas em lugares onde há muita concentração populacional – e por conseqüência maior rentabilidade – devem ser aplicadas em lugares onde há pouca concentração, como áreas rurais – onde o custo de levar água é maior.

A concepção estreita da ‘teoria’ que não realiza o processo de abstração para captar as essências e as contradições do mundo aparente só pode, portanto, reproduzir as formas aparentes. É por isso que as análises que orbitam em torno à governança não podem ir além do próprio mecanismo de gestão que gerou seu conceito operacional: a governança. Em Bakker (2008) isso fica muito evidente. A governança é um instrumento de medição que homogeneiza as diferenças da vida real, do concreto e de suas contradições específicas, e as transforma em uma realidade fictícia. No fim das contas, a autora defende, mesmo que não queira, a reprodução de mecanismos funcionais ao avanço da acumulação capitalista, não mais na forma da privatização dos serviços, mas na forma de arranjos entre o capital privado e o Estado.

As limitações observadas nesse item se manifestam de forma concreta nos caminhos percorridos pelas lutas sociais contra a privatização do abastecimento. A emergência de concepções anticapitalistas da água como bem comum enveredou para as estruturas do Estado, que lhes deram uma nova roupagem: a água como direito humano, funcional à reprodução do capital.

#### 4.2 LUTAS SOCIAIS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO: ARMADILHAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

No dia de 4 de abril de 2000, entre 50 e 70 mil pessoas tomaram a praça central da cidade de uma Cochabamba em estado de sítio. O povo exigia a saída da transnacional *Bechtel*. Após repressões físicas, violência, mortos e feridos, o governo, seis dias depois, rescindiu o contrato de concessão e a empresa deixou o País. O relato de um dos líderes da mobilização popular, o então funcionário da *Semapa* e líder sindical Oscar Olivera, é o de uma verdadeira guerra civil. Os protagonistas, no entanto, são diversos:

Crianças, velhos, jovens e mulheres – todos com suas faces pintadas como se estivessem em guerra. Os jovens usavam luvas de couro para devolver as bombas de gás. Outros usavam luvas para fechar ruas com arames farpados. Outros ainda tinham garrafas prontas para atirar no chão. Mulheres de meia idade com baldes de água prontas para jogar nas bombas de gás. Viam-se essas coisas em cada rua (OLIVERA, 2004, p. 41).

A situação era extrema, assim como foram extremas as medidas impostas pela empresa e a revolta popular. Após a saída da corporação, a *Coordinadora* foi convidada a assumir a administração do abastecimento de água da cidade (SOLON, 2003; CRESPO, 2000; OLIVERA, 2004). As dificuldades enfrentadas no processo de retomada dos serviços em Cochabamba têm sido objeto de análise de vários autores envolvidos com o tema (DRIESSEN, 2008). A criação de uma empresa pública com controle social efetivo e a universalização dos serviços, passados mais de dez anos da retomada da *Semapa*, não se

concretizaram. Não é objetivo desse trabalho aprofundar esse tema, as causas e os problemas enfrentados naquele processo específico; e sim apontar para as contradições de processos sociais e concepções políticas que não logram desvencilhar-se das amarras do capital.

O trabalho de Verônica Azuza (2006) apresenta depoimentos de moradores das províncias de *Omasuyos* e *Aroma*, zonas rurais ao norte de *Cochabamba*. Enquanto *Omasuyos*, ao lado do lago *Titikaka*, tem água em abundância; *Aroma*, mais afastada do lago e dos rios, sofre com carência. “Água não é carente na nossa comunidade”, afirma Clemente Quispe, morador de *Omasuyos*. “Na região de *Illampu*, a maioria tem água. Mas eles fazem de forma ordenada, porque não se pode desperdiçar a água; água é vida [...]. Graças à água eles comem, produzem, cultivam, manejam animais, muitas coisas [...]” (AZUZA, 2006, p. 62).

Segundo Olivera (2004, p. 27), no processo de organização da *Coordinadora* em Cochabamba, durante a reunião na qual foi decidido o nome da organização que lideraria as manifestações para expulsar a *Bechtel*, um camponês sugeriu: “vamos incluir ‘vida’ em nosso nome, não apenas ‘água’, porque estão tirando tudo de nós, e só o que nos resta é a água e o ar”. O episódio de Cochabamba, assim como a resistência à privatização da água em El Alto, no mesmo País, e a Guerra do Gás, anos depois, são momentos dos processos de insurgência indígena organizados em torno ao *Movimiento al Socialismo* (MAS) que levaram Evo Morales à Presidência em 2006. O antagonismo social gerado pela privatização em Cochabamba provocou um estampido social que fincou uma bandeira importante na batalha cultural acerca das formas de apropriação da água e da natureza em geral: a água é sinônimo de vida. Isso se manifesta no fato de a *Coordinadora* incluir em seu nome, junto com a água, a vida: *Coordinadora Departamental de Agua y de Vida*. Essa não é apenas uma manobra discursiva: é o reflexo de uma concepção da água enraizada nas práticas de apropriação da água histórica e socialmente construídas nas comunidades bolivianas, com forte influência da cosmovisão indígena (quéchua e aymará). Na Figura 1, a população em Cochabamba destrói o outdoor da concessionária *Aguas del Tunari*, controlada pela *Bechtel*.

**Figura 1 – A guerra da água em Cochabamba**



Fonte: LA GUERRA, 2011.

No entanto, como se verá, o processo boliviano, assim como outros processos de luta contra a privatização de serviços de abastecimento, esbarra em dificuldades relacionadas à tensão entre um Estado centralizado atravessado por interesses de classe (lógica que define o Estado capitalista) e comunidades historicamente autogeridas por concepções distintas de propriedade.

A sugestão que apareceu nos debates que decidiram o nome da *Coordinadora* ecoou na região. Em 2002, no Uruguai, foi articulada, com propósitos muito semelhantes, a *Comisión Nacional en Defensa del Agua y de la Vida*. A *Comisión*, apesar de articular organizações de vários setores, foi liderada pelo sindicato da estatal de águas, a *Federación de Funcionarios de la Obras Sanitarias del Estado* (FFOSE). Naquele País, os serviços de abastecimento haviam sido concedidos para a empresa *Aguas de la Costa* (controlada pelo atual Grupo *GDF Suez*) no departamento de Maldonado, como um projeto piloto: a intenção era estender a concessão para a capital Montevideú. O projeto, no entanto, esbarrou na articulação liderada pela *Comisión* que logrou, por plebiscito, tornar inconstitucional a privatização do abastecimento. A inclusão da ‘vida’ ao lado da ‘água’ no nome da organização foi inspirada no movimento boliviano (SANTOS e IGLESIAS, 2006). Carregava consigo uma concepção da água que, se bem era inspirada no processo boliviano, assumia também, o argumento que universaliza a escassez: o tema da água é importante porque a água é escassa. A água, na definição da *Comisión*, “é um recurso frágil porque seu uso inadequado compromete sua disponibilidade; é escasso porque apenas 1% do total da água do planeta está disponível; e é esgotável porque sua degradação pode ser irreversível”. Essas razões seriam, de acordo com a perspectiva da *Comisión*, “mais do que suficientes para não ignorar o problema da água” (COMISIÓN NACIONAL EN DEFENSA DEL AGUA Y DE LA VIDA, 2013, p. 1).

Em Manantiales, localidade do município uruguaio de Maldonado onde foi feita a concessão, o protagonismo da luta foi da *Liga de Fomento de Manantiales* (LFM). Trata-se, na definição de seu então Presidente, Luís Garcia, de “uma instituição de vizinhos que se preocupa com os problemas da comunidade”. Para ele, por mais que exista um sistema de poder e de autoridade estabelecido, Presidente, ministros etc., “na vida real há instituições de vizinhos [*vecinos*] que cumprem um papel intermediário entre as autoridades e os vizinhos, que é o de preocupar-se pelas coisas de todos” (GARCIA, 2006).

No País ao lado, Argentina, na Província de Córdoba, se articulou a *Coordinadora Córdoba en Defensa del Agua y la Vida*, com o objetivo de reverter a concessão dos serviços de abastecimento também ao atual grupo *GDF Suez*, em parceria com o grupo argentino *Roggio*. Na Província de Santa Fe, a concessão dos serviços ao mesmo grupo foi rechaçada em plebiscitos informais organizados pela *Asamblea Provincial por el Derecho al Agua*. Uma das cláusulas do contrato de concessão era que se o cliente não pagasse, o serviço era cortado. No depoimento do membro da *Asamblea* Fabian Monti, concedido em entrevista, fica evidente que essa era uma preocupação: “não se pode deixar uma pessoa sem água. É um feito muito violento que se corte a água, fazer com que uma pessoa tenha que pedir ao vizinho para tomar banho, etc.” (MONTI, 2006). Ao retomar os serviços pela criação da empresa estatal *Aguas Santafesinas S.A.*, a Província assumia outra concepção para os serviços. Mesmo na impossibilidade de pagar, era preciso fornecer água; mesmo não estando na área de cobertura, é preciso ter água, porque sem água ninguém sobrevive. As palavras do funcionário da nova empresa estatal, Guillermo Lanfranco (2006), também em entrevista, ilustram esse argumento: “nós temos uma responsabilidade com a área de cobertura. E quanto àquele que está na fronteira desta área? O Estado não pode ignorar esta pessoa, algo tem que ser feito”.

O Estado, na perspectiva dos movimentos de resistência à privatização do abastecimento no Uruguai e na Argentina, aparece com um sentido positivo: é o agente que pode e deve se responsabilizar por universalizar o fornecimento de água. Isso deve ser entendido, também, como reflexo da história desses Países, marcada por períodos de forte presença estatal em questões ligadas ao bem estar social, como a ampliação das coberturas de água e saneamento. Mesmo as organizações voltadas a questões cotidianas e das comunidades de *vecinos*, como é o caso da LFM, são vistas como ‘intermediárias’ entre o Estado e os *vecinos*.

Esses movimentos, usualmente liderados pelo setor sindical, somados a muitos outros que emergiram na América Latina nas décadas passadas, se organizaram em torno à *RedVida*, uma rede de articulações e troca de experiências criada em 2003, e que agrupa 54

organizações de 16 diferentes países. “O controle cidadão é fundamental para um modelo novo e alternativo da gestão da água.” A gestão alternativa da água “deve envolver a participação da sociedade civil, incluindo organizações camponesas, sindicatos, ambientalistas, consumidores, mulheres, indígenas e outros” (LA REDVIDA, 2012, p. 1). O tema da participação da sociedade civil aparece, nas propostas da *RedVida*, de forma idêntica às formas como é colocado pelos oligopólios contra os quais se articula: envolvimento de distintos setores da sociedade civil, entendida oposição ao Estado. Também faz parte da *RedVida* a *Coalición de Organizaciones Mexicanas por el Derecho al Agua* (Comda), que, no entanto, coloca em questão a participação prevista nos mecanismos de Comitês de bacias hidrográficas, adotados naquele País. Esses mecanismos “não permitem uma participação e representação real das organizações da sociedade e da população em geral. É preciso ampliar os mecanismos de participação para torná-los realmente democráticos e incluídos” (COALICIÓN DE ORGANIZACIONES MEXICANAS POR EL DERECHO AL AGUA, 2012, p. 1).

Um dos principais analistas e militante no processo de Cochabamba, Carlos Crespo, afirmou recentemente que a *Semapa* enfrenta diversos problemas, dentre os quais destaca o que chama de ‘micro-corrupções diárias’: conexões clandestinas e trabalhadores que fazem trabalho extra para complementar o salário. Destacou, também, a exploração descontrolada dos aquíferos, já que “cada um quer ter seu próprio poço, seja para água potável ou para irrigação, e não há nenhum critério de planejamento” (CRESPO, 2012, p. 20). Para ele, no entanto, o principal problema é o ‘enfoque centralista’, no qual “o Estado está no centro e por cima dos outros tipos de práticas de gestão, como são os sistemas comunitários de água potável e irrigação que não estão liderados pelo Estado” (CRESPO, 2012, p. 20).

O breve relato feito acima revela que nos processos, práticas e discursos de distintos movimentos de oposição à privatização do abastecimento na América Latina<sup>84</sup>, a proposição de uma concepção da água distinta à água como mercadoria convive com fragmentos daquilo que no capítulo anterior chamei de uma concepção hegemônica da água: a concepção universal da escassez e a participação da sociedade civil na gestão. Para a Fundación Sólón (2012, p. 1), importante espaço de construção e difusão cultural na cidade de Cochabamba, inclusive no tema da água, “nos últimos anos, esse vital elemento se tornou escasso em quantidade e qualidade, e de difícil acesso para centenas de milhares de pessoas”. Assim, as

---

<sup>84</sup> Em 2002, Hall e Lobina (2002) publicaram um informe sobre a privatização do abastecimento na América Latina, no qual contabilizaram concessões ativas em 23 localidades para o atual Grupo *GDF Suez*; 10 para a atual *Veolia Environment*; uma para a *Saur*; e 4 para a *RWE* (grupo alemão), além de outras concessões, para empresas européias e norte-americanas.

lutas sociais contra a privatização dos serviços de abastecimento manifestam uma tendência a colocar as estruturas estatais no horizonte, porque elas permitiriam fazer da água como um bem público, de propriedade do Estado, um bem comum, ao qual todos têm acesso. Essa relação é complicada porque, dada a lógica no Estado capitalista, abre espaço para converter a necessidade social em novos espaços de acumulação.

A centralização estatal é o que está sendo proposto no mais recente projeto do governo boliviano, denominado *Proyecto Metropolización y Municipalización del Agua*, que visa “orientar a gestão dos operadores dos serviços de água e saneamento, fixando as estratégias básicas, definindo os critérios para a elaboração dos projetos de engenharia necessários [...]” (YAKU, 2012, p. 1). O intuito é ampliar a cobertura e reverter a má qualidade dos serviços de água potável e saneamento em algumas das principais cidades bolivianas, tais como Cochabamba, La Paz, Santa Cruz e Tarija. O projeto foi elaborado por empresas de consultoria privadas sob os auspícios do BID. Algumas experiências locais estão sendo realizadas previamente e nelas foi constatado, segundo a Fundación Abril (2012), que as tarifas aumentaram.

“Não estão sendo consultados os operadores locais nessas cidades”, argumenta Roberto Prada (2012). Além do mais, há uma tentativa de cooptação, por parte dos Municípios, dos sistemas de água construídos pelas comunidades organizadas em comitês de água, expropriando-os de seu patrimônio: “incrementaram as tarifas de água e a distribuição é totalmente deficiente em relação à autogestão que vinham realizando esses comitês” (PRADA, 2012, p. 23). Para o autor, há uma propaganda maliciosa que desprestigia os sistemas autogestionados, qualificados como ‘privados e precários’.

No processo boliviano, há uma tensão evidente entre a lógica estatal centralizadora que articula o capital para ampliar a cobertura e a qualidade da água nos grandes conglomerados urbanos em crescimento; e uma lógica comunitária descentralizada e autogerida que, historicamente, construiu seus próprios sistemas de apropriação da água. Na lógica estatal, a precariedade dos serviços está nas iniciativas ‘privadas’, o que inverte o argumento neoliberal usual, no qual o ‘público’ era o precário, que justifica a privatização. Essa tensão não foge a outras dificuldades enfrentadas pelos governos de Estados plurinacionais, como é o caso, além da Bolívia, do Equador e do Peru: dificuldades latentes durante séculos em que a diversidade cultural e identitária dos povos originários e suas diferentes práticas e formas de se relacionar com a natureza vinham sendo sistematicamente suprimidas pela relação capitalista.

Se na América Latina e em outros contextos os movimentos sociais e as dificuldades enfrentadas pelo capital provocaram um refluxo da investida dos oligopólios sobre o setor de água e saneamento; na Europa, nos últimos anos, o tema da privatização emergiu com força e rapidez. Na Itália, em 2010, o movimento organizado pelo Fórum Italiano do Movimento pela Água juntou 1,4 milhão de assinaturas defendendo a revogação de dois artigos de duas Leis distintas. Com essas assinaturas, o movimento conquistou o direito de realizar um referendo vinculante, no qual a vitória foi avassaladora: dos 57% votantes, 95% se disseram favorável à revogação dos dois artigos, impedindo a aceleração do processo de privatização, e a determinação de tarifas em função do capital investido (FORUM ITALIANO DEI MOVIMENTI PER L'ACQUA, 2011). Na Figura 2, ativistas prendem cartaz de divulgação da campanha que conquistou a vitória no plebiscito.

**Figura 2 – Cartaz da campanha *L'acqua non si vende*, Itália**



**Fonte: L'ACQUA, 2011.**

Além da Itália, Portugal e Espanha também passam por processos similares. A *Red Agua Publica* é uma rede que, na Espanha, aglutina “diferentes movimentos sociais, instituições e pessoas que promovem uma visão da água como bem comum e serviço público” (RED AGUA PÚBLICA, 2013, p. 1). Vincula uma concepção da água como um bem comum ao serviço público, argumentando que “o debate científico e a experiência cidadã das últimas décadas demonstraram que esse modelo só pode ser garantido plenamente através da gestão pública do ciclo integral da água” (RED AGUA PÚBLICA, 2013, p. 1). As experiências na Europa, especialmente inspirada e liderada pelas mobilizações e a vitória obtida na Itália, levaram o debate para o nível continental. Está em curso uma coleta de assinaturas para levar a pauta à União Européia. O manifesto do Fórum Italiano chama todos os europeus para “uma responsabilidade coletiva histórica, porque diz respeito ao futuro da Europa que queremos” (FORUM ITALIANO DO MOVIMENTO PELA ÁGUA, 2013).

O que se observa nos manifestos e declarações das articulações daquele contexto é análogo ao que observei no contexto latino-americano como tendência: o protagonismo sindical, as estruturas estatais como horizonte das lutas e a vinculação da água como bem público à água como bem comum. O que é novo, nesses processos, é a sugestão do camponês em Cochabamba: a água é vida. Os abusos cometidos por empresas privadas sem controle se manifestam no aumento indiscriminado de tarifas, proibição de coletar água da chuva ocorrida em Cochabamba e fornecimento de água envenenada, ocorrida em Santa Fe. Defender o abastecimento de água potável desses abusos pode ser o mesmo que defender a família e a comunidade. Nas palavras da Ex-presidente do sindicato da estatal uruguaia *Obras Sanitarias del Estado*, Adriana Marquisio, “se o recurso e a gestão estão em perigo, estão em perigo não somente nossa fonte de trabalho, mas também as vidas de nossas famílias” (SANTOS e IGLESIAS, 2006, p. 129).

No entanto, há um problema mais profundo nas concepções e estratégias políticas de resistência à privatização do abastecimento: uma limitação política que ignora que existem interesses de classe por trás das regras do Estado. Para Marx (2008, p. 47), o Estado não é mais do que a expressão das relações de produção, que no capitalismo são relações de classe, e “a totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, o fundamento real que dá suporte a uma superestrutura legal e política e a que corresponde formas definidas de consciência social”. O Estado, portanto, é uma superestrutura legal e política construída em relações de classe. Expressa, portanto, tanto as desigualdades que caracterizam as relações de produção na sociedade capitalista, quanto ‘formas definidas de consciência social’ nas quais o mesmo Estado, no mundo aparente, é uma esfera exclusiva, separada da sociedade civil. Essa é a concepção liberal do Estado.

A concepção do Estado na tradição do pensamento liberal é marcada por uma dicotomia entre sociedade civil, de um lado, e Estado, de outro. Nas formulações do filósofo italiano Norberto Bobbio (1987, p. 13), Estado e sociedade civil formam

um universo em duas esferas, conjuntamente exaustivas, no sentido de que todos os entes daquele universo nelas tenham lugar, sem nenhuma exclusão, e reciprocamente exclusivas, no sentido de que um ente compreendido na primeira não pode ser contemporaneamente compreendido na segunda.

A sociedade é o lugar dos conflitos econômicos, sociais e ideológicos; o Estado, por sua vez, é o responsável pela solução desses conflitos, seja por meio de mediação, seja pela repressão: o Estado é o detentor de poder de comando e tem, por isso, direito legítimo à obediência da sociedade civil. A relação que se estabelece entre sociedade civil e Estado é uma relação entre desiguais. O Estado é um ‘mal necessário’. Inversamente, a sociedade

detém o poder de legitimar e deslegitimar o Estado instituído, determinando seu campo de ação político e econômico, sua eficiência etc. Se as demandas da sociedade não são atendidas, há uma crise de governança e de legitimidade (BOBBIO, 1987). Nessa dinâmica, os mecanismos de governança e a participação social são formas de integrar as esferas do Estado e da sociedade civil, diminuindo assim a dicotomia existente entre ambas. Essa integração necessariamente deve ser feita de forma institucionalizada, ou seja, os grupos devem participar no interior dos aparelhos estatais de acordo com as regras instituídas para tanto, e que permitiria fundir as esferas do público e do privado na direção de uma sociedade equilibrada e harmoniosa.

A concepção liberal de Estado formulada por Bobbio (1987), segundo o argentino Atílio Boron (2003), cumpre uma importantíssima função ideológica: “apresentar o Estado – o Estado burguês e não qualquer Estado – como a esfera superior da eticidade e da racionalidade, como o âmbito onde se resolve as contradições da sociedade civil”. Ou seja, mais do que a aparência, a concepção liberal do Estado tem uma função ideológica necessária ao Estado capitalista, porque dissimula sua existência concreta em uma esfera supostamente neutra na qual os conflitos sociais podem ser resolvidos mediante mecanismos operacionais, como, por exemplo, a governança.

As lutas sociais contra a privatização do abastecimento, portanto, manifestam uma tendência a cair na armadilha política da concepção liberal do Estado. Essa limitação, no entanto, não é exclusiva dessas lutas. Manifestam-se em outros espaços como, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (Mab).

O Mab tem como lema o fato de que ‘água e energia não são mercadorias’. O objetivo é “organizar todos aqueles que moram nas comunidades atingidas e estão dispostos a lutar”. Ou seja, “os arrendatários, os posseiros, os pescadores, os meeiros, os parceiros, os agregados, os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros” (MOVIMENTO DOS ATIGNIDOS POR BARRAGENS, 2012a, p. 1). As diretrizes e princípios do movimento expressam retoricamente uma posição combativa, de enfrentamento frontal ao Estado e ao capital. “Não esperar por nenhuma solução ou saída vinda do capital ou dos Estados e governos”, e “derrotar todos os processos e tentativas de privatização da água e reverter os processos já privatizados” são os dois primeiros pontos declarados como desafios da classe trabalhadora no que se refere à privatização da água na América Latina (MOVIMENTO DOS ATIGNIDOS POR BARRAGENS, 2012a, p. 1).

A água, na perspectiva do Mab, é um bem público, um direito humano e um direito dos povos: “Defender a água pública como um direito humano, com qualidade e quantidade,

acessível a todos e todas, numa luta popular permanente e internacional e levar esta luta até as últimas consequências” (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2013, p. 1). Para Iuri Paulino, do Mab de Rondônia, “a luta contra as barragens hoje no Brasil, principalmente na região Amazônica, representa uma luta contra o avanço do capital e a reprodução desse sistema, que não serve para o conjunto da humanidade” (O MAB NA CÚPULA, 2012b). A questão que permanece aberta é como conceber a água como bem público, na impossibilidade de uma ‘solução vinda do Estado e do capital’. A perspectiva do movimento, neste sentido, é de uma política popular de água e de energia. “Nós não temos dúvidas em afirmar que o desenvolvimento da energia voltada para o povo está muito longe de causar os danos que causa nos grandes projetos voltados para as empresas”, é a afirmação de João Antonio de Moraes, membro da Federação Única dos Petroleiros e do Mab (O MAB NA CÚPULA, 2012a).

As contradições presentes nas afirmações do movimento se manifestam de forma mais concreta em sua incorporação na Campanha Água para o Brasil, uma campanha da qual fazem parte diversas entidades sindicais, como a ISP, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A campanha defende explicitamente o protagonismo do Estado, em oposição à privatização dos serviços de abastecimento: a participação estatal “demonstrou-se estratégica tanto por contribuir com conhecimento técnico acumulado, como também viabilizou nestes projetos cobrança de tarifas que garantem o princípio da modicidade tarifária” (ÁGUA PARA O BRASIL, 20--, p.1). Defende, portanto, o Estado como planejador, tendo como referência os leilões das usinas de Santo Antônio, Girau e Belo Monte: “somente com a participação estatal é possível tornar viáveis projetos desse porte” (ÁGUA PARA O BRASIL, 20--, p.1). Ora, Belo Monte é atualmente o símbolo de conversão da água e da energia em mercadorias, no contexto brasileiro.

Por motivos de estratégia política que não cabem nessa discussão, o Mab avaliza uma campanha que defende os mesmos atores que promovem a construção de barragens que irão desalojar milhares de pessoas, a causa de sua existência. Importa, para este trabalho, compreender que as contradições do processo político se manifestam em contradições em termos de concepções da água. Enquanto bem público, a água pertence e é gerida por um Estado que estaria oposto às empresas privadas e às relações de produção em geral: o Estado acima das classes. O problema é que esse Estado é o mesmo que organiza e promove a construção de barragens espoliando modos de vida histórica e socialmente construídos, nos quais a água é um bem comum.

Apesar das armadilhas políticas aqui comentadas, é preciso reconhecer que a Guerra da Água em Cochabamba, assim como outros processos de privatização na América Latina e em outros lugares do mundo, elevaram o debate sobre a água a um patamar ético-político, trazendo para o debate dimensões como a propriedade e a vida. Esse debate, no entanto, por permanecer no mesmo horizonte teórico político da governança e do Estado capitalistas, tende a ser por eles incorporado.

#### 4.3 A ÁGUA COMO DIREITO HUMANO

Em 2009, o governo boliviano promulgou sua nova Constituição, a primeira no mundo a considerar que “o acesso à água e saneamento constituem direitos humanos, não são objeto de concessão e nem de privatização e estão sujeitos a regimes de licenças e registros”. Mais do que isso, no Artigo 373, considera que a água é “um direito fundamentalíssimo para a vida, no marco da soberania do povo”. Considera, ainda, que “o Estado promoverá o uso e acesso à água sobre a base de princípios de solidariedade, complementaridade, reciprocidades, equidade, diversidade e sustentabilidade” (BOLÍVIA, 2009, p. 1). A Constituição Boliviana avançou, em termos jurídicos, uma concepção da água relacionada à vida, ao povo e à soberania, formulação que emerge das práticas concretas de vida do povo boliviano e das lutas sociais contra o avanço do capital na forma de privatização dos serviços. “A água é do povo” é uma das consignas do movimento liderado pela *Coordinadora*, como se vê na Figura 3.

**Figura 3 – La lucha contra la privatización en Cochabamba**



**Fonte: CARDOSO, 2009.**

No ano seguinte à promulgação da Constituição Boliviana as Nações Unidas aprovaram a proposta da delegação daquele País de considerar a água como um direito humano. Se bem a proposta está claramente relacionada com o processo boliviano, está

também relacionada à influência de ativistas como Riccardo Petrella e Maude Barlow (ambos serão trabalhados no próximo item) bem como de organizações não governamentais de atuação internacional, como é o caso da *Transnational Institute*, da *France Libertés* e da *Council of Canadians*. O documento final do último Fórum Alternativo Mundial da Água, de 2012, afirma que “graças ao Movimento pela Justiça da Água [*Movement for Water Justice*], as Nações Unidas reconheceram os direitos humanos à água e ao saneamento” (AWWF, 2012, p. 1). *Water Justice*, no entanto, não é um movimento global como o texto dá a entender: é uma das áreas de trabalho da *Transnational Institute* (TNI), organização não governamental financiada por governos, grandes empresas e instituições multilaterais, como a União Européia. Juntamente com as outras ONGs citadas acima, a TNI é uma das principais proponentes do Fórum Alternativo Mundial da Água.

O Fórum Alternativo Mundial da Água é um evento organizado pelas principais organizações que se opõem à privatização do abastecimento para “criar uma alternativa concreta” ao Fórum Mundial da Água, evento promovido pelos oligopólios e agências de financiamento. A estratégia de criação do Fórum Alternativo foi justamente deslegitimar o Fórum Mundial da Água que, como comentei no capítulo anterior, é um evento criado pelos oligopólios do setor destinado a disseminar as práticas de privatização.

Em 2012 foi realizada a quinta edição do Fórum Alternativo. Todos os ativistas, autores e organizações apresentados no item anterior são lideranças nesses eventos. “Os encontros ajudaram a solidificar um movimento pela reapropriação da água, um recurso comum que pertence à toda humanidade” (AWWF, 2013, p. 1). O evento legitimou, em suas várias edições, um novo ator político influente nos círculos de poder, bem como várias de suas propostas. Uma das principais conquistas desse movimento foi o reconhecimento, em 2010, por parte das Nações Unidas, da água como direito humano:

1. Declara o direito à água potável e limpa e ao saneamento como um direito humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos;
2. Convoca os Estados e organizações internacionais para prover recursos financeiros, recursos, capacitação e transferência de tecnologia, através de organizações internacionais, assistência e cooperação, em particular aos países em desenvolvimento, a fim de ampliar esforços para fornecer água potável, limpa, acessível e saneamento baratos para todos (UNITED NATIONS, 2010, p. 3).

O texto das Nações Unidas levantou muitas polêmicas, como a constatação de Caubet (2010, p. 13) de que a ONU “reconheceu, após 15 anos de deliberações, ‘o acesso a uma água de qualidade e a instalações sanitárias como um direito humano’, sem afirmar que os Estados têm uma responsabilidade prioritária na implementação da Resolução”. O problema de fundo,

no entanto, é outro. A proposta, por um lado, define uma normativa ética de que a água é direito de todos os seres humanos; mas indica, por outro, mecanismos e instrumentos que envolvem ‘organizações internacionais’ e ‘cooperação’ para prover ‘água barata’, deixando o campo aberto para o capital assumir o protagonismo na implementação dos direitos. No fim das contas, foi institucionalizado um mecanismo de participação e de formulação de propostas vinculado às estruturas dos Estados e às estruturas supra-nacionais. Nessas estruturas, a água passou a ser considerada, além de um bem econômico, um direito humano.

A anunciação da água como direito humano feita pela ONU, ao mesmo tempo em que acomoda os conflitos de classe emergentes relacionados à privatização do abastecimento, estabelece um marco que legitima o avanço do capital sob premissas pretensamente éticas. A concepção da água como sinônimo de vida que emergiu das práticas históricas de apropriação da água como bem comum nas lutas sociais na Bolívia e em outros contextos se converte em uma concepção da água como direito humano, repetida exaustivamente nos debates sobre o tema. Perdem-se no caminho as novidades com potencial de contra-hegemonia, para ceder lugar à reprodução da mesma lógica à qual seus autores buscam se opor.

As propostas e os argumentos revisados neste capítulo são uníssonas em transformar as regras da governança global da água substituindo uma concepção da água como bem econômico por uma água como bem comum ou público revelando uma concepção na qual a governança, e o Estado, estão acima dos interesses materiais das classes. Cabe à sociedade civil legitimar ou deslegitimar as regras estabelecidas, e os canais de participação institucionalizados são os meios pelos quais podem ser propostas alternativas. Assim, o mais importante é deslegitimar as regras com as quais se discorda e legitimar novas regras, novos atores e novas ações. O fundamento da estrutura permanece o mesmo. A criação do Fórum Alternativo Mundial da Água e a pressão institucional realizada por ativistas e ONGs internacionais são estratégias fundamentadas nessa concepção. Ao mesmo tempo em que celebram a declaração da água como um direito humano, celebram também a legitimação de um novo espaço de circulação de capital, que não deverá fugir às regras da acumulação.

Apesar das intenções das propostas aqui analisadas em desenvolver práticas de solidariedade e de bens comuns, distintas das lógicas do capital, da perversidade e da ganância, a incorporação dos interesses das classes dominantes (necessárias à sua ‘expansão universal’) solapa suas possibilidades contra-hegemônicas. Ou seja, já na concepção das propostas, em virtude de um horizonte teórico-político limitado, se pode ver a hegemonia, principalmente no que se refere à gestão: mecanismos de governança e a renovada ênfase no poder público. O duplo movimento de ocultamento e legitimação, que aliena a gestão das

práticas concretas, manifesta seus propósitos e consequências. As principais propostas políticas de oposição às práticas mercantilizadas de apropriação da água orientam-se pelos valores legitimados por essas mesmas práticas e favorecem, portanto, sua incorporação pelo bloco dominante, bem como a incorporação de uma necessidade social – o acesso universal à água potável – às dinâmicas de expansão do capital.

Essa lógica fica muito clara na publicação organizada pelo Ex-presidente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, na qual os autores defendem que o problema da falta de acesso de bilhões de pessoas à água potável se deve ao “o interesse muito pequeno do setor privado, e não sua presença invasiva” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 75). Os autores propuseram novos mecanismos para o capital recuperar os investimentos em água, o que chamaram de ‘cobertura sustentável dos custos’, pelo qual se chegaria a um equilíbrio financeiro durante um período suficientemente longo, sendo que as fórmulas de tarifação levariam em conta a capacidade contributiva dos diferentes segmentos da população. Para os autores, é um privilégio estar conectado a uma rede de água e “os mais pobres aspiram a essa vantagem e estão dispostos a pagar por ela um preço pelo menos igual àquele que destinam à remuneração do setor informal” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 183).

Os ‘direitos humanos’, assim como as ‘parcerias público-público’ e o ‘Contrato mundial da água’ são propostas que podem se tornar bons negócios. Aqueles que tiverem que pagar, mesmo que seja ‘um preço pelo menos igual ao setor informal’, estarão, de alguma maneira, remunerando o capital investido. A água se torna, assim, um veículo pelo qual o capital pode valorizar-se na circulação a partir de sua vinculação à mais urgente necessidade de reprodução social: o acesso à água potável.

Este argumento leva à necessidade de refletir, de forma conclusiva, sobre os conceitos de bem comum e bem público, tratados de forma imprecisa e confusa nas abordagens dos autores e ativistas revisados neste capítulo, como, por exemplo, na afirmação de Petrella (2003) de que a água é um bem natural comum e, por isso, de propriedade do Estado. Essa confusão não é ingênua e expressa o projeto de conquista de hegemonia promovido pelos oligopólios abordados no capítulo anterior.

#### 4.4 SEGUNDA SÍNTESE E CONCLUSÃO PARCIAL

A concepção de ‘bem público’ está estreitamente vinculada ao serviço público, e sua gestão e propriedade estão vinculadas às estruturas do Estado. O fornecimento de um bem público, quando operado por uma empresa privada, não necessariamente exclui o caráter ‘público’ daquele bem (BUDDS e MCGRANAHAN, 2003). Ou seja, é público o bem que pertence às estruturas do Estado e que pode ser acessado pela população que forma aquele

Estado, seja por meio de uma empresa pública ou privada. O que as experiências de privatização mostram, no entanto, é que juntamente com a concessão a empresas privadas há uma tendência à privação do acesso, e isto sim exclui o caráter de bem público da água. O principal argumento dos grupos que defendem o protagonismo público na provisão dos serviços de abastecimento está expresso na declaração da ISP de forma muito clara: “a resposta inevitável para as garantias do acesso universal está no setor público” (PUBLIC SERVICES INTERNATIONAL, 2012, p. 1). Por isso, organizações sindicais, como a ISP, têm protagonizado lutas contra a privatização desses serviços. Nesse sentido, as lutas pela defesa do protagonismo público no fornecimento de água podem levar a discussão do bem público para outro patamar, porque a água é o mais essencial dos bens.

O bem comum, por sua vez, já foi definido neste trabalho, a partir da concepção de Harvey (2012) de ‘práticas de comunização’: práticas social e historicamente produzidas de relações sociais e com a natureza fundamentadas em relações distintas às do capital e da propriedade privada. É uma definição ampla que pode envolver diferentes dimensões da vida em sociedade, como por exemplo as tradições. Nesse sentido, a concepção da água como bem comum não se restringe ao acesso universal à água de torneira a preços acessíveis; deve superar, também, o ‘mínimo vital’<sup>85</sup> necessário à reprodução da vida que desconsidera os máximos vitais necessários para a reprodução do capital. Os grupos que experienciam as privações e que vivem os conflitos causados pela falta de água precisam, como parte de suas lutas, conceber relações sociais nas quais a água, assim como a natureza e todas as dimensões da vida, não seja espoliada. É desses processos de luta que podem surgir concepções da água como bem comum.

O presente capítulo apresentou evidências de um consenso ativo que reproduz uma concepção que atribui à água valores-de-troca, ao mesmo tempo em que oculta essa dimensão. Nesse processo, a água aparece como bem público, uma concepção aparentemente distinta da concepção hegemônica do bem econômico. Os processos de luta social contra a privatização do abastecimento, por mais que tenham levantado argumentos importantes como a afirmação da água como sinônimo de vida e a disseminação da noção de bem comum, tendem a ser incorporados pela dinâmica expansiva do capital porque incorporam em suas estratégias a suposição de que o Estado é neutro: está fora das relações sociais e acima dos interesses de classe. Não apenas os serviços de abastecimento, como também as iniciativas e propostas

---

<sup>85</sup> O mínimo vital é uma das propostas dos autores e organizações aqui analisados. Basicamente, afirma a necessidade de se estabelecer uma quantidade mínima de água potável à qual todos os seres humanos devem ter acesso para sobreviver.

políticas analisadas nesse capítulo, indicam os limites das suas transformações, que são facilmente incorporadas pela hegemonia com a mediação do Estado e reconfiguradas como novos espaços de acumulação. As lutas, portanto, são lutas pelo serviço público, e não lutas anticapitalistas. As respostas dadas pelo capital a essas lutas sociais e às concepções que delas emergiriam evidenciam que, do ponto de vista ontológico, os processos foram incorporados pelas mesmas dinâmicas às quais originalmente se opunham.

Isso explica as tensões do atual projeto do governo boliviano para ampliar a cobertura nas grandes cidades, que reproduz a dependência do capital estrangeiro organizado pelo BID. Explica, também, a incorporação de concepções que emergiram nas ‘guerras da água’ pela ONU, como por exemplo a água como direito humano: novos espaços de acumulação que acomodam a necessidade de circulação de capital e as pressões sociais. O problema é momentaneamente resolvido.

**As concepções que emergem nas lutas sociais contra a privatização do abastecimento e nas iniciativas políticas de ativistas tendem a ser incorporada pelas relações capitalistas organizadas pelo Estado.** A práxis que pretende romper com essa hegemonia precisa contestá-la em todas as suas dimensões, desde as raízes da produção de mais valor até suas manifestações em distinções de classe. A crítica que não alcança a ontologia do ser social nas relações capitalista está fadada a, cedo ou tarde, ser por elas incorporada. As recentes conquistas celebradas por ativistas e ONGs devem ser submetidas a uma crítica ontológica que revela as contradições desses processos e indica suas insuficiências. Por esse motivo, esse trabalho argumenta por uma concepção da água como bem comum informada por um referencial que possibilite essa crítica, o Marxismo.

Tendo como ponto de partida o posicionamento ético-crítico pioneiramente assumido por Marx em relação ao capitalismo, e a necessidade de compreender os processos de apropriação da natureza e da água como momentos de uma totalidade condicionada pela luta de classes, posso agora encaminhar a terceira e última parte desse trabalho: a identificação de concepções novas e universais na práxis de lutadores sociais que defendem a água como bem comum.

### **PARTE III – A EMERGÊNCIA DE CONCEPÇÕES NOVAS E UNIVERSAIS**

## 5 A ÁGUA COMO BEM COMUM: EMERGÊNCIA DE CONCEPÇÕES NOVAS E UNIVERSAIS

Esta parte do trabalho é composta por apenas um capítulo no qual apresento, de forma reflexiva, concepções que indicam caminhos para uma crítica ontológica da apropriação capitalista da água e, portanto, das relações sociais e com a natureza. O texto muda de tonalidade: as páginas que seguem são relatos, depoimentos e trechos de entrevistas que expressam concepções da água, da natureza e de relações sociais distintas das relações próprias do capital, mas por elas atravessadas. A linguagem se torna mais jornalística do que analítica; mais descritiva do que explicativa, movimento necessário para ceder espaço às concepções emergentes, às contradições e às sementes de novidade presentes no terreno do antagonismo capitalista.

O capítulo está organizado em quatro itens. O primeiro analisa depoimentos de pessoas que vivem a experiência de privações causadas pelo agronegócio e pelos mercados de carbono; o segundo apresenta o rechaço de comunidades indígenas e ribeirinhas à construção de barragens na Amazônia brasileira; no terceiro item, apresento o tema da mineração a céu aberto e as articulações na Argentina que visam barrar essa atividade; finalmente, apresento minhas conclusões no quarto item: nas lutas pela defesa de seus meios de vida, as vítimas da espoliação realizam uma crítica ontológica das relações sociais capitalistas, a partir de uma concepção de bem comum, na qual os frutos da natureza pertencem à humanidade.

Para Marx (2008) é preciso explicar a consciência pelas contradições da vida material. Isso ajuda a entender os motivos pelos quais, em suas reflexões sobre a revolução social, a humanidade “não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (MARX, 2008, p. 48). Os grupos aqui trabalhados são diversos: movimentos sociais populares<sup>86</sup>, movimentos ambientalistas, organizações não governamentais, *asambleas ciudadanas* etc. Mesmo reconhecendo que as distintas práticas de organização desses grupos produzem distintos efeitos no conjunto das lutas sociais e nas concepções emergentes sobre a água, não é objetivo desse capítulo aprofundar essas diferenças, mas identificar concepções que nelas emergem. Como Marx indica na passagem citada acima, as proposições emergente sobre o bem comum

---

<sup>86</sup> A expressão ‘movimentos sociais populares’ é utilizada por Ribeiro (2010) para escapar à contradição imanente à expressão movimentos sociais, que pode significar tanto a transformação da sociedade quanto uma retroação para defender o *status quo*. Movimentos sociais populares, para a autora, são aqueles que se orientam por princípios de autonomia, liberdade e libertação.

podem ser apenas indicativas e, ao mesmo tempo, meios de luta, já que se produzem sob as restrições definidas pelas condições materiais do capitalismo.

### 5.1 O EQUILÍBRIO ENTRE SERES HUMANOS E NATUREZA

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, *World Rainforest Movement* (WRM) é, em sua própria definição, uma organização internacional que contribui para “conquistar o respeito aos direitos das comunidades locais sobre suas florestas e territórios”, além de “proteger a terra e os modos de vida das pessoas das florestas da exploração comercial, barragens, mineração, plantações, fazendas de camarões, colonização e outros projetos que as ameaçam” (WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 201-, p. 1). Fundamentalmente, a atuação do WRM se dá pela produção, compilação e disseminação de informações e análises sobre esses processos em várias partes do mundo, e pela veiculação de manifestos, declarações e documentos de posicionamento em espaços de discussão e promoção de políticas.

Um desses trabalhos apresenta depoimentos sobre as experiências de privação no acesso à água causadas pela plantação industrial de árvores<sup>87</sup> (PIAs) em várias partes do mundo. “Agora já não há água no verão, nem sequer para os animais. Tudo secou: pântanos, *nalcas* (planta nativa) etc. Agora, há apenas pinus; eles têm matado o resto”, é o relato de José Toro Huenulao, da comunidade *Mapuche* de Tricauco, no Chile. Já o indiano Ram Tamang pergunta: “Vocês chamam isso de floresta? Eu não. Aqui já não cresce quase nada. Duas de nossas melhores variedades de arroz se perderam para sempre, por causa dessas monstruosas árvores que absorvem toda a água do solo. E como é possível cultivar arroz sem água?” (WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 20--, p. 19 ).

Aparecem, nos relatos acima, a associação das PIAs com a morte: matam diversidades de arroz e todo ‘o resto’. Também aparece nos depoimentos o tema da escassez. A Sra. Ziqubu da Província KwaZulu-Natal, África do Sul, recorda: “Costumávamos escavar poços bem pequenos para irrigar a terra reivindicada. Agora temos que escavar mais profundamente e obtemos a água bem longe. A água para beber também tem virado escassa” (WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 20--, p. 22).

Há uma abordagem processual para a escassez, que a vincula à experiência de vida: ‘tem virado escassa’ é uma concepção diferente daquela que universaliza e absolutiza a

---

<sup>87</sup> De acordo com Overbeek et al. (2012), as plantações industriais de árvores (PIAs) são caracterizadas pela monocultura de árvores exóticas em grande escala, geralmente destinadas a processos industriais e produção de celulose e papel, borracha, produtos derivados do dendê e, ultimamente, combustíveis industriais. As árvores exóticas necessitam água em abundância para crescer, motivo pelo qual sua produção tem sido historicamente deslocada para regiões ricas em água e biodiversidade como o sul da América do Sul, onde está o aquífero Guarani, Ásia (Indonésia, Malásia e China) e Oceania.

escassez, tal como aparece nas formulações da água como bem econômico nas quais a água é, por definição, escassa. O mesmo aparece no depoimento do colombiano Andelfo Bernati. Para ele, “depois que a *Smurfit* comprou a terra e plantou árvores de pinus e eucaliptos, começamos a sentir a escassez de água. As árvores de pinus e eucaliptos não geram água. Quando cortaram as árvores de pinus a água começou a retornar” (WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 20--, p. 24). A escassez é uma escassez produzida por uma determinada atividade que, quando desaparece, leva a escassez consigo. Finalmente, no depoimento de um granjeiro de Cerro Alegre, no Departamento de Soriano, Uruguai, o que aparece é a dependência em relação ao governo associada à experiência da privação da água, também em uma concepção processual: “Tenho morado aqui a vida toda e nunca tivemos qualquer problema com a água, até que eles estabeleceram todas essas plantações há oito anos. Agora dependemos do governo local para o fornecimento de água” (WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 20--, p. 54).

As PIAs têm sido motivo de privações de uso da água em várias partes do mundo. Com a criação dos mecanismos de mercados de carbono ganharam outro incentivo financeiro, porque são consideradas formas de estocar carbono. Ou seja, além da atividade de produção de celulose, plantar árvores em escala industrial pode render créditos de carbono a serem trocados por dinheiro e permissões para poluir a atmosfera. Essa lógica perversa e destrutiva se sustenta no argumento falacioso de que plantações são ecológicas, sustentáveis e sinônimo de bosques e florestas. É por isso que a WRM insiste que plantações não são bosques (Figura 4). As plantações são destrutivas e associadas à morte.

**Figura 4 – Las plantaciones no son bosques**



Fonte: WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 20--.

Mais recentemente, o WRM publicou a produção audiovisual ‘Território em Disputa’, que relata a experiência de comunidades que vivem naquilo que restou da Mata Atlântica brasileira, no Paraná. Trata-se da maior área de Mata Atlântica atualmente existente. Lá vivem comunidades Caiçaras, Quilombolas e Guarani. Os membros das três comunidades dependem completa e profundamente da mata para viver de acordo com seus modos de vida,

mas não têm títulos das terras que ocupam e nem das florestas que usam. Há aproximadamente 50 anos a região começou a ser ocupada por fazendeiros criadores de búfalos que desmataram vastas áreas de mata. Mais recentemente, na década de 1990, se instalou na área a empresa de cosméticos Boticário, que comprou mais de 2 mil hectares. Chegou, também, a ONG estadunidense *The Nature Conservancy*, que comprou mais de 18 mil hectares para estocar carbono, financiada pelas empresas *Chevron*, *General Motors* e *American Electric Power*. Todas elas, em seus processos produtivos, emitem gás carbônico, motivo pelo qual podem compensar suas emissões usando os mercados de carbono estabelecidos no âmbito das Nações Unidas. A concepção de preservação da *The Nature Conservancy* entende que, para preservar a natureza, é preciso excluir as pessoas, ou impedi-las de plantar, pescar etc. Por este motivo, instalou um controle severo das atividades humanas na região. As comunidades já não podem mais plantar e caçar como sempre fizeram, porque a mata agora pertence ao sistema de compensação de emissões de carbono.

Essa não é, no entanto, a concepção das pessoas que vivem segundo uma tradição secular naquele lugar. “Não foram os supostos ecologistas que deixaram ficar bonito” afirmou Gerse, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraqueçaba, uma das comunidades da região. “Nós mesmos que cuidamos disso tudo aí, e cuidamos até hoje” (TERRITÓRIO, 2012). ‘Supostos ecologistas’, para ele, são os representantes da ONG *The Nature Conservancy*. A ecologia, na perspectiva de Gerse, é outra: a preservação é feita pelas pessoas que vivem e conhecem o lugar e sua natureza. Na opinião de Genésio, morador da Comunidade de Rio Verde, “o homem tanto planta pra ele como planta pros animais do mato também”. Diante das proibições impostas pelos novos proprietários da região, Genésio se recorda de outros tempos, quando as pessoas podiam trabalhar livremente na roça. “Quando tinha roça, tinha mais caça. Quando tinha roça, quando todo mundo plantava. Bah mas era bonito de andar nesse mato!” (TERRITÓRIO, 2012).

Diante das dificuldades enfrentadas por várias das comunidades que vivem da subsistência agrícola e da pesca, uma delas, a comunidade de Rio Pequeno, se organizou juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 2003, ocuparam uma fazenda que estava por ser vendida. O acampamento deu origem ao Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger, nome dado em homenagem ao pioneiro do ambientalismo brasileiro. “A gente não trabalha só pensando no dinheiro, a gente trabalha pensando na vida, porque isso aqui é uma vida né?” afirmou Silvana, uma das assentadas. No Assentamento implantaram um sistema agroecológico que, de acordo com George, também assentado, trabalha a fertilidade do solo e produz diversidade de alimentos no mesmo espaço.

Onde aqui só tinha a pecuária de búfalos, que dava um grande impacto ao meio ambiente, ao solo, ao ecossistema, a gente vem com a agroecologia que é o oposto do sistema capitalista, que tem um só produto, um só sistema de trabalhar. A gente propõe uma nova forma de vida, pras famílias, pras comunidades e para o sistema. [...] Para nós, a floresta é a nossa casa, nosso modo de viver. (TERRITÓRIO, 2012)

Os depoimentos aqui reproduzidos mostram que existe uma diferença entre a percepção do meio ambiente em si mesmo, como exterioridade, enquanto natureza prístina; e o espaço no qual as pessoas produzem suas vidas apropriando a natureza. O argumento dos membros das comunidades é que seus modos de vida são os que possibilitam preservar a natureza, diferente da preservação imposta pela ONG lá instalada. Se considerada em suas dinâmicas globais, a preservação no sentido apenas de estocar carbono tem duas faces perversas: impedir as pessoas de viver na mata e permitir a emissão de toneladas de gás carbônico.

Os depoimentos aqui reproduzidos tornam visíveis concepções que priorizam uma relação harmônica entre seres humanos e natureza, não agressiva e nem destrutiva que utiliza o conhecimento acumulado acerca das dinâmicas da natureza para produzir alimentos saudáveis. Há, portanto, um princípio ético para organizar a produção. Ou seja, o critério não é a acumulação, mas a reprodução saudável da vida e da natureza porque é a natureza que provê os meios para a vida. Elevar essa concepção de natureza e de vida a um patamar universal exige romper com estruturas de poder construídas na relação de produção de capital. A produção que tem como critério a reprodução do capital está organicamente vinculada à produção de alimentos de forma destrutiva: sementes modificadas, agrotóxicos, trabalho escravo, êxodos populacionais e outros aspectos que denotam a utilização irracional dos potenciais da natureza.

Na sequencia tratarei experiências de privação relacionadas à construção de barragens. As concepções que nelas emergem retomam a associação da água com a vida e os modos de vida social e historicamente construídos.

## 5.2 ‘NOSSO RIO NÃO TEM PREÇO’

“Nós temos um governo que está violando nossos direitos, que está todo tempo nos massacrando, tentando destruir a nossa vida” (XINGU RISING, 2012), é a queixa de Sheyla Juruna documentada em uma produção audiovisual da *International Rivers*. Por sua abrangência e mobilização de recursos, a *International Rivers* é uma organização internacional importante na disseminação de lutas sociais contra a construção de barragens espalhadas ao redor do mundo, e muita atenção tem sido dada para o caso de Belo Monte. A mesma produção na qual está publicado o depoimento de Sheyla trouxe o depoimento de Mayalu Txukarramãe Kayapó, no qual o governo aparece como ‘eles’, diferente de ‘nós’:

“Mais uma vez o governo fala que nós estamos impedindo o progresso. Não. Nós estamos querendo manter a nossa cultura. Para eles progredirem, estão mexendo na terra do pessoal, na terra do meu povo” (XINGU RISING, 2012). Mayalu desloca o tema do progresso e o substitui pelo tema da cultura. Ou seja, em sua perspectiva, o que está em jogo não é o progresso, mas a sobrevivência da cultura e, portanto, do seu povo. O progresso, em sua perspectiva, não está em questão, não tem valor. O valor está em manter viva a cultura que, nesse sentido, implica em manter viva a natureza e os seres humanos. “O que nós queremos? Que a mata, as florestas, a terra e os animais continuem vivos para servir nossa alimentação” afirmou Amiloti Kayapó (XINGU RISING, 2012).

As outras duas grandes barragens que estão em construção na Amazônia brasileira, no rio Madeira, são Santo Antonio e Jirau. No depoimento de Antenor Karitiana, Coordenador da União de Povos Indígenas de Rondônia, a impossibilidade de separar a natureza dos seres humanos fica ainda mais evidente: “Eu não to defendendo a água, o mato, não; eu tô defendendo o ser humano. Tem o índio, tem povos indígenas que, como eu, sabem falar. Mas tem o índio isolado aí que não tem nem a voz. Essa é a preocupação” (RIO MADEIRA, 20--).

Além da defesa de seus meios tradicionais de vida, que incluem relações harmônicas com a natureza, a luta das comunidades indígenas contra as barragens da Amazônia revela outras perspectivas de valorar a natureza. Como avaliar os danos das barragens? Como contabilizar os prejuízos? A abordagem dos custos ambientais pode levar à conclusão, como fazem as recentes iniciativas da economia verde, de que os custos e os serviços ambientais devem ser considerados e pagos em dinheiro. É o que pensa, por exemplo, Marcelo Salazar, do Instituto Socioambiental, uma ONG que tem como objetivo “propor soluções integradas a questões sociais e ambientais” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 20--). O Instituto Socioambiental é parte da articulação Movimento Xingu Vivo e tem produzido e publicado análises sobre o tema. Salazar entende que o problema de Belo Monte não é a construção da usina em si, mas a não internalização dos custos socioambientais. Ou seja, para ele, o que falta é

um pouco mais de responsabilidade, de entender o que é essa região, de realmente preparar essa região para um empreendimento desse tipo, de internalizar os custos socioambientais de um empreendimento desse tamanho. É isso que eu acho que a gente tem que aprender no Brasil. Porque talvez muitos dos empreendimentos que estão planejados hoje, se tiverem esses custos socioambientais internalizados, eles não são viáveis economicamente. Então ah! ‘Vocês são contra a hidrelétrica!’ Não, a gente é contra esse processo atropelado, da forma como está acontecendo, que não considera todos os custos socioambientais. (BELO MONTE, 2012)

Como seria preparar a região para receber esse empreendimento? Como pode alguém cuja vida está sendo deslocada em todas as suas dimensões ‘internalizar os custos’ de ser

removido, de perder a fonte de alimentos, os significados mais profundos da vida em comunidade? “O que é que eu vou fazer?”, pergunta seu José, agricultor na região:

Um cara que nunca estudou, analfabeto, só trabalha na roça, vai fazer o que na cidade? [...] O camarada depois de velho que nem eu, vir pra cidade ou pra outro canto sem saber o que fazer, por causa de uma obra que vai destruir tanta natureza, a vida do povo...é muito difícil (BELO MONTE, 2012).

Essa é a dificuldade. Os custos socioambientais considerados na forma dinheiro, não podem incorporar perspectivas de vida. É por isso que recentemente os caciques Kayapó recusaram a proposta de R\$ 4,5 milhões oferecidos pela Eletrobrás em projetos para mitigar impactos nas suas regiões. A carta enviada pelos caciques à Eletrobrás é simples, direta e profunda, e expressa uma recusa radical em avaliar impactos, custos e danos em dinheiro.

Senhores da Eletrobrás,

a palavra de vocês não vale nada. Acabou a conversa. Nós Mebengôkre/Kayapó não queremos nem mais um real do dinheiro sujo de vocês. Não aceitamos Belo Monte e nenhuma barragem no Xingu. Nosso rio não tem preço, os peixes que comemos não têm preço. A alegria dos nossos netos não tem preço. Não vamos parar de lutar em Altamira, em Brasília, no Supremo Tribunal Federal. O Xingu é nossa casa e vocês não são bem vindos. (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2013, p. 1)

A perspectiva das comunidades indígenas do Xingu é muito clara, assim como foi a carta enviada à Eletrobrás. O Xingu é a casa, é “o pai adotivo que milhares de gente já criou” (BELO MONTE, 2012). Não é possível, na visão de mundo dessas comunidades, avaliar os impactos em dinheiro. Não há formas de preparar a região para a obra, porque com ela a região deixaria de existir. É por isso que suas vidas ‘não têm preço’, assim como o rio. Suas formas de vida não suportariam uma espoliação abrupta: pereceriam. Isso, no entanto, não é exclusivo das comunidades indígenas. As relações sociais e com a natureza enraizadas nas cidades e comunidades vizinhas também não suportariam uma invasão dessa magnitude, o que explica o desespero no depoimento do agricultor José. A luta contra a construção da barragem não é uma luta pelo diálogo, é pela interrupção do processo.

**Figura 5 – Identidade visual do movimento Xingu Vivo Para Sempre**



Fonte: PARE, 20--.

A construção de uma barragem dessa dimensão é um ato de violência que separa as pessoas de seus meios de vida, de sua natureza, para nunca mais conciliar. Nesse sentido, a

construção de barragens se aproxima da atividade de mineração a céu aberto: megaprojetos de dimensões gigantescas que espalham violência, degradação e mortes.

### 5.3 'EL AGUA VALE MÁS QUE EL ORO'<sup>88</sup>

O Ex-presidente da Argentina Carlos Menem é considerado por muitos analistas o melhor aluno do Consenso de Washington. Privatizou vários setores estatais estratégicos, inclusive serviços de abastecimento de água, que redundaram em diversas articulações de resistência, como as de Córdoba e Santa Fe comentadas no capítulo anterior. Ainda na década de 1990, o governo de Menem aprovou um novo marco legal para regular a exploração metalífera a céu aberto através de concessões a empresas privadas estrangeiras. Dentre as medidas adotadas estão isenções fiscais, cobrança de 3% de *royalties* descontando os custos operacionais, e a possibilidade de registrar os números relativos à produção exportada apenas no país de destino. Ou seja, Menem autorizou a exploração das minas por empresas estrangeiras cobrando-lhes menos de 3% de *royalties* e permitindo que os minérios saíssem do país sem nenhum controle aduaneiro. As facilidades não previstas na Lei são ainda mais perversas: ausência de controles de impactos ambientais; aprofundamento de clivagens sociais; corrupção e impunidade.

A primeira mina a céu aberto a operar em solo argentino foi a mina *La Alumbrera*, uma cratera de 2 quilômetros de extensão e 500 metros de profundidade incrustada na pré-cordilheira da Província de Catamarca. *La Alumbrera* é uma concessão do governo provincial e da *Universidad de Tucumán*, proprietários dos direitos de exploração, a capitais controlados pela transnacional *Xstrata*, de origem suíça. Basicamente, o método de exploração metalífera a céu aberto consiste em dinamitar montanhas inteiras reduzindo-as a pó, de onde são extraídos metais como ouro, prata, cobre e outros. A extração dos metais é feita com cianuro, um elemento altamente tóxico. Todo o material que sobra (água contaminada com cianuro e resquícios de metais pesados) é depositado em um lago artificial supostamente impermeável. Em 1997, ano de início das operações da *Alumbrera*, a população das cidades vizinhas não sabia do que se tratava; a promessa era gerar 16 mil postos de trabalho, o que nunca se concretizou. Atualmente, segundo Salas (2012), *de cada cem dólares gerados pelos recursos da atividade de mineração apenas um fica na Província.*

---

<sup>88</sup> Algumas declarações reproduzidas neste item foram obtidas em entrevistas realizadas durante pesquisa de campo na Argentina em agosto de 2012. Estas declarações estão identificadas pela alteração da fonte. Nas fotos de minha autoria, foi omitida a fonte no texto.

**Figura 6 - Mina *La Alumbreira*, Catamarca, Argentina**



**Fonte: LAVACA, 2012.**

Além do problema da evasão de divisas, a mineração a céu aberto provoca danos ao ambiente e à saúde. “Este tipo de mineração não se pode controlar”, afirma Sergio, “o único que se pode fazer é medir a contaminação que produzem” (ANDALGALÁ, 2010). Tanto Salas quanto Sergio são membros da *Asamblea El Algarrobo*, articulação de moradores da cidade de Andalgalá, de 17 mil habitantes, vizinha à mina. O início das operações da mina e as primeiras percepções de suas consequências destrutivas, somados ao alerta de estudantes de áreas da saúde informados por seus professores na *Universidad de Cordoba*, deram origem ao movimento. Mesmo sendo tarde demais para impedir a instalação da mina *La Alumbreira*, a *Asamblea El Algarrobo* (Figura 6) atua na tentativa de controlar seus abusos e lutar para impedir a execução do projeto *Agua Rica*, que pretende instalar uma segunda mina a apenas 15 quilômetros da cidade.

**Figura 7 – Identidade visual da *Asamblea El Algarrobo***



**Fonte: ASAMBLEA, 20--.**

*La Alumbreira* tem uma permissão de extração de água de 1.200 litros de água por segundo. Ou seja, estamos falando de cem milhões de litros por dia nessa zona onde chove 150 mm por ano, uma zona árida, absolutamente árida (ARÁOZ, 2012). Professor da *Universidad Nacional de Catamarca* e pesquisador da Clacso, Aráoz (2012) explica que a estrutura organizacional, no âmbito do governo provincial, tem sido sistematicamente

modificada para permitir a exploração metalífera: demissões, afastamentos e reorganizações são necessários. A Secretaria de Água e de Meio Ambiente é um organismo separado da Secretaria de Minas. Em um determinado momento, foi necessário alienar os temas ‘água e meio ambiente’ da ‘mineração’. Foi quando, segundo o entrevistado, a Secretaria de Minas *determinou: a Secretaria de Água e Meio Ambiente não tem mais intervenção no que fazemos. As análises, o monitoramento e o controle somos nós que fazemos, então água e meio ambiente não se metem mais* (ARÁOZ, 2012). Considerar que ‘água’ e ‘mineração’ como temas distintos foi necessário para evitar a percepção de que a prática da mineração contamina a água.

Os relatos de destruição provocados pela atividade de mineração a céu aberto na Argentina e em outros lugares do mundo são inúmeros. Acompanham a expansão dessa atividade. A extração de cobre naquele país, em 1990, foi de 1,5 milhões de toneladas; em 2007, foram 5,5 milhões. Em 2002 havia 18 projetos de exploração metalífera, número que saltou para impressionantes 614 em 2011 (ARÁOZ, 2010a). Os metais extraídos por *La Alumbrera* são principalmente ouro e cobre. O ouro é derretido e levado diretamente para o exterior em lingotes, nos jatos da empresa que decolam de seu aeroporto privado ao lado da mina. Outros metais menos nobres são levados até a cidade de Tucumán por um duto de centenas de quilômetros de extensão. De lá, embarcam em um trem até o porto de Rosario, na província de Santa Fe, para então serem enviados ao exterior. Não há qualquer tipo de controle em nenhum momento desse percurso. “Traçaram a linha por onde passa o duto e fizeram, sem pedir permissão de comunas, prefeitos, nada, com autonomia total”, afirma um agricultor de Tucumán não identificado (LA GANGA, 2008). O que há é um rastro de destruição, doenças e morte, pois o duto frequentemente se rompe, espalhando água com metais pesados por onde passa. Em Andalgalá, o índice de câncer aumentou 800% desde que a mina começou a operar (ANDALGALÁ, 2010). “O pior é perder um filho”, afirma Mirta Argañaraz, moradora de Alto Verde, Tucumán. Seu filho morreu de câncer. “A Doutora nos dizia para nos preocuparmos pelos filhos porque pode ser que larguem coisas na água. A água dos arroios antes vinha como que branca, e depois era uma coisa oleosa” (LA GANGA, 2008).

As consequências da exploração de *Agua Rica* seriam ainda mais nefastas: a rápida formação de uma cratera de 3,5 quilômetros de extensão por 1.000 metros de profundidade; a destruição do Rio Andalgalá, que abastece a cidade e os povoados vizinhos; a destruição de morros circundantes e a alteração do meio natural, vegetação e paisagens; a contaminação e o

envenenamento do ar e da água pelo pó lançado nas explosões das rochas. “O resultado final seria o êxodo da população do Vale de Andalgalá pelo esgotamento da água e pelo envenenamento ambiental mineiro. Os que ousarem ficar sofrerão severos danos e prejuízos à saúde” (NO A LA MINA, 2013b).

**Figura 8 – Nevados del Aconquija, santuário natural ameaçado pelo Projeto Agua Rica**



Em paralelo ao projeto de matar a cidade, foi descoberto pelos membros da *Asamblea* um projeto que concedia o subsolo de Andalgalá à empresa *Billiton Argentina BV*, pertencente ao grupo transnacional *BHP Billiton*, com sede na Austrália. Ou seja, estava prevista a exploração de metais embaixo das casas das pessoas, praças, escolas e tudo o que há na cidade. O texto do contrato, assinado em sigilo pelo Secretário Provincial de Minas, se refere a duas propriedades que coexistem, a mineira (subterrânea) e a superficial. No caso de se chegar à exploração, deverá haver uma “indenização correspondente e o maior interesse público por parte do Estado, para a prioridade do desenvolvimento” (ARANDA, 2010, p. 1). As supostas duas propriedades, no caso de interesse por parte do capital, automaticamente se transformariam em uma só.

É por motivos como esses que o militar aposentado Urbano Cardozo é irredutível: “nós não queremos conversar com eles, queremos que se vá [*que se vayan*]. Que se vão porque não pode haver controle, desde nenhum ponto de vista. [...] Daremos a vida mas não vamos deixá-los passar” (LA GANGA, 2008). Assim como a consigna Pare Belo Monte, a consigna ‘*No Agua Rica*’ (Figura 7) indica aquilo que Urbano Cardozo expressa: não há diálogo possível.

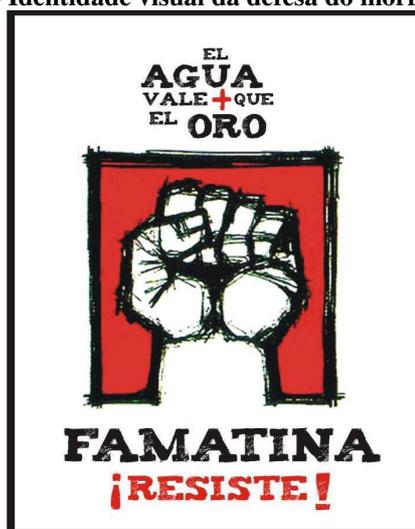
Também membro da *Asamblea El Algarrobo*, a professora Patrícia Figueroa explica que quando descobriram a quantidade de água que a mina consome, ‘se quebrou tudo’. *A água sempre foi nossa, esse é um argumento que nunca caiu* (FIGUEROA, 2012). Para ela, existem em Andalgalá e na região, problemas de escassez, crises reais de escassez,

relacionada ao fato de que “o argumento da água nos deu um pé para ir deslegitimando o discurso da sustentabilidade”. É por isso que a principal consigna da *Asamblea El Algarrobo* e das diversas articulações contra a mineração a céu aberto na Argentina é ‘*El agua vale mas que el oro*’. O tema da água, para Figueroa (2012), *está por cima de tudo*. Moradora da região de *Villa Vil*, por onde passa o duto, Marcela Morena sente na pele as consequências da exploração metálfera. Para ela, os valores também estão se invertendo: “o ouro e o cobre são todo o veneno do mundo” (LA GANGA, 2008).

De outro lado, o ouro e o cobre são o único interesse do capital e para possibilitar a destruição que caracteriza a mineração a céu aberto é preciso articular esses interesses através do Estado, o que inclui corrupção e subornos. São vários os casos de traição. Além do próprio Menem, na origem do problema, o Intendente de Andalgalá havia prometido que, se eleito, realizaria um plebiscito sobre o tema, o que nunca foi feito. Na província vizinha, La Rioja, o antes Vice-Governador Luis Beder provocou uma crise política ao manifestar-se contra a atividade mineira, enquanto o Governador apoiava a atividade. Após destronar o então Governador, Beder assumiu o governo e imediatamente mudou o discurso, colocando-se ao lado das transnacionais. O gerente do projeto *Agua Rica*, Jose Luis Martins reconhece: “Não podemos substituir o Estado, não podemos substituir autoridades, mas fazemos, vamos fazer tudo o que pudermos” (ANDALGALÁ, 2010).

Após uma década de incentivos à exploração mineira, La Rioja atualmente tem mais de dois milhões de hectares, ou 25% do território da Província, concedidos a transnacionais do setor (NO A LA MINA, 2013c). Um dos projetos de exploração, no entanto, foi barrado pela articulação popular organizada em *Asambleas* nas cidades de Famatina, Tinogasta e Chilecito. Inicialmente previsto para ser executado pela transnacional *Barrick Gold* e posteriormente pela *Osisko Mining*, o projeto previa a exploração metálfera no morro Famatina, cujas geleiras abastecem de água diversas cidades e povoados que vivem da produção agrícola, ganadeira e vitivinícola na região. Através de um bloqueio seletivo na estrada que leva ao morro, em Alto Carrizal, os *asambleistas* impediram a passagem de caminhões e máquinas. Assim como os bloqueios realizados pela *Asamblea El Algarrobo* em Andalgalá, o bloqueio em Alto Carrizal envolve uma sequência de fatos como repressões, prisões e violência, o que tem despertado as comunidades e expandido os espaços das lutas. As pessoas se conscientizam de que suas vidas e seus modos de vida estão ameaçados. Diante do poder popular construído em torno ao bloqueio de Alto Carrizal, ambas as empresas e o governo abandonaram o projeto. A Figura 8 é uma das identidades visuais criadas pelo movimento de defesa do morro Famatina.

Figura 9 – Identidade visual da defesa do morro Famatina



Fonte: EL FAMATINA, 20--.

“Por mais que venha a Presidência da Nação, não vão passar. [...] Não vão passar, porque estamos conscientizados que no Famatina não se toca”, se orgulha Juan Rivero, agricultor da região. A mesma convicção está das palavras de Walter Alvarez, comunicador da Radio FM Famatina: “Vamos dar a vida para que isso não ocorra” (A LA DIGNIDAD, 2012). Já Gabriela Blanco expressa de forma muito clara que o bloqueio realizado em Alto Carrizal é o reflexo de uma luta muito mais profunda:

É uma luta que tem a ver com algo muito básico que é a vida. Se não temos água, não temos vida. É por isso que estamos com tanta força, com tanta esperança. [...] uma luta que tem como fim último defender nossa vida e defender uma forma de viver que nada tem a ver com essa forma de desenvolvimento que eles querem nos impor (A LA DIGNIDAD, 2008).

Para defender uma forma de viver, além de bloquear o movimento realizado pelo capital, tem sido necessário construir novas formas de viver, de relacionar-se e de organizar-se. O depoimento de Yeni Lujan é sobre a construção de espaços.

Este é um espaço, um espaço de aprendizagem. Um espaço de solidariedade, de encontro. O estar aprendendo permanentemente e estar decidindo todo o tempo é algo maravilhoso. Isso é democracia participativa. Estamos construindo poder popular (A LA DIGNIDAD, 2012).

Há, nos depoimentos, uma concepção que se recusa a exteriorizar a natureza e a água do cotidiano e das relações sociais. O morro Famatina, para Miriam Nievas, *é alegría, é a água, é a única fonte de água* (NIEVAS, 2012). Para Yeni Lujan é cultura, é sagrado, é água e vida. “Não apenas nos dá vida, mas determina nossa forma de viver. Nós vivemos da agricultura, e nossas relações familiares, de vizinhos [*vecinales*] e comunitárias se dão em função disso” (A LA DIGNIDAD, 2012). A articulação é diversa. A rádio municipal de La Rioja registrou uma “consciência por defender a natureza, a água, a montanha, os bens

comuns, mas, sobretudo, a dignidade de um povo que, da tranquilidade da sesta perfumada, passou ao bloqueio de estradas e à resistência mais calorosa” (FAMATINA..., 2013, p. 1).

**Figura 10 – Mural nas ruas de Chilecito, “El Famatina no se toca”.**



Germinam, nesse processo, novas práticas, novas concepções e novos valores. “A mim o ouro não interessa, e nem a prata. A mim interessa a saúde, nem a prata e nem o ouro. Isso é para os delinquentes, o ouro é para os delinquentes”, é o depoimento de um agricultor não identificado em Alto Carrizal (A LA DIGNIDAD, 2012). Compreende-se, na prática, que ‘há que parar’, que “há outras formas possíveis de viver que são muito melhor, em um mundo onde todos esses mundinhos comecem a entrar, a conviver, e que não é fácil” (A LA DIGNIDAD, 2012).

As experiências de resistência à mineração a céu aberto na Argentina, como as de Famatina e Andalgalá, são muitas. Ainda em 2003, na província de Chubut, na Patagônia argentina, a articulação organizada pela *Asamblea de Vecinos Autoconvocados de Esquel por el No a la Mina* realizou um plebiscito vinculante para decidir acerca da exploração metalífera na região. Mais de 80% da população se manifestou contra. A vitória da *Asamblea de Esquel*, conhecida simplesmente como *No a la Mina*, se tornou um símbolo e um eixo de articulações, muito em razão de um sítio de internet criado para divulgar informações contra-hegemônicas, usualmente ocultadas na mídia corporativa.

Em outubro de 2012 diversas *Asambleas* da região se reuniram no *IV Encuentro de la Unión de Asambleas Patagónicas*, de onde tiraram, como resolução “priorizar e sustentar o Valor da Água como Essência de Vida, pelo qual rechaçamos terminantemente seu uso para a exploração da mega mina *hidrotóxica*”. Manifestaram, também, a proposta de que “as empresas mineiras resolvam o problema da escassez de água, sendo esta responsabilidade exclusiva do governo” (UNIÓN DE ASAMBLEAS CIUDADANAS, 2012, p. 1).

Recentemente, cerca de seis mil pessoas foram às ruas comemorar o *No a la Mina*, na cidade de Esquel (GILI, 2013).

As concepções que emergem nas lutas sociais contra a atividade metalífera na Argentina indicam uma compreensão mais abrangente do tema da água. A ‘água’ é sempre referida ao lado da ‘vida’, todas as propostas e respostas dadas pelo povo vinculam o uso da água com a prioridade da vida e da natureza. Não há que avançar na direção do desenvolvimento, ‘há que parar’. É preciso frear o avanço, porque o avanço, no sentido como é colocado pelos governos e pelas empresas transnacionais, é sinônimo de morte. O objetivo das articulações, das *Asambleas* e das lutas é impedir a passagem das máquinas que carregam consigo a lógica destrutiva do capital. Para manter as fontes de água limpa e os modos de vida, de relações sociais e com a natureza, é necessário impedir o avanço das relações tipicamente capitalistas que manifestam seu lado mais destrutivo nessas partes do mundo. Isso se reflete nas concepções dos povos que resistem a esses processos. A proposta é que “a água não seja entendida como um recurso natural, mas como um bem social, transversal a todas atividades extrativas, incluindo o monocultivo” (UNIÓN DE ASAMBLEAS CIUDADANAS, 2013, p. 13). Esta proposta foi feita em um dos encontros da *Unión de Asambleas Ciudadanas* (UAC).

O movimento asambleario na Argentina, originado nas primeiras manifestações da crise que acompanhou as medidas do governo de Menem, e que explodiu em 2001, tem sido articulado, desde 2006, no seio da *Unión de Asambleas Ciudadanas* (UAC). Em sua própria definição, é “um movimento social grande que envolve todos os coletivos do País, de origem socioambiental e em defesa dos bens comuns” (UNIÓN DE ASAMBLEAS CIUDADANAS, 2013, p. 2). Desde sua criação, a UAC se reúne três vezes ao ano em locais itinerantes para a troca de informações, experiências e relatos. Dentre as resoluções tiradas nesses encontros, além da já mencionada, está o “eixo da água como transversal a todas as lutas” (UNIÓN DE ASAMBLEAS CIUDADANAS, 2013, p. 22).

É evidente o fato de que o tema da água está no centro das lutas contra a exploração de minas a céu aberto. O volume de água necessário para esta atividade e a degradação que causa são de dimensões gigantescas, inimagináveis. Assim como aparece no depoimento de Figueroa (2012), membro da *Asamblea El Algarrobo* e na proposta da UAC, Miriam Nievas, em Famatina, afirmou que “a água é um disparador para todas as problemáticas” (NIEVAS, 2012). Essa é uma compreensão mais ampla do tema que somente pode frutificar em contextos marcados por experiências de privação, destruição e morte; contextos nos quais as contradições e os antagonismos característicos da relação capitalista se materializam de modo

intenso e em todas as suas perversidades. A percepção dos processos contraditórios de apropriação da água exige considerá-los em suas articulações porque o avanço do capital necessita alienar os temas, *'Divide et regna'*, como é o caso da separação da Secretaria de Aguas e Meio Ambiente da Secretaria de Minas, em Catamarca.

Ainda na Argentina, na província de San Juan, tradicionalmente mineira, o Governador José Luis Gioja mandou instalar medidores de água em todas as casas, com o argumento de que a população desperdiça água e, portanto, é preciso controlar o consumo. Novamente, aparece a alienação dos temas da água, como se não estivessem articulados. O Governador, um dos principais articuladores dos interesses mineiros no País, astutamente, se utiliza do discurso da escassez ao mesmo tempo em que garante os recursos da mineração, como se fossem coisas distintas. Um informe da *Asamblea No a la Mina* questiona e re-articula as duas atividades, o consumo humano e o consumo mineiro. A escassez é o reflexo da atividade mineira:

Quem desperdiça e contamina a água de San Juan são as empresas mineiras: a quantidade que você e sua família poderão consumir em cinco dias, cada empresa mineira consome em um segundo. A produção agroindustrial está dizimada com cortes de água. Os habitantes, pela primeira vez na história, condenados e viver com um mínimo do vital elemento e penalizado com multas duríssimas (NO A LA MINA, 2013d, p. 1).

O 'mínimo do vital elemento' é a proposta de ativistas que se concentram no tema da privatização do abastecimento, como visto no capítulo anterior. Aqui, ao ser articulado com outras formas de apropriação da água, o 'mínimo vital' mostra sua face perversa, que é a de reservar a água para o capital, deixando às pessoas o mínimo necessário. Escassez e abundância apenas podem ser definidas em processos específicos de relação com a natureza, considerados em sua totalidade. Com essa percepção do problema da água, os movimentos que se articulam contra a mineração a céu aberto na Argentina alcançam uma compreensão ampla, trazendo para o debate temas importantes como a propriedade, as formas de vida e os valores sociais: 'sem água, não há vida'.

#### 5.4 A CRÍTICA ONTOLÓGICA DA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA ÁGUA

Após uma violenta repressão em Andalgalá, em janeiro de 2010, alguns membros da *Asamblea El Algarrobo* deram uma conferência de imprensa em Buenos Aires. Foi lá que Aldo Flores, sociólogo e membro da *Asamblea*, elevou a luta em Andalgalá à universalidade que lhe corresponde.

Porque essa não é uma luta de Andalgalá, é uma luta dos argentinos. E assim como o mundo está em perigo pela contaminação, está em perigo o habitat humano. Nós estamos contribuindo, desde esse pequeno lugar, a defender a terra, a defender a água. E o direito à vida se antepõe a qualquer outro direito econômico e qualquer outro interesse particular (ANDALGALÁ, 2010).

As palavras de Aldo Flores expressam um dos argumentos que defendo nesta Tese: a luta pela água, enquanto uma luta pela sobrevivência, precisa conceber outras formas de relações sociais e com a natureza, outras formas de vida; precisa fazer a crítica ontológica das relações capitalistas. Essa concepção, no entanto, não cai do céu, não é puramente idealista. É uma afirmação ético-prática enraizada na materialidade da vida das pessoas e de seus antepassados, suas culturas, tradições e conhecimento. As práticas mais antigas de produção de alimentos, de lidar com a terra e com a água retornam na tentativa de substituir e ultrapassar a relação destrutiva capitalista. Nas experiências de privação da água que acompanham as formas capitalistas de apropriação, emergem concepções novas, ainda como sementes. Por estarem enraizadas na vida, essas concepções alcançam a universalidade necessária. Precisam ter aspirações universais, porque precisam se agarrar na vida, e não há nada mais universal do que a própria vida, que é a humanidade em sua forma mais simples.

Gramsci (1991) se refere a essa concepção de mundo tradicional e popular como instintiva, um instinto primitivo e histórico. O mesmo instinto que Marx (2007b p. 38) se referia em suas reflexões sobre a coleta de lenha na Renânia do Norte. Havia, para ele, um ‘sentido jurídico instintivo’ na classe pobre, entre aqueles que recolhiam lenha solta no chão. Esse sentido jurídico instintivo não era apenas “o impulso de satisfazer uma necessidade natural, mas também a necessidade de satisfazer um impulso de justiça”. Diante da privação imposta pela condição de ser pobre, de não ter propriedade sobre a lenha, era preciso coletar lenha solta nos bosques. A lenha solta é um bem comum, que deve satisfazer a necessidade daqueles que a necessitam. A água é um presente da natureza que pertence à humanidade. No entanto, é usurpada por mecanismos diversos. **O instinto da luta pela vida leva à luta pelo bem comum, única forma de superar as situações de espoliação. É por isso que, ao defender o Rio Andalgalá, nas entranhas da pré-cordilheira dos Andes, os moradores daquela cidade precisam defender a humanidade: o Rio Andalgalá pertence aos moradores da região, assim como o Rio Xingu pertence aos moradores da reserva do Xingu. ‘El agua es del pueblo, carajo!’ foi uma das consignas da Coordenadora em Cochabamba. A universalidade do bem comum está na afirmação da propriedade comum, na afirmação ético-prática de que os frutos da natureza pertencem à humanidade. Pertencem, portanto, a todos os que deles necessitam para viver.**

Essa é a concepção da água como bem comum que emerge das lutas contra as distintas formas de privação da água e que funda o argumento desse trabalho. Ela se manifesta nos espaços de luta, nas tradições e nas concepções populares de mundo. São sementes que ainda não germinaram porque não vivemos as condições históricas para isto; porque estão sufocadas

pela hegemonia do capital que se manifesta em práticas como a manipulação de gigantescos volumes de água, na atribuição do dinheiro como medida de valor e na naturalização da escassez. Mesmo assim, elas existem. As reflexões de Marx (2008) sobre a revolução social ajudam a compreender que concepções de mundo (e da água), relações sociais e formas de apropriar a natureza estão em um movimento dialético, uma tensão entre o atual, o novo e o velho.

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca a senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 48).

Forças produtivas não são apenas máquinas e matéria-prima são, além disso, concepções, conhecimento, relações sociais e com a natureza. Nessa interpretação, a teoria de Marx indica que existem concepções novas em incubação, brotando no ‘próprio seio da velha sociedade’, no calor das tensões geradas pela apropriação capitalista da água. Se apresentam, nessas situações, problemas cujas condições materiais existem ou estão por existir. Esse processo, no entanto, não é automático e nem natural. Precisa da práxis, da ética e da crítica. Para alcançar essa crítica, é necessário, de acordo com Dussel (2004, p. 355), um processo de conscientização no qual “a vítima desvela o sistema normal que existe como ‘natural’, ‘bom’, como o ‘capital fetichizado’ de Marx [...] que, como consequência, perde sua validade, sua hegemonia (nas palavras de Gramsci)”. Precisa, portanto, da teoria. Esse trabalho é uma tentativa de avançar no processo, dando visibilidade e fazendo a crítica das concepções que naturalizam a privação e as desigualdades na apropriação da água.

## SÍNTESE FINAL E CONCLUSÃO

Este trabalho defende que dos antagonismos inerentes às práticas capitalistas de apropriação da água emergem lutas sociais que realizam uma crítica ontológica e esboçam uma concepção universal da água como bem comum. Defende também que, para compreender a apropriação capitalista da água em suas diversas manifestações, é necessário considerá-las como momentos da produção de mais valor em uma relação de classes.

Na Parte I argumentei, junto com Lukács (1974), que a crítica de Marx é uma ‘crítica ontológica’ que alcança as dimensões mais profundas do ser social em uma rede de relações sociais e históricas. Sua ontologia está inevitavelmente condicionada por essas relações e pela história, e a crítica possibilita compreender esses condicionantes, eleger e formular as possibilidades de futuro. A relação do capital é uma relação destrutiva e Marx se dedicou a explicar a natureza dessa relação.

O conceito de ‘metabolismo social’ (MARX, 1990) explica a relação entre seres humanos e natureza, mediada pelo processo de trabalho. Essa relação é universal: dimensão ontológica dos seres humanos. Na sociedade capitalista ela assume configurações específicas: o capital é uma relação entre pessoas mediada por coisas. Assim, na sociedade capitalista, o metabolismo social, que inclui a relação entre pessoas, precisa ser mediado por coisas, mercadorias. A relação capitalista é inerentemente expansionista e tende a converter as demais relações e formas específicas de metabolismo com a natureza para sua lógica, incorporando também outras dimensões da vida. Essa relação tem duas características fundamentais: o fetichismo das relações sociais, ou seja, o ocultamento de processos e relações; e a expectativa de retorno em escala ampliada, motor do capital que necessita incorporar o mais valor produzido pelo trabalho. Nessa perspectiva, construí o tema da água necessário para uma crítica ontológica da apropriação capitalista da água: a água é natureza incorporada na criação de mais valor, e a análise desse tema deve, portanto, identificar os interesses de classe em disputa, bem como os reflexos dessas disputas sobre a apropriação da água e as formas de vida.

Com a contribuição de autores do contexto anglo-saxão que têm avançado a concepção de Marx (1990) sobre o metabolismo social na sociedade capitalista, enriqueci a construção acima: as diversas formas de apropriar a água estão condicionadas pela produção de mais valor e pela luta de classes e, por isso, provocam degradação ecológica (FOSTER, 2005); estão imersas em relações múltiplas e criativas em diferentes escalas, relações que tendem a ser apropriadas para a acumulação infinita de capital (MOORE, 2011b); configuram distintos espaços (HARVEY, 2005); e têm sido alvo de distintas estratégias de acumulação

por espoliação (HARVEY, 2004a), na qual o capital avança deslocando outras formas de relações sociais e com a natureza.

A espoliação pode se dar tanto em processos violentos e coercitivos como em consensos construídos a partir de concepções mentais e formas de gestão fetichizadas. Na Parte II, apresentei a emergência histórica de um bloco hegemônico organizado por oligopólios que concentram as tecnologias de apropriação da água. Ao articular as dimensões das práticas concretas de apropriação, os mecanismos de gestão a elas associado (governança) e a concepção da água como bem econômico, argumentei que essa concepção se fundamenta em conceitos legitimados como a escassez e o bem econômico, ao mesmo tempo em que oculta os aspectos desiguais e destrutivos das práticas concretas. Reproduz, portanto, relações fetichizadas que desconectam o valor-de-uso da água do valor atribuído pelo dinheiro: a água, nessa concepção, é uma mercadoria a ser incorporada na produção de mais valor.

Os aspectos antagônicos desses processos fazem necessária a construção de consensos e a cooptação de propostas políticas de oposição. Isso se manifesta, como demontrei no Capítulo 4, na atuação de ONGs internacionais, em análises acadêmicas e nos destinos das lutas sociais contra a privatização do abastecimento. Com a contribuição da teoria da hegemonia de Gramsci (2006) argumentei que o necessário ‘consenso ativo’ se expressa em armadilhas em dois planos: o teórico e o político. No plano teórico, o uso da governança como conceito enreda as análises pretensamente críticas que, assim, não podem fazer mais do que reproduzir a mesma governança, mas com atores e mecanismos pretensamente éticos. No plano político, a percepção do Estado como um ente neutro e acima da luta de classes que poderia, por isso mesmo, resolver os conflitos, indica uma limitação que tende a acomodar as lutas contra as privatizações à lógica do capital, convertendo a necessidade social do acesso universal em novos espaços de acumulação. É o caso, também, do recente anúncio da água como direito humano feito pela ONU em 2010. Por ficarem presas nas armadilhas da hegemonia, essas iniciativas, propostas e análises não realizam a necessária crítica ontológica das relações capitalistas. No fim das contas, acabam por reproduzir e aprofundar a concepção da água como mercadoria.

A Parte III analisou concepções que confrontam as relações capitalistas e as formas de apropriação da água que as caracterizam, esboçando uma concepção da água como bem comum: a água e os frutos da natureza pertencem à humanidade. Essas são concepções que emergem nos antagonismos da apropriação capitalista da água e da consequente espoliação de meios de vida social e historicamente construído que estão em seu caminho. Mais precisamente, analisei concepções emergentes em lutas sociais contra o agronegócio e os

mercados de carbono, a construção de barragens na Amazônia brasileira e, principalmente, a mineração a céu aberto. A universalidade do bem comum está na afirmação da propriedade comum, na afirmação ético-prática de que os frutos da natureza pertencem à humanidade. Pertencem, portanto, a todos os que deles necessitam para viver. A concepção da água como bem comum está enraizada em uma práxis que alcança a crítica ontológica das relações capitalistas e suas formas de organizar o metabolismo social. Ao conceber valores sociais na práxis da luta pela sobrevivência, também é esboçada uma **compreensão universalizante da organização**. Com esse argumento, encaminho a conclusão desse trabalho e abro, ao mesmo tempo, uma perspectiva para a análise da organização.

Como foi visto no Capítulo 1, a análise de Marx acerca da produção de mercadorias na indústria capitalista revela pelo menos duas dimensões: a produção de mercadorias, valores-de-uso que com suas qualidades físicas e materiais satisfazem necessidades humanas; e a produção de mais-valor, produto da exploração do trabalho pela classe capitalista. O que move o capital não é a produção de mercadorias, mas a produção de mais valor. A expansão do capital não é a expansão de máquinas, dinheiro e tecnologias, mas a expansão de uma forma específica de relação social que submete os três elementos acima, assim como todo o processo de trabalho, à sua lógica. Segundo Harvey (2010a), Marx elevou a análise da produção de um nível de generalização que predomina sobre os demais elementos à universalização que se refere ao metabolismo entre seres humanos e natureza. “Toda a produção é apropriação da natureza por parte do indivíduo no seio e por meio de uma sociedade determinada” (MARX, 2007a, p. 7). Possibilitou assim, uma compreensão universalizante da produção. Assim como o capital, o mais valor é uma relação social, e não uma coisa. A produção de mais valor, no entanto, predomina sobre todos os outros momentos do metabolismo social. Em outras palavras, a análise de Marx no livro I de *O Capital* se concentra na produção de mercadorias. No entanto, a análise da organização do trabalho na indústria deve ser ampliada para explicar, também, a organização da vida na sociedade capitalista.

Para aprofundar este entendimento da teoria de Marx, Harvey (2010a, p. 195) concebeu seis momentos que se articulam na teia da vida social: a relação com a natureza; o modo de produção; a reprodução da vida diária; as concepções mentais do mundo; as relações sociais; e a tecnologia. São “momentos distintos no processo geral de evolução humana concebida como uma totalidade. Nenhum momento prevalece sobre o outro [...]”. Em cada um desses momentos, assim como em suas articulações internas e no conjunto, se pode abstrair, das profundezas da dinâmica social, o conceito de valor, seus condicionantes e

determinações contingentes e específicas. Os momentos são organizados de forma a possibilitar a reprodução das relações sociais fundamentadas na produção de mais valor a ser apropriado. Ou seja, em qualquer lugar, ou em qualquer momento, haverá produção de mais valor convivendo com diferenças em particularidades relacionadas a consumo, distribuição, troca, e de acordo com diferentes configurações sociais, coerências regionais específicas, arranjos de governança, formas de apropriação da natureza etc.

A produção de mais valor, portanto, engendra formas específicas de organização, relacionadas aos distintos momentos concebidos por Marx e ampliados por Harvey: a relação com a natureza; o modo de produção; a reprodução da vida diária; as concepções mentais do mundo; as relações sociais; e a tecnologia. As ‘falhas metabólicas’, conceito de Marx recuperado por Foster (2005), por exemplo, são reflexos de uma organização ‘não-racional’ do metabolismo social que desperdiça energia e matéria orgânica e produz desequilíbrios destrutivos. Já para Moore (2011a, p. 42), “assim como uma fazenda é uma forma de organizar a natureza, também o é um mercado, um centro financeiro, uma fábrica ou um império” (MOORE, 2011a, p. 42). As dinâmicas de produção de mais valor em escala global deslocaram as fazendas de pequena escala e a agricultura camponesa para abrir espaço ao agronegócio, cada uma com sua forma específica de organizar a natureza e a vida. Os argumentos desses autores articulam os distintos momentos da vida social em uma totalidade cujas tensões e movimentos orbitam em torno à produção de mais valor. Indicam, neste sentido, importantes caminhos para uma compreensão universalizante da organização.

Um deles é considerar o ‘organizar’ como verbo que explica as articulações entre os distintos momentos da ‘teia da vida social’, bem como as dinâmicas próprias desses momentos em relação à produção de mais valor. Como e por que são criadas novas tecnologias? Quais as origens e as consequências concretas das distintas concepções mentais? Quais as condições e desigualdades da reprodução da vida entre as diferentes classes? Como se articulam os distintos momentos, por exemplo, concepções mentais, tecnologias e reprodução da vida diária? Esses momentos e suas articulações são mais ou menos organizados em torno à produção de mais valor.

Outra perspectiva é considerar a ‘organização’ como substantivo que explica formas e espaços específicos de reprodução social atravessados, em distintas escalas, pela produção de mais valor. Quais os fins da organização, e como esses fins se relacionam com o imperativo da produção de mais valor? Quais as conexões da organização com os fluxos de capital, e as implicações dessas conexões para a circulação em nível global? Que elementos nas práticas organizacionais podem ser atrelados a práticas capitalistas de organizar? E do contrário, que

elementos das práticas organizacionais desafiam a lógica capitalista, e quais os reflexos na produção de mais valor?

Uma concepção universalizante da organização está necessariamente vinculada à crítica das relações sociais capitalistas, à crítica ontológica. Conceber a organização de um ponto de vista universal exige incorporar na análise o emaranhado de relações e fluxos que condicionam sua existência: é uma compreensão processual e relacional que concebe a vida como parte da organização do metabolismo social historicamente determinado, condicionado pela produção de mais valor e pelas dinâmicas da luta de classe.

A crítica ontológica precisa fazer a crítica do valor social na sociedade capitalista: é ele que organiza e condiciona todos os processos de produção de mais valor. É somente com a aceitação e legitimação das práticas capitalistas que o mais valor pode ser produzido, motivo pelo qual deve ser imposto por consensos ou pela força. As análises específicas sobre o tema da água nesse trabalho se concentraram em conflitos nos quais as concepções sobre a água revelam práticas de apropriação e modos de vida diversos e concepções de oposição que emergem nos antagonismos dessa apropriação. O capital necessita deslocar modos de vida e incorporar o valor gerado nas relações capitalistas. Apropriar a água e a natureza é imperativo. Ao mesmo tempo, resistir à expansão capitalista significa resistir aos seus antagonismos, percebidos pelas vítimas como destruição e morte. Nessas disputas, emergem concepções que necessitam romper com a relação capitalista desde sua raiz: irrompe uma tomada de consciência que alcança as profundezas das dinâmicas da organização capitalista do metabolismo social condicionada pelo valor.

Se bem a crítica ontológica não é privilégio da teoria, mas privilégio da práxis, compreender esses processos exige uma teoria que os acompanhe em seus percursos. O capital, apesar de ter conquistado o globo, não é absoluto, não pode deslocar as todas as infinitas possibilidades da existência humana e das relações com a natureza. Nas suas diferentes formas de viver, as pessoas criam e recriam relações diversas que, no capitalismo, podem estar mais ou menos ameaçadas de serem apropriadas, deslocadas e espoliadas. É nas situações limite, no encontro entre a vida e a morte, entre o bem comum e o capital, que chispam as concepções latentes e enraizadas na existência histórica. Nesses momentos, a crítica ontológica aflora e se faz mais perceptível. O valor social é questionado, ressignificado e invertido.

‘Não queremos nem mais um real do dinheiro sujo de vocês’ é o que dizem os caciques Mebengôkre/Kayapó. ‘A mim o ouro não interessa, e nem a prata’, afirma um agricultor em Alto Carrizal. O dinheiro, o ouro e a prata, representantes históricos do valor

social na sociedade capitalista, são desprezados, assim como são desprezadas as formas de apropriação da natureza e da água. ‘*No a la mina*’ e ‘Pare Belo Monte’ indicam uma oposição a uma forma específica de apropriar a natureza. A água, nessa perspectiva, vale mais que o ouro. A saúde vale mais que o ouro e a prata, e o ‘ouro e o cobre são todo o veneno do mundo’. Assim como o dinheiro é o representante universal do valor social; o ouro e o dinheiro, para as vítimas do capitalismo, são o representante universal da destruição. Por esse motivo, em suas lutas precisam conceber relações sociais e com a natureza que superem a destrutividade do sistema: novos valores sociais. Apontam, nesse sentido, para práticas de organizar o metabolismo social, nas quais o critério para a apropriação da água e da natureza seja uma concepção de bem comum, um princípio ético e universal: a reprodução da vida humana.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R. N. **Água e política**: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

ALTVATER, Elmar. **La Ecología desde una óptica marxista**. Aula no curso: Ecología política en el capitalismo contemporáneo. Programa Latinoamericano de Educación a Distancia, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, Buenos Aires. Out., 2011.

ANDALGALÁ en el bicentenario. Dirección de H. Romer e Soledad Bettendorff. Producción de Juan Chalimín. Grupo Nuestra America Profunda. Argentina, 2010. 1 DVD.

ACQUA BENE COMUNE. **A sostegno dell'ICE sull'acqua diritto humano**. In: FORUM ITALIANO DEI MOVIMENTI PER L'ACQUA, 2011, Italia. Anais... Italia, 2011a. Disponível em: [http://www.acquabenecomune.org/raccoltafirme/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1688:a-sostegno-dell'ice-sull'acqua-diritto-umano&catid=163:notizie-flash](http://www.acquabenecomune.org/raccoltafirme/index.php?option=com_content&view=article&id=1688:a-sostegno-dell'ice-sull'acqua-diritto-umano&catid=163:notizie-flash). Acesso em: 23 fev. 2013.

ACQUA BENE COMUNE. **Legge AQP: riflessioni e valutazioni**. In: FORUM ITALIANO DEI MOVIMENTI PER L'ACQUA, 2011, Italia. Anais... Italia, 2011b. Disponível em: [http://www.acquabenecomune.org/raccoltafirme/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1040:legge-aqp-riflessioni-e-valutazioni&catid=153&Itemid=72](http://www.acquabenecomune.org/raccoltafirme/index.php?option=com_content&view=article&id=1040:legge-aqp-riflessioni-e-valutazioni&catid=153&Itemid=72). Acesso em: 1º abr. 2013.

ÁGUA PARA O BRASIL. **Manifesto**: parceria pública-privada (PPP) é a privatização da água no Brasil. Disponível em: <http://www.aguaparaobrasil.com.br/manifesto>. Acesso em: 1º abr. 2013.

A LA DIGNIDAD. Dirección de Raquel Ruiz. Edição de Oscar Aguerre. Famatina, Argentina. Talisman films, 2012. Disponível em <http://vimeo.com/44494039>. Acesso em 1 abr. 2013.

ALIMONDA, Hector. Paisajes del Volcán de Agua: aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. **Gestión y ambiente**, v. 9, n. 3, dic. 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=169421027008>. Acesso em: 30 jan. 2013.

ALIMONDA, Hector. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Hector (Coord.). **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

ARANDA, Dario. **Andalgalá, la ciudad que fue concesionada**. 2010. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-142860-2010-03-29.html>. Acesso em: 27 mar. 2013.

ARÁOZ, Horácio. Machado. Agua y minería transnacional: desigualdades hídricas e implicaciones biopolíticas. **Habitat urbano: dimensiones y perspectivas**, n. 9, p. 61-90, 2010a. Disponível em: <http://opsur.files.wordpress.com/2011/03/agua-y-minerc3ada-transnacional-desigualdades-hc3addricas-e-implicaciones-biopole3adticas.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2011.

ARÁOZ, Horacio Machado. La 'Naturaleza' como objeto colonial. Una mirada desde la condición eco-bio-política del colonialismo contemporáneo. **Boletín Onteaiken**, n. 10, nov. 2010b. Disponível em: <<http://onteaiken.com.ar/ver/boletin10/1-2.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

ARÁOZ, Horacio Machado. San Fernando Del Valle de Catamarca. Entrevistadores: Maria Ceci Misoczky; Steffen Bohm e Rafael Kruter Flores. Argentina: Gravada em meio digital, 2012.

ASAMBLEA EL ALGARROBO. **Logo**. Disponível em: <<http://prensaelalgarrobo.blogspot.com.br>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

AWWF. **Final statement**. In: ALTERNATIVE WORLD WATER FORUM, 2012, Marseille. **Anais...** France: FAME, 2012a. Disponível em: <[http://contrattoacqua.it/public/upload/1/2/tab\\_elms\\_docs/1332344788final-statement-marseille.pdf](http://contrattoacqua.it/public/upload/1/2/tab_elms_docs/1332344788final-statement-marseille.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

AWWF. **What is FAME**. In: ALTERNATIVE WORLD WATER FORUM, 2012, Marseille. **Anais...** France: FAME, 2012b. Disponível em <<http://www.fame2012.org/en/>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

LA GUERRA del agua em Bolivia. 2011. 1 fotografia color. Disponível em: <<http://www.lanuevarepublica.org/?p=853>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

AZUZA, V. A. **El orden del decir**: voces de Omasuyos y Aroma sobre recursos naturales, organización comunal y políticas públicas. La Paz: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, 2006. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Bolivia/cedla/20120910022454/orden\\_del\\_decir.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Bolivia/cedla/20120910022454/orden_del_decir.pdf)>. Acesso em: 1º abr. 2013.

BAKKER, Karen. The commons vs. the commodity: alter-globalization, anti-privatization and the human right to water in Global South. **Antipode**, v. 39, n. 3, p. 430-455, 2007.

BAKKER, Karen. The ambiguity of the community: debating alternatives to water sector provision of urban water supply. **Water alternatives**, v. 1, n. 2, p. 236-252, 2008.

BARLOW, M. **Água, pacto azul**: a crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo. São Paulo: MBooks do Brasil, 2009.

BARLOW, M.; CLARKE, T. **Blue gold**: the fight to stop the corporate theft of the world's water. New York: The new press, 2002.

BARRAQUÉ, Bernard. **As políticas de água na Europa**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BARRAQUÉ, Bernard. Past and future sustainability of water policies in Europe. **Natural Resources Forum**, n. 27, p. 200-211, 2003.

BARROS, E. B. M. Gestão de bacias hidrográficas: novas demandas para a universidade pública brasileira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1998, Gramado. **Anais...** Gramado: [s.n.], 1998. Disponível em: <<http://usuarios.multimania.es/singreh/Web/S3/36.pdf>>. Acesso em: 1º mar 2011.

BELO MONTE: o anúncio de uma guerra. Direção de André D'Elia. Produção de Beatriz Vilela e Francisco D'Elia. Brasil. Cinedelia, 2012. Disponível em <<http://www.belomontefilme.org/portal/br>>. Acesso em 25 mar. 2013.

BELTRÁN, E. P. Dos luchas convergentes para defender la vida. **America Latina en movimiento**, v. 34, n. 456, II época, jun. 2010. Disponível em: <<http://alainet.org/publica/alai456w.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2011.

BENSAÏD, Daniel. Marx y el robo de leña: del derecho consuetudinario de los pobres al bien común de la humanidad. In: MARX, Karl. **Los debates de la dieta Renana**. Barcelona: Gedisa, 2007.

BENTON, Ted. Marxism and natural limits: an ecological critique and reconstruction. In: BENTON, Ted (Ed). **The greening of Marxism**. New York: Guilford, 1996. p. 157-186.

BLACK, M. **The no-nonsense guide to water**. London: Verso, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOLÍVIA. **Constitución política del Estado**. 2009. Disponível em: <<http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/view/36208>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

BONEFELD, Werner. The permanence of primitive accumulation: commodity fetichism and social constitution. **The commoner**, n. 1, Sept. 2001. Disponível em: <<http://www.commoner.org.uk/index.php?p=5>>. Acesso em: 9 jan. 2010.

BORON, Atílio. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.; CHAMBOREDON, J. **A profissão de sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2013.

BREI, Vinicius. **Da necessidade ao desejo de consumo**: uma análise da ação do marketing sobre a água potável. 2007. Tese (Doutorado HEC des Hautes Études Commerciales) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRONDIZIO, Eduardo e GATZWEILER, Franz (Coord.). **Socio-cultural context of ecosystem and biodiversity valuation**. Chapter 4. The Economics of Ecosystems and Biodiversity: The Ecological and Economic Foundations. [S.l.]. March, 2010. Disponível em <[http://www.teebtest.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Reports/Ecological%20and%20Economic%20Foundations/TEEB%20Ecological%20and%20Economic%20Foundations%20report/TEEB%20Foundations\\_Chapter%204.pdf](http://www.teebtest.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Reports/Ecological%20and%20Economic%20Foundations/TEEB%20Ecological%20and%20Economic%20Foundations%20report/TEEB%20Foundations_Chapter%204.pdf)>. Acesso em 7 abr. 2013.

BRUZZONE, Elsa. **Las guerras del agua**: América del Sur en la mira de las grandes potencias. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

BUDDS, J.; HINOJOSA, L. Restructuring and rescaling water governance in mining contexts: the co-production of waterscapes in Peru. **Water Alternatives**, v. 5, n. 1, p. 119-137, 2012.

BUDDS, J.; MCGRANAHAN, G. Are the debates on water privatization missing the point? Experiences from Africa, Asia and Latin America. **Environment and Urbanization**, v. 15, n. 2, p. 87-113, 2003.

CAMDESSUS, M. *et al.* **Água**: oito milhões de mortos por ano, um escândalo mundial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CÁNEPA, E. *et al.* **Os comitês de bacia no rio grande do sul**: formação, dinâmica de funcionamento e perspectivas. Porto Alegre: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, 2000. Disponível em: <<http://www.abes-rs.org.br/rechid/comites-2.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

CAPPIO, D. L. F. O São Francisco, a razão e a loucura. Entrevistador: Paulo Nogueira Batista Júnior. São Paulo: Estudos Avançados, v. 20, n. 56, p. 271-292, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28639.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2011.

CARDOSO, Aldo. **La lucha contra la privatización en Cochabamba**. 2009. Disponível em: <[http://www.aguariosypueblos.org/la-lucha-contra-la-privatizacion-en-cochabamba-%E2%80%93-bolivia/01\\_repre110/](http://www.aguariosypueblos.org/la-lucha-contra-la-privatizacion-en-cochabamba-%E2%80%93-bolivia/01_repre110/)>. Acesso em: 1º abr. 2013.

CARRIZO, C.; BERGER, M. ¿Qué es lo que puede el agua? Límites y posibilidades de las prácticas políticas para el acceso y defensa del agua como derecho. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE WATERLAT, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2010. 1 CD-ROM

CAUBET, C. G. O Aquífero Guarani e seus parâmetros jurídicos: perspectivas e lógicas da escassez de água doce. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE WATERLAT, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2010. 1 CD-ROM

CECEÑA, A. E.; MOTTO, C. E. Paraguay: eje de La dominación del Cono Sur. **Revista do Observatório Latino Americano**, v. 6, n. 17, mayo/ago. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal17/dcecena.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2011.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CLEAVER, F. Institutions, agency and the limitations of participatory approaches to development. In: COOKE, B.; KOTHARI, U. **Participation**: the new tyranny? London: Zedbooks, 2007.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. **Econômica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937. Disponível em: <<http://web.cenet.org.cn/upfile/30998.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

COMDA. Coalición de Organizaciones Mexicanas por el Derecho al Agua. **Por un manejo sustentable del agua.** Disponível em: <<http://www.comda.org.mx/files/documentos/La%20COMDA%20y%20su%20posicion%20sobre%20el%20derecho%20humano%20al%20agua.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

COMISIÓN NACIONAL EN DEFENSA DEL AGUA Y DE LA VIDA. **La importancia de los recursos hídricos.** Disponível em: <[http://www.aguayvida.org/recursos\\_hidricos\\_importancia.html](http://www.aguayvida.org/recursos_hidricos_importancia.html)>. Acesso em: 18 abr. 2012.

COSTA, Lisandro. **La ganga.** 2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=zs6s3TMtfhk>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

CRESPO, Carlos. Continuidad y ruptura: la “Guerra del Agua” y los nuevos movimientos sociales en Bolivia. **Revista del Observatorio Social de America Latina**, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://osal.clacso.org/espanol/html/frevista.html>>. Acesso em: 8 dez. 2005.

CRESPO, Carlos. La Situación actual de SEMAPA. In: RODRÍGUEZ, C. O. *et al.* **Propuestas colectivas para la ley de aguas.** Bolívia: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/126442484/-web-Memoria-Agua>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

DE ANGELIS, Massimo. Marx and primitive accumulation: the continuous character of capital's 'enclosures'. **The commoner**, n. 2, Sept. 2001. Disponível em: <<http://www.commoner.org.uk/index.php?p=5>>. Acesso em: 9 jan. 2010.

DRIESSEN, T. **Beyond Water Wars: lessons on forming collaborative governance from Cochabamba.** Water Justice: resource center on alternatives do privatization. 2008. Disponível em: <[http://www.waterjustice.org/?mi=1&res\\_id=230](http://www.waterjustice.org/?mi=1&res_id=230)>. Acesso em: 16 mar. 2011.

DUSSEL, Enrique. **Hacia una filosofía política crítica.** Bilbao: Desclee de Brouwer, 2001.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUSSEL, Enrique. Ética de la liberación: Hacia el “punto de partida” como ejercicio de la “razón” ética originaria. In: APEL, K. O. e DUSSEL, E. **Ética del discurso y ética de la liberación.** Madrid: Trotta, 2004. P. 269-290.

ELY, Aloísio. **Economia do meio ambiente: uma apreciação introdutória interdisciplinar da poluição, ecologia e qualidade ambiental.** 3. ed. Porto Alegre: Fundação de economia e estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimiento de otro mundo. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, enero/dic. 2003.

FAÉ. Rogério. Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos: o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento. 2009. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FAMATINA. **El Famatina no se toca.** Disponível em: <<http://www.facebook.com/pages/el-famatina-no-se-toca/319725252579>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

FEARNSIDE, Phillip. **Why hydropower is not clean energy**. 2007. Disponível em: <[http://scitizen.com/future-energies/why-hydropower-is-not-clean-energy\\_a-14-298.html](http://scitizen.com/future-energies/why-hydropower-is-not-clean-energy_a-14-298.html)>. Acesso em: 11 out. 2010.

FEDERICI, Silvia. Feminism And the Politics of the Commons. **The Commoner**, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://commons2012.wordpress.com/2012/01/02/feminism-and-the-politics-of-the-commons-by-silvia-federici-2/>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

FIGUEROA, Patrícia. Andalgalá. Entrevistadores: Maria Ceci Misoczky; Steffen Bohm; Rafael Kruter Flores. Argentina: Gravado em meio digital, 2012.

FLORES, R. K. Mercantilização da Água e Ativação dos Limites Absolutos do Capital: a Guerra da Água pelas Lentes de Mészáros. In: XXX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2006, Salvador. **Anais ...** São Paulo, 2006.

FLORES, R. K. Acerto de contas com a Administração: uma reflexão a partir de Motta, Tragtenberg e Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. V, p. 9, 2007a.

FLORES, R. K. Reestatização e democratização da gestão dos serviços de água e saneamento na América Latina. In: XII Congreso Internacional del CLAD, 2007b, Santo Domingo. **Anais ...**, [S.l.], 2007.

FLORES, R. K. O Discurso Como Estratégia de Luta Contra a Mercantilização da Água. **Sociedade, Contabilidade e Gestão** (UFRJ), v. 4, p. 55-71, 2009.

FLORES, R. K. Uruguai: a luta pela água como um bem comum. In: MISOCZKY, M.C; FLORES, R. K.; MORAES, J.. (Org.). **Organização e práxis libertadora**. 1ed. Porto Alegre: Dacasa, 2010, v. 1, p. 107-130.

FLORES, R. K. **El Famatina no se toca**. Chilecito: [s.n.], 2012a.

FLORES, R. K. **No agua rica**. Andalgalá: [s.n.], 2012b.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba. RAP. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 42, p. 109-132, 2008.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B.; BURKETT, P. Ecological Economics and Classical Marxism: The “Podolinsky Business” Reconsidered. **Organization Environment**, v. 17, n. 1, p. 32 - 60, 2004.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. The Paradox of Wealth: Capitalism and Ecological Degradation. **Monthly Review**, v. 61, n. 6, Nov. 2009. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2009/11/01/the-paradox-of-wealth-capitalism-and-ecological-destruction>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

FOSTER, J. B.; CLARK, B.; YORK, R. **The ecological rift: capitalism’s war on earth**. New York: Monthly review press, 2010.

FRACALANZA, A. P. Gestão das águas no Brasil: rumo à governança da água. In: RIBEIRO, W. C. (Org.) **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 135-155.

FUNDACIÓN SÓLON. **El agua**. Disponível em: <[http://www.funsolon.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=145&Itemid=49](http://www.funsolon.org/index.php?option=com_content&view=article&id=145&Itemid=49)>. Acesso em: 4 abr. 2012.

GARCIA, Luís. Maldonado. Entrevistador: Rafael Kruter Flores. Uruguai: Gravado em meio digital, 2006.

GILI, Natalia. **Esquel, semillas de agua y vida**: masiva movilización contra la megaminería. Disponível em: <<http://www.noalamina.org/mineria-esquel/mineria-noticias-esquel/esquel-semillas-de-agua-y-vida-masiva-movilizacion-contr-la-megamineria>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. London: Lawrence and Wishart, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. I.

GWOPA. Global Water Operator's Partnership Alliance. **Securing financial support**. Disponível em: <<http://gwopa.org/what-gwopa-does/securing-financial-support>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

GWOPA. Global Water Operator's Partnership Alliance. 2013b. Disponível em: <<http://gwopa.org/about-us-gwopa>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

HALL, D.; LOBINA, E. **La privatización del agua en América Latina**. 2002. Disponível em: <<http://www.psiu.org/reports/2002-06-W-Latam-es.doc>>. Acesso em: 4 dez. 2006.

HALL, D.; LOBINA, E. **Water as a public service**: a report commissioned by the Public Service International. 2007. Disponível em: <[http://gala.gre.ac.uk/2949/1/COMPLETED\\_Halld2007030.pdf](http://gala.gre.ac.uk/2949/1/COMPLETED_Halld2007030.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2011.

HALL, David *et al.* **Public-public partnerships (PUPs) in water**. 2009. Disponível em: <<http://www.tni.org/report/public-public-partnerships-pups-water>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 13, 1968. Disponível em: <<http://www.cs.wright.edu/~swang/cs409/Hardin.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004a.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. São Paulo: Boitempo editorial, 2004b. (Margem esquerda: ensaios marxistas, n. 5)

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. London: Verso, 2006.

HARVEY, David. **A companion to Marx's Capital**. New York: Verso, 2010a.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 2010b.

HARVEY, David. **Rebel cities**: from the right to the cities to the urban revolution. New York: Verso, 2012.

HERRERA, Guillermo Castro. Problemas y paisajes. In: NATURALEZA y sociedad en la historia de América Latina. Panamá: CELA, 1996.

HINKELAMMERT, F. J.; JIMÉNEZ, H. M. **Economía, sociedad y vida humana**: prelúdio a una segunda crítica de la economía política. Buenos Aires: Altamira, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOEKSTRA, A. Y (Ed.). Virtual water trade. Proceedings of the International Expert Meeting on Virtual Water Trade. **Value of Water Research Report Series**, n. 12, 2003. Disponível em: <<http://www.waterfootprint.org/Reports/Report12.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2012.

IORIS, Antonio. The troubled waters of brazil: nature commodification and social exclusion. **Capitalism Nature Socialism**, v. 18, n. 1, p. 28-50, Mar. 2007.

IORIS, Antonio. Water institutional reforms in scotland: contested objectives and hidden disputes. **Water Alternatives**, v. 1, n. 2, p. 253-270, 2008a. Disponível em: <[www.wateralternatives.org](http://www.wateralternatives.org)>. Acesso em: 5 mar. 2013.

IORIS, Antonio. Regional development, nature production and the techno-bureaucratic shortcut: the douro river catchment in Portugal. **European Environment**, v. 18, p. 345-358, 2008b.

IORIS, Antonio. Applying the strategic-relational approach to urban political ecology: the water management problems of the baixada Fluminense. **Antipode**, v. 44, n. 1, p. 122-150, 2012a.

IORIS, Antonio. The geography of multiple scarcities: urban development and water problems in Lima, Peru. **Geoforum**, v. 43, p. 612-622, 2012b.

IORIS, Antonio. The neoliberalization of water in Lima, Peru. **Political Geography**, v. 31, p. 266-278, 2012c.

JACOBI, P. R. Governança da água no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. (Org.) **Governança da água no Brasil**: uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume, 2009. p. 35-61.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LA FUNDACIÓN ABRIL. **Agua bien común**. Disponível em: <[http://www.fundacionabril.org/?page\\_id=103](http://www.fundacionabril.org/?page_id=103)>. Acesso em: 10 abr. 2012.

LA REDVIDA. **Carta de principios.** 2012a. Disponível em: <<http://www.laredvida.org/quienessomos.php>>. Acesso em 15 jun. 2012.

LA REDVIDA. **Quienes somos.** 2012b. Disponível em: <<http://www.laredvida.org/quienessomos.php>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

L'ACQUA non si vende. 2011. Disponível em: <<http://www.acquabenecomune.org/raccoltafirme/index.php>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

LANFRANCO, Guillermo. Rosario. Entrevistador: Rafael Kruter Flores. Argentina: Gravado em meio digital, 2006.

LAUDERDALE. The Earl of. **An inquiry into the nature and origin of public wealth and into the means and causes of its increase.** Edinburgh: Archibald Constable & Co, 1819.

LAVACA. Alumbreira, según la Universidad de Córdoba. [Buenos Aires], fev. 2012. Disponível em <http://lavaca.org/notas/alumbreira-segun-la-universidad-nacional-de-cordoba/>. Acesso em 9 abr. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. La ecología política em America Latina: um campo en construcción. **Polis – Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 1, n. 5, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a02.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura.** Petrópolis: Vozes, 2009.

LEOPOLD, Luna. **Water and the conservation movement.** 1957. Disponível em: <<http://eps.berkeley.edu/people/lunaleopold/%28056%29%20Water%20and%20the%20Conservation%20Movement.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

LINTON, Jamie. **What is water? The history of a modern abstraction.** Vancouver: UBC Press, 2010.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005.

LUKÁCS, Georg. **Historia e consciência de classe.** Porto: Escorpião, 1974.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social.** São Paulo: Ciências humanas, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **The accumulation of capital.** London: Routledge and Kegan Paul, 1951.

ATINGIDAS por barragens em luta. Produzido pelo setor de comunicação do Movimento dos atingidos por barragens. [S.l.], 2011. Disponível em <<http://mabnacional.org.br/video/atingidas-por-barragens-em-luta-0>>. Acesso em 1 abr. 2013.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Energia para quê e para quem?** 2007. Disponível em: <<http://www.sindaspisc.org.br/arquivos/138.ppt>>. Acesso em: 12 out. 2010.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Documento-síntese do Seminário Internacional da Água.** 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/documento-s-ntese-do-semin-rio-internacional-da-gua>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

MALTZ, Helio. Água de Porto Alegre: pública e para todos. In: BALANYÁ, B. *et al.* **Por um modelo público de água.** São Paulo: Casa Amarela, 2007.

MARCHIONI, A. Usinas hidrelétricas do rio Madeira: política, direito e meio ambiente nas relações transfronteiriças. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE WATERLAT, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2010. 1 CD-ROM

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia.** México: Ediciones Era, 1991. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/004\\_dialectica\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2009.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **De la economía ecológica al ecologismo popular.** Barcelona: Icaria, 1995.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Deuda ecológica y deuda externa y el Final del Milenio. In: ENCUESTRO La Deuda Externa y el Final del Milenio. Caracas: [s.n.], 1997.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres.** São Paulo: Contexto, 2009.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **Conflictos ecológicos y lenguajes de valoración.** Aula no curso: Ecología política en el capitalismo contemporáneo. Programa Latinoamericano de Educación a Distancia, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, Buenos Aires. Out., 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. La crisis económica vista desde la economía ecológica. **Ecología Política**, n. 36, dic. 2008. Disponível em: <<http://www.ecologiapolitica.info/ep/36.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

MARTINS, Rodrigo C. Sociologia da governança francesa das águas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 83 - 190, jun. 1998.

MARX, Karl. Letter do Rouge. **Letters from the Deutsch-Französische Jahrbücher.** Kreuznach, Sept., 1843. Disponível em <[http://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43\\_09.htm](http://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43_09.htm)>. Acesso em 9 abr. 2013.

MARX, Karl. The difference between the democritean and epicurean philosophy of nature. In: LIVERGOOD, Norman. **Activity in Marx's philosophy.** The Hague: Martinus Nijhoff, 1967.

MARX, Karl. **Capital.** London: Penguin classics, 1990. v. 1.

MARX, Karl. **Capital.** London: Penguin classics, 1991. v. 3.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la critica de la economía política (Grundrisse)**. Mexico: Siglo veintiuno, 2007a. v. 1.

MARX, Karl. Los debates sobre la Ley acerca del robo de laña. In: MARX, Karl. **Los debates de la Dieta Renana**. Barcelona: Gedisa, 2007b.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MCGEE, W. J. Water as a resource. **American Academy of Political and Social Science**, v. 33, n. 3, May 1909. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1011671>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

MEADOWS, D. H. *et al.* **The limits to growth**. Rome: Clube of Rome, 1972. Disponível em: <[http://www.clubofrome.org/flash/limits\\_to\\_growth.html](http://www.clubofrome.org/flash/limits_to_growth.html)>. Acesso em: 31 jan. 2013.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present**: social movements and individual needs in contemporary society. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

METROPOLITAN WATER DISTRICT OF SOUTHERN CALIFORNIA. **Home**. Disponível em: <<http://www.mwdh2o.com/index.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

MONTI, Fabián. Rosario. Entrevistador: Rafael Kruter Flores. Argentina: Gravado em meio digital, 2006.

MOORE, Jason. Ecology, capital, and the nature of our times: accumulation & crisis in the capitalist world-ecology. **Journal of World-System Research**, v. 17, n. 1, p. 108-147, 2011a. Disponível em: <[http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore\\_Ecology\\_Capital\\_and\\_the\\_Origins\\_of\\_Our\\_Times\\_JWSR\\_2011.pdf](http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore_Ecology_Capital_and_the_Origins_of_Our_Times_JWSR_2011.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2013.

MOORE, Jason. Transcending the metabolic rift: a theory of crises in the capitalist world-ecology. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 1-46, 2011b. Disponível em:

<[http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore\\_Transcending\\_the\\_Metabolic\\_Rift\\_CORRECTED\\_JPS\\_2011.pdf](http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore_Transcending_the_Metabolic_Rift_CORRECTED_JPS_2011.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2013.

MOORE, Jason. Wall street is a way of organizing nature. Interview. **Upping the Anti - A Journal of Theory and Action**, n. 12, May 2011c. Disponível em: <[http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore\\_Wall\\_Street\\_is\\_a\\_Way\\_of\\_Organizing\\_Nature\\_2011.pdf](http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore_Wall_Street_is_a_Way_of_Organizing_Nature_2011.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2013.

MORELLI, Leonardo. Água: nas mãos de quem? **Cadernos Diplô**, n. 3, p. 18 – 21, 2003.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Lutas**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. **Território em disputa**. 2012. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=azmJJXizan0&list=UUwVXG9seQ9xg-BbEK1FvGBQ&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=azmJJXizan0&list=UUwVXG9seQ9xg-BbEK1FvGBQ&feature=player_embedded)>. Acesso em: 21 mar. 2013.

MOVIMENTO XINGU VIVO. **MPF vai apurar denúncia de espionagem contra o Consórcio Construtor de Belo Monte**. 2013a. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2013/02/25/mpf-vai-apurar-denuncia-de-espionagem-contra-o-consorcio-construtor-de-belo-monte/>>. Acesso em: 26 fev. 2013

MOVIMENTO XINGU VIVO. **Para fortalecer a luta contra Belo Monte, caciques kayapo recusam 4,5 milhões da Eletrobras**. 2013b. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2013/03/06/para-fortalecer-a-luta-contra-belo-monte-caciques-kayapo-recusam-45-milhoes-da-eletobras/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

MURPHY, Jonathan. **The World Bank and Global Managerialism**. London: Routledge, 2008.

NIEVAS, Miriam Machado. **Chilecito**. Entrevistadores: Maria Ceci Misoczky; Steffen Bohm; Rafael Kruter Flores. Argentina: Gravada em meio digital, 2012.

NO A LA MINA. **Agua Rica y el destructivo avance megaminero**. 2013a. Disponível em: <<http://www.noalamina.org/mineria-argentina/mineria-catamarca/agua-rica-y-el-destructivo-avance-megaminero>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

NO A LA MINA. **Asambleas santucruceñas ratificaron documentos por crisis del agua**. 2013b. Disponível em: <<http://www.noalamina.org/mineria-argentina/mineria-santa-cruz/asambleas-santucrucenas-ratificaron-documentos-por-crisis-del-agua>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

NO A LA MINA. **Más de 2 millones de hectáreas en manos mineras entre 2003 y 2013**. 2013c. Disponível em: <<http://www.noalamina.org/mineria-argentina/mineria-la-rioja/mas-de-2-millones-de-hectareas-en-manos-mineras-entre-2003-y-2013>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

NO A LA MINA. **Por el consumo minero San Juan colocará medidores de agua a las familias**. 2013d. Disponível em: <<http://www.noalamina.org/mineria-argentina/mineria-san-juan/por-el-consumo-minero-san-juan-colocara-medidores-de-agua-a-las-familias>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

O MAB NA CÚPULA dos povos: Unidade entre trabalhadores e atingidos. Produzido por Movimento dos Atingidos por Barragens. [S.l.]: 2012a. Disponível em <<http://mabnacional.org.br/video/mab-na-c-pula-dos-povos-unidade-entre-trabalhadores-e-atingidos>>. Acesso em 22 mar. 2013.

O MAB NA CÚPULA dos povos: Não às barragens na Amazônia! Produzido por Movimento dos Atingidos por Barragens. [S.l.]: 2012b. Disponível em <<http://mabnacional.org.br/video/mab-na-c-pula-dos-povos-n-s-barragens-na-amaz-nia>>. Acesso em 22 mar. 2013.

O'CONNOR, James. **Natural causes**. New York: Guilford Press, 1998.

O'CONNOR, J. J.; ROBERTSON, E. F. **Albert William Tucker**. 2010. Disponível em: <[http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/Biographies/Tucker\\_Albert.html](http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/Biographies/Tucker_Albert.html)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

OLIVERA, Oscar. **Cochabamba**: water war in Bolivia. Cambridge: South End Press, 2004.

OLSON, Mancur. **The logic of collective action**: public goods and the theory of groups. Massachusetts: Harvard University Press, 2002. Disponível em: <<http://outsidethetext.com/archive/Olson.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

OSTROM, Elinor. **Public entrepreneurship**: a case study in ground water basin management. 1965. Dissertation (Doctor of Philosophy in Political Science) - University of California, Los Angeles, 1965. Disponível em: <<http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/3581/eostr001.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

OSTROM, Elinor. **Beyond markets and states**: polycentric governance of complex economic systems. 2009. Disponível em: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/2009/ostrom-lecture.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2009/ostrom-lecture.html)>. Acesso em: 5 fev. 2013.

OSTROM, Elinor; WILLIAMSON, Oliver E. The sveriges riksbank prize in economic sciences in memory of alfred nobel 2009. [S.l.]: Nobel Prize, 2009. Disponível em: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/2009/](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2009/)>. Acesso em: 6 abr. 2013.

OSTROM, V.; TIEBOUT, C.; WARREN, R. The organization of government in metropolitan areas: a theoretical inquiry. **American Political Science Review**, v. 4, n. 55, p. 831-842, 1961.

OVERBEEK, W. *et al.* Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência. **Relatório EJOLT**, n. 3, 2012. Disponível em: <[http://www.wrm.org.uy/publicaciones/EJOLT\\_POR.pdf](http://www.wrm.org.uy/publicaciones/EJOLT_POR.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2013.

PARE Belo Monte. **Xingu vivo para sempre**. Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/-ysVqZiuY3LU/UUukzNeI0SI/AAAAAAAAABgU/eooGsXrFrWU/s1600/PBM.jpeg>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

PARKER, Martin. **Against Management**. Oxford: Polity Press, 2002.

PETRELLA, Riccardo. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis: Vozes, 2002.

PETRELLA, Riccardo. Uma necessidade vital se torna mercadoria. **Cadernos Diplô**, n. 3, p. 12-15, 2003.

PETRELLA, Riccardo. **A privatização da água nega o direito humano de ter acesso a ela**. 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/30810-a-privatizacao-da-agua-nega-o-direito-humano-de-ter-acesso-a-ela-entrevista-especial-com-riccardo-petrella>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADA, Roberto. Planes maestros para la metropolizacion y municipalizacion del agua. In: RODRÍGUEZ, C. O. *et al.* **Propuestas colectivas para la ley de aguas**. Bolívia: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/126442484/-web-Memoria-Agua>>. Acesso em: 19 mar. 2013. p. 22-24.

PSI. Public Services International. **Water and sanitation background**. Disponível em: <<http://www.world-psi.org/en/water-background>>. Acesso em: 3 jul. 2012

RADIO MUNICIPAL. **Famatina**: a un año del corte la lucha continúa. Disponível em: <<http://www.fmradiomunicipal.com.ar/noticia.asp?id=14080>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

RED AGUA PÚBLICA. **Manifiesto de la red agua pública por el día mundial del agua**. 2012. Disponível em: <<http://redaguapublica.wordpress.com/manifiesto/>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

REISNER, Marc. **Cadillac desert**: the American West and its disappearing water. New York: Penguin Books, 1986.

RIBEIRO, W. C. Impasses da governança da água no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. (Org.) **Governança da água no Brasil**: uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume, 2009. p. 111-135.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RIO MADEIRA vivo. Direção de Glenn Switkes. Produção de International Rivers network. [S.l.], [20--]. Disponível em <<http://www.greennation.com.br/pt/ecoteca/293/Equipe-GreenNation/Rio-Madeira-Vivo>>. Acesso em 22 mar. 2013.

ROBERT, Jean. Hacia una ecología política del agua. Ponencia presentada en la sesión pública: repensar nuestra relacion con el agua. In: FORO Oaxaqueño del Agua. Oaxaca: [s.n.], 2010.

SALAS, Ernesto. Andalgalá. Entrevistadores: Maria Ceci Misoczky; Steffen Bohm; Rafael Kruter Flores. Argentina: Gravado em meio digital, 2012.

SANTOS, C.; IGLESIAS, V. Una historia de la CNDAV. In: SANTOS, C. *et al.* **Aguas en movimiento**: la resistencia a la privatización de agua en Uruguay. Montevideo: Edición de los autores, 2006.

SANTOS, C.; VALDOMIR, S. El agua como derecho humano: de la declaración de Dublin a la Observación General 15. In: SANTOS, C. *et al.* **Aguas en movimiento**: la resistencia a la privatización del agua en Uruguay. Montevideo: Ediciones La Canilla, 2006. p. 21-46.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations**. London: Sage, 1995.

SELZNICK, Philip. **TVA and the grassroots**. Los Angeles: University of California Press, 1984.

SEVÁ, Oswaldo. Estranhas catedrais: notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Energia, ambiente e sociedade**, v. 60, n. 3, p. 44-50, 2008. Disponível em: <[http://www.fem.unicamp.br/~seva/SEVA\\_estranhascatedrais\\_a14v60n3.pdf](http://www.fem.unicamp.br/~seva/SEVA_estranhascatedrais_a14v60n3.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2012.

SHIVA, Vandana. **Guerras por água**: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SMITH, Neil. **Uneven development**: nature, capital and the production of space. 3. ed. London: Blackwell, 2010.

SOCIOAMBIENTAL. **Missão**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/orig.shtm>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

SOLER, A.; DIAS, E. Cultivando a flexibilização do Direito Ambiental, colhendo monoculturas: o Pampa em contraste com a monotonia. In: FILHO, Althen (Org.). **Eucaliptais**: qual o Rio Grande do Sul desejamos? Pelotas: Design Editorial: Valder Valeirão, 2008. p. 167-195.

SOLON, Pablo. A lição de Cochabamba. **Cadernos Diplô**, n. 3, p. 32 – 33, 2003.

SUKHDEV, Pavan *et al.* **The economics of ecosystems & biodiversity**. 2010. Disponível em: <<http://www.unep.org/pdf/LinkClick.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

SVAMPA, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Hector (Coord.). **La naturaleza colonizada**: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

SWYNGEDOUW, Eric. Power, nature and the city: the conquest of water and the political ecology of the urbanization in Guayaquil, Ecuador: 1880-1990. **Environment and planning**, v. 29, p. 311-332, 1997.

SWYNGEDOUW, Eric. Modernity and hybridity: nature, *regeracionismo* and the production of the spanish waterscape, 1890-1930. **Annals of the Association of the American Geographers**, v. 89, n. 3, p. 443-465, 1999.

SWYNGEDOUW, Eric. Dispossessing H2O: the contested terrain of water privatization. **Capitalism Nature Socialism**, v. 16, n. 1, p. 81 – 98, Mar. 2005.

SWYNGEDOUW, E.; KAÏKA, M.; CASTRO, E. Urban water: a political ecology perspective. **Built environment**, v. 28, n. 2, p. 124-137, 2003.

TEEB. **The economics of ecosystems & biodiversity**: an interim report. European Communities. Printed by Welzel+Hardt, Wesseling, Germany, 2008. Disponível em [http://www.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Additional%20Reports/Interim%20report/TEEB%20Interim%20Report\\_English.pdf](http://www.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Additional%20Reports/Interim%20report/TEEB%20Interim%20Report_English.pdf)>. Acesso em 7 abr. 2013.

TOURAINÉ, Alain. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, n. 52, p. 749-788, 1985.

TRANSNATIONAL INSTITUTE. **Annual report**, 2011. Disponível em: <http://www.tni.org/annualreport/annual-report-2011>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

TVA. Tennessee Valley Authority. **A complicated unity**. Disponível em: <http://www.tva.com/heritage/pinchof/index.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

TVA. Tennessee Valley Authority. **From the New Deal to a New Century**. Disponível em: <http://www.tva.com/abouttva/history.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

UNIÓN DE ASAMBLEAS CIUDADANAS. **Resoluciones del 4to**. 2012. Disponível em: [http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Documentos/Argentina\\_Resoluciones\\_d el\\_4to\\_Encuentro\\_de\\_la\\_Union\\_de\\_Asambleas\\_Patagonicas](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Documentos/Argentina_Resoluciones_del_4to_Encuentro_de_la_Union_de_Asambleas_Patagonicas)>. Acesso em: 27 mar. 2013.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME. **The greening of water law**: managing freshwater resources for people and the environment. 2010. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1685646](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1685646)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

UNITED NATIONS. General Assembly. Sixty fourth session. **Resolution adopted by the General Assembly 64/292. The human right to water and sanitation**. 2010. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/64/292](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

UNITED NATIONS. The Dublin statement on water and sustainable development. In: International Conference on Water and the Environment, 1992, Dublin. **Anais...** Ireland: [s.n.], 1992. Disponível em: <http://www.un-documents.net/h2o-dub.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2011.

US GOVERNMENT SPENDING. **Government spending in the United States**: Federal State Local for 2013 – Charts Table History. Disponível em: <http://www.usgovernmentspending.com/>>. Acesso em: 13 set. 2012.

VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. Campos organizacionais: de wallpaper à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e em Recife. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2003. v. 1. p. 1-16.

VIERO, Odete. Porto Alegre, participação popular: controle social e gestão pública de água e saneamento. In: GROSSE, R.; THIMMEL, S.; TAKS, S. **Las canillas abiertas de America Latina**. Montevideo: Casa Bertold Brecht, 2004.

XINGU RISING. Direção de Todd Southgate. Produção de Amazon Watch e International Rivers. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.internationalrivers.org/resources/xingu-rising-7662>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

WATERLAT. **Bem-vindos à WATERLAT**. Disponível em: <<http://www.waterlat.org/pt/index.html>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

WILLIAMSON, John. **Did the Washington Consensus Fail?** 2002. Disponível em: <<http://www.petersoninstitute.org/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=488>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

WILLIAMSON, O. The institutions of governance. **The American Economic Review**, v. 88, n. 2, p. 75-79, 1998.

WORLD BANK WATER. **Sustaining water for all in a changing climate**. 2010. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/NEWS/Resources/sustainingwater.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

WORLD BANK. **Oil, Gas, and Mining Unit**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTOGMC/0,,contentMDK:20188239~pagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:336930,00.html>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

WORLD BANK. Project appraisal document. **Environmental protection and sustainable development of the Guarani aquifer system project**. 2002. Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/07/03/000094946\\_02060104010962/Rendered/PDF/multi0page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/07/03/000094946_02060104010962/Rendered/PDF/multi0page.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2009.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Report: our common future**. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

WORLD WATER COUNCIL. **Giving an audible voice to water**. 2011. Disponível em: <<http://www.worldwatercouncil.org/about-us/vision-mission-strategy/>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

WRM. World Rainforest Movement. **Plantações de árvores e esgotamento dos recursos hídricos: depoimentos dos povos locais do mundo inteiro**. Disponível em: <[http://www.wrm.org.uy/plantaciones/Plantacoes\\_recursos\\_hidricos.pdf](http://www.wrm.org.uy/plantaciones/Plantacoes_recursos_hidricos.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2013.

YASUNI ITT. **YASUNI ITT: Crea un mundo nuevo**. Disponível em: <<http://yasuni-itt.gob.ec/Inicio.aspx>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

## APÊNDICE A

Este texto descreve brevemente e com inspirações autoetnográficas a trajetória e os procedimentos adotados na elaboração deste trabalho. Não há meios de separar a minha percepção, de um lado, e os fenômenos aqui analisados, de outro. Pelo contrário, este trabalho é precisamente a síntese dessas duas dimensões que me levaram, ao longo dessa trajetória, à constatação da necessidade de articular os diversos temas da água a partir da teoria do valor em Marx.

O primeiro momento dessa trajetória foi uma pesquisa feita para a conclusão do curso de graduação em Administração com ênfase em Administração Pública, ainda em 2003. O objetivo era analisar a participação dos membros do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba na gestão 2002 – 2003. O estudo era circunscrito às regras da lei gaúcha sobre a gestão da água, inspirada no modelo francês (ver capítulo 3). A pesquisa foi feita a partir de análises de atas de reunião e observações das reuniões do Comitê. Como conclusão, identifiquei que os representantes do Estado se ausentam das reuniões e deliberações, o que foi interpretado, na época, como uma evidência de que o Comitê não tem autonomia, uma vez que suas principais decisões retornam ao crivo do Estado: precisam ser decretadas pelo Executivo estadual (FLORES e MISOCZKY, 2008). Esse problema, no entanto, não foi aprofundado naquele estudo em particular, mas tratado como um problema específico, particular e operacional: um problema de governança, o que não foge às abordagens que critico no capítulo 4 do trabalho.

Pouco depois de graduar-me e após experiências na indústria e no setor de serviços, retornei à mesma Universidade para cursar o Mestrado acadêmico na área de Organizações. Minha primeira providência, inspirado por autores brasileiros da área de estudos organizacionais, foi acertar as contas com minha graduação (FLORES, 2007a), marcada pelo funcionalismo positivista e, para usar as palavras de um dos meus primeiros Professores no curso, Marcelo Milano Falcão Vieira, ‘a profundidade de um pires’. O ano era 2005, momento de erupção de mobilizações populares de rechaço a experiências de privatização na América Latina. Irrompia, também, a articulação contra a instalação de empresas produtoras de pasta de celulose no Rio Grande do Sul e no Uruguai, bem como articulações contra a plantação de árvores nesses lugares. Aprofundava-se o modelo extrativista neoliberal na América Latina e os conflitos sociais a eles relacionados. A partir da leitura de Mészáros (2002), interpretei a Guerra da Água em Cochabamba como uma ‘ativação dos limites do capital’ (FLORES, 2006) e enveredei para uma percepção das privatizações da água na América Latina como um problema do capitalismo (FLORES, 2007b; 2009). A pesquisa que realizei para obtenção do

título de Mestre em Administração foi o estudo de dois casos de privatização e reestatização do abastecimento, uma no Uruguai e outra na Província de Santa Fe, na Argentina. Adotando a teoria da hegemonia de Gramsci, interpretei os casos a partir de uma concepção ampliada de Estado, na qual as articulações populares, ao promover transformações contra-hegemônicas no serviço público, eram o próprio Estado. Naquele momento, conquistar a reestatização dos serviços de abastecimento ainda era o mesmo conquistar a água como bem comum, ou seja, a água como serviço público de responsabilidade do Estado era água como bem comum (FLORES, 2010).

As pesquisas de campo para minha dissertação foram realizadas em uma viagem de estudos pelo interior do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, em 2006. Nas pesquisas para meu estudo em particular foram feitas entrevistas com lideranças das articulações contra-hegemônicas nos dois países (algumas relatadas no Capítulo 4), bem como participação em eventos significativos, como o ato de revogação do contrato com o atual grupo *GDF Suez* em Maldonado, Uruguai.

Durante a mesma viagem visitei a cidade de Gualeguaychú, na Argentina, junto com colegas e professores do grupo de pesquisa que começava a tomar forma: Organização e Práxis Libertadora. Em Gualeguaychú se articulava a luta contra a empresa Botnia, em construção no lado uruguaio do Rio Uruguai. A viagem de estudos me abriu uma janela para ver a América Latina como problema: as lutas sociais contra a privatização do abastecimento, contra a instalação de empresas poluidoras e a plantação de árvores industriais tinham como pano de fundo a defesa da natureza e de formas de vida que, nesse lugar do mundo, têm sido historicamente deslocadas em uma inserção subordinada às relações capitalistas em escala global. Essa percepção, no entanto, ainda era incipiente e intuitiva. Viria a ser esclarecida em meu contato com a vertente marxista da teoria da dependência, pouco depois.

O terceiro momento dessa trajetória foi uma pesquisa da qual participei, após concluir o Mestrado, sobre as disputas no campo do fornecimento de água potável em Porto Alegre. A pesquisa problematizou a relação entre o serviço público oferecido pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e a venda de água engarrafada, relação essa que, na época, estava em evidência em função da proliferação de algas no Lago Guaíba. As algas deixavam a água com odor e sabor, o que colocava em questão a qualidade do serviço público na cidade, abrindo espaço para o comércio de água engarrafada. Como parte dessa pesquisa investiguei a história do abastecimento público em Porto Alegre, através de consultas a arquivos diversos, entrevistas com diretores atuais e antigos, visitas técnicas e livros sobre a história da cidade e seu abastecimento público. Mais do que isso, a minha própria vivência

como cidadão portoalegrense, as conversas sobre o assunto e a percepção dos que me rodeiam foram momentos inevitáveis da pesquisa. Influenciado por Harvey (2006), constatei que as estruturas do fornecimento de água nessa cidade, em termos físicos e organizacionais, têm sido historicamente condicionadas pelo financiamento internacional. Há uma progressiva organização do abastecimento público de forma a permitir a reprodução ampliada do capital investido, o que inclui, dentre outras coisas, a separação do abastecimento da capital em relação a áreas menos povoadas do Rio Grande do Sul. Isso levou à criação de uma autarquia, uma empresa pública que funciona como uma empresa privada pois necessita remunerar o capital avançado. Não por acaso, o DMAE é conhecido, entre os funcionários públicos da cidade, como o ‘primo rico do funcionalismo público de Porto Alegre’. Essa pesquisa nunca foi publicada, apesar de minha insistência. No entanto, me abriu a percepção de que existe uma distinção entre bem público e bem comum, porque o bem público, sendo propriedade do Estado, está atravessado pela relação capitalista e seus aspectos desiguais e destrutivos, mesmo que esses aspectos fiquem ocultos naquele serviço em particular. Em outros termos, comecei a perceber, naquele momento, que a organização de um serviço público de qualidade como é o DMAE pode estar funcionalmente conectada a perversidades e desigualdades em outros espaços, porque é um ponto da circulação do capital em escala global. Isso, no entanto, não aparece.

Ao longo dessa trajetória de pesquisas e estudos, em 2007 comecei a atuar em sala de aula, no curso de graduação em Administração. Começava a refletir, também, sobre a complicada relação entre o Marxismo e as teorias organizacionais. No mesmo ano, saí da casa dos meus pais: decidi que o ensino e a pesquisa seriam meu ‘ganha pão’.

Ingressei no Doutorado em 2009, ano em que me casei. Meus ensaios para a disciplina fundamental do curso, Teorias Organizacionais, revelam que já estava em formulação uma percepção crítica das teorias que compõem o campo dos Estudos Organizacionais, usualmente de matriz funcionalista e institucionalista. Essa percepção era influenciada pela tradição Marxista, mesmo que em leituras fragmentadas. Li pela primeira vez o livro I de *O Capital* e, imediatamente, percebi que os temas relacionados à água eram fragmentados, e que isso tinha implicações fundamentais, mesmo que ainda não soubesse claramente que implicações eram essas. Ou seja, a constatação que fundamentou a elaboração desse trabalho somente foi possibilitada em um contato mais próximo da teoria de Marx. Estava, assim, desenhado o projeto de Tese, defendido em maio de 2011 com o objetivo de desenvolver uma abordagem teórica que articulasse as diversas aparências dos fenômenos da água entre si, considerando

seu enraizamento nos processos de acumulação de capital, o que acabou se constituindo apenas na Parte I.

No entanto, ler *O Capital* é uma coisa e trabalhar com Marx é outra. Como ele mesmo colocou em uma oportunidade, sua crítica é uma ‘crítica implacável de tudo o que existe’: “implacável tanto no sentido de não ter medo dos resultados vindouros quanto no sentido de não ter medo dos conflitos com o poder instituído” (MARX, 1843, p. 1). Era preciso digerir a crítica implacável do mundo em que vivo e encarar as consequências de dizer coisas muitas vezes inconvenientes ao poder instituído. Era preciso, portanto, deixar fluir minhas próprias ideias e palavras críticas sobre o meu mundo, o que não é feito sem consequências em todas as dimensões da vida. Percebi que o fato de meu texto ser ‘telegráfico’ (crítica usualmente feita pela Professora Maria Ceci) era apenas uma manifestação de uma ‘telegrafia’ também nos pensamentos, nos sentimentos e na vida. Para ir adiante, recorri a sessões de psicoterapia.

Ao longo do primeiro semestre de 2012, realizei duas viagens à Argentina para pesquisas de campo sobre os conflitos relacionados à mineração a céu aberto naquele país (abordadas no Capítulo 5 do trabalho). Na primeira delas fui à Mendoza, onde ocorria um encontro da *Unión de Asambleas Ciudadanas*. Aproveitei o evento para observar reuniões e fazer entrevistas com pessoas envolvidas nas lutas, bem como encaminhar a viagem seguinte, na qual visitei as cidades de Andalgalá e Chilecito também para pesquisas de campo: entrevistas e visitas. Nessas viagens, constatei o aspecto mais destrutivo da relação capitalista; assim como as possibilidades libertadoras da organização e do poder popular.

No segundo semestre de 2012 passei uma temporada na Inglaterra para fazer Doutorado Sanduíche, sob a orientação do Professor Steffen Böhm, da Universidade de Essex. Aceitei a sugestão dos Professores Nildo Ouriques e Maria Ceci, com a qual o Professor Steffen concordava: ‘para tudo o que estás fazendo e vai estudar *O Capital!*’ Na Inglaterra, retornei ao livro I, agora para um estudo sistemático. Participei também de seminários, conferências e grupos de estudo, todos relacionados ao tema da ecologia e do Marxismo. Testei o argumento da minha Tese nos debates. Esse, no entanto, ainda estava por ser escrito.

De volta ao Brasil, já no início de 2013, o processo de escrita foi alivante. Anos de estudos, ideias, argumentos, teorias, dados, dúvidas e angústias saíram rapidamente. Trouxeram consigo, é verdade, novas angústias e inseguranças, mas insignificantes em comparação ao alívio proporcionado pela fluidez da palavra escrita.

Além da trajetória de pesquisas aqui brevemente descrita, é preciso mencionar também que, ao longo dela, participei de seminários e conferências em vários lugares. Dentre esses,

ressalto o seminário *Carbon markets and their future: a social science perspective*, promovido pela *Universität Hamburg*, na Alemanha em 2010; o seminário *Waterlat*, em São Paulo também em 2010; o *World wide workshop for young environmental scientists*, promovido pela *Université Paris-Est*, na França em 2011; e o curso à distância *Ecología política en el capitalismo contemporâneo*, oferecido pelo Programa Latinoamericano de Educación a Distancia do Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, Argentina, em 2011. Esses eventos contribuíram de forma significativa para a formulação do argumento desse trabalho, de várias formas. A principal delas foi confirmar minha constatação da ausência do Marxismo para compreender os temas, o que me ajudou também a compreender porque eles são fragmentados nos estudos relacionados à água.

Como já mencionado, esse trabalho é o resultado da minha prática de estudos iniciados em 2003. É uma síntese produzida na relação entre sujeito (o estudioso) e o objeto (os fenômenos que quer compreender). Pesquisar, estudar, formular e escrever se constituíram no caminho processual metodológico para a concretização desse trabalho, foi o caminho por mim percorrido na trajetória aqui brevemente descrita.

Um dos aspectos fundamentais nessa trajetória é um posicionamento, nas palavras de Dussel (2002), ético-crítico. A consciência possibilitada tanto pela realidade concreta, suas desigualdades e perversidades, quanto pela teoria que esclarece seus fundamentos me levou à convicção da necessidade de que a crítica da realidade deve ser a crítica ontológica das relações capitalistas, que apreende a realidade pela abstração e utiliza a própria realidade como parâmetro de avaliação. Para Marx (2006), a análise da história humana somente pode ser feita pela capacidade de abstração. Os procedimentos adotados na elaboração desse trabalho, uma vez consolidada a questão “em sua forma inteligível e no devido lugar científico” (CHASIN, 2009, p. 15), foram a abstração daquilo que se apresenta como realidade concreta na busca por compreender suas contradições, sua gênese e necessidades. Dito de outra forma, a realidade que se apresentou a mim durante essa trajetória apresentou uma questão fundamental, cuja resposta somente poderia ser alcançada pela abstração.

Essa questão já se manifestava de forma intuitiva nos primeiros momentos, mas foi necessário passar por um processo de amadurecimento intelectual e psíquico para que ela pudesse aflorar, ser investigada, elaborada e respondida: os nexos que articulam as diferentes manifestações da apropriação da água (que aparecem como temas distintos) estão enraizados na produção de mais valor. Seguindo o movimento de Marx, que desceu às profundezas da dinâmica social na sociedade capitalista para encontrar o valor e a partir dele reproduzir a realidade no pensamento; de forma intuitiva e orientada pela Professora Maria Ceci, desci às

profundezas do livro I de *O Capital* para encontrar o conceito de valor. A tentativa desse trabalho é, então, desvelar aquilo que fica oculto nas análises fragmentadas sobre os temas da água: sua funcionalidade à reprodução de uma relação desigual e destrutiva. Por outro lado, nos antagonismos inerentes à apropriação capitalista da água emergem concepções distintas, contra-hegemônicas e de resistência a esses processos. Ali estão sementes que poderão indicar novos caminhos, o que qualifiquei, de forma orgânica às lutas sociais que acompanho, como uma concepção da água como bem comum.

Essa constatação, por sua vez, exigiu a consideração das teorias predominantes no campo da Administração e dos Estudos Organizacionais; a governança e a teoria institucional são parte ativa no movimento de ocultação das práticas de apropriação da água. Nesse sentido, meus argumentos acerca do estudo sobre a apropriação da água me fizeram avançar na crítica às teorias organizacionais; assim como me abriram a possibilidade de encaminhar uma nova perspectiva: a organização do metabolismo social na sociedade capitalista, na qual a interação entre seres humanos e natureza está condicionada pela produção de mais valor.

O argumento do trabalho condiciona sua demonstração e, por isso, a organização do texto se subordina à comprovação do argumento. Perdem sentido as regras de demonstração de resultados que subordinam o argumento (a síntese produzida entre o estudioso e os fenômenos) ao procedimento. Da mesma forma, não se pode separar a formulação do argumento de minhas próprias experiências, vivências e sensações. O contato com pessoas que vivem a privação da água, com intelectuais orgânicos a movimentos diversos, ativistas e vítimas da espoliação produzida pela dinâmica do capital; bem como a minha vida, consciência, politização e atividade prática me levaram a um posicionamento ético-crítico. Todos esses momentos redundaram na elaboração do argumento desenvolvido nesse trabalho.